BAIXADA FLUMINENSE

Estudos Contemporâneos e (Re) Descobertas Histórico-Geográficas

André Santos da Rocha
(Organizador)



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

LAGEP-UFRRJ
Laboratório de Geografia Econômica e Política

André Santos da Rocha (org.)

Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas

1ª Edição

Duque de Caxias

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

ASAMIH

2020

Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas

© 2020 dos autores
Direitos desta Edição Reservados a ASAMIH



Conselho Editorial
Alexandre Marques
André Santos da Rocha
José Cláudio Souza Alves
Nielson Rosa Bezerra
Marlucia Santos de Souza
Tania Amaro

Conselho *Ad-hoc* desta Edição

Amália Dias – UERJ/FEBF
Carly Barboza Machado - PPGSC-UFRRJ.
Flavia Elaine Silva Martins POSGEO-UFF
Floriano Godinho de Oliveira. – PPFH/ UERJ
Francisco Chagas - DEGEO-IM-UFRRJ.
Lúcia Helena Pereira da Silva -PPGDT-UFRRJ.
Luciano Ximenes – UERJ-FEBF
Manoel Ricardo Simões. - IFF
Sebastião Fernandes Raulino - SEMDC

Arte: Gabriel Alves
Capa: Leandro Dias de Oliveira

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)

S119b

Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas./ Organizado por André Santos da Rocha - Duque de Caxias: ASAMIH. 2020, 315p.

Inclui Bibliografia e índice.
ISBN **978-65-990229-0-6**

1. Baixada Fluminense. 2. Geografia. 3. História. 4. Estudos Contemporâneos; 5. Educação. I. Rocha, André Santos da.

CDD: 910
CDU:91





ISBN **978-65-990229-0-6**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:.....7

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA DINÂMICA URBANO-AMBIENTAL

BAIXADA FLUMINENSE - REPRESENTAÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO, A VIOLÊNCIA E O DESCASO.....13
André Santos da Rocha.

PALMILHANDO PERIFERIAS DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: O CORPO E O VALOR NAS FORMAS DESDOBRADAS DOS TERRITÓRIOS DE CONTENÇÃO.....28
Marcio Rufino Silva

ESTADO DE EXCEÇÃO E MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....62
Maurilio Lima Botelho

A COEXISTÊNCIA DE PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EM NOVA IGUAÇU.....75
Everaldo Lisboa Dos Santos

A REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL-PRODUTIVA DE PARACAMBI-RJ: UM ESTUDO PARTIR DA PRODUÇÃO DE ENERGIA POR UMA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA.....92
Leandro Dias de Oliveira

DO CRESCIMENTO EXPONENCIAL AO DECLÍNIO: ELEMENTOS PARA ANALISAR A REESTRUTURAÇÃO REGIONAL E A CIDADE DE QUEIMADOS.....107
Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

ESPAÇOS DE RISCO À SAÚDE HUMANA SOB AMEAÇA DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA: QUESTÕES FUNDAMENTAIS AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.....127
Heitor Soares de Farias

CULTURA, HISTÓRIA, PROCESSOS EDUCATIVOSE DINÂMICAS DE PODER

USO DO TEMPO LIVRE E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA METRÓPOLE CARIOCA.....148
Manoel Ricardo Simões.

FEIRAS DE ARTESANATO E GASTRONOMIA: POTÊNCIAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NA BAIXADA FLUMINENSE.....157
Gabriela Sousa Ribeiro
Beatriz Rodrigues Moreira

ISBN **978-65-990229-0-6**

VISÕES E VOZES ACERCA DE UMA CIDADE: FRANCISCO BARBOZA LEITE E SILBERT DOS SANTOS LEMOS EM DUQUE DE CAXIAS.....171
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS, CIDADE DA BEIJA-FLOR: A IDENTIDADE CARNAVALESCA A SERVIÇO DA POLÍTICA LOCAL.....188
Enderson Albuquerque

PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUASSÚ ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA (1890 – 1937).....205
Ticiana Santa Rita

UMA BAIXADA, MUITOS SENTIDOS: AS REPRESENTAÇÕES DA REGIÃO A PARTIR DA IMPRENSA (NOVA IGUAÇU, 1957-1962).....222
Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

AS (GEO)GRAFIAS DA RESERVA BIOLÓGIA DO TINGUÁ NA BAIXADA FLUMINENSE: FORMAÇÃO TERRITORIAL E APRENDIZAGEM SIGNIFCATIVA NO ENSINO BÁSICO PÚBLICO 242
Clézio Santos

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELFORD ROXO E A COMPLEXIDADE DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA ESFERA LOCAL.....262
Priscilla Abrantes da Silva

FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO DE SABERES EM NOVA IGUAÇU (RJ).....277
Mariane do Rosário Silva

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE: O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE A DIVERSIDADE SEXUAL.....296
Jaqueline de Melo Barros

ISBN **978-65-990229-0-6**

Apresentação

Desde a década de 1990, percebemos um crescimento exponencial de estudos que envolvem a região da Baixada Fluminense. Esse esforço é fruto do trabalho árduo de pesquisadores oriundos dos municípios da Baixada, ou até mesmo, de pesquisadores que percebem singularidades nos processos e eventos que ocorrem nesta localidade.

Como morador, trabalhador e pesquisador da Baixada Fluminense, os temas sobre essa área sempre foram muito presentes e perpassaram toda minha formação, desde a graduação, onde tive a oportunidade de ter contato com a APPH-CLIO - Associação de Professores-Pesquisadores de História e com os colegas da ASAMIH - Associação dos Amigos do Instituto Histórico da CMDC, onde tive a oportunidade de conhecer os professores Antonio Augusto Braz, Marlucia Santos de Souza, Nielson Bezerra, José Claudio Alves, Tania Amaro, entre outros tantos professores que cooperaram em nossa formação e participam até hoje, colaborando com parcerias de pesquisa, palestras em eventos e edição e publicação de revistas e livros. A estes parceiros, agradecemos abertamente por viabilizarem esta publicação.

Esse grupo de professores e pesquisadores construiu uma cultura de eventos bianuais que percorriam os municípios da Baixada. Eu tive a oportunidade de participar de alguns deles e, nestes eventos, podíamos conhecer pesquisadores de temáticas da região, que compartilhavam seus estudos sobre história local/regional, cultura e geografia. Há um marco para mim, que foi o evento realizado no ano de 2005, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sendo pró-reitor de extensão, nessa época, o professor José Claudio Souza Alves. Além de ser a primeira vez que conhecia a UFRRJ, foi meu primeiro evento, no qual pude apresentar um trabalho sobre minha pesquisa. Ao término do evento, eu estava fascinado com a universidade, as muitas pesquisas e os muitos temas. Naquela ocasião, sabia que deveria continuar a entender as questões de nossa região; porém, sabia que essa tarefa não deveria ser solitária, embora, muitas vezes o *modus operandi* da pesquisa, seja por vezes assim. Porém, ao longo do tempo o evento foi diminuindo de tamanho e foi descontinuado, por falta de recursos para manter as ações e por conta das atividades diárias das pessoas, com trajetórias individuais – necessárias e justificadas. A coesão do grupo se manteve através das ações da ASAMIH e da edição e divulgação da Revista Pilares da História – editada pelo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias [que considero hoje o canal mais importante de divulgação de pesquisas dos estudiosos sobre a Baixada].

ISBN **978-65-990229-0-6**

Sendo assim, continuei minhas pesquisas e minha trajetória de formação, quando em 2011, eu ingressei como professor na UFRRJ. Desde então, com impulsos de colegas do Departamento de Geografia, como Leandro Dias de Oliveira, Regina Cohen Barros, Guilherme Ribeiro, Andrews Lucena, Maurílio Lima Botelho, Heitor Farias e Marcio Rufino, demos início a retomada de pequenos eventos e palestras sobre a Baixada. Convidamos colegas da ASAMIH e também diferentes professores da geografia e de outros departamentos e institutos da UFRRJ.

Ao longo do tempo, as breves palestras deram lugar ao *Seminário de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense,* que contou com três edições em 2013, 2015 e o último realizado em 2019. Os dois primeiros eventos estruturaram-se com apresentações de convidados em mesas redondas e conferências, porém no último, muito incentivado pelos alunos do mestrado (PPGGEO-UFRRJ) vinculados ao REC-LAPEG, nominalmente, Miguel Pinho, Priscila Abrantes, Rennan Navarro e Gabriel Alves, optamos por abrir sessões temáticas do evento, nas quais estudantes e demais pesquisadores interessados pudessem compartilhar seus estudos. Esse contou com 70 apresentações de comunicações, além da presença de convidados que compunham as mesas redondas. Percebemos que havia uma grande demanda para o compartilhamento das pesquisas e socialização de resultados. O evento obteve apoio do PPGGEO-UFRRJ e das Pró-reitoras de Extensão, de Pesquisa e Pós-graduação da UFRRJ, bem como o auxílio de dezenas de colegas de outras instituições, aos quais reiteremos nossos sinceros agradecimentos por entenderem a importância da pesquisa na e para a Baixada Fluminense.

Essa demanda, por compartilhar pesquisas, é oriunda de uma nova conjuntura, na qual se percebeu o crescimento de centros de ensino e pesquisa na Baixada. Além disso, as temáticas se renovaram, para além das tradicionais frentes de investigação no campo da História, pesquisas da Geografia, do Planejamento Urbano, da Sociologia, das Políticas Educacionais, do Turismo, entre outras, emergem com grande força. Percebemos assim, que havia uma agenda de investigação contemporânea sobre a Baixada, que pode se alinhar as seguintes temáticas:

[a] temática urbano-econômico - a Baixada que era conhecida, apenas, pelos indicadores de violência, passou a compor os noticiários de negócios com os novos empreendimentos da região, porém ainda apresenta grandes contrastes socioterritoriais. Por isso, urgem estudos sobre a tessitura de suas cidades, de suas histórias, de suas tramas de poder de circuitos legais-ilegais, da reestruturação econômico-produtiva em curso.

[b] temática ambiental – essa área ganhou relevância na Baixada, uma vez que nossos territórios contêm inúmeras unidades de conservação, além de que as questões sanitárias ainda necessitam ser melhor investigadas, bem como a dimensão da sustentabilidade das cidades da Baixada frente o neodesenvolvimentismo;

ISBN **978-65-990229-0-6**

[c] temática histórico-cultural - há uma verdadeira efervescência, pois há inúmeros grupos culturais na região, movimentos religiosos, movimentos sociais de afirmação e de reinvindicação que necessitam de atenção sob o prisma histórico-geográfico para serem visibilizados e compreendidos na conjuntura dessa dinâmica de transformação. Outrossim, devem ser valorizados estudos sobre o patrimônio histórico na região, seus personagens, suas literaturas, pois afinal, na Baixada se produz cultura.

[e] temática da política educacional – ao mesmo tempo em que há o crescimento de instituições de ensino superior na Baixada, devemos ter atenção com as agendas na educação básica; nelas, há especificidades quanto a acessibilidade, currículo, dimensões técnico-racionais e promoção das igualdades que marcam nossa região. Nesta questão, estão inclusos estudos e elaboração de materiais que valorizam o caráter regional da Baixada e seus municípios.

É na tentativa de dar conta dessas agendas, que organizamos o presente livro. Este livro tem como objetivo apresentar uma coletânea de textos que expressam as tendências de estudos contemporâneos sobre a Baixada Fluminense. Buscando apresentar, uma síntese de temas discutidos ao logo do III Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense, realizado no ano de 2019. O conteúdo compõe análises e reflexões de pessoas que participaram da organização do evento, de palestrantes de mesas e de comunicadores que tiveram seus textos selecionados pelo comitê científico. O livro estrutura-se em duas grandes partes:

A **Parte I - Estudos Contemporâneos da Dinâmica Urbano-Ambiental** é composta por sete capítulos: "Baixada Fluminense: representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso, de autoria de André Santos da Rocha – Doutor em Geografia pela UFRJ e Professor do PPGGEO/UFRRJ; "Palmilhando periferias da metrópole do Rio de Janeiro: o corpo e o valor nas formas desdobradas dos territórios de contenção", de Marcio Rufino Silva – Doutor em Geografia pela USP e professor do PPGGEO-UFRRJ; "Estado de exceção e militarização do espaço urbano, de Maurilio Lima Botelho – Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA e Professor do PPGGEO-UFRRJ; "A coexistência de processos de urbanização em Nova Iguaçu" de Everaldo Lisboa dos Santos – Doutor em Geografia pela UERJ e professor da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro; "A reestruturação territorial-produtiva de Paracambi-RJ: um estudo a partir da produção de energia por uma pequena central hidrelétrica", de Leandro Dias De Oliveira – Doutor em Geografia pela UNICAMP e professor do PPGGEO/UFRRJ; "Do crescimento exponencial ao declínio: elementos para analisar a reestruturação regional e a cidade de Queimados", de Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho – Mestrando em Geografia no PPGGEO e professor da rede pública de ensino; e, "Espaços de risco à saúde humana sob ameaça da poluição atmosférica: questões fundamentais ao planejamento ambiental na região metropolitana do Rio de

ISBN **978-65-990229-0-6**

Janeiro", de Heitor Soares De Farias – Doutor em Geografia pela UFF e Professor do PPGGEO-UFRRJ.

A **Parte II - Cultura, História, Processos Educativos e Dinâmicas de Poder**, é composta por dez capítulos**:** "Uso do tempo livre e distribuição espacial dos equipamentos e manifestações culturais na metrópole carioca, de Manoel Ricardo Simões – Doutor em Geografia pela UFF e Professor Titular do IFRJ; "Feiras de artesanato e gastronomia: potências culturais e econômicas na Baixada Fluminense", de Gabriela Sousa Ribeiro e Beatriz Rodrigues Moreira – respectivamente Doutora em Urbanismo pela UFRJ e professora do IFRJ, campus Belford Roxo e graduanda de Produção Cultural pelo IFRJ; "Visões e Vozes acerca de uma Cidade: Francisco Barboza Leite e Silbert dos Santos Lemos em Duque de Caxias, de Tania Maria Da Silva Amaro de Almeida – Doutora em Humanidades, Culturas e Artes e Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias; "Município de Nilópolis, Cidade da Beija-Flor: a identidade carnavalesca a serviço da política local", de Enderson Albuquerque – Doutor em Geografia pela UERJ e Professor da rede pública de Mesquita; "Práticas farmacêuticas em Iguassú através das trajetórias de José Manoel de Santa Rita e Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita (1890-1937)", de Ticiana Santa Rita - Doutoranda pela FIOCRUZ; "Uma Baixada, muitos sentidos: as representações da região a partir da imprensa (Nova Iguaçu, 1957-1962)", de Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre - Doutoranda pelo CPDOC/FGV e coordenadora do CEDIM/IMUFRRJ; "As (Geo)grafias da Reserva Biológica do Tinguá na Baixada Fluminense: formação territorial e aprendizagem significativa no ensino básico público", de Clézio Santos – Doutor em Geografia pela UNICAMP e Professor do PPGGEO-UFRRJ e Bolsista de Produtividade (Jovem Pesquisador) da FAPERJ; "O plano municipal de educação de Belford Roxo e a complexidade do planejamento educacional na esfera local", de Priscilla Abrantes da Silva, Mestre em Geografia pela UFRRJ; "Feiras agroecológicas como espaço de diálogo de saberes em Nova Iguaçu (RJ)", de Mariane do Rosário Silva, mestranda em Geografia pela UFRRJ; e, "A produção de conhecimento na Baixada Fluminense: o olhar do Serviço Social diante da diversidade sexual", de Jaqueline de Melo Barros - Doutoranda em Serviço Social pela PUC-RJ e Professora da Faculdade Redentor.

Por fim, convidamos o leitor a caminhar pelos textos aqui apresentados e que possa encontrar nas linhas deste livro algumas pistas de investigações, algum reconhecimento de nossa localidade, identificando-se com esse espaço de difusão de informações sobre a Baixada Fluminense.

Por André Santos da Rocha
[Organizador do Livro]

ISBN **978-65-990229-0-6**

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA DINÂMICA URBANO-AMBIENTAL

ISBN **978-65-990229-0-6**

ISBN **978-65-990229-0-6**

BAIXADA FLUMINENSE - REPRESENTAÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO, A VIOLÊNCIA E O DESCASO

André Santos da Rocha

INTRODUÇÃO

Ao longo de vários anos estudando processos territoriais da Baixada Fluminense, passamos a compreender a multiplicidade dos elementos que atravessam e cooperam em sua estruturação. Tal entendimento passa diretamente pela dialógica entre a representação e seu horizonte espacial.

A partir das leituras de Serge Moscovicci e Denise Jodelet (2001) compreendemos que a representação constitui, entre outras coisas, uma imagem do mundo e das coisas. Ela não é mundo, mas é parte constituinte deste (BAYLLY, 1995), por isso é participe da produção das coisas do mundo. O horizonte espacial, que é parte do "mundo", é dotado de conteúdo social é forjado por práticas e representações. A construção das realidades geográficas é dotada de materialidade, como forma concreta, mas também é forjada por ideações, imagens e simbologias que constituem uma dimensão imaterial, oriunda das relações entre os sujeitos e o(s) espaço(s). Neste sentido, as múltiplas categorias que fazem parte de nossas experiências de vida, são dotadas de espacialidade que contém materialidade e representação.

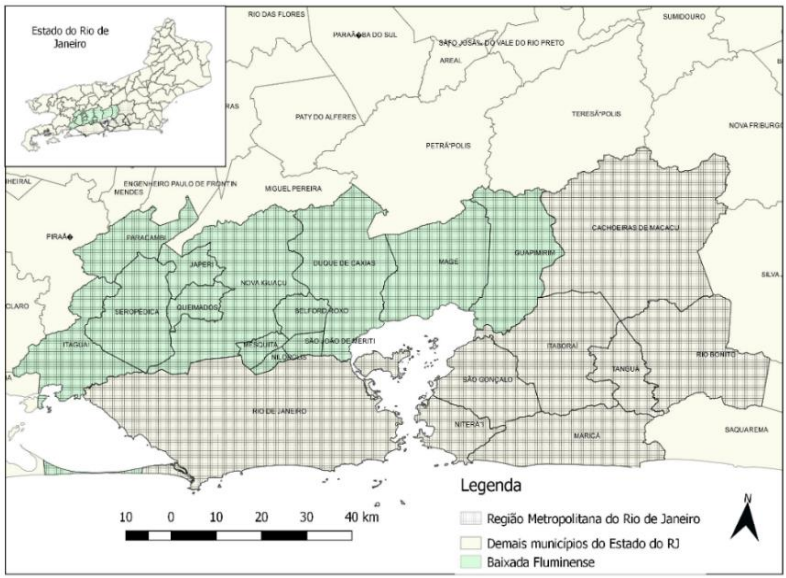
Nesta perspectiva as representações não se restringem, apenas, ao campo das ideias, mas são participantes de um processo de produção do espaço, como já mencionado por Henri Lefebvre. Quando essas representações disputam, ou propõem uma (di)visão de mundo fomentam um recorte de apropriação, mesmo que simbólica, do espaço (BOURDIEU,2007). Assim, as representações são projetos de poder sobre o espaço, que buscam, muitas vezes, consolidar o poder sobre ele. Essas mesmas representações desenham limites de ação de poder. Quando projetadas na dimensão espacial, esse poder estabelece a construção do território. Assim, relembrando Claude Raffestin (1993), uma representação de poder sobre um espaço, é a representação ideal de um território.

A partir disto, entendemos que a Baixada Fluminense é, mais do que uma área, é também representação-território. A despeito de infinitos de debates

ISBN **978-65-990229-0-6**

sobre sua real composição territorial, a concebemos como parte integrante da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. (ver mapa 1)

Mapa 1 – Localização da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Org. Autor.

Os significados atuais são múltiplos, e a Baixada está numa dinâmica de complexidade. Basta pensar que o termo que nomeia essa área é recheado de conotações. As negativas, como destacamos em outros textos (ROCHA, 2013), mas também sustentado por outros autores (SILVA, 2014, SIMÕES, 2007), é frutos de um processo de periferização urbano-metropolitano, que se constitui ao longo da segunda metade do século XX, e se caracteriza no aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, nos elevados índices de violência, na ineficácia das políticas públicas de acessibilidade de direitos, e na apropriação político-eleitoral de sua imagem. Tal indicação sustenta termos como "lugar distante", de "gente pobre ou de pessoas "baixas", "área de pobreza e exclusão", "lugar de desova" ou "área de matador".

Gostaríamos de lembrar aqui, que a esse conjunto de conotações negativas que chamamos de representação hegemônica foram difundidas enquanto representações na grande mídia entre os anos de 1970-90 e encontravam correspondência – e ainda neste século XXI encontram algumas delas – na materialização da produção territorial dos municípios que o compõem e nas marcas de violência institucional e paralela que estigmatiza a região.

ISBN **978-65-990229-0-6**

No que tange as conotações positivas, se é que podemos denominá-las assim, elas se sustentam no álibi da reestruturação territorial produtiva que incorporou os municípios da Baixada às novas lógicas produtivas baseadas nas demandas do capital imobiliário e industrial, com mais afinco após aos anos 2000. Essa nova representação se associa aos investimentos estatais em infraestrutura logística que colocaram a Baixada como "lócus do desenvolvimento", "impulsionadoras de crescimento", tornando essa área um "bom lugar para investir". Essas conotações positivas são parte, como diria Ana Lucia Enne (2013), da "redescoberta" da Baixada, ou do que denominamos de fruto de uma expansão interna, de reaproveitamento dessa periferia, na incorporação de novos espaços de consumo e produção (ROCHA, 2014).

Essas novas representações são promovidas por agentes do campo econômico e estão contidas em inúmeros formatos (propagandas, reportagens, folders, discursos, imagens). Todavia, essas não são capazes de superar em sua totalidade os aspectos das representações hegemônicas que ainda são persistentes na trama territorial dos espaços periféricos.

Neste sentido, partiremos neste texto da premissa apontada que as representações não podem ser qualificadas como verdadeiras ou falsas (LEFEBVRE, 2006) mas que possuem uma certa correspondência com realidade (RAFFESTIN, 2009). Como a produção territorial dos espaços periféricos se revelam em complexidade, há um perigo eminente de alienação frente as realidades múltiplas que atravessam a construção desigual de nossa metrópole. Em especial, para os mais ufanistas e crentes nos fôlegos do progresso e do desenvolvimento, onde as novas representações para a Baixada Fluminense se apoiam - ao acreditarem que alguns indicativos econômicos, investimentos produtivos ou aquecimento do mercado imobiliário estão eliminando os graves problemas existentes que vilipendiam direitos e caracterizam os espaços periféricos. Na prática, os processos de periferia, como a violência estrutural, sustentam permanentemente a "representação hegemônica da Baixada".

Assim, para exemplificar a convivência destas representações e suas correspondências territoriais na Baixada, subdividiremos nossa exposição apresentando no primeiro momento um balanço da conjuntura territorial e econômica para esses municípios da Baixada pós anos 2000, apresentando elementos e representações usadas pelos agentes do campo econômico e político para sustentar as novas representações. No segundo momento, apresentaremos dados sobre os atuais indicadores de violência com base nas series históricas do ISP (Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro), bem como a informativos presentes em jornais e sites de notícias que revelam algumas agruras que ainda marcam a Baixada como um espaço periférico.

ISBN **978-65-990229-0-6**

ONDE SE APOIAM AS REPRESENTAÇÕES DO "DESENVOLVIMENTO"

A construção das representações que se difundiram sobre a Baixada Fluminense após os anos 2000 estão apoiadas em uma reestruturação econômica produtivas que envolve o contexto maior da metrópole do Rio de Janeiro (ROCHA, 2015).

Quando reportamos a essa reestruturação entendemos que ela está apoiada

> em intensas transformações territoriais, oriundas das ações combinadas de atores econômicos e políticos e de obras de infraestrutura na região, que marcou a chegada de novos empreendimentos imobiliário-industriais. Nossos esforços de identificação do acontecer hierárquico e solidário de uma "nova" onda de desenvolvimento, que abarcou alguns municípios desta periferia, permitiram a identificação de uma nova horizontalidade, num caráter regional, que tinha clara missão de criar uma fluidez sobre o território e conectar áreas produtoras ao mercado global" (ROCHA, 2019, p.257)

Em texto anteriores pontamos uma cartografia que pudessem sintetizar essa justaposição que envolve o aquecimento do mercado imobiliário tanto comercial como residencial, com destaque para Itaguaí, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que reforçam-se como centralidades econômico produtivas nesta periferia; a especulação do solo urbano, via novos usos (implementação condomínios logísticos) que estão associados a implementação de obras de infraestrutura e projetos de urbanização que valorizam a dinâmica logística e atuam na tentativa de ampliar a fluidez metropolitana – que pode ser compreendida na finalização do Arco Metropolitano, e nas obras de ampliação da BR-116 (Via Dutra), ampliação e conexão da Via light com a Avenida Brasil (BR-101) e com a Via Dutra, além das muitas obras de vias auxiliares com Trans-Baixada, que ligaria Mesquita à Duque de Caxias - via trajeto do rio Sarapuí (essa obra ainda não saiu do papel); e o "Arquinho", obra de via auxiliar que conectaria a Reduc ao Arco Metropolitano passado pelo Bairro Campos Elíseos em Caxias. Poderíamos citar inúmeras outras vias que foram ativadas em vários municípios cortados pelo Arco Metropolitano e que estão em busca desta fluidez de mercadorias.

É salutar esclarecer que essas "novas dinâmicas de fluidez" não estão dissociadas das antigas áreas produtivas – áreas fabrís como a BAYER em Belford Roxo, o polo cosmético em Nova Iguaçu, o parque Industrial de Queimados. Ao contrário, atribuem novos significados para essas áreas, integrando-as aos circuito logístico-produtivo, permitindo classificar toda a Baixada como uma "região potencial", um ótimo "lugar para investir". Essa expectativa, surfou na onda neodesenvolvimentista que marcou a década de 2000 (OLIVEIRA; ROCHA, 2015).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Por isso, segundo a sondagem econômica regional do primeiro trimestre de 2007 realizado pela FIRJAN [Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro], a "Baixada" registrou a maior alta da indústria e do emprego no Estado do Rio de Janeiro. Esse indicador rendeu a titulação da reportagem "*Em expansão: estudo da Firjan revela um crescimento da indústria e do emprego na Baixada*", contida no caderno especial do Jornal O Dia de 1 de julho de 2007. Segundo a reportagem, o crescimento econômico estaria atraído não somente o ramo industrial, mas também investimentos na área da construção civil, que foram visíveis nas construções de condomínios de porte da classe média alta na Baixada e no avanço das atividades hoteleiras e prédios comerciais.

A chegada de novos investimentos privados em busca da ótima condição logística da região, foram basilares na difusão das novas representações. A condição logística da Baixada foi bastante exaltada nos materiais de propaganda, folders de vendas e apresentações dos empreendimentos. Como a estratégia do mercado imobiliário representa, ao mesmo tempo, reflexo e condicionante das transformações materiais e imateriais na região, que por sua vez influenciam na difusão de novos sentidos para o coletivo "Baixada", as representações contidas nestas propagandas que servem de legitimadores de um novo sentido para a região.

Como exemplo, contido em nossa tese de doutorado, indicamos as "representações" da divulgação dos Empreendimentos da NEP. S/A, que utilizou o suporte espacial específico da Baixada e sua localização para difundir a viabilidade do negócio. Em slides de divulgação do empreendimento, são utilizados mapas e imagens de satélites que destacam as potencialidades logísticas e explicações do investimento nestas áreas. Exemplificamos a partir das figuras 1 e 2.

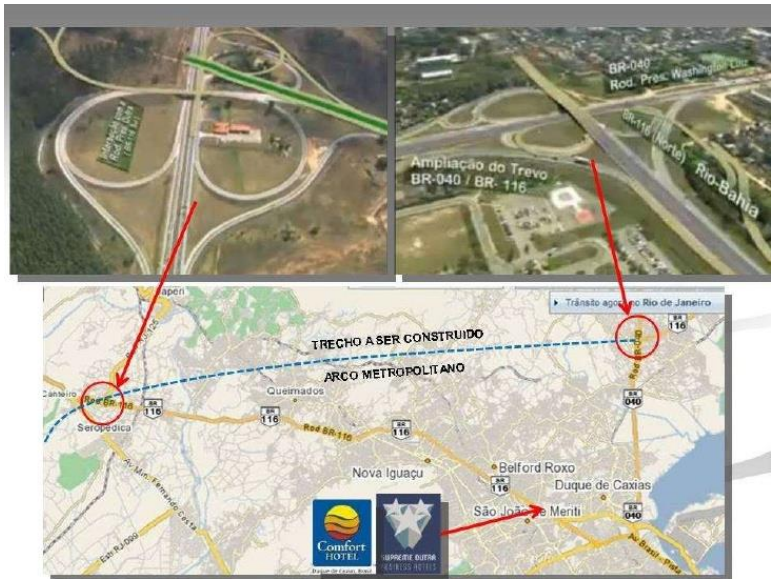
Figura 1 -Slide 8 da divulgação do empreendimento Supreme Dutra. Destaque para o Arco Metropolitano e a logística da região.



Fonte: NEP S./A.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 2 – Slide 10 da divulgação do empreendimento Supreme Dutra. Destaque para localização do empreendimento e dos principais entroncamentos logísticos.



Fonte: NEP. S/A

A análise destes materiais publicitários indica que o valor conotativo atribuído ao negócio se alicerça na condição logística da Baixada, que aparece com destaque nas figuras 1 e 2. Em sua propaganda o empreendimento está "localizado em uma região que remete ao que há de melhor em potencial econômico já consolidado*", ao fazer isso* empresta significados a área, exemplifica a partir dos mapas e imagens de satélites o aporte que justifiquem tais investimentos. Aqui não há menção de uma Baixada da violência, essas representações buscam legitimar uma "Baixada dos negócios".

É salutar apresentar que hoje esse empreendimento foi concluído, e já se encontra em operação através da marca *Red Roff,* reforçando o modelo de apart-hotéis de signo internacional que atuam na região em busca de um nicho de mercado não explorado – o turismo de negócios.

Neste contexto de dinamização de novas representações, nas mais variadas mídias buscam-se vincular elementos que representam novas formas-conteúdo para essa região. Por exemplo, a reportagem do jornal O Extra de 31 de janeiro de 2009 intitulada *"Baixada Fluminense atrai investimentos e ganha*

ISBN **978-65-990229-0-6**

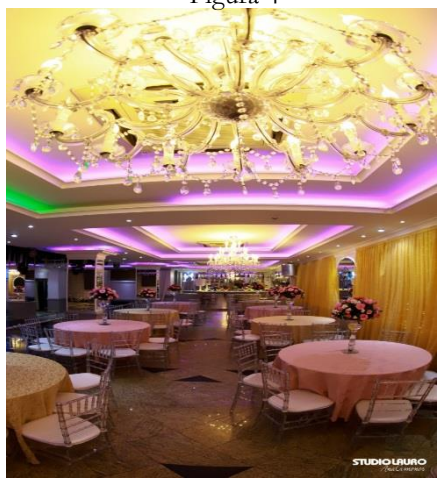
estabelecimentos de luxo"[1], além de destacar os investimentos de empreendimentos residenciais de médio e alto padrão, que inclusive apresentam possibilidades de instalação de helipontos – demonstrando o caráter singular das pessoas que circulam por seus municípios.

Segundo a reportagem, esses empreendimentos são associados, e se reforçam, com a presença de uma gastronomia sofisticada com destaques para pratos finos e comidas especializadas; com a presença de boutiques de roupas de alta costura presentes em cidades como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, além da menção de grife própria oriunda de Nova Iguaçu que "*invadem de Ipanema à Europa*", caracterizando um "*Design in Baixada*". Além disso são mencionados a presença dos salões de festas, estimada na reportagem com "196 espalhadas"', que mesmo alugada por "pessoas humildes" a forma de organização da festividade é considerado como um novo padrão de sociabilidade, por assim dizer "*fashion*".[2] [ver figura 3 e 4]

Figura 3



Figura 4



Imagens de ornamentação de estilo sofisticado em Salão de festa em Nova Iguaçu.
Fonte: Disponível em <https://www.hollywoodcasadefestas.com/#galeria>.

Em todas essas alterações na vida na Baixada, que inclusive se realizam no ato de morar, no ato de comprar, no ato de se vestir e no ato de festejar, indicam que, se de um lado há uma melhoria das condições econômicas quanto

[1] Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense-atrai-investimentos-ganha-estabelecimentos-de-luxo-229802.html> data do acesso 18 fev. 2020.
[2] A questão mais aprofundada dos salões de festas pode ser vista através do trabalho de Everaldo Lisboa (2015). Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/view/8315/5482>

ISBN **978-65-990229-0-6**

poder aquisitivo de alguns moradores, de outro não podemos afirmar que essas mesmas alterações são capazes de superar os impasses das desigualdades e das fissuras sociais internas no interior da Baixada. Por mais essas que mudanças sintetizem novas tendências sociais e materializem um novo padrão estético – vide o impacto visual de muitos empreendimentos na região.

Neste sentido, reforçamos que a incorporação desses municípios periféricos a expansão cíclica interna do capital no contexto da reestruturação da metrópole fluminense está, na prática potencializando a complexidade dos quadros de desigualdade interna e não é capaz de superar os problemas históricos que sustentam a representação hegemônica para essa região.

A VIOLÊNCIA E O DESCASO SOCIAL – A REPRESENTAÇÃO HEGEMÔNICA AINDA PERSISTE.

No dia 31 de março ano de 2005, mesmo período que se destacavam representações sobre o desenvolvimento e prosperidade econômica, a Baixada Fluminense registrava a maior chacina do da história do Estado do Rio de Janeiro. Naquele episódio foram vitimadas 29 pessoas, fruto da ação de policiais à paisana que percorreram localidades de Nova Iguaçu e Queimados[3] atirando em pessoas em retaliação as medidas "linha-dura" adotadas em batalhões na região.

Ainda, recentemente em julho de 2019, foi registrado mais um caso, dessa vez em Belford Roxo, quando 4 pessoas foram mortas e 11 ficaram feridas com ataques, desta vez envolvendo uma guerra entre traficantes e a milícia[4] pelo controle territorial de uma localidade – Vila Dagmar.

Esses episódios, marcam o vilipendio experimentado historicamente na região, as chacinas ou os extermínios, são citados por José Claudio Alves (2003) como o *modus operandi* do poder nestes municípios. A estrutura de poder que se consolidou ao longo do século XX ainda faz parte da organização socioterritorial da Baixada.

Não é por menos que o Atlas da Violência de 2018, registrou que em 2016 Queimados foi o município com a maior taxa de mortes violentas do Brasil (134,9 mortes para cada 100 mil habitantes)[5]. Sendo, por consequência o primeiro

[3] https://oglobo.globo.com/rio/em-2005-baixada-registrou-maior-chacina-da-historia-do-estado-6044287 Acesso em 15 de abril de 2020.

[4] https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/06/5658532-ataque-em-bar-em-belford-roxo-deixa-mortos.html Acesso em 11/05/2020.

[5] Informações registradas em reportagens <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/queimados-rj-tem-maior-taxa-de-mortes-violentas-no-brasil-diz-estudo.ghtml> Acesso em 11/05/2020

ISBN **978-65-990229-0-6**

no estado do Rio de Janeiro, seguido por Japeri (95,5mortes para cada 100 mil habitantes). Neste mesmo estudo podemos considerar outras cidades da Baixada como as mais violentas do estado: Itaguaí (73,6), Nilópolis (73,3), Belford Roxo, (58,1), Magé (57,1), São João de Meriti (56), Nova Iguaçu (54,4) Mesquita (54,4) e Duque de Caxias (47,2).[6]

Vale comentar que Queimados e Itaguaí passaram nos últimos anos por um crescimento econômico considerável diante das condições logísticas-produtivas que musicalizaram a reestruturação territorial produtiva no Extremo-Oeste Metropolitano(OLIVEIRA,2015). Todavia esse "crescimento" foi acompanhado da escalada da violência e se espraia por vários municípios da Baixada, como uma "síndrome metropolitana", ao carregar um mal estar do transbordamento da problemática da violência, que é agudizada pela expansão territorial do tráfico de drogas na ocasião da implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's) - para muitos interpretes, esse evento forçou o "Tráfico" a sair das favelas cariocas e buscar por novos territórios, e atualmente avança e se consolida sobre vários municípios da Baixada e de outras regiões como na Costa Verde e na Região dos Lagos.

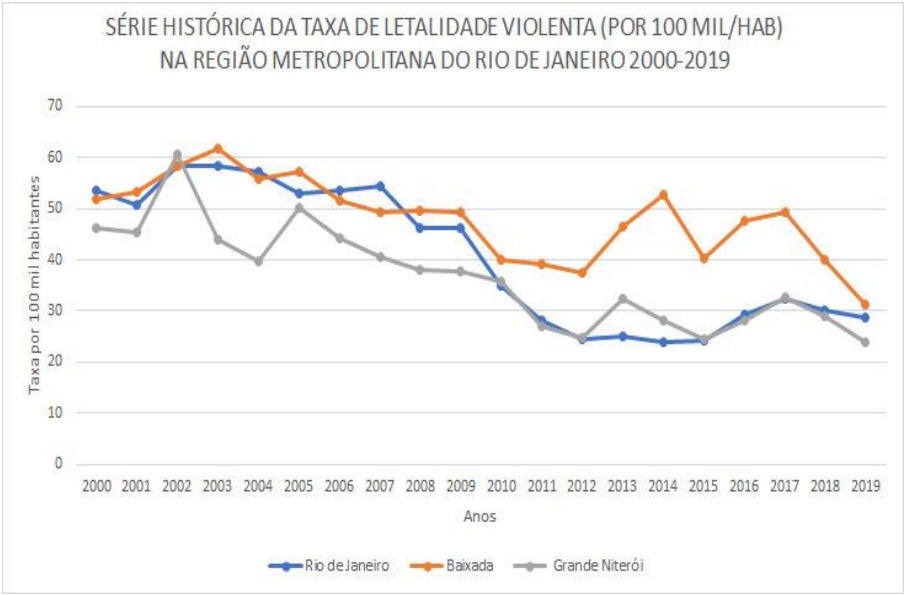
Ao mesmo tempo que se percebe a expansão do tráfico, há gradativamente, a consolidação das ações da milícia em diversas comunidades da Baixada. O que torna esse território, já marcado por grandes indicadores de violência, palco de disputas que aumentam os indicadores de morte violenta. Soma-se ao fato de que há um pequeno investimento no campo da segurança pública destinada à Baixada Fluminense. Isso desdobra na piora dos indicadores em detrimento as demais regiões do Estado. Refletindo, portanto, em um grave desequilíbrio regional amplificando desigualdades, e reforçando a representação hegemônica da Baixada. [ver gráfico1]

Ao gráfico 1, foi elaborado com base nos dados disponíveis no documento "séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro e grandes regiões" (ISP, 2020), é possível identificar que a Baixada Fluminense, apresenta a maior taxa de letalidade violenta na região Metropolitana desde de 2008, assumindo uma diferença expressiva a partir de 2013. Marcadamente reafirma como as políticas de segurança implementadas na cidade do Rio de Janeiro cooperam com a expansão de atividades ilegais em seu entorno, e que as medidas tomadas para a Baixada no mesmo período foram mínimas.

[6] O Atlas da Violência 2018, publicado pelo IPEA, pode ser obtido em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=33410&Itemid=432>. Acesso em 11/05/2020.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Gráfico 1



Fonte: Instituto de Segurança Pública (2020). Organizado pelo Autor.

A elevação dos casos, faz com que a Baixada[7] assuma, também, a maior taxa de letalidade violenta do Estado do Rio de Janeiro. Pois em 2013 e 2014 marcou respectivamente, 50,6 e 59,4, enquanto, nestes mesmos anos, o município do Rio de Janeiro a taxa de letalidade foi de, 25,1 e 24; a Grande Niterói[8] foi de 35,3 e 34,9; e o Interior do Estado[9] as taxas foram de 29,9 e 25. Destacamos que é considerando o "Interior do Estado", com um conjunto de 73 municípios, e que estes apresentaram menos da metade da taxa de letalidade da Baixada Fluminense. Essa comparação é muito importante, porque estamos incluindo neste conjunto importante centralidades do interior, como Campos do Goitacazes, Macaé e Volta Redonda, cidades que apresentam consideráveis

[7] Para o referido estudo o ISP (2020) considera todos os treze municípios da Baixada que utilizamos em nosso trabalho "Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Japeri, Queimados, Itaguaí, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Magé Guapimirim, Paracambi e Seropédica"

[8] Para o ISP (2020, p.20), a grande Niterói compreende "Niterói, São Gonçalo e Maricá. Contudo, até 2010 foram adicionados também os municípios de Itaboraí e Tanguá a esta região"

[9] São considerados todos os demais municípios do Estado não inclusos na Grande Niterói e na Baixada Fluminense e a Capital.

ISBN **978-65-990229-0-6**

atividades econômicas e concentrações populacionais, e mesmo quando avaliadas em conjunto com outras 70 cidades, não superam as taxas de letalidade da Baixada.

No mesmo período que se avançam novos estilos, do morar na Baixada, com apartamentos e casas lançadas por grandes corporações com um novo *life-stile,* essa região reafirmar seu conteúdo de exclusão e marginalização. Percebemos que na prática se materializam com os novos investimentos um novo quadro de desigualdade interna, onde os grandes negócios da cidade servem para uma pequena parcela da população e grande parte experimenta os gritantes indicadores de violência, que se afirmam cotidianamente.

Esse exemplo pode ser feito a partir da geografia contida na cidade de Nova Iguaçu. Enquanto o bairro centro de Nova Iguaçu experimenta uma renovação de seu comércio, com "lojas conceitos", uma certa gurmetização de bares e restaurantes, lançamentos de empreendimento imobiliários comerciais residências para classe média e alta, há uma interiorização da violência. Há inúmeros caso de violência extrema contida no avanço do tráfico e na interiorização da milícia em bairros mais afastados. Um caso emblemático é o conteúdo que se materializa ao longo da "Estrada de Madureira".

Essa estrada corresponde a Avenida Abílio Augusto Távora (RJ 105), que atravessa inúmeros bairros, passando desde o centro, mais elitizado, até chegar ao Km32, passando por bairros com infraestrutura mais modesta e precária. Essa "estrada" testemunha o degradê socioeconômico do município, e as diferenças territoriais que marcam signos da violência. Bairros e localidades como Cabuçu, Paraíso, Grão Pará Marapicu e Danon, experimentam cotidianamente disputas pelos territórios que envolve inúmeros agentes: polícia, tráfico e milícia. Esse fato é noticiado a partir de reportagens de Jornais[10], mas também presente nos relatos de anônimos de moradores.

Um ponto que necessita ser considerado é que, com a expansão das atividades ilegais na Baixada fluminense, também percebemos avanço da ação violenta por parte do Estado no combate ao tráfico e a milícia. Os dados do ISP (2020) constatam que cresceu drasticamente a taxa de letalidade por ação de agente do Estado na região. Passando em 2000 de 2,5 mortes por 100 mil habitantes, para 13,7 no ano de 2019. Essa informação expressa um aumento

[10] Para exemplo, podemos mencionar a reportagem de 24 de junho 2019 intitulada "Confronto entre Milícia e Tráfico deixa pelo menos um morto na Baixada - policiamento foi reforçado nas comunidades Cabuçu, Paraíso, Grão Pará Marapicu e Danon". Disponível em <https://meiahora.ig.com.br/geral/policia/2019/06/5656558-confronto-entre-milicia-e-trafico-deixa-ao-menos-um-morto-na-baixada.html>. Outra reportagem de 22 de setembro de 2016 é "Milicianos de Cabuçu na Mira da Polícia. Disponível em <http://jornalhoje.inf.br/wp/?p=32251>

ISBN **978-65-990229-0-6**

superior a 500%, isso porque não estamos considerando o pico do período, no ano de 2018, onde a taxa de letalidade foi de 14,3.

A taxa de letalidade envolvendo ação de agente do Estado, ou seja, oriundo majoritariamente as ações de intervenção policial, marcou a Baixada no ano de 2018, superando todas as demais regiões do estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano a cidade do Rio de Janeiro registrou 8,5; a Grande Niterói, 13,9; e o Interior 3,9.

A partir desses dados, percebemos gradativamente que a representação hegemônica que marcou a Baixada Fluminense nos anos de 1970 e 1980, ainda continuam presentes com risco severo de expansão e com seletividade, pois como se sabe as taxas de mortalidade se materializam na periferia da periferias, são bairros afastados dos grandes centros econômicos e sociais, afetam em geral a população mais pobre, cuja representação do desenvolvimento e do progresso aventadas para a Baixada nos anos 2000, passa ao largo de sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESAFIO DESTAS REPRESESENTAÇÕES

Gostaria de retomar essa parte final com uma reflexão de Claude Raffestin. Para ele as representações funcionam como uma moeda fiduciária. Ou seja, seu valor está contido em "quem fala", mas também nas correspondências materiais existentes. Se pensarmos em quem fala, estamos pensando em atores que buscam legitimar suas estratégias, suas intenções. Quando pensamos nas correspondências, estamos observando a materialização de ações (voluntárias ou não) que marcam a tessitura territorial.

A problemáticas da Baixada Fluminense se encontra exatamente neste ponto. Vivenciamos uma disputa semântica e territorial sobre a Baixada, que ignoram existências e tentam apagar, sem resolver, uma velha representação.

De um lado, há um discurso de prosperidade, progresso, dos novos investimentos, das novas industriais, dos corredores logísticos, que materializam as dinâmicas do capital sobre a periferia da região metropolitana com a finalidade e garantir o desenvolvimento. Os atores que difundem esse progresso, possuem grande força de projeção. São empresários, grandes construtoras, são grandes capitais industriais. Como diria um amigo professor: "quem é contra o desenvolvimento e progresso?". De outro, quando observadas as tessituras deste território a "representação hegemônica" marcada pela violência social, ainda persiste e avança de forma descomunal. Há o avanço do tráfico de drogas e da milícia, mas também uma violência do Estado. Embora sejam presentes em noticiários, essas representações ganham vozes reivindicatórias em movimentos sociais e populares da região e, por vezes, são apropriadas por lideranças políticas que retroalimentam essa estrutura.

As diferenças territoriais se tornam agudas frente as dinâmicas de investimentos nesta região, é urgente um olhar mais específico para essa parte da

ISBN **978-65-990229-0-6**

periferia metropolitana. Trata-se de pensarmos além da relação Rio-Baixada. Devemos incluir as relações Nova Iguaçu-Cabuçu; Belford Roxo-Lote XV; Duque de Caxias-Jardim Primavera, entre outras múltiplas relações, como parte de nossa investigação-ação, para entendermos as fissuras e complementariedades da dinâmica territorial periférica.

É importante frisar que há urgência em discutir essa condição de periferia. Embora as novas representações das dinâmicas econômicas sejam "verdadeiras", elas estão, como diriam Henri Lefebvre, num jogo de legitimidade. Essas podem, e querem, ser tornar hegemônicas para a realidade da Baixada, porém não podem ofuscar a necessidade de olharmos seus municípios por dentro de sua própria dinâmica e de suas necessidades.

Os dados apresentados sobre a violência que se expande é apenas uma das muitas questões, porém igualmente necessárias são as discussões sobre os direitos a habitação, a saúde, ao saneamento básico, ao trabalho, a cultura, aos esportes, ao ambiente saudável, ao direito de expressar sua identidade social e valorização histórica, entre outras questões, que insurgem nos últimos anos. Questões que potencialmente podem ser mais bem compreendidas na atualidade devido ao grande número de instituição de pesquisa e ensino na região, por conta de pesquisadores que moram, estudam, e militam na/para a Baixada

Assim, o século XXI, abre para a Baixada novas perspectivas. Os estudos contemporâneos, não são temas da moda. São temas urgentes, pois quando se trata da Baixada, como diriam Milton Santos, falamos com "razão e emoção". Não se trata apenas de números econômicos ou de taxas de violência, trata-se de gente. É como está presente no hino do Município de Belford Roxo: "essa gente que progride, que trabalha que estuda, essa gente que decide o que é bom para o lugar". E é por essa gente, que continuamos com nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Sousa. *Dos barões ao Extermínio:* uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

BAILLY, Antoine. Les représentatios em géographie. In: BAILLY, A. et all (dir.) *Enciclopédie de geographie.* Paris: Econômica, 1995.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* 10ª ed.Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ENNE, Ana Lúcia Silva. A "redescoberta" da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. *pragMATIZES* - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, Ano 3, número 4, p.6-27, 2013. Disponível em <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10356/7193>. Acesso em 15/10/2014.

ISBN **978-65-990229-0-6**

*INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA***.**Séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões**.**Disponível em <http://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>. Data do acesso 20 de fevereiro de 2020.

JODELET, D. (org.)*As representações sociais***.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001

LAGO, Luciana Corrêa. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Ano XXI, nº 2, p. 9 – 28, ago-dez 2007

LEFEBVRE, Henri.*La Presencia y La Ausencia***.** Contribuicion a La teoria de las representaciones. México: FCE, 2006.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações Sociais. In: JODELET, D. (org.)*As representações sociais***.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001

OLIVEIRA, Leandro Dias**.**A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva, *Espaço e Economia* , 7 | 2015. Disponível emhttp://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814 ; DOI : 10.4000/espacoeconomia.1814

OLIVEIRA, Leandro Dias de; ROCHA, André Santos da . Neodesenvolvimentismo e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil). In: Helena Pina; Paula Remoaldo; Maria da Conceição Ramos; Helder Marques. (Org.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise*. 1ed.Porto: Fundação Universidade do Porto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, v. 1, p. 126-142.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In. SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério.*Territórios e territorialidades*- Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p.17-35

RAFFESTIN, Claude**.** *Por uma geografia do poder***.** São Paulo: Ática, 1993

ROCHA, André Santos da. O território e sua empiria para a leitura das politicas de desenvolvimento no cnotexto de uma economia global. In:OLIVEIRA, F.G. ET ALL (Org's.) *Espaço e Economia*. Geografia Econômica e a economia politica. Rio de janeiro: Consequência, 2019. pp.245-294.

_____ Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o "novo" mercado imobiliário da região. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 3, n.º 6, Janeiro / Junho de 2015. Disponível em:http://espacoeconomia.revues.org/1677. Acesso em: 10 de dezembro de 2015. DOI : 10.4000/espacoeconomia.1677

_____. *As representações ideais de um território*: Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação

ISBN **978-65-990229-0-6**

territorial da Baixada Fluminense pós 1990. Tese (Doutorado em Geografia), PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

_____. "Nós não temos nada a ver com a Baixada" - problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território.*Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. Ano 3 Número 4, pp. 1-22 Janeiro – Julho, 2013.

SILVA, Lucia Pereira. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. *Reconcavo:Revista de História da UNIABEU*. Volume 3 Número 5,pp.47-63, Julho-dezembro, 2013

SEGADA SOARES, Maria Teresinha de. "Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 2, n. 24, 1962

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade Estilhaçada* – Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Nova Iguaçu: Entorno, 2007.

ISBN **978-65-990229-0-6**

PALMILHANDO PERIFERIAS DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: O CORPO E O VALOR NAS FORMAS DESDOBRADAS DOS TERRITÓRIOS DE CONTENÇÃO

Marcio Rufino Silva

1. O CORPO E O VALOR COMO PONTOS DE PARTIDA

Este é, de fato, um tempo no qual o negativo comanda. O império da destituição espetacular é a morfologia e a manifestação mais aguda de um momento crítico, no qual a mercadoria, em seu sentido histórico de saturação, caminha celeremente entre o apogeu e o ocaso. Em outras palavras, poderíamos dizer que este momento da história conjuga-se ao embotamento do fluxo e do devir do peso morto do tempo histórico. Torna-se *espaço*, parafraseando famosa contribuição do filósofo húngaro Georg Lukács.[1]

Nesse sentido, cabe trazer, mais uma vez, a espaço-temporalidade atinente a esse processo, em seus desdobramentos escalares. E, simultaneamente,

[1] "Como o processo de trabalho é progressivamente racionalizado e mecanizado, a falta de vontade é reforçada pelo fato de a atividade do trabalhador perder cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude *contemplativa*. A atitude contemplativa diante de um processo mecanicamente conforme às leis e que se desenrola independentemente da consciência e sem a influência possível de uma atividade humana, ou seja, que se manifesta como um sistema acabado e fechado, transforma também as categorias fundamentais da atitude imediata dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível do espaço. [...] O tempo perde, assim, o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de 'coisas' quantitativamente mensuráveis (os 'trabalhos realizados' pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana); torna-se um espaço. Nesse ambiente em que o tempo é abstrato, minuciosamente mensurável e transformado em espaço físico, um ambiente que constitui, ao mesmo tempo, a condição e a consequência da produção especializada e fragmentada, no âmbito científico e mecânico, do objeto de trabalho, os sujeitos do trabalho devem ser igualmente fragmentados de modo de racional." LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 204-205.

ISBN **978-65-990229-0-6**

trazer o sucedâneo do debate implicado à assim chamada "razão" e à "ciência", que desde o aprofundamento da divisão do trabalho, típica das searas exclusivas do campo economicamente "produtivo" (a indústria, o comércio, os serviços, a agricultura etc.), também se reparte em múltiplas especializações. De uma Filosofia que almeja o universal e campeia pelo esforço da busca pela verdade (seja em seu viés racionalista, empirista ou idealista, porém marcando a era moderna justamente pelo seu viés profundamente interventor e potencialmente transformador), nascem e desenvolvem-se as ciências especializadas. Não são poucos os autores que contam essa história, e é bem conhecida a tese do apego dos campos especializados do conhecimento ao desenvolvimento global das forças produtivas. Não há, portanto, possibilidade real de dissociar-se ambos processos: a ciência e a indústria caminham lado a lado, ora em parceria pura e simplesmente, ora em um embate surdo e, por vezes, explosivos. Mas os termos dessa sociabilidade estão já demarcados desde o advento e a centralidade da forma mercadoria no cômputo da produção total global.

No entanto, vamos ao *corpo*. O subtítulo deste escrito, que almeja colocar o corpo, metodologicamente, como um expediente ou talvez um apêndice da forma valor, certamente cruzará fronteiras não muito aceitáveis ou confortáveis em determinados escopos admitidos do debate acadêmico. O método, porém, em sua abordagem metalinguística, exige esse exercício: saltar escalas e transitar fronteiras e territórios. E não se perder em um simples jogo de palavras, já que a trama conceitual e categorial deste escrito já se anuncia em suas primeiras manifestações, conforme o leitor traça seus olhos nestes pixels ou pigmentos impressos em papel. O *arsenal* teórico-metodológico-epistemológico (utilizando um termo profundamente instrumental em searas bélico-militares) exposto aqui marca justamente a potência deste tempo crítico de operação da negatividade. Razão, linguagem e ciência caminham todas, segundo suas peculiaridades histórico-geográficas, ao torvelinho da fictícia pulsão vital de fazer o valor fabricar mais valor. Entre o conjunto de alienações e o *fetiche*, este último brilhantemente exposto e destrinchado em vários momentos da obra da madureza de Karl Marx, o "ponto crítico" apontado em clássicos momentos da obra de Henri Lefebvre, inspirando na anunciada "revolução urbana", repõe justamente o campo das contradições.

Afinal de contas, como é possível viver diante da administração armada da vida cotidiana? Como é possível habitar e circular diante de um escopo urbano marcado pelas interdições *territorializadas*, postas pelo cruzamento dos "planejamentos estratégicos" especialistas em jogar os pobres no confinamento ou no exílio das periferias e/ou "comunidades"? Como é possível fruir diante de um espaço rigidamente controlado e compassado, seja pelos "horários dos ônibus e metrô", seja pela "tarifa cheia" praticada pelos *lobbys* empresariais da "mobilidade urbana", seja pela atmosfera de medo justificada pelos episódios espasmódicos de "violência urbana", seja pelo belicismo e/ou genocídio (quase) inadmitido da guerra contra os pobres? Como é possível a própria vida, a

ISBN **978-65-990229-0-6**

existência mais elementar do corpo, diante da barbárie aventada por este cotidiano coalhado de terrorismos das mais variadas ordens: o medo dos episódios fenomênicos da crise econômica, o medo do desemprego e da explosão da dívida, o medo da erupção da violência generalizada e o medo da guerra nuclear entre potências estrangeiras de polpudo arsenal?

O corpo, assim, é uma escala dotada de imensa riqueza. É o irredutível que se liga à mundialidade, o outro extremo dos jogos escalares. A metrópole, essa figura que se remete ao desdobramento do fenômeno urbano contemporâneo, cuja existência merece constante escrutínio crítico, representa justamente o escopo dessa realidade contemporânea. Produz-se o espaço: a cidade e a metrópole, em constante contradição, iluminam o momento de sua generalização concreta e/ou virtual. As teias da valorização do valor compreendem escalas que requerem, constantemente, a reconstrução do campo analítico, categorial e conceitual que pautam a inteligibilidade deste momento contemporâneo.

É por essa razão que, neste texto, propomos a apresentação de algumas hipóteses para uma leitura a propósito do mundo urbanizado. Entre elas, a relação entre o dispêndio e a finitude, como uma amostra de alguns fundamentos para a crise contemporânea. A outra hipótese, apresentada no tópico seguinte, almeja trazer a relação entre o corpo, o vivido e a alienação espacial, iluminando uma perspectiva mais "crua" dessa alienação. Finalmente, trazemos um debate a respeito dos desdobramentos da alienação contemporânea, expondo circunstâncias diversas dessas formas particulares de alienação.

O DISPÊNDIO E A FINITUDE: O ANTEPARO NECESSÁRIO DA CRISE

Vem do ensaísta francês Georges Bataille uma significativa contribuição ao estudo das trocas. Uma de suas principais obras, denominada "A parte maldita", foi republicada recentemente em português, e cuja edição traz um outro importante escrito do autor, intitulado "A noção de dispêndio". Neste último, Bataille apresenta sua leitura, trazida a partir da obra do antropólogo e sociólogo[2] francês Marcel Mauss, a respeito de "uma forma arcaica de troca", que Mauss identificou com o nome de *potlatch*. Resumidamente, essa instituição, encontrada entre diversas nações de nativos do noroeste dos Estados Unidos, consiste em promover "uma dádiva considerável de riquezas oferecidas ostensivamente", sob

[2] A esse respeito, quanto à extensão da formação e obra de Marcel Mauss, a própria teoria da dádiva ilumina sua relação com os grandes debates do campo da sociologia, tanto em sua época quanto nos dias atuais. Cf. MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 73 | 2005, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 11 Junho 2017. URL: http://rccs.revues.org/954; DOI: 10.4000/rccs.954.

ISBN **978-65-990229-0-6**

a finalidade de "humilhar, de desafiar e de *obrigar* um rival" (BATAILLE, 2013 [1933]: 24). Assim,

> O valor de troca da dádiva resulta do fato de que o donatário, para apagar a humilhação e rebater o desafio, deve satisfazer à obrigação – contratada por ele quando da aceitação – de responder posteriormente por uma dádiva maior, ou seja, de retribuir com usura. (BATAILLE, 2013 [1933]: 25)

No entanto, nem apenas de dádivas espetaculares é feito o *potlatch*. As "destruições espetaculares de riqueza", cuja similitude com os rituais religiosos envolvendo sacrifícios é indicada por Bataille, envolviam desde degolações de séquitos de escravos pelos seus próprios senhores, diante dos rivais destes últimos, até o incêndio de aldeias inteiras e "afundamento de frotas de canoas"; além disso, note-se a destruição de "lingotes de cobre brasonados", dotados de alto valor fictício, simbolizando imensa riqueza, sendo quebrados ou mesmo jogados ao mar. O vínculo dessa arcaica instituição com a "inflação de crédito da civilização bancária" (BATAILLE, 2013 [1933]: 26) está justamente, para o autor, no "poder de perder" do consumo suntuoso e do dispêndio improdutivo. No entanto, tal procedimento, típico de uma "economia mercantil" de caráter moderno, só se torna possível diante de um anteparo na estabilidade constante do sistema de trocas. Assim, nas sociedades modernas, "a perda ostentatória permanece universalmente ligada à riqueza como sua função última", e essa fortuna acumulada só se transfigura em elevada "posição social" quando tal montante é parcialmente sacrificado a "dispêndios sociais improdutivos, tais como festas, os espetáculos e os jogos". E mais: se sociedades pagânicas exigiam, historicamente, tais dispêndios espetaculares da coletividade, o cristianismo, agindo na "individualização da propriedade" e "dando a seu possuidor uma disposição completa de seus produtos e revogando sua função social", substituiu o dispêndio pagão pela "esmola livre" (BATAILLE, 2013 [1933]: 27), conferida pelos ricos às igrejas, mosteiros e, eventualmente, aos empobrecidos e despossuídos em geral.

Desse modo, o autor traz à luz uma conhecida face da acumulação de caráter tipicamente burguês: *o desmedido tem controle e a generosidade submete-se ao cálculo*. A orgia da troca dadivosa converte-se em contabilidade, a destruição espetacular de riquezas é friamente programada para fins de novos ciclos de acumulação. Nem é necessário muito esforço imaginativo para que se vislumbre as consequências atuais dessa "conversão" do arcaico ao moderno.

Páginas adiante dessa mesma edição em português, já em "A parte maldita" (2013 [1949]), Bataille inicia sua obra em considerações a respeito do "fluxo" e do "excedente de energia" e a sua conversão em economia, em seu caráter moderno. Segundo o autor,

> O organismo vivo, na situação determinada pelos jogos da energia na superfície do globo, recebe em princípio mais energia do que é necessário para a manutenção da vida: a energia (a riqueza)

ISBN **978-65-990229-0-6**

> excedente pode ser utilizada para o crescimento de um sistema (de um organismo, por exemplo); se o sistema não pode mais crescer, ou se o excedente não pode ser inteiramente absorvido em seu crescimento, é preciso necessariamente perdê-lo sem lucro, despendê-lo, de boa vontade ou não, gloriosamente ou de modo catastrófico. (BATAILLE, 2013 [1949]: 45)

Queixando-se da estreita compartimentação dos domínios modernos do conhecimento (escreve o autor que "a economia nunca é encarada *em geral*", "a atividade econômica é concebida sob a forma da operação *particular*, cujo fim é limitado"), Bataille traz a guerra, "um dispêndio catastrófico", como uma amostra contemporânea dessa destruição espetacular da superprodução (BATAILLE, 2013 [1949]: 45-46). Tratando especificamente da relação entre a "superabundância da energia bioquímica" e o "crescimento", retrata o ensaísta a irradiação solar e seu vínculo com o "assédio da vida" como um dos fundamentos essenciais da "pressão" verificada pela sua super-presença: o que "não pode servir para o crescimento, fica perdido" (BATAILLE, 2013 [1949]: 51-52). Essa "pressão", para o autor, tem consequências muito importantes. A primeira delas, denominada "extensão", significa que essa energia se replica em outros lugares. A segunda, denominada "dilapidação ou luxo", implica na luta de morte travada no interior dessa energia que se desdobra; trata-se de uma "luxuosa dilapidação de energia" (BATAILLE, 2013 [1949]: 53), o negativo puro e simples do crescimento ilimitado dessa mesma energia. Aqui, cabe uma primeira provocação: a crise contemporânea não revelaria justamente o quanto uma humanidade inteira simplesmente é cada vez mais *inservível* à voracidade das exigências de uma acumulação ficcionalizada em escala global? A luxuosa dilapidação de energia não é o mesmo que, nos dias que correm, considerarmos que a própria *humanidade* inteira torna-se potencialmente um *luxo* para o estatuto totêmico da valorização do valor?

Achille Mbembe, filósofo camaronês, em "Crítica da Razão Negra" (2014), trata da crua corporeidade ao problematizar o "Negro" como categoria histórico-social muito demarcada e delimitada pela modernidade. A partir do "vertiginoso conjunto" (Negro e raça) em sua história, apresenta três momentos. O primeiro, a "espoliação organizada em proveito do tráfico atlântico", quando mulheres e homens originários de África "foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda". O segundo momento "corresponde ao acesso à escrita e tem início no final do século 18", quando os negros, estes "seres-capturados-pelos-outros", conseguem "articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo"; corresponde a esse momento a eclosão inúmeras revoltas de escravos e a independência do Haiti, em 1804, bem como "os combates pela abolição do tráfico, pelas descolonizações africanas e lutas pelos direitos cívicos nos Estados Unidos", encerrando-se no desmantelamento do *apartheid* na África do Sul. Finalmente, o terceiro momento, no início do século 21, é apresentado pelo autor

ISBN **978-65-990229-0-6**

como o "neoliberalismo", a "época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro", onde "todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter valor de mercado" (MBEMBE, 2014: 12-13).

O mundo empresariado e administrado da economia ficcionalizada nas "dívidas insolúveis" é o mundo sem "trabalhadores propriamente ditos", apenas com "nômadas do trabalho". Trata-se da ficção do "empresário de si mesmo", plástico e convocado "a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefactos que a época oferece". Este homem, diferentemente do "sujeito trágico e alienado da primeira industrialização", não apresenta "nenhum limite para a modificação da sua estrutura biológica e genética": é um ser "aprisionado no seu desejo", cuja "felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferece-la num mercado como num produto de troca". Adiante, acrescenta o autor:

> Esse *homem-coisa, homem-máquina, homem-código* e *homem-fluxo*, procura antes de mais regular a sua conduta em função de normas do mercado, sem hesitar em seu auto-instrumentalizar e instrumentalizar outros para optimizar a sua quota-parte da felicidade, ao reino do curto prazo, abraça sua condição de sujeito solúvel e descartável para responder à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se outro. Acresce a isso o facto de o neoliberalismo representar a época atual na qual capitalismo e animismo, durante muito tempo obrigados a manter-se afastados, tendem finalmente a fundir-se. Passando doravante o ciclo do capital a ir da imagem para a imagem, a imagem tornou-se um fator de aceleração das energias instintivas. (MBEMBE, 2014: 15)

E a humanidade inteira tende a reproduzir as agruras dos escravizados de antanho. Este é o diagnóstico do autor quanto ao chamado "devir negro do mundo": guerras de ocupação e guerras anti-insurrecionais não visam "apenas liquidar o inimigo, mas também levar adiante uma distribuição do tempo e uma atomização do espaço". Eis a força da "inédita cumplicidade entre a economia e a biologia": militarização das fronteiras, fragmentação de territórios e criação de pequenas jurisdições, ao arrepio das soberanias nacionais, comandadas por um sem-número de "grupos armados privados" ou "sob a tutela de entidades internacionais", bem como a ocupação de exércitos estrangeiros. Some-se a essas "práticas de zoneamento" uma "rede transnacional de repressão" (MBEMBE, 2014: 16-17). Pela desumanização e a animalização do "Negro", "humilhado e profundamente desonrado", é este, "na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria", uma verdadeira "cripta viva do capital". Esse símbolo, porém, carrega uma profunda dualidade, uma reviravolta espetacular: é "o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no

ISBN **978-65-990229-0-6**

acto de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo" (MBEMBE, 2014: 19).

Essas duras palavras partem de um sentimento tornado escrita. O corpo, em suas determinações mais concretas e mais presentes, é o limite irredutível dessa manifestação do vivido tornado dispêndio. Quando essa energia viva ou esse corpo converte-se em categoria elementar do *estranhamento*, qual seria o limite ou a saturação necessária? Nos conhecidos "Manuscritos Econômico-Filosóficos", Karl Marx aponta, de antemão, o caráter profundamente negativo implicado ao processo de *trabalho alienado*, desdobrado em *trabalho abstrato*:

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. [...] A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (MARX, 2004 [1844]: 80-81)

É justamente a partir dessa relação entre o dispêndio, o corpo e o trabalho abstrato que caminhamos ao debate a seguir. *Nossa hipótese é que a crueza da alienação equivale à crueza do "dispêndio suntuoso" e rigorosamente calculado de uma ordem social que só se reproduz, em seus fundamentos, destruindo-se e consumindo-se ilimitadamente.* Não sem antes consumir e destruir a *humanidade*, e essa asserção nada tem de milenarista ou apocalíptica: na verdade, para os caídos que perambulam de refúgio em refúgio das guerras econômicas e/ou belicosas planeta afora, a destruição de seu mundo já é o *real* e o *irracional* em movimento. Para esses, nada mais há a não ser a teorizada "exceção": a regra é a "vida nua" enquanto tal, enquanto única existência possível diante do mundo globalizado. A ausência de futuro equivale ao eterno presente necessário ao contínuo da troca ampliada e da eterna acumulação. Derivando as provocações, quais as bases e a qualidade dos próximos ciclos de "crescimento econômico" e de "geração de renda" e de "emprego"?

ISBN **978-65-990229-0-6**

O CORPO E O VIVIDO: A ALIENAÇÃO ESPACIAL EM SUA FORMA "CRUA"

Marx não poupava os economistas políticos clássicos de sua ácida crítica. Nos "Manuscritos", o filósofo se dedica a citar, literalmente, o discurso das obras dos representantes mais celebrados da economia política de seu tempo. Fazendo pouca distinção entre os pressupostos trazidos por Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, Eugène Buret e Sismondi, entre outros, o chamado "primeiro manuscrito" é coroado com a constatação de que "a economia nacional [ou economia política] não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra" (MARX, 2004 [1844]: 79). Se a propriedade privada celebrada pelos economistas políticos é apresentada em sua pura morfologia, seu dado material, as "fórmulas gerais" e "abstratas" dessas leis apresentam-se como simples oposições entre "a doutrina da concorrência" e "a doutrina do monopólio", a "doutrina da liberdade industrial" e a "doutrina da corporação" ou a "doutrina da divisão da posse da terra" e a "doutrina da grande propriedade fundiária" (MARX, 2004 [1844]: 79-80). Assim, a proposição de Marx, de modo a não repetir o procedimento desses economistas em remeter-se a "um estado primitivo imaginário", que "empurra a questão para uma região nebulosa [e] cinzenta", é partir justamente de "um fato nacional-econômico, *presente*". Esse fato presente é a manifestação concreta da alienação, advinda do trabalho abstrato, pautado pelo estranhamento. Nesse sentido, o resultado do trabalho *nega* o próprio trabalho. E esse processo é, antes de tudo, de *caráter suntuosamente corpóreo*, conforme o próprio Marx debate páginas adiante. Esse trabalhador, tornado "um servo do seu objeto", porque recebe um "objeto de trabalho" e "meios de subsistência", para que possa subsistir como "trabalhador" e "sujeito físico" (e tão-somente isso!), é o indicativo da crua submissão de todas as esferas da vida a esse trabalho. E Marx vai adiante:

> *A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação* **imediata** *entre o* **trabalhador** (o trabalho) *e a produção*. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004 [1844]: 82, grifos do autor)

Esse trabalhador, que em seu trabalho "não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre" e sim "mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito", "está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa". Sua atividade, que lhe é estranha, inscreve-se em um contexto no qual "o homem (o

ISBN **978-65-990229-0-6**

trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais", quais sejam: "comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc.". Nesse processo, "o animal se torna humano, e o humano, animal". Desdobrando tudo isso, o resultado é que "o trabalho estranhado [...] estranha do homem a natureza [e o homem] de si mesmo", de sua "função ativa, de sua atividade vital", pois "estranha do homem o *gênero* humano". E "a vida mesma aparece só como *meio de vida*" (MARX, 2004 [1844]: 83-84). Dessa relação "livre com o seu produto", característica inerente ao ato humano de produzir, a animalização manifesta pelo "domínio da carência física imediata" é a marca fundamental da conhecida reivindicação marxiana: "do reino da necessidade ao reino da liberdade".

Se a economia política administra a escassez e a miséria, uma "economia política do espaço", segundo conhecida asserção da obra de Henri Lefebvre, implica na "atualização" dessa miséria gerenciada às exigências da acumulação em seu estatuto da segunda metade do século 20. Na coletânea "Espaço e política", afirma o autor:

> A economia é política neste sentido: ela permite aos homens de Estado repartir as penúrias, de modo que dessa "distribuição" se efetive sob as máscaras da justiça, da igualdade, da liberdade ou ainda da igualdade. [...] De todo modo, os bens abundantes não pertencem à economia: utilizamo-los sem que tenham nem valor de troca nem "valor" de uso, no sentido estrito do termo: a água, o ar, a luz e o espaço. Ora, o que aconteceu desde quando Marx escreveu sua crítica fundamental da economia política? O que acontece hoje? Isso, entre outras coisas: os bens que antigamente eram abundantes se rarefazem. É apenas um processo em marcha, porém potente e irreversível. (LEFEBVRE, 2000 [1973]: 115, trad. nossa)

Da ostensiva presença da água, do ar, do "meio ambiente" e do "espaço", esses bens abundantes de outrora, caminha-se para a abundância dos gêneros alimentícios (considerando o desperdício combinado milimetricamente à escassez relativa desses "bens" em determinados contextos "socioespaciais") e dos demais "gêneros" de consumo industrializados (vestimentas, eletrodomésticos, automóveis, eletrônicos e *gadgets* em geral, seguindo a lógica semelhante da escassez calculada). No entanto, se essa superabundância de antanho não implicava que tais "bens" fizessem parte (diretamente) do frio cálculo da economia política, é patente que o próprio desenvolvimento global das forças produtivas, engendrado pelo vigoroso processo multissecular de imissão do trabalho abstrato e suas mais-valias decorrentes (seja absoluta ou relativa) produziu essas chamadas "novas raridades". Se o "meio ambiente" é raro, a elevação do "desenvolvimento sustentável" e/ou "sustentabilidade" como o dogma da religião contemporânea do mundo mercantil revela justamente a administração planejada da destruição dessa base física necessária à vida.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Cabe aqui, mais uma vez, lembrar da asserção de Georges Bataille quanto a essa destruição programada de fluxos de energia. E se o espaço é tornado raro, é porque nos dias atuais viver e circular "livremente" torna-se um privilégio cada vez mais e mais restrito a quem efetivamente pode pagar para respirar. O corpo do "homem pós-orgânico" (SIBILIA, 2015) é justamente a expressão dessa espacialidade comandada pelos "territórios" do controle, da contenção e do terror. Um mundo de drones, fuzis e "balas perdidas" rigorosamente calibradas para "encontrarem" os guetizados das "zonas de sacrifício" comandam o estatuto contemporâneo das macro e microguerras levadas adiante, no contexto do pleno desabamento do edifício dessa modernidade.

E eis que se anuncia, portanto, o chamado "novo urbanismo militar", analisado pelo escrito do geógrafo britânico Stephen Graham, na obra "Cidades Sitiadas". Partindo do pressuposto essencial de que, na atualidade, "a humanidade se tornou uma espécie predominantemente urbana pela primeira vez em seus 150 mil anos de história", a contemporânea "militarização insidiosa da vida nas cidades [...] ganha força a partir dos múltiplos círculos de militarização e securitização". Tais círculos, para o autor, "até o momento, não foram considerados em conjunto nem vistos como um todo" (GRAHAM, 2016: 27).

Adiante, o autor assinala que "o novo urbanismo militar" se apoia em uma ideia central, na qual "técnicas militarizadas de rastreamento e triagem precisam colonizar permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana", em todos os lugares: cidades do Ocidente, interiores do território nacional e nas "fronteiras neocoloniais do mundo". Essa modalidade de guerra coloca "terroristas ou insurgentes internacionais contra a segurança de alta tecnologia", bem como "forças militares e de inteligência de Estados-nação e seus leques cada vez maiores de aliados privados e corporativos". Esses "guerreiros não-estatais, milicianos, insurgentes e terroristas", indistinguíveis da população urbana graças ao "anonimato oferecido pelas cidades em desenvolvimento do mundo, "exploram e miram os condutos em espiral e as artérias que conectam as cidades modernas", a saber:

> [...] A internet, o YouTube, a tecnologia de GPS, os celulares, as viagens de avião, o turismo global, a imigração internacional, os sistemas portuários, as finanças globais e até os serviços de correio e as redes elétricas. Os atentados terroristas em Nova York, Washington, Madri, Londres e Mumbai [...], ao lado das agressões militares estatais a Bagdá, Gaza, Nablus, Beirute, Grozny, Mogadíscio e Ossétia do Sul, demonstram que a guerra assimétrica é o veículo para a violência política que atravessa espaços transnacionais. Cada vez mais, os conflitos contemporâneos ocorrem em supermercados, edifícios, túneis do metrô e distritos industriais, em vez de campos abertos, selvas ou desertos. Tudo isso significa que, talvez pela primeira vez desde a Idade Média, a geografia localizada das cidades e os sistemas que as entrelaçam começam a dominar as discussões em torno da guerra, da geopolítica e da segurança. (GRAHAM, 2016: 28)

ISBN **978-65-990229-0-6**

Os "locais prosaicos e cotidianos", portanto, convertem em campos privilegiados de batalha, no escopo da guerra assimétrica ou "conflito de baixa intensidade", "*netwar*", "guerra longa" ou "guerra de quarta geração". Guerras transcendem, assim, os tradicionais constrangimentos espaço-temporais: estão em todos os lugares, e são permanentes. E os poderes estatais, transitando entre o convencional par legal/ilegal, "empregam cada vez mais recursos tentando separar figuras consideradas malignas e ameaçadoras" daquelas "consideradas valiosas e ameaçadas dentro dos espaços cotidianos e das infraestruturas que as entrelaçam". Esta é a *razzia* da "cidadania" moderna: as políticas contemporâneas de segurança consistem na elaboração de "perfis" de indivíduos, locais, comportamentos e grupos. O "perfil de risco" leva, inclusive, à transposição das fronteiras nacionais, ocasionando na extensão desmesurada dos "braços de policiamento, segurança e inteligência", pelo monitoramento constante de "sistemas aéreos, portuários, comerciais, financeiros e de comunicação mundiais" (GRAHAM, 2016: 29). Trata-se da evolução da ideia de "bases militares" no estrangeiro, para a milimetrização da guerra em todos os ambientes. E o urbano, dada a sua centralidade cada vez mais incontestável na contemporaneidade, constitui o ambiente essencial ao desenvolvimento dessas novas "empreitadas" de controle social. Nunca foi tão evidente a perspectiva da (re)produção do espaço como estratégia privilegiada para novos ciclos de acumulação!

Outras importantes faces desse "novo urbanismo" são apresentadas pelo autor. Veja-se o exemplo do "efeito bumerangue", segundo asserção do filósofo francês Michel Foucault, na qual "experiências" e "técnicas" de domínio colonial "voltam" como um conjunto de controle e contenção internos aos territórios e cidades de países centrais; seria este o caso, por exemplo, dos drones utilizados por israelenses na subjugação dos povos palestinos e que são utilizados, hoje, por forças policiais da América do Norte, Europa Ocidental e Ásia Oriental. Outra face é a "economia política" desse "novo urbanismo", que consiste no engendramento dos negócios operados no âmbito dos complexos industriais militares e de segurança, comandados a partir dos principais centros financeiros do mundo, em sua "rede de cidades globais", diante da "diminuição dos monopólios estatais da violência" e da "proliferação de corporações mercenárias e militares de aquisição" (GRAHAM, 2016: 38).

Além disso, ressalta o autor, a própria complexidade das intrincadas redes de infraestrutura dos espaços urbanos "cria a possibilidade de violência" contra a cidade, "e *por meio* dela"; sendo assim, "a cidade é cada vez mais concebida como meio principal de travar guerras tanto para atores estatais quanto não estatais" (ibid.: 39). Ainda quanto a esse aspecto, veja-se o caso da estratégia de "desmodernização" de sociedades urbanas inteiras, levada adiante em cidades de Gaza, Cisjordânia, Líbano e Iraque, desde 1991: interromper o abastecimento de água, a rede de saneamento básico e a eletricidade por meio das armas ocasiona, sob pretextos curiosamente "humanitários", o simples confinamento de

ISBN **978-65-990229-0-6**

populações inteiras a espaços completamente desprovidos de condições mínimas de sobrevivência. Por último, e não menos importante, a perspectiva dos "soldados-cidadãos", que consiste na "maneira como [as reivindicações do novo urbanismo militar] são imiscuídas a filões militarizados da cultura popular, urbana, eletrônica e material": quando todos são convocados a vigiarem a todos, os custos pecuniários de implantação desses sistemas diminuem consideravelmente. Assim, desde a promoção e a popularização de jogos eletrônicos nos quais o assassinato em massa garante os pontos necessários à "vitória" contra o adversário até o uso de símbolos cotidianos representando a repressão (a exemplo da "moda", anos atrás, do uso e ostentação de símbolos do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, devido ao sucesso da série cinematográfica "Tropa de Elite")[3], a banalização da guerra caminha lado a lado, assim, com a corrida contra a prolongada e insidiosa queda das taxas globais de lucro.

A guerra urbana, assim, é o espelho invertido, em sua multiescalaridade, de uma mundialidade que se concretiza localmente na forma dessas barbáries mais ou menos aquecidas, considerando os contextos particulares da forma da acumulação. Ao final das contas, porém, o círculo se fecha: a alienação *generaliza*-se quando se torna espaço. E é justamente esse o debate proposto a seguir.

A ALIENAÇÃO DESDOBRADA: CIRCUNSTÂNCIAS EPISÓDICAS DE FORMAS ALIENADAS E O SEU ESPELHO INVERTIDO

Que as metrópoles brasileiras em geral representam de modo particular as vicissitudes da decomposição do tecido sócio-político moderno, é um fato que se manifesta nas escandalosas taxas de homicídio (ao menos as taxas oficialmente contabilizadas), sobretudo em comparação com outras regiões "oficialmente" declaradas "zonas de guerra" mundo afora. Em um país campeão mundial de assassinatos por armas de fogo, onde mais de 60 mil vidas são sistematicamente

[3] "Não basta assistir às múltiplas versões piratas. Não basta frequentar as salas de cinema lotadas. Fã de verdade de 'Tropa de elite', o sucesso retumbante da hora, tem que se parecer com os homens do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope. Tem que se vestir igual a eles. Para alegria dos comerciantes de uniformes e artigos militares, as vendas dos produtos relacionados à moda Bope aumentaram significativamente nos últimos dias. O chamado kit Bope sai por cerca de R$ 230 no comércio da Rua Primeiro de Março, em frente ao 1º Distrito Naval, no Centro [do Rio de Janeiro]. Constam do kit a gandola (blusão militar) e a calça preta feita com rip-stop, um tecido duro de rasgar (R$ 110), a boina preta (R$ 37) e o coturno (R$ 85). A onda é pôr tudo em cima e sair às ruas." G1. Fenômeno "Tropa de Elite" chega à moda e kit Bope custa R$ 230, 1 out. 2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL138771-5606,00-FENOMENO+TROPA+DE+ELITE+CHEGA+A+MODA+E+KIT+BOPE+CUSTA+R.html. Acesso em: 1 dez. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

dizimadas anualmente[4], sobretudo desde o "ingresso" do território brasileiro à moderna e complexa trama do narcotráfico em escala global, chega a parecer uma piada de péssimo gosto que "mais repressão", "mais cadeias" e "pena de morte" sejam bandeiras levantadas por significativas parcelas de uma sociedade que carrega suas chagas escravistas coloniais no "pós-moderno" século 21. Porém, não nos iludamos com os discursos fáceis: o tempo linear e progressivo, essa invenção iluminista, esgota-se na mais simples confrontação com a realidade pré-moderna que essa *hipermodernidade* reitera em nosso tempo. Ou seja: o mais arcaico não poderia ser, negativamente, ou de modo *invertido*, o mais moderno?

[4] O *Atlas da Violência 2019*, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indica que, em 2017, houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 homicídios para cada 100.000 habitantes. Dados da Organização das Nações Unidas, divulgados em julho de 2019, apontam que isso representa uma taxa 10 vezes superior à média de países europeus e cinco vezes maior do que a média global. E, mesmo na América do Sul, o Brasil amarga a segunda posição de maior taxa de letalidade homicida, atrás apenas da Venezuela, cuja taxa esteve em 56,8 mortes por 100.000 habitantes em 2017. O Brasil deteve uma taxa de homicídios superior à média da África (13,0) e mesmo das Américas (17,2), que é o continente mais letal do mundo em homicídios. Destaque-se, ainda, a quantidade de homicídios praticados por policiais em 2015 no Brasil (1.599), diante de 442 mortos pelos policiais dos Estados Unidos no mesmo ano, cuja população é cerca 60% maior do que no Brasil. A esse respeito, consultar: https://nacoesunidas.org/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-america-do-sul-diz-relatorio-da-onu/. Acesso em: 2 out. 2019. No entanto, ressalte-se que dados preliminares divulgados em maio de 2019 pelo "Monitor da Violência", resultado de uma parceria entre o portal G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam uma queda de 10% entre a quantidade total de mortes violentas em 2018 em relação ao ano anterior. Se, em 2017, segundo o "Monitor", ocorreram 59.128 mortes violentas, em 2018, ocorreram 51.589, representando uma redução de 13%. Esse dado é interpretado, aliás, no *Atlas da Violência 2019*, da seguinte forma: "[...] tendo em vista que as maiores diminuições nas taxas de homicídios nesse ano ocorreram exatamente nos estados onde estava em curso, com maior intensidade, a guerra entre as facções que eclodiu no final de 2016, não se pode descartar a hipótese de a queda das mortes em 2018 e início de 2019 estar intrinsicamente ligada a um processo de acomodação dessas escaramuças, uma vez que economicamente é inviável manter uma guerra de maior intensidade durante anos a fio. Todavia, esse virtual processo de acomodação na guerra entre as maiores facções se insere em um equilíbrio instável, podendo a qualquer momento ser revertido, como nos mostra o mais recente morticínio nas cadeias em Manaus, em finais de maio do ano corrente, quando as execuções foram feitas em pleno horário de visitas, o que vai contra uma 'regra de ouro' dos próprios criminosos. Aparentemente, o presente caso foi motivado por uma disputa interna na Família do Norte. No entanto, o episódio serve para mostrar quão tenso está o ambiente nos cárceres, um verdadeiro barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento, sem que o Estado tenha controle da situação." IPEA (org.). **Atlas da Violência 2019.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Vejamos o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Concentrando de modo profundamente visceral uma crise que, de um modo ou de outro, é diariamente e duramente vivida desde a escala mundial (a chamada "persistência" da crise dos *subprimes*, iniciada oficialmente em 2008), a escala nacional (com o entrecruzamento político e econômico ocasionado, sobretudo, pela crise do "neodesenvolvimentismo"[5] lulista/dilmista, mais a crise da chamada "Nova República" e outras crises conexas, vinculadas mais ou menos a esferas fenomênicas da crise econômica global) e a escala local (a crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro, como reflexo mais ou menos imediato das crises mencionadas anteriormente, com forte rebatimento na crise dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ao nível local)[6]. Enfim, se existe algum lugar hoje no Brasil de onde é possível, cruamente, vislumbrar a completude da extensão e do horizonte da *crise*, este lugar é certamente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).[7]

[5] "As altas taxas de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas chamadas commodities (como petróleo, minérios e produtos agrícolas) tiveram impacto positivo e beneficiaram o conjunto das economias latino-americanas no alvorecer do século 21. Essa sorte explica boa parte do que o economista Edmar Bacha denominou Milagrinho brasileiro: nossa economia saltou de uma taxa anual de crescimento média de 2,1% nos anos 1980 e 1990 para 3,7% na década de 2000. Na contramão do ocorrido na maior parte dos países ricos no mesmo período, esse crescimento no Brasil e em outros países da América Latina foi marcado pela redução em diversos indicadores de desigualdade e expansão do nível de emprego formal. O cenário externo favorável fez toda a diferença nesse desempenho, assim como o cenário externo desfavorável faria toda a diferença no que aconteceu depois. Mas a sorte não basta para explicar o tipo e a qualidade do crescimento que tivemos. As políticas redistributivas e os investimentos públicos em infraestrutura física e social também foram fundamentais nesse processo." CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira:** do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018, pp. 13.

[6] BRASIL DE FATO. **Rio de Janeiro está à beira do caos social, apontam especialistas.** 18 jan. 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/01/18/rio-de-janeiro-esta-a-beira-do-caos-social-apontam-especialistas/. Acesso em: 2 out. 2019.

[7] Cabe aqui uma advertência importante ao leitor. A eleição dessa escala "intermediária" entre o lugar e a mundialidade moderna, a "metrópole", não ocorre jamais de modo inconsciente ou inadvertido. É proposital, portanto, a sua escolha. Mesmo porque a escala "estadual", nesse caso específico, pouco ilumina a extensão do argumento sugerido neste escrito. Porém, reforçando a peculiaridade da formação político-econômica e territorial dessa importante realidade regional brasileira, é preciso sempre fazer uma distinção entre o município do Rio de Janeiro (que compreende, como se sabe, a inteireza da antiga Côrte, no caso do Império, e do Distrito Federal, no caso da República, até 1960), a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (consolidada, sobretudo, após a fusão do antigo estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, no escopo das estratégias geopolíticas e geoeconômicas do Regime Empresarial-Militar) e o contemporâneo estado do Rio de Janeiro.

ISBN **978-65-990229-0-6**

É nessa escala onde se desenvolveram grande parte dos megaeventos esportivos que marcaram o *coroamento* e o *anticlímax* de uma época: a Copa do Mundo de Futebol masculino, em 2014, e os Jogos Olímpicos de Verão, em 2016.[8] É nessa escala onde as articulações entre as políticas de "aceleração do crescimento", ocasionadas sobretudo com os rendimentos auferidos pelo auge da valorização das *commodities* em escala global, ao final da década de 2000 (e que coincide, não por um acaso, com o período pré-estouro da bolha dos *subprimes* em setembro de 2008), e as conexões político-empresariais de variadas ordens, marcaram a fama de figuras estratosfericamente alçadas ao panteão dos "campeões nacionais" das políticas de fomento estatal (veja-se o caso do ex-empresário Eike Batista e seus investimentos espetaculares em terras cariocas/fluminenses).

É nessa escala onde o festejado "alinhamento" político-partidário entre os governos federal (Lula e Dilma, 2003-2010 e 2011-2016, respectivamente), estadual (Sérgio Cabral e Luiz Fernando "Pezão", 2007-2014 e 2014-2018, respectivamente) e municipal (Eduardo Paes, 2009-2016) ocasionou um dos mais efetivos ciclos de investimentos nas metrópoles brasileiras nos últimos trinta anos. O aparato de "renovação urbana", compreendendo desde a reconfiguração de eixos de "mobilidade urbana" (a construção dos corredores transitados por ônibus sanfonados que circulam, grosso modo, 24 horas sobre vias segregadas, abrangendo vários bairros da Zona Norte e Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro) e as intervenções nas linhas de metrô (expansão das Linhas 1 e 2, bem como a construção da Linha 4), combina-se com o aparato das milhares de remoções (calculado em mais de 65.000 pessoas[9], superando a soma de removidos durante os governos Pereira Passos e Carlos Lacerda, notórios "reformadores" urbanos do século 20) e a construção de centenas de novos conjuntos habitacionais, sobretudo no âmbito do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, em bairros confinados à desservida, fragmentada e já internamente segregada Zona Oeste carioca e a municípios metropolitanos da "Baixada Fluminense" e demais regiões mais ou menos periferizadas. Destaque-se também o início da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), a inauguração do Arco Metropolitano (ainda incompleto em sua extensão total de acordo com seu projeto original) e os grossos investimentos no entorno do retroporto de Itaguaí.

No escopo das políticas levadas adiante especificamente pelo governo estadual, em parceria com o federal, destacou-se naquele período a progressiva

[8] Outros eventos marcaram, igualmente, essa quase "era de ouro" do capitalismo tupiniquim em sua fração neodesenvolvimentista, na RMRJ: os Jogos Pan-Americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011 e a Copa das Confederações em 2013.

[9] BRASIL DE FATO. **Jogos Olímpicos expulsaram 67 mil pessoas de suas casas.** 31 jul. 2015. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/node/32555/. Acesso em: 2 out. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

implantação de um pouco admitido "corredor de segurança" na Região Metropolitana, cujo resultado mais visível foi a implantação das chamadas "Unidades de Polícia Pacificadora". Essas unidades, que nasceram de uma alegada "retomada" de territórios dominados por forças narcotraficantes e/ou redes ilegais de milícias comandadas por ex e/ou atuais elementos das forças institucionais de segurança, estiveram visivelmente vinculadas à viabilização de um ambiente de negócios atrelado, de modo mais ou menos paralelo, à consolidação dessa modalidade contemporânea de "city marketing" carioca. Fazem fama as representações cartográficas que iluminam a estreita territorialidade dessa política que, durante alguns anos, funcionou como um "modelo", uma espécie de "cartão-postal" do controle armado das zonas urbanas conflagradas.

Note-se ainda que, hoje, esse mesmo "corredor de segurança" parece representar a crueza das investidas operadas pela nova "política de segurança" do atual governo do estado do Rio de Janeiro, representado por Wilson Witzel desde janeiro de 2019: são diárias as notícias e as denúncias quanto ao uso de helicópteros que abrigam atiradores de elite (os anunciados *snipers* da campanha eleitoral de 2018) contra certos territórios de "exceção", onde crianças e adolescentes em horário de aula correm a esmo dos tiros vindos dessas máquinas terrificantes[10]. Até mesmo o uso de granadas lançadas desses artefatos bélicos é registrado por moradores e correm as redes sociais, como em um caso noticiado em agosto de 2019 na Cidade de Deus[11]. Uma verdadeira guerra urbana,

[10] A seguir, uma breve descrição de uma cena ocorrida no complexo da Maré em maio de 2019. "Os sons de tiros e de helicóptero encobriram aos poucos as notas tocadas em violoncelos por crianças. Em poucos minutos, os alunos da escola municipal Medalhista Olímpico Lukas Saatkamp, no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, estariam aglomerados no corredor, em busca de refúgio longe das janelas. Houve pânico e mais de duas horas de correria, na manhã de segunda-feira (6/5), em mais uma operação policial na Maré. Para tentar distrair as crianças, professores do projeto social Orquestra Maré do Amanhã começaram a tocar. Myllena Rosário, de 20 anos, tentava acalmar seus alunos de 9 a 12 anos sem conseguir, ela mesma, conter os próprios nervos. 'Eu estava desesperada também', conta Rosário, moradora da Maré e professora de violoncelo em um dos núcleos." BBC Brasil. **'Tinha helicóptero atirando de cima':** professores acalmam alunos com música durante operação que matou 8 no Rio. 7 maio 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48190478. Acesso em: 2 out. 2019.

[11] Note-se que, em 20 de agosto de 2019, um sequestrador de ônibus foi detido e assassinado pela polícia na Ponte Rio-Niterói, com a presença pessoal do governador Witzel comemorando a ação. A conexão entre o bombardeio da Cidade de Deus e esse episódio da Ponte Rio-Niterói pode ser conferida em FÓRUM. **Vídeo: moradora da Cidade de Deus filma helicóptero da PM jogando granada na favela.** 20 ago. 2019.Disponível em: https://revistaforum.com.br/brasil/video-moradora-da-cidade-de-deus-filma-helicoptero-da-pm-jogando-granada-na-favela/. Acesso em: 2 out. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

principalmente contra os pobres, negros e periféricos, sem muitos retoques e disfarces, em plena luz do dia.

Esse complexo e multifacetado caldo de ciclos espetaculares de investimentos, reconfigurações de ordem socioespacial, "reestruturações territoriais-produtivas" e demais movimentos que moldaram a atual situação da metrópole carioca, certamente sugere o seguinte questionamento: qual a natureza de sua contemporânea crise, ao menos em sua manifestação fenomênica?

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, sua crise fiscal é explicada em diferentes matrizes: desde a simples interrupção do ciclo de investimentos público-privados, ocasionados seja pela crise evidenciada na economia brasileira a partir de fins de 2014, implicando uma crise de arrecadação, seja por força do ajuste fiscal levado adiante pelo governo brasileiro a partir de 2015, seja pelos efeitos colaterais da Operação Lava-Jato, empreendida pela Polícia Federal brasileira desde março de 2014, seja pela "crise política" ocasionada pelo cruzamento dessas vicissitudes e os abalos temporários do "ambiente de negócios"... E, na escala local, atribui-se tal crise à promoção indiscriminada dos mecanismos de isenções fiscais aos grandes empreendimentos, à persistência dos débitos dessas mesmas empresas quanto ao erário, ou ainda ao desvio de verbas proporcionados pelos esquemas criminosos de ordens as mais diversas quanto à administração pública estadual.

O ensaísta alemão Robert Kurz, na recente obra "Dinheiro sem valor", assinala que "a crise só pode ser explicada e analisada se for entendida com forma específica de desenvolvimento da 'economia' do fetiche do capital", que por sua vez "se manifesta reificada na forma do dinheiro e, assim, como desenvolvimento e movimento deficitários do "sujeito automático" (KURZ, 2014: 213). De modo a não pontificar uma exclusiva conclusão, permitimo-nos questionar, abrindo o debate em outras frentes: qual a real *extensão* da crise contemporânea? A *extensão*, conforme a acepção proposta aqui, compreende a articulação entre as escalas da crise, e remete-se, mais uma vez, a esse corpo fetichizado e atomizado diante dessa "consciência humana, enquanto consciência social", devidamente reduzida "a tal ponto que evolui em analogia com um processo cego da natureza". Desse modo, tornam-se mesmo "improcedentes" todas as tentativas "de 'resolver' e ultrapassar as crises objetivas desta socialidade absurda e negativa sobre as suas próprias bases" (KURZ, 2014: 214), sem uma completa e radical abolição do sistema de fetiche subjacente.

OESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIONALIZAÇÃO: TRAÇOS DE UM CURTO-CIRCUITO METROPOLITANO DIANTE DA MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA

ISBN **978-65-990229-0-6**

Em 11 de novembro de 2018, noticiava-se que o ex-candidato a prefeito do município de Seropédica, Miguel Angelo Steffan de Souza, conhecido como Miguelzinho Seropédica, foi assassinado a tiros em uma padaria na área central do município. A mesma reportagem dá conta de que aquele era o "segundo político morto em menos de três semanas na cidade", já que, cerca de vinte dias antes, um suplente de vereador havia sido igualmente assassinado a tiros no município. A mesma reportagem aponta que Miguelzinho era "um influente crítico político" do atual prefeito da cidade, e que se notabilizava por denunciar "crimes da milícia que atua na região"[12]. Dois anos antes e às vésperas do 1º turno das eleições municipais brasileiras, o mesmo jornal noticiava que o então candidato à prefeitura do município só andava de carro blindado, além de ter tido a sua casa invadida e ter recebido ameaças de morte durante a campanha, bem como ter anunciado "quem são os verdadeiros donos das terras em Seropédica". Segundo o então candidato, "a grande disputa" no município era justamente "por terras", tanto que um "esquema fraudulento de compra de lotes" havia sido denunciado por ele e tal situação havia gerado uma ameaça por seguranças de um político local. Dizia, ainda, que era impedido de fazer campanha naquele momento e que tanto o seu possível candidato a vice-prefeito, Luciano DJ, havia sido assassinado em 2015, quanto o seu aliado político Júlio César Reis havia sido igualmente assassinado em agosto de 2016. A reportagem encerra-se com um apelo do então candidato: "as Forças Armadas e o TRE têm que vir a Seropédica"[13].

A mesma reportagem noticiava, ainda, que milícias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro cobravam taxas de R$ 80 mil a R$ 120 mil de candidatos que desejassem fazer suas campanhas em determinadas áreas, "dependendo da densidade eleitoral do bairro". Segundo a reportagem, "a Zona Oeste do Rio, região que tradicionalmente define eleições, por ser mais populosa, é a mais valorizada", sendo as áreas "mais nobres" Campo Grande e Santa Cruz. Outras localidades figuram nessa lista: favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro e demais municípios da Região Metropolitana, como Seropédica, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé, e isso depois de muitos desses grupos expandirem "seus domínios da Zona Oeste para essas áreas".[14]

Em março de 2019, o mesmo jornal traz um sombrio prognóstico: se no final da década de 1990 a atuação das milícias limitava-se à comunidade Rio das

[12] O GLOBO. **Dois políticos de Seropédica são assassinados em menos de três semanas.** 11 nov. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/dois-politicos-de-seropedica-sao-assassinados-em-menos-de-tres-semanas-23227889. Acesso em: 2 out. 2019.

[13] O GLOBO. **Disputa de risco: campanha e sobrevivência.** 28 set. 2016, Caderno País, Eleições 2016, p. 3.

[14] O GLOBO. **Pedágio do crime.** Milícia do Rio cobra até R$ 120 mil para que candidatos façam campanha em seus domínios. 28 set. 2016, Caderno País, Eleições 2016, p. 3.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Pedras, em Jacarepaguá, "onde grupos de PMs e ex-PMs disputavam territórios com os traficantes de drogas", findando-se a década de 2010, esses grupos atuavam em nada menos do que 26 bairros do município do Rio de Janeiro, abrangendo 2,2 milhões de pessoas, e mais 14 municípios da Região Metropolitana, bem como nas regiões dos Lagos e Costa Verde, seguindo os braços costeiros atlânticos a leste e a oeste da capital, respectivamente. Tratava-se, assim, de um verdadeiro desdobramento extra-metropolitano dessas atividades criminosas. Segundo a reportagem, simplesmente 30% da população do município do Rio de Janeiro vivem atualmente em territórios que contam com a atuação desses grupos que, segundo as investigações do Ministério Público estadual e da Secretaria de Polícia Civil, diversificaram e complexificaram suas atividades. Se as suas fontes de renda originais consistiam em explorar transporte clandestino, venda pirata de sinais de TV a cabo e internet, bem como a cobrança de taxas de segurança, as novas atividades incluem a extração de areia para obras (notabiliza-se, aí, o vasto território dos areais em Seropédica, erguido em terras destinadas, em décadas passadas, a programas de assentamentos rurais [PEREIRA et. al., 2019]), grilagem, parcelamento e venda de terras, agiotagem e contrabando de cigarros. Associações com grupos criminosos tradicionais, como o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro, são estratégicos para a expansão territorial de suas atividades rumo à Zona Norte do Rio de Janeiro, onde a região de Madureira aparecia como o grande *front* a ser conquistado, segundo a reportagem. Em municípios da Região dos Lagos e da Costa Verde, constam a ocupação irregular de terrenos e a pesca predatória em áreas de proteção ambiental. Na borda leste da Região Metropolitana, figuram os municípios de São Gonçalo, Itaboraí e Maricá com atividades desses grupos, presentes há poucos anos nesses locais.[15]

Esse prognóstico não é muito diferente do anunciado pela página "The Intercept", exatamente um ano antes. Anunciando que "as milícias assumiram o controle do Rio de Janeiro", colocavam os números do Disque-Denúncia: em 2016 e 2017, cerca de 65% das denúncias de atividades criminosas na capital referiam-se a grupos milicianos. Destaque-se que, naquele momento, dentre os dez bairros da região metropolitana com maior número de denúncias nesse período, apenas um não estava localizado no município do Rio de Janeiro. Tratava-se, justamente, do bairro do Cabuçu, em Nova Iguaçu, cujos limites aproximam-se das terras de Seropédica e do bairro carioca de Campo Grande. E, dos municípios da RMRJ excluindo a capital, figuram as posições de Nova Iguaçu, Itaguaí e Seropédica como os municípios com a maior quantidade de denúncias da ação desses grupos. Cumpre destacar, ainda, que surgiam algumas denúncias de que grupos caracterizados como milicianos também vendiam

[15] O GLOBO. **À sombra das milícias.** Quadrilhas chegam a 26 bairros do Rio, onde vivem 2,2 milhões de pessoas, e a outras 14 cidades do estado. 31 mar. 2019, Caderno Rio, p. 16.

ISBN **978-65-990229-0-6**

entorpecentes e até mesmo "vendiam favelas de 'porteira fechada'" e alugavam "bocas de fumo de traficantes"[16].

Esses "flashes" demarcam um campo analítico, cujos desdobramentos apresentamos adiante. No entanto, apontamos uma direção: em determinadas situações, *a barbárie opera enquanto um ambiente necessário de negócios*, como subproduto de uma ordem societal advinda dos termos da *modernização retardatária*. A *urbanização crítica* define esse movimento, e a noção de "metropolização do espaço", desviada metodologicamente como *metropolização da crise*, conforma esses territórios do capital, descidos ao estrito controle dos corpos, à rentabilização dos ritmos da vida, à contabilidade da roleta-russa da *sobrevivência ampliada* e à extensão de um *espetacular integrado* (DEBORD, 2003 [1967; 1988]). A síntese desse movimento denota a radicalidade dos termos de um verdadeiro *curto-circuito metropolitano*. Vejamos seus aportes teóricos a seguir.

Urbanização crítica: Amélia Luísa Damiani (2004; 2008; 2009) define a busca de uma "dialética do espaço", amparada, inclusive, pela "atualização da metrópole urbana ao nível da produção do espaço", explicitando a "urbanização crítica". Faz-se necessária uma "leitura da totalidade da metrópole", de modo a "expor sua inserção no processo social moderno", "no compasso das estratégias econômicas e políticas de sua mercantilização". Três eixos essenciais definem esse movimento: 1. A crise do trabalho, contida na crise do capital; 2. As cidades passam a constituir espaços privilegiados da produção mercantil do espaço, "internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro"; 3. Esta profunda destituição da humanidade do homem é, ao mesmo tempo, a "naturalização" do humano: o ser-outro estranhado comanda e condiciona a vida humana (DAMIANI, 2009: 46-47). A impossibilidade do urbano para todos é a marca desse movimento.

Situações-limite marcam uma fronteira analítica, certamente. Entre o nosso afeto e certa frieza da análise científica, advinda das exigências metodológicas e discursivas de se construir o conhecimento acadêmico e organizado, casos como os que foram narrados acima, trágicos e às vezes inomináveis em seus termos, certamente nos exigem muita capacidade de reconhecimento e articulação de seus elementos e de encaminhamentos práticos. Trata-se, antes de tudo, de um caminho político. E é justamente pela crítica da economia política, desdobrada em uma crítica da economia política do espaço (LEFEBVRE, 2000a [1973]) que ingressamos no conteúdo desses acontecimentos.

Elencamos, como possibilidade, os marcos teóricos da urbanização crítica, dos territórios e territorialidades, da modernização retardatária, da barbárie e a sua gestão como ambiente de negócios e do desmoronamento

[16] THE INTERCEPT BRASIL. **Tá tudo dominado.** Exclusivo: as milícias assumiram o controle do Rio de Janeiro. 5 abr. 2018. Disponível em: https://theintercept.com/2018/04/05/milicia-controle-rio-de-janeiro/. Acesso em: 2 out. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

progressivo do edifício de uma modernidade que, prometendo o paraíso da democracia e do Estado de direito, veio a ser o esteio necessário de sua própria dissolução. Outra baliza é justamente o recorte espacial pelo qual trabalhamos: a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente diante da rede urbana brasileira e igualmente diante das novas formas de territorialização em âmbito global e a sua centralidade crítica nesse processo. Ou seja: o Rio de Janeiro (ao menos a cidade e a sua região metropolitana), a "velha caixa de ressonância nacional" e o lugar que ditava modas e referenciais culturais e dos costumes e regulava os tempos e trazia lances decisivos para a economia e a política brasileira por séculos, de repente converte-se em laboratório e visada privilegiada da crise social e suas modalidades cotidianas de reprodução (MENEGAT, 2019: 83-84). Um local de verdadeira reprodução das relações sociais de crise.

Desse modo, retomando o debate apresentado em outros momentos e fóruns, almejamos expor elementos acerca da produção crítica do urbano nas franjas metropolitanas do Rio de Janeiro. Nesse caso, especificamente, tomamos o ***oeste metropolitano carioca*** **(e/ou *fluminense* e/ou *do Rio de Janeiro*)** como um campo analítico particular, que de modo algum afasta-se de uma compreensão mais geral das qualidades inerentes ao fenômeno urbano em âmbito global. O cruzamento de múltiplos feixes sociopolíticos, dados pela significação e ressignificação da "crise" multidimensional brasileira, sobretudo nos últimos cinco anos, traz elementos simultaneamente universais e particularizados nessa crítica região inscrita na realidade metropolitana carioca.

Os conteúdos dessa realidade manifestam-se, segundo nossa avaliação, com esses elementos. Tal como uma experiência da gestão do negativo, a miríade de redes e tramas que operam nos circuitos mais íntimos da reprodução do cotidiano compõe esse emaranhado social, político e econômico. Em outros termos: a qualidade dos negócios operados nesse recorte espacial revela, de modo mais imediato, os limites da própria democracia liberal e o seu corolário "Estado democrático de direito". Onde tal "direito" operado pelo monopólio estatista se esgarça, justamente pela sua qualidade de operar até o limite a forma universal da equivalência, a conhecida "lei do mais forte" assume a forma de uma economia "pura", transmutada em violência, como *modus operandi* de uma sociabilidade crítica.

Desse modo, como não tratarmos do espraiamento da escala metropolitana, a partir de suas práticas e formas mais peculiares, para territórios aparentemente "recônditos" dessa ferocidade implicada às dinâmicas do mercado imobiliário, por exemplo, ou ainda ao assim chamado "modo de vida" urbano? De fato, tendemos a concordar com o argumento de Lefebvre: o mundo urbanizado se põe como uma realidade, e essa realidade se constitui a partir dos termos de sua totalidade.

É justamente a partir desse ponto que pretendemos lançar um questionamento: até onde e em que qualidade se estende essa lógica? Quais os seus desdobramentos e rebatimentos no tocante ao território? Estendendo, quais

ISBN **978-65-990229-0-6**

seriam suas territorialidades, compreendendo o sentido da totalidade do mundo urbanizado?

Para nós, o oeste metropolitano do Rio de Janeiro sugere uma "regionalização": tal *oeste metropolitano* corresponderia, *a princípio*, à quase totalidade da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (*Área de Planejamento 5,* segundo os documentos oficiais do referido município), parte de Nova Iguaçu (região lindeira à Rodovia RJ-105 [conhecida como Estrada de Madureira], conformando as regiões do Cabuçu e Prados Verdes ou km 32) e à área total dos municípios de Seropédica, Paracambi, Itaguaí, Queimados e Japeri.

Há de se ressaltar que essa realidade "regional" está justamente conforme a *intersecção* entre os limites da *Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)* e da *Região Hidrográfica Guandu.*[17]Conscientes de que a regionalização posta pelos limites do Estado não seja a *única* regionalização possível, consideramos que a delimitação estatal de limites e fronteiras obedece, grosso modo, a variadas práticas socioespaciais de cunho cotidiano. Em nosso entendimento e no caso específico dessa região, seus limites compreendem a intersecção entre o percebido, o vivido e o concebido (LEFEBVRE, 2000 [1974]).

Cumpre destacar nessa região, ainda, a presença da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cujas terras ocupam parcela considerável do território municipal de Seropédica. Aliás, a localização de dois dos maiores *campi* da UFRRJ, nos municípios de Seropédica e Nova Iguaçu, ambos na RMRJ, configura tal instituição como o principal complexo acadêmico-universitário

[17] *"O* ***Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu-RJ)*** *foi criado pelo Decreto Estadual n° 31.178, em 3 de abril de 2002. Em 25 de novembro de 2015, foi dada nova redação a este Decreto pelo Decreto nº 45.463. Sediado em Seropédica (RJ), na Baixada Fluminense, ele é um órgão colegiado vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), com atribuições consultivas, normativas e deliberativas, de nível regional, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos (SEGRHI), nos termos da Lei Estadual n° 3.239/99. O Comitê visa a promover a gestão descentralizada e participativa dos Recursos Hídricos na bacia hidrográfica. A área de atuação do Comitê engloba as bacias dos rios Guandu (1.385 km²), da Guarda (346 km²) e Guandu Mirim (190 km²), totalizando uma área de drenagem de 1.921 km². A área representa cerca de 70% da área total da bacia hidrográfica contribuinte à Baia de Sepetiba. Essa* ***Região Hidrográfica*** *engloba o território de 15 municípios fluminenses: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin (totalmente abrangidos), além de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Miguel Pereira, Vassouras, Piraí, Rio Claro, Mangaratiba, Mendes e Barra do Piraí (parcialmente abrangidos)."* Disponível em: http://www.comiteguandu.org.br/oque.php. Acesso em: 2 out. 2019. Frise-se, além disso, que essa regionalização é igualmente lastreada na *Resolução CERHI-RJ (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) nº 107, de 22 de maio de 2013*, que aprovou a nova definição das ***Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro***. Desse modo, a Região Hidrográfica do Guandu, segundo essa diretriz, compõe a RH II, limítrofe à RH I (Baía da Ilha Grande) a oeste, RH III (Médio Paraíba do Sul) ao norte, RH IV (Piabanha) a nordeste e RH V (Baía de Guanabara) a leste.

ISBN **978-65-990229-0-6**

público da *Baixada Fluminense* e do *oeste metropolitano carioca*. À parte de todas as controvérsias quanto à real "extensão" da *Baixada Fluminense*, devidamente registradas em inúmeros fóruns de debates em variadas áreas do conhecimento (SILVA, L., 2017a, 2017b; ROCHA, 2014; SIMÕES, 2006, dentre outros autores e textos, em plataformas acadêmicas ou não-acadêmicas), tal situação confere uma "centralidade periférica" peculiar à própria territorialização metropolitana das atividades da universidade.

Cumpre ressaltar ainda que, a despeito das inúmeras iniciativas de Extensão advindas das atividades da própria universidade, as carências infraestruturais e as complexas questões políticas, econômicas, sociais e ambientais da região muitas vezes parecem ter insuficiente conexão com as agendas de Pesquisa e Ensino desenvolvidas no âmbito da instituição. Estendendo o raciocínio: em variados momentos e de múltiplas formas, tanto a universidade quanto o ambiente dos novos investimentos produtivos locais compõem um quase "mundo à parte", diante dos passivos sociais de largo calibre que assolam a região (PEREIRA, D., 2016 e 2019; VIANNA, 2017; PEREIRA, T., 2017; OLIVEIRA, 2015; 2016; entre tantos outros). De um modo geral, a despeito das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas a respeito dos múltiplos aspectos da problemática urbano-regional, o acelerado processo de urbanização da região e a sua tomada por novos empreendimentos econômicos, sobretudo de corte logístico-industrial, denotam processos que certamente propõem novas e urgentes agendas de pesquisa.

No interior da região do *oeste metropolitano*, consideramos fundamental analisar mais detidamente o município de Seropédica, que, aliás, encontra-se justamente em sua área mais central. Esse olhar mais atencioso relaciona-se com um fato: a despeito de todas as assim chamadas "potencialidades" socioeconômicas postas pela *situação geográfica* economicamente privilegiada de Seropédica (cruzamento de eixos logísticos importantes, instituições públicas de pesquisa de certo renome, novos investimentos produtivos etc.)[18], verifica-se que o município detém uma miríade não negligenciável de *passivos urbanísticos e sociais*

[18] No final de setembro de 2019, o governador Wilson Witzel anunciou, em evento organizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), alguns empreendimentos icônicos para essa região. No outro lado da Região Metropolitana, em Maricá, anunciou um provável complexo turístico que, segundo suas palavras, poderá ser o maior resort da América Latina. Conectando com o oeste metropolitano, anunciou ter oferecido um terreno em Guaratiba, na zona oeste do município do Rio de Janeiro, para a construção de um parque de diversões da Disney, bem como o interesse de investidores em torno do aeroporto de cargas de Seropédica, uma promessa sua de campanha. Conf. G1 Rio. **Witzel fala de planos para Disney no Rio, 'maior ressorte da América Latina' em Maricá e aeroporto de cargas em Seropédica.** 30 set. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/30/witzel-fala-de-planos-para-disney-no-rio-maior-resort-da-america-latina-em-marica-e-aeroporto-de-cargas-em-seropedica.ghtml. Acesso em: 2 out. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

de diversas ordens, como já mencionamos anteriormente. Além disso, cabe destacar que tais passivos, em maior ou menor grau, estão francamente presentes nas demais localidades abrangidas por essa região.

Dentre eles, podemos listar alguns dos principais: baixa qualidade urbanística, com elevada presença de ruas não pavimentadas no município; tráfego excessivamente congestionado e com forte ocorrência de conflitos viários entre os diferentes modais de transporte (caminhões, ônibus, automóveis, motocicletas e bicicletas) entre si e destes com os pedestres; baixa renda e qualificação de boa parte da população local, a despeito da presença centenária de instituições de pesquisa de renome nacional e internacional; franca presença de redes clientelistas e patrimonialistas de acúmulo de poder político e econômico, denotando um severo déficit democrático na região; fragmentação do território, com grandes deficiências nas redes de mobilidade urbana local, compreendendo a precariedade dos vínculos entre os diferentes bairros e do município para com os demais municípios vizinhos, incluindo o próprio Rio de Janeiro; presença ostensiva de grupos paramilitares que visam ocupar uma pretensa "ausência" do Estado no que se refere à promoção da segurança pública e o fornecimento de outros "serviços" públicos e privados; baixa qualidade socioambiental, verificada pela agressividade das atividades econômicas de extrativismo e transformação industrial ao ambiente urbano e rural local; deficiências infraestruturais no campo da provisão de saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações, com episódios não muito incomuns de interrupção do fornecimento de alguns desses serviços; insuficiências no atendimento básico à saúde pública e no âmbito das baixas e médias complexidades etc.

PERIFERIAS E REGIONALIZAÇÃO: NOTAS CONCEITUAIS DOS CONDICIONANTES DO OESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

No tocante à RMRJ como um todo, poderíamos nos questionar, a princípio, sobre a própria extensão dessa "franja" ou "borda" metropolitana, conforme aventado acima (para além ou aquém da área metropolitana oficial), colocando em debate o próprio sentido e significado do movimento implicado a esse processo como um todo. Em outras palavras, em que sentido caberia colocarmos em debate a pertinência do conceito de *periferia*? Qual o alcance efetivo desse conceito, quando o colocamos em relação às realidades especificamente cariocas e fluminenses?

Esclarecimento: o debate envolvendo o *conceito* de *periferia* e a sua força analítica, seja no campo das representações ou ainda no campo das intervenções, é uma constante advinda de uma experiência e uma literatura especialmente paulistanas. No tocante ao município e região metropolitana de São Paulo (na outra ponta da Rodovia Presidente Dutra, cabe lembrar, e cujo limite mais próximo dista apenas 315 km do centro da cidade de Seropédica), esse debate é

ISBN **978-65-990229-0-6**

consideravelmente consolidado e costuma abordar uma realidade efetivamente vivida, percebida e concebida pela multiplicidade de "agentes" do espaço urbano (moradores, agentes públicos, mídia, promotores imobiliários etc.), em sua intrínseca relação com essas espacialidades. Em resumo, o debate sobre *periferias urbanas* em São Paulo é parte e fundamento constituinte dos estudos urbanos e regionais, desde a sua gênese, e as transformações cujas realidades são lidas e problematizadas pelas mais diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Arquitetura e Urbanismo, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Demografia, entre outras.

Por fim, consideramos que a perspectiva analítica da *modernização retardatária*, aventada pelas leituras da obra de Robert Kurz, traz elementos fundamentais para o desvendamento da realidade metropolitana carioca, sobretudo em suas tramas *periféricas*. Segundo Carrasco (2011, p. 30), essa perspectiva opõe-se a uma "teoria social de orientação nacional-desenvolvimentista", considerando sobretudo a "não-simultaneidade das formas assumidas" por essa modernização. No interior dessa concepção, países de passado colonial não deteriam exatamente uma "modernização incompleta", já que nesses "novos territórios" instaurava-se "os pressupostos necessários para a realização da lógica e do sentido da forma-mercadoria", de modo muito particular e perfeitamente "completo", pois garantia "a integração desses territórios ao sistema mundial produtor de mercadorias". Assim, acreditamos que um diálogo crítico entre essa concepção e a perspectiva dos desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2016) poderia trazer valiosos elementos para a compreensão dos termos fundamentalmente *negativos* da modernização do oeste metropolitano carioca e seus rebatimentos escalares. E o expediente teórico do fordismo periférico certamente coroa as nossas concepções a respeito dessa tensa convivência entre diversos estágios de desenvolvimento social e econômico na história, entrecruzando passado e presente.

Considerando tudo isso, como seria possível pensar a *periferia* do Rio de Janeiro? Ou ainda, a *extensão* das periferias do Rio de Janeiro? Não se trata apenas de uma palavra ou ainda de um conceito pretensamente "guarda-chuva", que caberia em qualquer situação e que deveria impor sua lógica à realidade. Trata-se, na verdade, do inverso: é preciso reconhecer os fundamentos implicados à produção e à reprodução desse espaço para que, em um certo momento do avanço de nossas investigações, possamos colocar em questão a natureza desse processo. Parte-se, assim, da particularidade, vislumbrando uma totalidade, uma mundialidade própria à constituição e afirmação dessa realidade dada no âmbito local.

As novas dinâmicas produtivas e a produção de um ambiente de crise em franca metropolização conferem a medida de uma realidade cujos projetos de desenvolvimento implicaram muito mais um aprofundamento e complexificação das formas violentas de sociabilidade do que propriamente a construção de um Estado democrático de direito e a consolidação de uma

ISBN **978-65-990229-0-6**

sociedade civil. A miragem dessa forma social marca a tônica de uma *vida nua*, cujo degradê conforma macro e micro-segregações nas mais íntimas escalas: centralidades ocupadas por uma paisagem de classes médias (no caso de Seropédica, grassam certas moradias de vultoso aspecto nas áreas centrais, bem como estabelecimentos comerciais razoavelmente sofisticados, servindo sobretudo à população universitária) e periferias sem asfalto, sem saneamento básico, sem transporte público e sem qualquer garantia de direitos.

Por fim, acreditamos que a principal justificativa dos apontamentos aqui apresentados é compreender a razão desse aparente descompasso entre as potencialidades econômicas e as realidades concretamente vividas pelas populações locais. Além disso, almejamos tecer um *desvio* dessas potencialidades, conformando elementos subjacentes ao *curto-circuito metropolitano*.

FLASHES DE UMA SITUAÇÃO SOCIAL CRÍTICA: PALMILHANDO EXPERIÊNCIAS DO TRANSE URBANO E METROPOLITANO

Conforme apontamos páginas atrás, cenas da vida cotidiana permeiam o horizonte da crise. Em um raciocínio que não recusa de todo uma perspectiva dedutiva ou indutiva, e sim busca a sua síntese, por intermédio do que Henri Lefebvre denominava *transdução*, nomeando uma capacidade de observar as tendências e o devir das formações sociais, observamos o quanto a crise e o crítico lastreiam a produção de nosso vivido.

Tomamos de empréstimo algumas categorias triádicas aventadas pelo filósofo/sociólogo francês, a saber: *dedução, indução e transdução; percebido, concebido e vivido; representações do espaço, espaços de representação e prática espacial; homogeneização, fragmentação e hierarquização* etc., e costuramos um diálogo entre tais perspectivas analíticas e o seu necessário substrato teórico, advindo, sobretudo, da perspectiva marxiana. A síntese desse percurso recai no que denominamos "produção do espaço".

Partindo dessas perspectivas e desse substrato teórico, almejamos trazer e discutir elementos dessa urbanização que vivemos atualmente. O reconhecimento da existência de uma crise urbana já é uma constante em muitos estudos há pelo menos cinco décadas, conforme apontamos em outros momentos deste texto. Nisso, Henri Lefebvre nunca esteve exatamente sozinho, já que outros autores contemporâneos identificavam uma "questão urbana", uma "economia espacial urbana" que explicaria a "renda fundiária" na cidade e sua capacidade de promover a segregação socioespacial nos tecidos urbanos. Enfim, trata-se de um debate muito vivo e que, até o presente momento, nunca almejou-se resolver "definitivamente" ou mesmo "superar", dadas as condições atuais da reprodução social.

Assim, se trazemos a perspectiva da "produção do espaço" como ponto de partida para nossa análise, necessariamente devemos nos envolver com a perspectiva per si da produção. E, certamente, como é possível tratar da

ISBN **978-65-990229-0-6**

produção se não nos atemos à reprodução? Dessa maneira, partiremos da noção segundo a qual produção e reprodução são entes necessariamente imbricados. Ou, em outras palavras, o processo social de *objetivação*, tão ricamente e necessariamente elaborado na obra de Karl Marx, mediado pela articulação entre trabalho vivo e trabalho morto, de modo algum exclui a dimensão das condições materiais dessa produção social. Ou seja: quem, como e por que produz? Em que condições ocorre essa produção? Não por um acaso, houve em certo momento da obra lefebvriana um inquestionável achado: a concepção de que as relações sociais de produção devem ser reproduzidas. E, junto a isso, a ideia arqui-conhecida de que o capital só manteve a sua existência e sobrevida por conta da produção do espaço. Daí, a impossibilidade de cindirmos, em nossa *episteme*, a produção e a reprodução.

Findado esse preâmbulo, que aliás está sempre aberto ao necessário diálogo, passemos a mais uma reportagem divulgada na manhã de segunda-feira, 8 de abril de 2019, e que teve bastante repercussão no Brasil. Um repórter da Rede Globo de Televisão, chamado Carlos de Lannoy, foi ameaçado de morte em sua conta da rede social Instagram[19]. O motivo: a produção e apresentação de outra reportagem, na noite do domingo anterior, em um programa de variedades de grande audiência no Brasil (Fantástico, na Rede Globo) sobre uma situação-limite, descrita a seguir.

Segundo reportagem do portal G1, publicada horas antes da reportagem televisiva,

> Um homem identificado como Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, morreu e duas pessoas ficaram feridas em uma ação do Exército na região da Vila Militar, na Zona Oeste do Rio, na tarde deste domingo (7). Militares dispararam ao menos 80 vezes contra o carro em que estava Evaldo e sua família em Guadalupe, segundo peritos da Delegacia de Homicídios. O sogro da vítima também foi baleado e precisou ser hospitalizado. [...] Cinco pessoas estavam no carro e iam para um chá de bebê. A esposa e o filho de 7 anos de Evaldo e uma mulher não se feriram. Um pedestre que passava no local ficou ferido ao tentar ajudar. A Polícia Civil realizou a perícia no local porque os militares tiveram dificuldade em realizá-la, devido à revolta dos moradores que testemunharam o crime, segundo o delegado Leonardo Salgado, da Delegacia de Homicídios da Capital. Mas os envolvidos na ação foram ouvidos em uma delegacia militar, não civil. Militares atiraram por engano contra a família, segundo relatos de testemunhas e parantes. O Comando Militar do Leste (CML) primeiro negou ter atirado contra uma família e disse ter respondido a uma "injusta agressão" de "assaltantes". À noite, em

[19] O DIA. **Jornalista Carlos de Lannoy é ameaçado por cobertura de carro fuzilado pelo Exército.** 8 abr. 2019. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/04/5632655-jornalista-carlos-de-lannoy-e-ameacado-por-cobertura-de-carro-fuzilado-pelo-exercito.html#foto=1. Acesso em: 1 dez. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> outra nota, p CML informou que o caso estava sendo investigado pela Polícia Judiciária Militar com a supervisão do Ministério Público Militar. [...] Uma amiga da família, que estava dentro do carro, contestou a versão do Exército e afirmou que os militares não fizeram nenhuma sinalização antes de abrir fogo contra o veículo.[20]

Após esses acontecimentos, tanto o fato em si quanto a sua veiculação na mídia, vem o novo fato, com a revelação da identidade do autor da ameaça e o seu posterior pedido de desculpas ao repórter.[21]

Situações-limite marcam uma fronteira analítica, certamente. Entre o nosso afeto e certa frieza da análise científica, advinda das exigências metodológicas e discursivas de se construir o conhecimento acadêmico e organizado, um caso como este, trágico e às vezes inominável em seus termos, certamente nos exige muita capacidade de reconhecimento e articulação de seus elementos e de encaminhamentos práticos. Trata-se, antes de tudo, de um caminho político. E é justamente pela crítica da economia política que ingressamos no conteúdo desses acontecimentos. E, mais uma vez, o cruzamento entre o corpo e o valor parece nos indicar muito do teor e dos desdobramentos práticos dessa situação-limite, de crise letalmente explosiva, de uma *necropolítica* como o esteio necessário da acumulação.

A propósito, aliás, citemos mais um excerto de outro texto muito conhecido de Achille Mbembe, intitulado justamente "Necropolítica" (2019 [2003]).

> No fim, pouco importa que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na *plantation* ou na colônia, ou, pelo contrário – a tese foucaultiana -, que nazismo e stalinismo não tenham feito mais do que ampliar uma série de mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental (subjugação do corpo, regulamentações médicas, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça). Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno assim como prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a "paz" tendo a assumir o rosto de uma "guerra sem fim". (MBEMBE, 2019 [2003]: 32-33).

[20] G1. **Homem morre após ser baleado em ação do Exército na Zona Oeste do Rio.** 7 abr. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml. Acesso em: 1 dez. 2019.

[21] JORNAL DO BRASIL. **Ex-candidato e apoiador de Bolsonaro, pede desculpas por ameaça a jornalista.** 8 abr. 2019. Disponível em: https://www.jb.com.br/pais/2019/04/994656-ex-candidato-a-vereador-e-apoiador-de-bolsonaro--pede-desculpas-por-ameaca-a-jornalista.html. Acesso em: 1 dez. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gás lacrimogêneo, as balas de borracha e outros instrumentos de "efeito moral" têm sido os artefatos mais utilizados, ultimamente, na "dispersão" das manifestações de servidores públicos fluminenses da ativa e aposentados contra os atrasos de salários (em meados de junho de 2017 [momento mais crítico do atraso de salários de tais servidores], sequer havia previsão do pagamento dos salários do mês de abril, e nenhuma sombra do pagamento do 13º salário referente a 2016!). Junte-se a isso as movimentações, tanto a nível estadual quanto federal, a respeito das "contrarreformas" na estrutura mais básica de financiamento dos órgãos do estado. Trata-se de um mini-ajuste fiscal, contrapartida declarada necessária ao "equacionamento" e à "viabilidade" econômica do estado do Rio de Janeiro nos próximos anos. A pletora da dívida bate à porta de todos os cidadãos. Os índices palpáveis da "violência urbana" crescem consideravelmente com o cruzamento dos efeitos da crise:[22] a rede municipal de ensino carioca só funcionou *integralmente* 7 dias, nos 72 dias letivos entre fevereiro e o fim de maio de 2017, por conta dos "conflitos" ocasionados pela "violência"[23].

Enfim, esse quadro desolador, cruamente visível nos dias que correm, iluminam justamente a ideia de que, conforme o proposto neste escrito, o corpo se configura no irredutível. E é justamente por este corpo, aprisionado e transfigurado, que o vivido se coloca como a resistência. O estado de guerra torna-se permanente, e justamente contra a insurgência potencial. O urbano é o meio privilegiado dessa perspectiva cruzada, desse jogo incessante entre a alienação e a desalienação. Os caminhos são bifurcados: ou advém a *barbárie* estendida, de modo a empurrar a crise de uma economia moribunda para a eternidade, ou da saturação desse negativo advirá, lembrando Guy Debord, essa *crítica da geografia humana* necessária à construção de novas *situações*?

REFERÊNCIAS

[22] Observe-se, por exemplo, que a quantidade de mortos em operações policiais, no 1º semestre de 2017, aumentou 85% em relação ao mesmo período de 2016, no estado do Rio de Janeiro. Cf. FOLHA DE S. PAULO. **Com explosão de crimes, RJ tem maior taxa de mortes violentas em 7 anos.** 8 maio 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881964-com-explosao-de-crimes-rio-regride-e-tem-maior-taxa-de-mortes-em-7-anos.shtml. Acesso em: 2 out. 2019.

[23] G1. **Violência deixa quase 4 mil alunos sem aula em escolas do Rio nesta quinta.** 25 maio 2017. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/violencia-deixa-quase-4-mil-alunos-sem-aula-em-escolas-do-rio-nesta-quinta.ghtml. Acesso em: 2 out. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro***.** 4ª ed3º reimpr. Rio de Janeiro: IPP, 2011.
AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer***:** o poder soberano e a vida nua I. BeloHorizonte: Editora UFMG, 2010.
ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e doespaço.*São Paulo: Annablume, 2013.
ALVES, José Cláudio Souza***. Dos barões ao extermínio*:** uma história daviolência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
BATAILLE, Georges. *A parte maldita***,** precedida de "A noção de dispêndio".2ª ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
BATISTA, Vera Malaguiti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro***.** Dois temposde uma história. 2ª ed. 2ª reimpr. Rio de Janeiro: Revan, 2014 [2003].
BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. In:*Revista Brasileira de Geografia.*Rio de Janeiro: IBGE, ano 23, nº , pp. 495-526, jul./set. 1961.
BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas***.** Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1982.
BINSZTOK, Jacob e BARBOSA, Jorge Luiz (org.). *Modernização fracassada:*Dossiê Comperj. Rio de Janeiro: Consequência/FAPERJ, 2018.
BRENNER, Neil. A hinterlândia, urbanizada? Tradução de Pedro PauloMachado Bastos. *Revista eletrônica e-metropolis.*Rio de Janeiro:Observatório das Metrópoles; ano 7, nº 25, pp. 6-11, jun. 2016.
BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Até o último homem***:** visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.
CARRASCO, André de Oliveira Torres. *Os limites da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano em um contexto de modernização retardatária***.** As particularidades desse impasse no caso brasileiro. 2011. 264 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
DAMIANI, Amélia Luísa (coord.) et. al. *O futuro do trabalho* **:** elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro. São Paulo: AGB/SP.
Labur/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006. 72 p.
DAMIANI, Amélia Luísa e BAITZ, Ricardo (org.). *Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas***.** São Paulo: Tiragem Livre, 2017.
DAMIANI, Amélia Luísa. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da Geografia Urbana. *Revista da ANPEGE*, vol. 5, pp. 39-53, 2009.
DAMIANI, Amélia Luísa. *Espaço e Geografia: observações demétodo***.** Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo.2008. 414 p. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ISBN **978-65-990229-0-6**

DAMIANI, Amélia Luísa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.*). Geografias de São Paulo***:** representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.
DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. *Revista Território***.** Rio de Janeiro: UFRJ, ano V, nº 9, pp. 9-24, jul./dez. 2000.
DAVIDOVICH, Fany. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro.*Cadernos Metrópole.* São Paulo: PUC/SP; Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; nº 6, pp. 67-77, 2º sem. 2001.
DAVIDOVICH, Fany. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia***.** Rio de Janeiro: IBGE, ano 48, nº 3, pp. 333-371, jul./set. 1986.
DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo***.** Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 4ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003.
DEBORD, Guy. *Œuvres.*Paris: Gallimard, 2006.
ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra***.** São Paulo: Boitempo, 2010.
FARIA, Rodrigo de e REZENDE, Vera F. (orgs.) *O Rio de Janeiro e seu desenvolvimento urbano***.** O papel do setor municipal de urbanismo. Rio deJaneiro: Letra Capital, 2017.
FERNANDES, Nelson da Nóbrega**.** O rapto ideológico da categoria subúrbio. Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2011.
GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia***.** Rio de Janeiro: IBGE, ano 16, nº 3, pp. 291-313, jul./set. 1954.
GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas***:** o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.
GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. *La conscience mystifiée.*Paris: Éditions Syllepse, 1999. [1936]
HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite***:** território e multi/transterritorialidadeem tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo***.** São Paulo: Boitempo, 2016.
HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço.*2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
HARVEY, David. *Cidades rebeldes:*do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
HARVEY, David. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
HARVEY, David. *Os limites do capital.* São Paulo: Boitempo, 2013.
JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria***.** Para uma nova crítica do valor.Lisboa: Antígona, 2006.

ISBN **978-65-990229-0-6**

JAPPE, Anselm. *Crédito à morte:*a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.
KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*:linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.
KURZ, Robert. *O colapso da modernização:*da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana.* Tradução de Sérgio Martins. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1970].
LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política.* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1973].
LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace***.** Paris: Anthropos, 2000 [1974].
LEFEBVRE, Henri. *La vie quotidienne dans le monde moderne.*Paris : Gallimard, 1968.
LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique***.** 12 mots clefs pour le monde moderne. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986.
LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade***.** 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].
LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. *Revista eletrônica e-metropolis***.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; ano 6, nº 22, pp. 6-15, set. 2015.
LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*:estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética***.** São Paulo: Hucitec, 1996.
MARX, Karl. *Grundrisse:*manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora da UFRJ/ Boitempo, 2011.
MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos.*São Paulo: Boitempo, 2004.
MARX, Karl. *O Capital.*Crítica da Economia Política. (3 volumes, 5 tomos). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra.*Lisboa: Antígona, 2014.
MBEMBE, Achille. *Necropolítica.*Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2019 [2003].
MENEGAT, Marildo. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe.*O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
OLIVEIRA, Leandro Dias de. "Seropédica sustentável": transformaçõesecológico-econômico-espaciais recentes em um lacônico julgamento.*Recôncavo:*Revista de História da UNIABEU. Belford Roxo, RJ: UNIABEU, vol. 6, nº 11, pp. 87-101, jul./dez. 2016.
OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia* [Online], 7 | 2015, posto online no dia 12 Abril 2016, consultado o 11 Junho 2017. URL: http://espacoeconomia.revues.org/1814; DOI:

ISBN **978-65-990229-0-6**

10.4000/espacoeconomia.1814.
OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial produtiva. *Espaço e economia.*Revista brasileira de geografia econômica. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, 2015.
OLIVEIRA, Marcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca.*Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ; Niterói, RJ: EDUFF, 2010.
PEREIRA, Denise de Alcântara. A construção de cenários prospectivos em Seropédica: integrando a academia e a coletividade no estudo da paisagem e do território. In: COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL, 11, 2016, Salvador. *Anais*.Salvador, 2016a.
PEREIRA, Denise de Alcântara. Conflitos socioambientais e o periurbano em Seropédica na Baixada de Sepetiba: nós nas redes, redes sem nós. *Recôncavo*: Revista de História da UNIABEU. Belford Roxo, RJ: UNIABEU, vol. 6, nº 11, pp. 28-48, jul./dez. 2016b.
PEREIRA, Denise de Alcântara. *Sobre as águas do Piranema:* potencialidades e fragilidades na ocupação de um território em transformação. In: Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 3, 2014, Belém. **Anais...**. Belém, 2014.
PEREIRA, Denise de Alcântara; SILVA, Marcio Rufino e OLIVEIRA, Natália Silva de. A periferia da pobreza na borda oeste metropolitana do Rio de Janeiro. Ocupação, apropriação e (des)estruturação sócio-espacial e territorial. In.: ENANPUR, 18, 2019, Natal. *Anais*. Natal, 2019.
PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. *A igualdade na Federação Brasileira e seus efeitos desiguais na reprodução do espaço metropolitano do Rio de Janeiro*. 2015. 234 p. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *Rio de Janeiro:*transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.
ROCHA, Alexandre Souza da. *Objetos, atos e situações no morar na periferia da Metrópole:*momentos e implicação. 2007. 210 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
ROCHA, André Santos da. **"***As representações ideais de um território":*dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós-1990. 2014. 242 p. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
SANTOS JR., Orlando Alves dos e NOVAES, Patricia Ramos. Rio de Janeiro: impactos territoriais e o ajuste espacial na cidade olímpica. *Revista eletrônica e-*

ISBN **978-65-990229-0-6**

metropolis.Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; ano 7, nº 25, pp. 12-25, jun. 2016.
SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro.*Revista de Administração Municipal*.Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, ano 25, nº 149, pp. 6-34, out./dez. 1978.
SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico*:a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *Revista Brasileira de Estudos da População***,** v. 34, n. 2, pp. 415-425, mai/ago 2017a.
SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Região Metropolitana da Guanabara: planejamento urbano, cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro,* nº 12, pp. 43-58, 2017b.
SILVA, Marcio Rufino. Entre duas metrópoles: notas preliminares de umaexperiência e um convite. *Revista Continentes*.Seropédica, RJ: UFRRJ, ano 3, nº 5, pp. 162-175, 2014.
SILVA, Marcio Rufino. Metrópole, cotidiano, Estado e território: notas sobre a (re)produção das relações sociais de produção e suas escalas. *Recôncavo:*Revista de História da UNIABEU. Belford Roxo, RJ: UNIABEU, vol. 6, nº 11, pp. 122-140, jul./dez. 2016.
SILVA, Marcio Rufino. Metrópole, crise, catástrofe e contenção: notas a respeito de uma experiência em uma borda metropolitana. In: ALCÁNTARA, Manuel et al. (coords.) *Estúdios Económicos***.** Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas. Salamanca, Espanha: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018.
SILVA, Oséias. *O ponto de ruptura*:reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada*.Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. 2006. 313 p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. *Metrópole do Rio e projeto nacional*. Uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ, 2013.
VIANNA, Marcio Albuquerque. *A agricultura familiar em Seropédica-RJ*:gestão social, participação e articulação dos atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária. 2017. 252 p. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

ISBN **978-65-990229-0-6**

ESTADO DE EXCEÇÃO E MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO[1]

Maurilio Lima Botelho

INTRODUÇÃO

O debate sobre *estado de exceção* ultrapassou há muito os limites meramente jurídicos, saindo da teoria do direito ou da teoria do Estado para se tornar um tema comum a diversas disciplinas. Para além do campo acadêmico, o conceito alcançou o debate público, tornando-se fundamento para a denúncia realizada por ativistas – não apenas ligados ao Direito – e objeto de reportagens da grande imprensa. A amplitude trouxe a imprecisão e um sem-número de visões distintas, por vezes contraditórias, para a compreensão do processo abarcado por este conceito. Entretanto, a importância que assumiu o termo dá conta de sua incontestável confirmação: *vivemos sob estado de exceção*.

Para fins de uma teoria crítica, seria importante precisar os parâmetros básicos que sustentam esse conceito e, principalmente, avaliar os limites históricos e geográficos de sua emergência. Como substrato da sociabilidade demarcada pelo Estado moderno e, principalmente, como fundamento da própria construção democrática, o estado de exceção não é uma condição estanque, algo que possa ser delimitado por meio de uma ruptura temporal muito nítida, assim como não possui uma abrangência histórica sempre idêntica. Ou seja, a mera constatação da emergência do estado de exceção não resolve o problema de sua denúncia, pois cabe avaliar em que grau se estabelece nos diversos planos sociais, dado que a regressão e a exclusão do estado de Direito não é abstrata, mas avança de acordo com a complexidade da integração dos diversos grupos sociais e também em espaços distintos. Isso significa que, numa

[1] Esse artigo é uma versão ampliada e com formulações mais teóricas da apresentação na mesa "Estado de exceção, políticas urbanas e direitos sociais" do *3º. Seminário de Estudos Contemporâneos Sobre Baixada Fluminense*.

ISBN **978-65-990229-0-6**

sociedade periférica como o Brasil, onde a desigualdade ou a exclusão social são marcantes, a determinação da abrangência temporal e geográfica dos direitos torna-se mais difícil e, por isso, mais necessária. Uma sociedade marcada por uma segregação urbana profunda e pelo racismo estrutural exige a compreensão mais sistemática do avanço da arbitrariedade do Estado, inclusive sobre a sua capacidade de regramento social. O que está em jogo é exatamente a norma estabelecida pela modernidade de que o Estado é a instituição basilar e legítima de regulação social.

Temos um duplo objetivo: ao definir as principais determinações de uma teoria do estado de exceção, buscamos estabelecer mediações com a nossa formação social particular, visando demonstrar que a própria concepção de exceção exige um procedimento gradual, pois a violação da norma só pode ser definida em contraponto à sua vigência em determinado plano social ou espacial. Só é possível falar em estado de exceção quando ainda existe, em algum grau de materialidade social, a vigência de normas contra as quais aquele se insurge discricionariamente. Uma interpretação do estado de exceção, portanto, exige uma apreensão de como se processa, em termos históricos e geográficos, a exclusão social. Para isso faremos uma intepretação mais ampla da exceção, utilizando autores mais preocupados em apreender a relação deste com a forma social e com a própria estrutura do Estado do que propriamente em termos jurídicos. Com isso podemos nos aproximar da realidade cada vez mais violenta da "periferia da periferia", isto é, das zonas excluídas do Brasil, que nos servirão de referência pelo seu estado avançado de *militarização do espaço urbano*. Talvez isso tenha uma pitada de "desencaixe" – o plano elevado de uma reflexão teórica contraposto ao cotidiano violento de cidades em crise –, mas longe de ser um problema metodológico, a ser resolvido numa melhor elaboração e construção do objeto, o que se trata aqui é exatamente de apreender a realidade desfigurada como parte de uma crise categorial que envolve os fundamentos da sociedade moderna, entre elas as figuras do direito.

NOTAS PRÉVIAS SOBRE A EXCEÇÃO

Antes de formular uma concepção de estado de exceção seria preciso fazer algumas observações sobre o uso corrente da expressão, que se tornou abusivo e banalizado. A primeira observação é que o conceito de *exceção* é utilizado atualmente de modo indiscriminado para denunciar tanto o extremismo de direita quanto um suposto "extremismo de esquerda". Isso serve bem ao propósito liberal de assumir uma posição equidistante de qualquer presumido radicalismo e afirmar-se como via correta e moderada de atuação política, acusando os governos, não importa seu espectro político, de flertar com os extremos. Essa postura de autolegitimação liberal, utilizada de modo sistemático pelos meios de imprensa, fabrica um extremismo de esquerda no horizonte para colocar sob o mesmo peso os "excessos" conservadores. Isso ainda é visível na

ISBN **978-65-990229-0-6**

releitura do golpe de 1964, quando a perseguição oficial e a tortura institucionalizada são vistos como respostas à "defesa de ideologias" por "criminosos infratores de direitos humanos" – o que se faz é reduzir uma máquina estatal repressiva ao plano comum das "tragédias que ocorrem em regimes de exceção",[2] ou seja, a suspensão de direitos é legitimada, *post festum* – difícil não remeter aqui à autorreferencialidade do conceito de "soberania".[3]

O mesmo instrumento de nivelamento sem fundo se repete agora ao estabelecer que a reinvindicação oficial de um novo AI-5 é um contraponto à oposição política que promete (sem nenhuma base objetiva visível) radicalizar as manifestações de rua e que ambas deveriam ser criticadas. Para o liberal que caminha sobre nuvens até propostas visivelmente persecutórias e de violação jurídica são "medidas extremas em resposta às ameaças de movimentos como o MST e o MTST".[4] Aqui se vê que a consciência liberal, por mais que apele para o ideal elevado democrático, está sempre a um passo de celebrar "abertamente a quebra violenta do direito pelo 'lado certo'" (Kurz, 2019: 218). Já começa a ficar evidente o vínculo subterrâneo entre liberalismo e exceção.

A segunda observação é que a denúncia do estado de exceção passou a ser feita de modo sistemático – principalmente em termos jurídicos – pelos "viúvos da democracia ocidental". O saudosismo da era das democracias de massa se manifesta sempre na exigência de uma ampliação dos instrumentos jurídicos que, no atual quadro de controle generalizado, acaba se metamorfoseando em formas de contenção e administração social. Aí está o nó dessa formulação: talvez pareça um argumento extremista a crítica da democracia ("não é hora de se falar mal da democracia"), mas a necessidade de sua crítica está exatamente na averiguação de que ela tem suas raízes jurídicas na exceção e, nas últimas décadas, ocorreu um deslizamento progressivo das instituições democráticas em direção à exceção.

Essa é uma constatação fundamental para a compreensão dos nossos dias: a democracia avançada assumiu e assume cada vez mais a forma de um estado de exceção. Já era possível identificar na Era Atômica o próprio fundo excepcional contido no poder ilimitado de destruição que garantiu exatamente a superestrutura democrática das grandes democracias de consumo.[5] Mas não se trata apenas disso: em 1988, antes mesmo do colapso do socialismo real, Guy Debord havia apontado que a tendência naquele momento era de uma verdadeira síntese entre a sociedade burocratizada do Leste e as democracias de consumo ocidentais: o domínio totalitário da mercadoria havia integrado o mundo numa

[2] Em favor da democracia (editorial), *O Globo*, 28 maio 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/em-favor-da-democracia-22716691. Acesso em dez. 2019.
[3] "Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção" (apud Agamben, 2010: 18).
[4] Um mal menor, Merval Pereira, *O Globo*, 27 nov. 2019, disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/um-mal-menor.html. Acesso em dez. 2019.
[5] "Na era atômica em que o mundo agora entra, é provável que o uso dos poderes de emergência constitucional se torne a regra e não a exceção" (Rossiter apud Agamben, 2004: 21).

ISBN **978-65-990229-0-6**

forma ora difusa ora concentrada de controle social e agora o "espetáculo integrado" transformava "policialmente a percepção" (1997: 9-10).[6]

Outro comentário importante – em linhas gerais uma extensão do anterior – é que a compreensão de um estado de exceção no Brasil deve ter uma série de cuidados porque, a rigor, nunca tivemos uma situação democrática consolidada. E por isso os "viúvos da democracia" no Brasil são ainda mais decrépitos, pois argumentam em nome de uma condição social e institucional que nunca foi regra, amparam-se na imagem de uma democracia que já não existe mais sequer na Europa.[7] A exceção remonta à própria forma periférica de nossa configuração social e, de resto, vale ainda mais para a temática da militarização do espaço urbano: o período mais longo da democracia no Brasil esteve sempre sob o peso das instituições e das práticas militarizadas legadas pela Ditadura.[8]

Em linhas gerais, estado de exceção é uma formulação mais ampla dos vários aspectos contidos em expressões como "estado de sítio", "estado de emergência", "estado de urgência", "lei marcial" e até "estado de necessidade". Como nosso objetivo não é adentrar nos detalhes jurídicos, não cabe diferenciar de modo rigoroso cada uma dessas expressões, apenas apontar que elas dependem de situações específicas e aparecem de modos distintos em legislações nacionais diversas. Em geral, no entanto, apontam para o fato comum de uma situação em que direitos básicos, previstos e inscritos na lei, são suspensos ou relativizados pelos próprios mecanismos e agentes responsáveis pela aplicação, proteção ou zelo à legislação. Entretanto, esses instrumentos são utilizados de modo temporário, parcial ou localizado, enquanto a exceção que nos interessa corresponde a um estado cada vez mais progressivo e permanente.

E por isso uma última observação precisa ser registrada: estado de exceção não é a suspensão das normas num sentido imediato e abstrato, ou seja, não é a eliminação das normas ou o Império da Desordem. Pelo contrário: estado de exceção é uma situação criada pela abundância de normas a tal ponto que elas se tornam abusivas, confusas e sujeitas a diversas interpretações em suas aplicações. Há um domínio do arbitrário não por falta de leis, mas exatamente na interpretação e aplicação delas. O excepcional não decorre de uma situação não prevista na lei, mas da abundância de leis que começam a divergir com a própria realidade, uma tensão crescente entre direito e fato – o que concede aos operadores da "justiça" a arbitrariedade da *decisão*.

É óbvio que as leis sempre exigiram interpretação por parte de quem as aplica, mas o que caracteriza a situação de exceção é uma liberdade, para quem

[6] A exceção é uma filha legítima da democracia e não o bastardo de uma herança absolutista nunca superada: "é importante não esquecer que o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista" (Agamben, 2004: 16).

[7] "Exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia a culturas e a tradições diferentes, a cultura política do Ocidente não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam" (Agamben, 2004: 33).

[8] Sobre isso ver Teles e Safatle (2010).

ISBN **978-65-990229-0-6**

opera, em utilizar a diversidade de normas do modo que lhe convier. Na formulação precisa de Agamben: o estado de exceção é o poder instituído pelas leis que, ao serem aplicadas, são violadas: "para aplicar uma norma é necessário, em última instância, suspender sua aplicação, produzir uma exceção" (Agamben, 2004: 63). Contraditoriamente, é a tolerância da ilegalidade realizada por forças legais. Trata-se, portanto, de um declínio da democracia pelo excesso de instrumentos que forjaram a legalidade democrática. Como nosso objetivo aqui é aproximar essa reflexão do espaço urbano militarizado, torna-se mais fácil desenvolver uma compreensão de estado de exceção a partir de algumas características fundamentais apresentadas por esse declínio democrático.

RUMO À EXCEÇÃO

Depois dessas longas observações podemos chegar de imediato à primeira definição: *o estado de exceção se caracteriza por umaperda de legitimidade do poder político*. Ou seja, a exceção é a forma "legal" própria da *crise de legitimidade do Estado*.

Como se sabe, a dominação do Estado sempre teve um duplo fundamento na sociedade moderna: de um lado foi baseada na força, no uso legal de instrumentos de violência e de coerção; de outro, na aceitação por parte de seus membros. O poder estatal é aceito porque assume uma forma racional e adequada de governo – a dominação estatal moderna não é apenas baseada na força, mas também no *consentimento*. Enfim, a sociedade, em grande parte, aceita a capacidade do Estado de regular sua vida porque o reconhece como justo, ou pelo menos como o mais justo dentre os meios disponíveis de regulação das relações sociais.

Muitos autores perceberam, entretanto, que isso implodiu na década de 1970. Fenômenos diversos o indicavam: uma negligência crescente diante dos processos eleitorais (no Brasil, por exemplo, quase um quarto dos eleitores não comparecem mais às urnas, mesmo com voto obrigatório), a atividade parlamentar isolada e cada vez mais de costas para demandas sociais ("é preciso aprovar reformas, mesmo que impopulares"), ou a proliferação de grupos armados em diversos meios, desde o crime organizado até bandos paramilitares. Aqui já adentramos num dos aspectos da *militarização da vida social*, mas é preciso explorar melhor o resultado dessa perda de reconhecimento político: a crise de legitimidade aparece na forma de um Estado cada vez mais violento. Ao invés de buscar novamente aceitação e consentimento social, o Estado impõe seu domínio em crise por meio de uma força cada vez mais abusiva, excepcional.

Uma pesquisa recente no Brasil indicou que mais de 51 % da população tem medo da polícia e apenas uma parte menor confia na atuação policial.[9]

[9] Datafolha aponta que 51% dos brasileiros têm medo da polícia e 47% confiam nos policiais, *G1*, 11 abr. 2019, https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/11/datafolha-aponta-que-51percent-dos-brasileiros-tem-medo-da-policia-e-47percent-confiam-nos-policiais.ghtml.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Embora o caso brasileiro seja muito peculiar, ocorre o mesmo em boa parte do mundo onde a violência policial se tornou norma (Jappe, 2013). O "cidadão" não se submete à polícia porque o reconhece como guardião da ordem e zelador da justiça, um agente estatal cumprindo ordens e seguindo as normas, mas porque *tem medo*. Isso é a exceção em forma pura. Um ditador não precisa de legitimidade porque alcançou seu poder pela força e faz uso deliberado dela. Um policial, a princípio, não deveria seguir esse roteiro autorreferencial: até em termos etimológicos, a polícia está ligada à ordem política, pois foi investida de poder pelas leis vigentes, como um servidor público. Entretanto, o caso hoje é que, ao usar do poder que lhe foi investido, ela o viola cotidianamente.

Claus Offe identificou de modo pioneiro a crise de legitimidade do Estado como um processo que leva progressivamente ao excesso de violência:

> No momento em que um sistema de dominação não mais consegue manter sua coesão, apresentando razões 'convincentes', isto é, que obtenham reconhecimento normativo, restam, como soluções substitutivas, somente dois caminhos para assegurar a obediência e a disposição de cumprir ordens. Ambas as estratégias alternativas da integração social estão sendo praticadas em larga escala. Trata-se, em primeiro lugar, de substituir o reconhecimento normativo por vantagens privadas, ou seja, prestações de serviços estatais na área da distribuição e da previdência social, e, em segundo lugar, da aplicação da violência repressiva. No momento em que a obediência não é mais induzida através do reconhecimento normativo da dominação estatal, ela precisa ser trocada por contra-prestações ou imposta coercitivamente (Offe, 1984: 278).

O fundamento principal da *crise estrutural do Estado capitalista,* que o levou ao problema insolúvel da legitimidade, foi identificado por Offe exatamente como tendo origem na questão mais fundamental da *crise do trabalho*. Isso se explica de modo ímpar a convivência de compensação monetária direta (as diversas modalidades de renda mínima neoliberal até o Bolsa-família lulista) com a violência progressiva, o encarceramento em massa e o extermínio praticado por forças oficiais. O que se trata é a gestão, contenção e eliminação dos *excluídos da sociedade do trabalho*.

Aqui chegamos a uma segunda definição: a emergência da arbitrariedade corresponde ao momento de crise fundamental do nexo de socialização básico, *o estado de exceção se desenvolve por meio da crise da sociedade do trabalho*. Quando a forma de mediação elementar da sociedade moderna começa a escassear e, como seu resultado, o que resta precariza-se de modo sistemático, é a própria película jurídica que envolve os vínculos sociais que começa a se romper. Como definiu

ISBN **978-65-990229-0-6**

de modo preciso Robert Kurz: "onde já não se pode firmar contratos de trabalho, acaba por já não se poder firmar contrato nenhum" (2019: 218).[10]

A exceção, embora fundamento da própria constitucionalidade democrática, portanto, uma sombra sempre à estreita em momentos de crise e ruptura social, não pode ser determinada de modo ontológico como mera disposição violenta soberana – a precisa definição histórica do Estado de exceção deve ser encontrada exatamente no momento em que massas sociais crescentes são expulsas dos processos de integração econômica, quando o desemprego em massa se torna uma norma e, portanto, a anomia social uma regra.[11]

Assim, o Estado, como "violência concentrada da sociedade" (Marx) se volta contra grupos excluídos, rejeitados e cada vez mais descartáveis, ampliando o aparato repressivo e o confinamento por meio de uma arbitrariedade legalizada.[12] Entretanto, por mais que o Estado amplie seu poder e sua força, a crise de legitimidade do Estado corresponde cada vez mais ao *fim do monopólio de violência estatal*, *uma terceira característica do estado de exceção*.

Como dito, a partir da década de 1970, em todo o mundo, ocorreu uma proliferação de grupos armados, que incluem o crime organizado, guerrilheiros (mesmo no centro do capitalismo), paramilitares, organizações mafiosas de todos os tipos e terroristas. O Brasil é um exemplo dramaticamente rico da expansão desses grupos: temos as diversas facções do varejo do tráfico de drogas com domínio territorial armado, o jogo do bicho, os comandos que operam em cadeias e agora expandem seu poder de regulação sobre o crime para o espaço urbano além delas (Primeiro Comando da Capital) e as milícias, que exploram diversas atividades econômicas ilegais por meio do uso da coerção. Isso significa que esses diversos grupos levaram a uma quebra da violência estatal e, portanto, que há um *poder paralelo* na sociedade brasileira?

---

[10] "... como a moderna forma do direito se encontra vinculada ao sistema fetichista do trabalho abstrato e da valorização do valor, e a subjetividade jurídica de qualquer modo apenas pode ser um momento secundário da subjetividade do trabalho e da valorização, tem de se extinguir juntamente com esta" (Kurz, 2019: 218).

[11] "determinados pontos fracos em Agamben são aproveitados para rejeitar toda a formulação do problema e a crítica contida na sua argumentação. O que o torna atacável, com efeito, é uma tendência para a ontologização que, sob outro aspecto, também pode ser encontrada em Hardt/Negri e caracteriza, em termos gerais, toda a elaboração teórica pós-moderna, contaminada por Heidegger, na qual Agamben entronca. Deste modo, ele serve-se de uma abordagem a-histórica que liga em curto-circuito diversas épocas da história da modernização e da História (ocidental) em geral, sendo assim obscurecida a constituição específica da modernidade, que verdadeiramente lhe interessa (Kurz, 2018: 235).

[12] "O desajuste intrínseco da relação de valor converteu-a numa prisão: novamente a base material de todo o edifício securitário da sociedade de controle. Não se trata de simples metáfora: tal como o ordenamento constitucional sem poder constituinte e socialmente inefetivo para melhor blindar a norma capitalista, o direito penal do inimigo que rege o atual encarceramento em massa e por categorias sociais inteiras também visa salvaguardar preventivamente a norma jurídica no seu todo através da mera gestão do risco criminal" (Arantes, 2008: 12).

ISBN **978-65-990229-0-6**

A resposta não pode ser direta. Do mesmo modo que a crítica da exceção aparece como instrumento para louvar uma democracia que nunca existiu por aqui, em geral o recurso ao "poder paralelo" nasce de uma intenção de aceitar a força cada vez mais violenta do Estado para combater os poderes alheios. Foi mais ou menos isso que ocorreu na década de 1970 na Europa: tanto na Itália quanto na Alemanha, poderes excepcionais foram autorizados para combater grupos radicais armados, uma violência "legal" que acabou por atingir quase toda a sociedade. Quanto mais frágil a legitimidade do Estado, quanto mais concorrência em termos de poder enfrenta, mais violento ele se torna. *A perda de monopólio da violência não é a diminuição do Estado, mas a sua ampliação repressiva*. Se o Estado perde o monopólio do uso legítimo da força e ele próprio se torna cada vez mais violento para responder a isso, é a própria sociedade como um todo que se desintegra em bandos armados, com o Estado fazendo parte essencial dessa regressão mafiosa. Como na exceção o Estado já não possui mais legitimidade, dado que faz uso arbitrário da força, ainda que juridicamente amparado, ele próprio se converte gradativamente em uma *estrutura miliciana*. Aliás, o que presenciamos hoje no Brasil, desse ponto de vista, é *menos a transformação das milícias em Estado* (o que também ocorre) *e mais a decomposição do Estado numa milícia*.

Esse, evidentemente, não é um problema apenas do Brasil, pois a extrema-direita alcançou o poder político em várias partes do mundo e sua compreensão da dinâmica contemporânea é mais cristalina – e apocalíptica – do que a visão democrática: a nova direita radical mundial quer que as forças do Estado operem como uma facção, com a flexibilidade das gangues, sem se preocupar com a legitimidade, transparência, prestação de contas etc., envergando a legalidade ao seu interesse e objetivo repressivo.

> Nesses tempos de crise, o Estado se transforma de novo no que foi historicamente em seus primórdios: um bando armado. As milícias se tornam polícias 'regulares' em numerosas regiões do mundo, e as polícias se tornam milícias e bandos armados (Jappe, 2013: 18).

Uma quarta definição do estado de exceção é a confusão entre os poderes estatais instituídos. Dado que o Estado começa a degringolar em bandos e em grupos armados, a tendência é um ofuscamento de suas estruturas jurídicas e objetivos políticos. As funções executivas, legislativas e judiciárias se embaralham.[13] Como já dito, não podemos entrar em discussões jurídicas detalhadas, mesmo que tenhamos muitos exemplos da confusão entre quem governa e quem legisla em nossa República periférica. Do ponto de vista mais imediato, importa ressaltar o

[13] "Uma das características essenciais do estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo" (Agamben, 2004: 19).

ISBN **978-65-990229-0-6**

aspecto assumido progressivamente pela polícia como força julgadora: o policial se comporta cada vez mais como um agente que julga e executa penas.

O antecedente disso é notório: uma pesquisa do Núcleo de Violência da USP mostrou que em mais de 74 % dos casos de prisão por tráfico de drogas só houve testemunho do policial que efetuou a prisão. E mais de 90 % desses casos levaram à condenação dos acusados.[14] Esse número assustador revela que a palavra do policial é usada sistematicamente como parte fundamental do processo acusatório, o que viola as normas constitucionais. A partir dessa realidade deixa de ser surpreendente que um juiz assuma também as vestes da acusação: esse é o cotidiano de embaralhamento legal que encarcera em massa negros e pobres nas periferias, até porque também já foi demonstrado que uma pessoa negra presa com drogas tem maiores chances de condenação.[15]

Evidentemente, estamos ainda no plano do processo legal, ainda que o Estado compareça simultaneamente como acusador ou testemunha e juiz. O passo seguinte dessa confusão de posições é *a transformação do próprio policial em juiz*. Como se sabe, o governador do estado do Rio de Janeiro anunciou que, diante do porte de armas por parte de "bandidos", o policial deveria "mirar na cabecinha". Um juiz de carreira eleito governador conferia, ainda que por meios não-oficiais, o poder ao policial sob seu comando de julgar e punir imediatamente alguém.[16]

Não estamos muito distantes das visões da indústria cultural norte-americana que projetavam um futuro onde os juízes sairiam armados, nas ruas violentas de uma distopia urbana, para combater o crime, julgando e punindo imediatamente os inimigos da ordem social. No "pacote anticrime" do ministro da justiça Sérgio Moro está contido o fundamento legal para esse tipo de ação policial: o "excludente de ilicitude" prevê que um policial ficará impune caso cometa algum "excesso" em razão de "medo, surpresa ou violenta emoção".[17]

O que temos é a possibilidade do registro legal da punição policial do criminoso, a porta aberta para execução daquilo que o agente repressivo considera como lei: sob essas três expressões, "medo, surpresa ou violenta

[14] 74% das prisões por tráfico têm apenas policiais como testemunhas do caso, Sérgio Rodas, *Conjur*, 17 fev. 2017, disponível em: https://www.conjur.com.br/2017-fev-17/74-prisoes-trafico-apenas-policiais-testemunhas. Acesso em dez. 2019.

[15] Negros são os mais condenados por tráfico e com menos drogas apreendidas: Levantamento inédito analisou 4 mil sentenças de 2017; maioria das apreensões é inferior a 100g e 84% dos processos tiveram testemunho exclusivo da polícia, *Revista Exame*, 7 maio 2019, disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/. Acesso em dez. 2019.

[16]'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo', afirma Wilson Witzel, *Notícias UOL*, 01 nov. 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm. Acesso em dez. 2019.

[17] Excludente de ilicitude: veja o que prevê a proposta anticrime de Sergio Moro, *G1*, 23 set. 2019, disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/23/excludente-de-ilicitude-veja-o-que-preve-o-pacote-anticrime-de-sergio-moro.ghtml. Acesso em dez. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

emoção" cabe qualquer coisa. Isso é mais uma vez comprovação da crise de legitimação, pois o que se esperaria de um agente do Estado é exatamente a sobriedade, o rigor, a racionalidade e o método de atuação. Mas também é indicação incontestável da exceção: uma lei confere poder a um agente da ordem para seu uso arbitrário conforme a conveniência.

Quando mais poder de decisão se dispõe a agentes estatais e, sobretudo, àqueles agentes com funções repressivas, o que se faz não é apenas permitir a proliferação de atuações individuais ou em grupo de acordo com interesses específicos (bandos), mas também reforçar determinações estruturais da própria sociabilidade. Além da arbitrariedade individual temos a reafirmação das condições estruturais destrutivas da sociabilidade moderna, pois longe de uma atuação inesperada por parte dos agentes, a tendência é a orientação seguindo os critérios seletivos enraizados em nossa subjetividade social. Ou seja, *umaquinta característica a ser observada na exceção se afirma pelo caráter cada vez mais seletivo da atuação estatal.* Critérios seletivos raciais e sociais na atuação repressiva passam a ser cada mais intensos porque não são mais contrapostos aos freios jurídicos costumeiros.

É evidente que, no Brasil, a atuação policial sempre foi mobilizada contra parcelas populacionais raciais e sociais específicas, os "grupos perigosos" de nossa sociabilidade periférica, negros e pobres principalmente (Coimbra, 2001). Com o crescente desemprego e exclusão social, a tendência é um reforço sistemático e violento dessa seletividade também em termos espaciais. Por aqui isso não é tão novo assim: como nossa condição sempre foi marcada pela excepcionalidade em diversos aspectos, as favelas sempre foram consideradas como locais imediatos do crime e da violação da lei. Mas a diferença agora é que *todos* nesses locais são diretamente associados ao crime, sem direito à presunção de inocência.

O ex-secretário de segurança do Rio de Janeiro comentou que um "um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra".[18] Em 2017, um tenente-coronel da PM de São Paulo, comandante da Rota, afirmou que a abordagem policial nos Jardins tinha que ser diferente da periferia.[19] O resultado disso é o cotidiano das favelas do Rio de Janeiro que sofrem com o helicóptero da polícia atirando do alto, sem nenhuma preocupação com o alcance de seus

[18] Beltrame: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento, *Jornal Extra*, 23 de set. 2015, disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html. Acesso em dez. 2019.

[19] Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota, *Notícias Uol*, 24 de set. 2017, disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm

ISBN **978-65-990229-0-6**

projéteis,[20] ou até mesmo o policial *sniper* que atirava de uma torre em quem considerava suspeito, em um quartel no meio de uma favela.[21]

Ainda mais expressivo dessa zona cinzenta de legalidade e ilegalidade excepcional foram os mandados de busca e apreensão coletivos utilizados nas ocupações de favelas durante a preparação da cidade para os megaeventos: toda uma comunidade ou parte dela seria considerada suspeita e alvo da atuação policial. Mais assustador do nível que pode alcançar ainda as possibilidades "legais" foi o desejo expresso pelo então ministro de segurança pública, Raul Jungmann, durante intervenção militar federal no Rio de Janeiro, de solicitar mandados de prisão coletivo. Ou seja, um juiz assinaria previamente a ordem de prisão envolvendo uma área inteira, sem especificação – todos os adultos nos limites determinados pelo documento seriam presos. O governo posteriormente recuou nesse pedido,[22] mas na prática seu objetivo foi implementado: em abril de 2018, 150 pessoas foram presas durante um baile, simplesmente porque a festa era organizada por membros de uma milícia. Além disso, há um número cada vez maior de registros em vídeo de atuações policiais em bailes *funks*, em diversas comunidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em que multidões inteiras são revistadas apenas porque, estando no baile, são consideradas criminosas. O recente massacre em Paraisópolis aparece como desfecho de toda essa situação de exceção jurídica, política e policial estabelecida de modo progressivamente mais abrangente.

O que temos é a aplicação policial de um conceito utilizado por forças militares internacionais, particularmente norte-americanas. Trata-se do *território hostil,* ondetodos são inimigos.[23] A seletividade da atuação repressiva e militar

[20] Helicóptero da polícia atira sobre favela e atinge área de UPP no Rio, *Folha de São Paulo*, 14 jan. 2018, disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1950452-helicoptero-da-policia-atira-sobre-favela-e-atinge-area-de-upp-no-rio.shtml. Muitos casos como esse ocorreram nos últimos anos na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde moradores, estudantes e transeuntes ficaram sob chuva de tiros. Um caso ocorrido em Angra dos Reis foi ainda mais sintomático do grau de arbitrariedade e de confusão dos poderes públicos: uma operação de um helicóptero da polícia civil metralhou uma tenda de orações num morro. O juiz-governador Wilson Witzel tinha participado da operação e estava no helicóptero acompanhando a ação (Helicóptero com Witzel a bordo metralhou tenda de orações em Angra dos Reis, *O Globo*, 08 maio 2019, disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907. Acesso em dez. 2019).

[21] Snipers em Manguinhos: laudo revela que disparo que matou porteiro veio de cima, *Jornal Extra*, 15 abr. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/snipers-em-manguinhos-laudo-revela-que-disparo-que-matou-porteiro-veio-de-cima-23599597.html. Acesso em dez. 2019.

[22] Governo recua e diz que não haverá mandados de prisão coletivos, *Folha de São Paulo*, 19 fev. 2018, disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/governo-recua-e-diz-que-nao-havera-mandados-de-prisao-coletivos.shtml. Acesso em dez. 2019.

[23] O conceito de "território hostil" passou a ser utilizado em meios militares para definir espaços de atuação onde não há mais objeção para um ataque abrangente, mesmo que provoque muitas vítimas de guerra (Graham, 2016: 375). Um ministro israelense declarou recentemente que "na faixa de Gaza não há inocentes" ('Em Gaza não há inocentes', diz ministro israelense, *O Globo*, 08

ISBN **978-65-990229-0-6**

ganhou uma dimensão espacial. Ressaltemos novamente que isso sempre foi uma realidade em nossa formação social periférica marcada por favelas e periferias consideradas "morada de gatunos e malfeitores". [24] No Brasil, devido às condições específicas do sistema escravista, sempre vivemos de um modo ou de outro sob um regime de exceção, com poucas ocasiões de democracia instituída. Entretanto, quando se criou a ilusão de que estávamos sob um regime democrático crescente e cada vez mais sólido, o Estado fez uso sistemático das forças armadas na segurança pública, o que era excepcional segundo as próprias leis que permitiram a sua utilização. De 2007 a 2016, em dez anos, o exército participou de 67 operações de Garantia de Lei e da Ordem (GLO) em 17 estados brasileiros. Ou seja, no período que parecia o mais maduro da democracia brasileira, as forças armadas estiveram por mais de 1330 dias em ação extraoficial. Trata-se, sem dúvida, de uma "democracia" baseada no uso sistemático e excepcional das forças militares para gerir uma crise social (Valente, 2017).

Esse é um aspecto para encerrar nossa reflexão: a relação entre exceção e crise. Em *Estado de Exceção*, Giorgio Agamben, ressalta a coincidência sempre presente entre estado de emergência político-militar e crise econômica (2004: 29). No Brasil, como parte considerável da população sempre foi considerada direta ou indiretamente excluída, marginal etc., isso sempre pareceu a norma. Quando o Estado age em favelas e periferias, são exatamente os "supranumerários" da sociedade, os indesejáveis e descartáveis o seu alvo. Entretanto, o fato agora é que o desemprego e a precariedade social se ampliam com a crise da sociedade do trabalho, aprofundando a exclusão que sempre foi nossa marca –o estado de exceção assume aqui a forma de uma guerra civil contra a população de "não-integráveis" ao sistema político e econômico.[25]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

_____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Arantes, Paulo Eduardo. Entrevista. In:. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31(2): 7-18, 2008.

abr. 2018, disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/em-gaza-nao-ha-inocentes-diz-ministro-israelense-22569579. Acesso em jul. 2019).

[24] 'A morada dos gatunos e desordeiros', crônica inédita de João do Rio, *O Globo*, 24 nov. 2015. Disponível em https://oglobo.globo.com/cultura/livros/a-morada-dos-gatunos-desordeiros-cronica-inedita-de-joao-do-rio-18121951. Acesso em jul. 2019.

[25] "O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político" (Agamben, 2004: 13).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Coimbra, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana e a mídia impressa e os discursos de segurança pública.* Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.
Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
Graham, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
Jappe, Anselm. *Violência, mas para quê?* São Paulo Editora Hedra, 2013.
Kurz, Robert. *A Guerra de Ordenamento Mundial. O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização.* Ebook. Disponível em: https://www.exit-online.org/pdf/A_Guerra_de_Ordenamento_Mundial-Robert_Kurz.pdf. Acesso em dez. 2019.
Teles, Edson; Safatle, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
Valente, Júlia Leite. O Rio de Janeiro no Urbanismo Militar e Empresarial. *Revista Continentes*, [S.l.], n. 10, p. 7-26, jul. 2017. Disponível em: http://revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/119. Acesso em dez. 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A COEXISTÊNCIA DE PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EM NOVA IGUAÇU

Everaldo Lisboa dos Santos

INTRODUÇÃO

O município de Nova Iguaçu, recorte espacial deste artigo, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), vem apresentando, desde o final dos anos de 1970, uma modernização parcial do seu território. O processo em relevo está associado à (re) industrialização e a terciarização da metrópole fluminense e se evidencia diante da emergência das novas dinâmicas industriais, das novas formas de *habitat* e novos equipamentos de consumo, indicando uma urbanização terciária.

As transformações locais nos remetem à década de 1970 quando a cidade ganhava novos contornos alterando a visão de uma periferia desvalorizada e destinada à função de espaço dormitório. O momento anterior difere do atual processo quando a cidade, a partir dos anos de 2000, presenciou um *boom* imobiliário com a construção de *club-residências* e modernos edifícios comerciais atendendo aos desejos da nova classe média iguaçuana composta por empresários, políticos, comerciantes e membros de famílias cujo poder é remanescente do período dos laranjais e também dos loteamentos (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, emerge "uma nova arte de viver", "um novo estilo de vida", no qual a ideologia da felicidade e a realização plena do urbano restrigem-se a uns poucos, reclusos em seus condomínios exclusivos e excludentes que consomem frações da cidade. Esta, então, deixa à retaguarda o passado agrícola - cana, café e laranja (PEREIRA, 1977) e a Cidade-Dormitório com a explosão dos loteamentos populares que deram identidade à Nova Iguaçu até os anos de 1970 (PACHECO, 1984).

Isto posto, o **objetivo** deste artigo é refletir a respeito do processo de urbanização do município iguaçuano, atualmente em curso na cidade, quando o espaço se revela repleto de contradições acirrando conflito entre a nova ordem

ISBN **978-65-990229-0-6**

que chega e a ordem estabelecida, o que persiste e o que resiste ao novo, a continuidade e a mudança, a ordem projetada e a ordem herdada e entre os espaços urbanizados e não urbanizados que coexistem e se combinam, sinalizando a dialética, presente na produção do espaço.

Assim, apresentamos os seguintes **questionamentos**: I. A periferia metropolitana, representada por Nova Iguaçu, desempenha novas funcionalidades? II. Como os agentes atuam na produção do espaço em Nova Iguaçu? III. Como a coexistência dos processos de urbanização remodela o espaço iguaçuano?

O processo em tela ganha destaque quando se evidencia no espaço da cidade a urbanização desurbanizada na qual a ordem do período dos loteamentos indicava uma fração do espaço destinada à moradia e à indústria. Essa forma de apropriação e uso do espaço não foi por completo apagada e coexiste com o atual processo de urbanização singularizado por novos usos do solo.

Este artigo, deste modo, apresenta três seções distintas. Inicialmente, teceremos uma breve abordagem a respeito da urbanização do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Posteriormente, iremos analisar a ação dos agentes e a produção social do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Por fim, abordaremos a coexistência do processo de urbanização e suas contradições em Nova Iguaçu.

A URBANIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

No período contemporâneo, as cidades ganham uma outra dimensão no atual modo de produção capitalista diante das intensas transformações, que atingem de forma desigual os seus espaços. Para Capel (2005, p. 13) um olhar atento a respeito das cidades nos diz que

> (...) están cambiando de forma muy rápida la organización social, las técnicas constructivas, los agentes que construyen y actúan sobre ella, el uso de los equipamentos, la utilización del espacio público, el papel de la calle (...) las funciones del espacio central, la estrutura de las áreas suburbanas, en las que se desarrollan nuevas polaridades (...) la extensión de la urbanización.

Os lugares são selecionados por diferentes agentes na implantação de infraestruturas modernas sinalizando a homogeneização, o surgimento de novas hierarquias e a fragmentação do espaço diante da chegada do urbano. Complexa, obscura e carregada de ambiguidades é a definição de urbano, cujo termo "(...) é difícil definir com precisão (...), quer em matéria de morfologia, quer de conceptualização" (GARNIER, 1983, p. 13). Carregada de grande complexidade, a essência desse fenômeno está na centralidade "(...) considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça"

ISBN **978-65-990229-0-6**

(LEFEBVRE, 1999, p. 110) agrupando e reunindo objetos, valores, relações sociais e de troca, por exemplo.

À medida que se expande e avança sobre novos territórios, colonizando frações do espaço anteriormente estagnadas e não-atrativas ao capital, áreas onde inexistem a presença de bens que possam estimular a realização plena da sociedade, o urbano se consolida. Nesse movimento, o urbano, então, chega aos lugares e promove a redefinição dos mesmos e da cidade, que ganha contornos outros.

A chegada do novo não apaga por completo estruturas herdadas, que resistem como testemunho de outros momentos, velhas formas permanecem presentes, posto que "(...) nenhum espaço desaparece completamente, abolido sem traços" (LEFEBVRE, 2006, p. 133) e o espaço pretérito se constitui como um suporte para os avanços da urbanização. Sendo um fenômeno recente, a urbanização não ocorreu no mesmo período e nem com a mesma intensidade em distintas frações do planeta, pois

a urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como ato moderno logo depois da Revolução Industrial. Mais recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008b, p.13).

Nesse contexto, insere-se o território brasileiro quando, a partir desse período, com a expansão das atividades industriais e de serviços, a urbanização ganha impulso, reflexo das transformações motivadas pelo avanço de novas atividades industriais e de serviços praticadas a partir de uma base urbana.

Conforme atesta Santos (1996), a urbanização brasileira se espraia pelo território brasileiro no último terço do século passado alterando o aspecto concentrador e seletivo, social e territorialmente, que a singularizou por um longo período. A inflexão da sociedade agrária-rural para uma sociedade urbano-industrial se intensifica com a implantação de multinacionais no país acelerando o desenvolvimento do mercado interno e acentuando o domínio das áreas econômicas mais desenvolvidas sobre as mais pobres.

Na contemporaneidade, mencionamos o fenômeno de desconcentração da produção para áreas cada vez mais distantes da metrópole capturando espaços, anteriormente marginalizados, através da implantação de indústrias, condomínios logísticos e parques aquáticos. O processo em tela é um dado novo e singular na urbanização do país e se relaciona à globalização que adquire maior dimensão e impacta na (re) construção dos espaços geográficos excluindo e/ou integrando novos espaços ao circuito produtivo, do consumo e dos serviços, reorganizando a estrutura interna da cidade e o espaço metropolitano.

Diante do exposto, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra "(...) o maior contingente populacional do estado, com 11.835.708 habitantes, correspondendo a 74% do total" (IPEA, 2015, p. 08), desempenha outras

ISBN **978-65-990229-0-6**

funcionalidades, com uma nova dinâmica e estrutura socioespacial diante do surgimento de novas centralidades.

O processo de metropolização, atualmente em curso no espaço metropolitano do Rio de Janeiro, nos remete aos anos de 1930, quando a metrópole fluminense já esboçava a incorporação e transformação de extensas áreas rurais em loteamentos iniciando, assim, o fenômeno da suburbanização explicados essencialmente por sua geografia: terras abundantes nas proximidades da capital (ABREU, 1987).

A expansão da cidade, entretanto, em direção aos subúrbios e à periferia atendeu a outros interesses e objetivos não sendo acompanhada da presença do Estado que não dotou essa área de bens coletivos e recursos urbanísticos, pois as ações do poder público estavam concentradas no núcleo metropolitano. Assim, a produção do espaço nessas áreas teve como objetivo inicial alocar indústrias e os segmentos de baixa renda. No cenário atual, as atividades associadas ao terciário e às novas dinâmicas da indústria se dispersam pelo território imprimindo novos conteúdos na periferia. Segundo Castells (1999, XVIII)

(...) trata-se de uma nova forma porque inclui na mesma unidade espacial áreas urbanizadas e terras agrícolas, espaço aberto e áreas residenciais (...) trata-se de uma metrópole com vários centros (...) Há núcleos de vários tamanhos e diferente importância funcional distribuídos ao longo de uma vasta extensão territorial que acompanha linhas de transporte.

O avanço da metrópole, num processo de reestruturação produtiva, sobre os espaços do seu entorno não é resultado de um fator isolado, mas sim de um conjunto de fatores políticos e econômicos que estão associados entre si articulando uma pluralidade de agentes envolvidos nesse processo, que se desenvolve com ritmos e temporalidades distintas.

OS AGENTES E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Compreender o processo de (re) produção do espaço e identificar os diferentes papéis dos agentes envolvidos nesse processo, sua apropriação e seus diferentes usos, dentre outros, são aspectos essenciais para o seu entendimento. A indeterminação e apropriação do conceito do espaço permitiu a elaboração de um mosaico de usos indiscriminados, onde uma variedade de olhares criaram descrições sobre o espaço que não comportam mais o paradigma da sociedade contemporânea.

No âmbito da Geografia, Carlos (2011) ressalta os avanços a respeito desse conceito quando, no movimento de avanço da Geografia, esse deixa de estar relacionado à localização dos fenômenos e à sua organização e se associa à produção social. A referida autora (2011, p. 59) assevera: "é assim que da simples

ISBN **978-65-990229-0-6**

constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta da 'organização do espaço' pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço".

Em consonância com as ideias aludidas, atestamos que o espaço, produto histórico, produto das ações e relações da sociedade, não deve ser compreendido apenas como localização do evento. Assim, devem ser inseridas novas variáveis e novos elementos que permitam uma melhor compreensão desse processo: os agentes sociais. Para Corrêa (2011, p. 43) a produção social do espaço urbano reflete a: "(...) ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade". Carlos (2011, p. 64) atesta que, nesse processo, devem ser considerados

> (...) o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

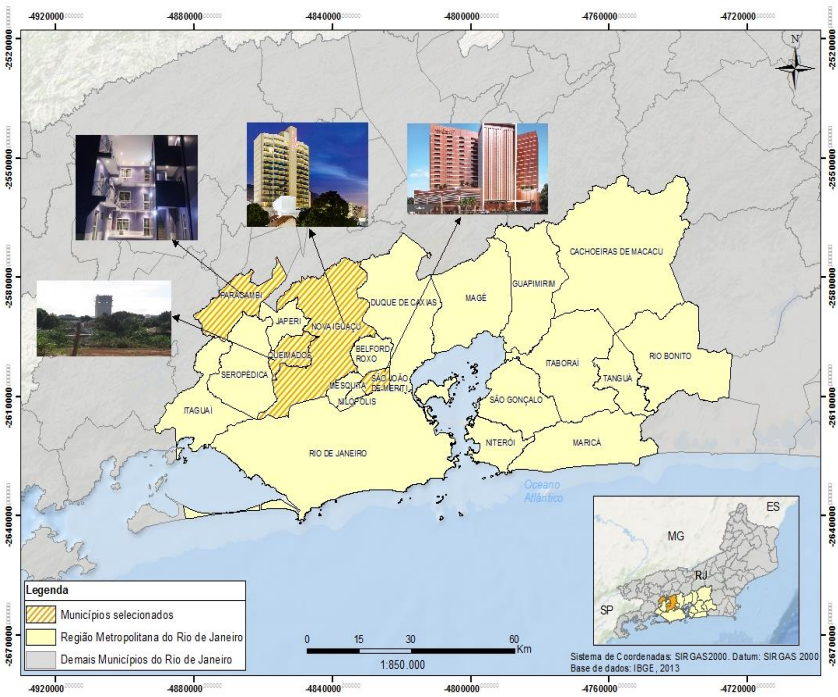
Nesse sentido, destacamos a captura dos espaços adormecidos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e também de locais mais distantes pela metrópole fluminense que se expande e avança sobre o território reafirmando as manifestações do urbano, resultante da atuação de múltiplos agentes.

Os investimentos - públicos e privados - são direcionados para os lugares da metrópole selecionados dotados de infraestrutura, potencial nível cultural e socioeconômico, que permitam a reprodução do capital. Diante do exposto, emerge um 'novo' espaço metropolitano, repleto de contrastes e fragilidades, mas com outra morfologia, onde despontam novas centralidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A extensão do urbano no espaço metropolitano e em Nova Iguaçu, indica uma nova qualidade de vida, restrita a uns poucos, que coexiste com os problemas e os dramas cotidianos da imensa maioria da população. Surgem novos serviços pessoais e também destinados às empresas e que nos remetem aos estabelecimentos anteriormente restritos à Área Central do Rio de Janeiro que modificam o conteúdo local. Casarões e bangalôs do período da citricultura cedem lugar aos edifícios comerciais, hotéis e *apart*-hotéis (Ver mapa 01), *shopping-centers* boutiques, cafeterias e restaurantes.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Mapa 1- Distribuição espacial dos hotéis e apart-hotéis em municípios selecionados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, 2013. Adaptado pelo autor, 2016.

Com efeito, no âmbito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a construção do Arco Metropolitano, de hotéis, edifícios comerciais, implantação de condomínios industriais e logísticos, novos empreendimentos imobiliários, em diferentes áreas do espaço metropolitano, dinamiza a economia e impacta no preço da terra.Esse processo imprime um novo ritmo à urbanização, conferindo ao espaço metropolitano funçõesnovas, que não apenas a de abrigar os segmentos de baixa renda.

A COEXISTÊNCIA DE PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EM NOVA IGUAÇU

O processo de ocupação, absorção e urbanização do município de Nova Iguaçu deve ser compreendido à luz do processo de transformações e expansão da cidade do Rio de Janeiro, quando a metrópole incorporou essa área ao seu domínio promovendo rupturas e incrementando novos usos à terra.

ISBN **978-65-990229-0-6**

O processo de incorporação da Baixada Fluminense e, particularmente Nova Iguaçu, à expansão urbana da metrópole fluminense combinou a ação de inúmeros agentes que atuam na produção social do espaço, dentre os quais, o Estado e o capital imobiliário. Já nos anos de 1930, durante o apogeu da citricultura, esses agentes antecipavam o parcelamento das terras redefinindo esta área espacialmente, que deixava à retaguarda as atividades agrícolas e se configurava como *lócus* de moradia dos estratos de baixa renda e também fronteira da expansão industrial (SANTOS, 2008).

Diante do exposto, o espaço foi apropriado a partir da fragmentação de antigas chácaras e propriedades agrícolas e com a explosão imobiliária ganhou novos usos e o valor de troca se impôs ao valor de uso. Tornou-se mercadoria sendo, gradativamente, incorporado à metrópole, abrigando em seu interior as "cidades-dormitórios" e atividades industriais que ditavam novos ritmos ao processo de urbanização.

Com efeito, os loteamentos se tornariam rapidamente no modelo de incorporação dessa área pela metrópole carioca, sendo a solução para a recuperação do capital investido nas chácaras de laranjas, para a implantação de inúmeras indústrias e para o assentamento da população de baixa renda expulsa da Área Central do Rio de Janeiro. Acrescentamos ainda que esse processo movimentaria o mercado de terras realizando fortunas para as pequenas companhias imobiliárias, algumas de propriedade de antigos exportadores de laranjas, que iam surgindo.

Nesse contexto de mudanças, se redefine a divisão territorial do trabalho e ganha força a lógica da distribuição espacial dos investimentos e da indústria, beneficiada por ações do Estado - implantação de infraestruturas, abertura de rodovias, isenção fiscal e redução de impostos - que se desloca para espaços atrativos e selecionados do espaço metropolitano - Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu, po exemplo, alterando os seus usos e funções.

Na atualidade, novos espaços vão sendo (re) produzidos, novas áreas vão sendo integradas e/ou excluídas desse processo. A chegada de modernas indústrias e também de atividades terciárias alteram a Geografia local, modificam as relações cotidianas e desconstroem as relações anteriormente estabelecidas. São impostas novas dinâmicas, relações e fluxos que articulam o local às escalas regional, nacional e ao global.

Apesar da retomada do fôlego industrial no município com a chegada de novas indústrias, o que se observa é uma reestruturação produtiva na metrópole fluminense que repercute na escala local com o avanço do terciário em Nova Iguaçu. Expandem-se os serviços pessoais (agências de turismo, *bus party, limousines*, *buffets*, academias de ginástica, escritórios de arquitetura e clínicas de estéticas) e destinados às empresas (locadora de automóveis, empresas de segurança, de táxi aéreo, casas de câmbio e setor de hotelaria, entretenimentos), indicadores que comprovam o avanço do terciário na cidade.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Antigas instalações de fábricas, indústrias e *parking houses,* anteriormente abandonados,foram materialmente apagadas do espaço e outras refuncionalizadas, sendo apropriadas e transformadas segundo diversos interesses. Ganharam novos usos e conteúdos com a presença de galerias comerciais, revendoras de automóveis, estacionamentos, danceterias, casas de festas e espaços de entretenimento - *paint ball* e corridas de *kart*. Essas instalações, anteriormente capital inerte e entraves ao desenvolvimento do capital, cederam lugar a novos investimentos, conjugando ações exógenas e endógenas, distintas escalas, alteraram o valor do solo urbano e imprimiram novos conteúdos à urbanização da cidade.

A inserção da cidade no cenário competitivo metropolitano, via indústria e o terciário, amplia e promove uma reestruturação, uma guinada nos caminhos econômicos do município, impactando nos contornos da urbanização iguaçuana. Esse aspecto se evidencia na proposta presente no Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu (2000, p. 43) que tem como objetivo "(...) tornar a cidade importante centro logístico e industrial, tirando partido de suas potencialidades (...) pólo de perfumaria e cosméticos (...) reforçar o papel histórico de pólo comercial e de serviços", no cenário metropolitano.

A contemporaneidade distingue-se dos períodos precedentes quando, inicialmente, a agricultura e, posteriormente, a indústria, moldaram a produção social do espaço na cidade iguaçuana. No momento atual, as atividades industriais e terciárias se constituem como fio condutor do processo de urbanização da cidade e essa, então, se transforma e ganha uma nova morfologia e arquitetura, embora tragam consigo heranças de outras sociedades.

O espaço público, então, quase que desaparece e apresenta usos limitados, as praças, ruas ganham novos usos e funções, o sentimento de pertencimento se esvai tomado pelas novas relações de produção, pela moradia nos clubes residências, cercados de grades e aparelhos modernos de segurança, que monitoram as ruas evitando o outro lado do muro e agudizando o processo de autossegregação.

As transformações também estão presentes na arquitetura e nas coberturas iluminadas da cidade quando despontam empreendimentos residenciais, comerciais e de serviços atendendo, principalmente, aos privilegiados e "notáveis" da cidade. A fusão entre o capital imobiliário e o capital financeiro ganha força e provoca a reestruturação da cidade, hierarquizando e fragmentando o espaço, intensificando as distâncias físicas e sociais da mesma.

Na dialética presente, a produção social do espaço não aboliu as questões e os problemas da sociedade anterior. As crises não foram solucionadas e se superpõem e a falta d`água, problema histórico, que atinge os desfavorecidos afeta também às classes privilegiadas e às periferias, entrelaçando a dupla face desse processo.

Nesse processo, dinâmico e ininterrupto, de transformações na/da cidade, se produz um espaço novo onde emergem modernos empreendimentos

ISBN **978-65-990229-0-6**

comerciais que alojam, dentre outros, atividades terciárias, alteram a paisagem e imprimem suas marcas na urbanização. As mudanças impressas na cidade são de cunho quantitativo e qualitativo, face aos novos atributos e às novas dinâmicas presentes, como por exemplo, as modernas ocupações no campo do trabalho. Pacheco (2003, p. 01) acrescenta

> cada vez mais profundas são as transformações nas dimensões econômicas e espaciais. A cidade muda de significado, tornando-se menos utópica em termos de possibilidades de emancipação do homem, mas segue tendo um significado importante para todos, sobretudo para o sistema, que dela necessita para sua real sobrevivência. Por outro lado, a natureza destas relações cambiantes fazem com que a cidade viva novas experiências de urbanização, processos que dão gênese a uma nova estrutura urbana mais dispersa no território.

As transformações em curso, com diferentes ritmos e conteúdos, nas diversas frações do espaço que compõem a cidade, refletem as ações de forças endógenas e exógenas. Essas sinalizam um processo de modernização assimétrico que atinge com maior intensidade determinadas áreas da cidade que se constituem como espaços dotados de luminosidade. Em contrapartida, espaços sem atrativos são relegados ao plano secundário e se constituem como espaços opacos (SANTOS, 2008a).

As ações em destaque repercutem na estrutura espacial da cidade com a construção de um espaço moderno, rompendo com modelos anteriormente consolidados e ocorre a partir de um espaço preexistente, suporte material para a etapa da urbanização, atualmente em curso. Nesse caminho, estruturas pretéritas coexistem com outras, mais modernas, que ora dialogam e ora se repelem num contínuo movimento de construção, destruição e reconstrução do espaço sinalizando a dialética existente na produção do espaço (CARLOS, 2011).

Na sociedade contemporânea, há uma importante relação entre o setor de serviços e o processo de urbanização, posto que o incremento dessas atividades ocasionam transformações socioespaciais. O aparecimento de modernas formas provoca o surgimento de centralidades no espaço intraurbano, pois

> do ponto de vista espacial, os serviços passam a engedrar novas centralidades no espaço interno da cidade. Os serviços especializados a empresas assumem uma dinâmica que implica proximidade das sedes sociais das empresas, isto porque esta categoria dos serviços participa dos núcleos de decisão que correspondem a localizações centrais na cidade: no próprio centro de negócios ou no seu entorno (PACHECO, 1998, p. 02).

Em Nova Iguaçu, na Área Central da cidade, estão presentes novos empreendimentos imobiliários associados ao terciário que geram demandas outras e atendem às necessidades individuais e coletivas e às empresas públicas e

ISBN **978-65-990229-0-6**

privadas - bares e restaurantes, locadoras de automóveis, rede hoteleira, *shoppings*, teatros, clínicas e salões de estética, modernos edifícios comerciais (Ver figura 02) e imóveis residenciais.

Figura 02 - Lumina, edifício comercial e empresarial localizado na Área Central da cidade de Nova Iguaçu



Fonte: Victor Loureiro, 2016

Esses equipamentos ganham destaque e, com isso, fazem emergir uma gama de possibilidades associadas à moradia, ao lazer, ao consumo e ao trabalho que impactam na estrutura socioespacial onde os diferentes tempos se entrecruzam dando uma outra dinâmica ao urbano e aos lugares da cidade.

A consequência imediata da terciarização da economia é a valorização de frações do espaço urbano, transformado em mercadoria, e, gradativamente, a sua apropriação por "novos donos" - agentes imobiliários, por exemplo, endógenos e exógenos. Esses impõem outros usos substituindo, parcialmente, antigas funções e se configuram como centralidades no espaço metropolitano.O espaço ganha novos atributos e difere do período da agricultura, da produção industrial e da moradia, fios condutores do processo de urbanização em Nova Iguaçu no auge do *boom* imobiliário.

ISBN **978-65-990229-0-6**

As mudanças na economia introduzem novas dinâmicas na estrutura sócio-espacial do espaço metropolitano e em Nova Iguaçu, com a produção de novos lugares, ampliação e qualificação do consumo e na articulação da cidade em múltiplas escalas.Na atualidade, a cidade reduz parcialmente a sua dependência em relação ao núcleo metropolitano e exerce influências que extrapolam os limites territoriais e atende às populações de municípios que orbitam no seu entorno criando, desta forma, suas próprias periferias.

A produção desse 'novo espaço' é intencional, conjuga interesses do capital imobiliário e é fruto de complexas transformações que ocorrem nas esferas política com a ação da prefeitura local, que altera sua legislação, para atender às exigências dos agentes exógenos, a indústria de cosméticos, o capital imobiliário, o setor de hotelaria, por exemplo.

Em Nova Iguaçu, os modernos edifícios comerciais e condomínios residenciais substituem os casarões e bangalôs do período da citricultura. Empresários do ramo de serviços e da indústria assumem o lugar dos exportadores de laranja, os trabalhadores da indústria com seus macacões azuis e manchados de graxa, que lotavam os transportes coletivos, convivem com trabalhadores de colarinho branco que circulam em automóveis luxuosos, pelos edifícios comerciais e *shopping-centers* da cidade.

Esse espaço, renovado, foi produzido e concebido intencionalmente para atender à nova classe emergente e aos novos empresários, que se instalam em Nova Iguaçu. O desenvolvimento de uma nova forma qualitativa do espaço, através da articulação de interesses do Estado e do capital imobiliário, reflete as transformações das sociedades, o modo como a sociedade se organiza, a introdução de novos hábitos de vida, valores e padrões de consumo.

As mudanças aludidas atestam uma ruptura com a sociedade da laranja e da indústria. No entanto, as estruturas do passado se fazem presentes, persistem como escritos de outros tempos a relembrar o período de esplendor da "Cidade dos Pomos de Ouro" e da "Cidade dos Loteamentos". As ruas estreitas, esburacadas e sem arborização, os casarões, os *parking houses*, escritos/traços do passado coexistem com o moderno espaço.

A cidade, então, ganha novos significados e conteúdos impulsionados por formas outras de fruição do tempo, consumo do espaço e do espaço de consumo, vivenciadas por diferentes atores. Esses processos estão associados às mudanças e colaboram para explicar as dinâmicas presentes na cidade, sendo experimentados em lugares diversos - nos centros comerciais, galerias, ruas e avenidas, por exemplo, que embelezam o espaço, seduzem e atraem diferentes grupos sociais ao mundo do desejo e do consumo.

Do ponto de vista espacial, as mudanças no perfil do consumo na periferia metropolitana do Rio de Janeiro redefinem o seu valor e impactam o espaço com a chegada de redes de *fast food*, grandes construtoras, lojas, boutiques de grife e *shopping centers*, anteriormente localizadas na Barra da Tijuca, Área Central e Zona Sul carioca. O processo em destaque se associa às carências

ISBN **978-65-990229-0-6**

anteriormente presentes na periferia e ao aumento do poder aquisitivo das clientes, compostas por médicas, arquitetas e empresárias, dentre outras profissionais.

Como contraponto desse processo, num processo dialético, os mais pobres se inserem no circuito do consumo, por caminhos distintos. Por um lado, consomem produtos dos "vendedores de porta em porta" com suas maquininhas de crédito "as moderninhas" e "caderninhos de clientes de crédito e de fiado".

A heterogeneização social resultante da presença de novos empresários em Nova Iguaçu causa impacto na produção de novos espaços de consumo[1] e, num duplo processo, ao consumo do espaço, transformado em mercadoria, que ganha novos usos e que se distingue do período em que essa área era destinada à moradia e à produção. No entanto, no processo dialético da produção social do espaço permanecem as contradições, entre o que resiste e o que desponta como novo, as continuidades e descontinuidades estão presentes, pois a nova etapa da produção social do espaço não apagou completamente os traços da sociedade e do espaço anterior.

Coexistem diferentes processos de urbanização na cidade, as mudanças ocorrem com ritmos mais velozes em frações do espaço e, em outros locais, temos a inércia espacial, os conflitos e as tensões entre as diferentes formas de urbanização que são latentes e se potencializam. A modernização materializada no espaço, sob novas formas de morar, no uso do tempo e através de modernos equipamentos de consumo, expressões do urbano, coexiste com estruturas pretéritas. Esse processo fomenta rupturas, traz consigo novos valores, que acompanham a nova etapa da urbanização e o lugar preexistente se configura como "(...) depositário final, obrigatório, do evento" (SANTOS, 2008a, p. 144).

Esse processo não é igualitário, não se realiza do mesmo modo e nem com a mesma intensidade, apresenta singularidades que a distinguem de outros pontos no espaço, pois os lugares, em suas individualidades, combinam diferentes aspectos, qualitativos e quantitativos, seus conteúdos não são idênticos. São novos, absolutos e propõem caminhos outros, irreversíveis. A chegada de novas formas do urbano que se expressam, em Nova Iguaçu, nas novas dinâmicas e conteúdos da indústria, nos clubes-residências e nos *shopping centers,* é condicionada pelos atrativos dos lugares, propõe uma nova história sendo mediadas por outros agentes.

A produção social do espaço, então, se desenvolve repleta de contradições que ora integram a partir de estruturas preexistentes, ora destroem, num processo autofágico, as relações pretéritas, anteriormente constituídas, embora deva se acrescentar que a nova etapa da urbanização não devorou por completo a cidade anterior. Assim, analisar as diferentes etapas da urbanização

[1]O processo em tela se evidencia diante do processo de "*shoppinização* selecionada" (ROCHA, 2015), quando nos anos de 1990 os municípios de São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis foram contemplados com esses investimentos. Posteriormente, nos anos 2000, os municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Belford Roxo são inseridos neste circuito.

ISBN **978-65-990229-0-6**

na cidade, repleta de dificuldades, é compreender também os embates e conflitos entre "(...) uns poucos ganhadores com muitos pequenos perdedores" (GOTTDIENER, 2010, p. 259).

Nesse contexto, de disputas, confrontos, colisões e conflitos envolvendo uma pluralidade de agentes, emerge o processo de urbanização em Nova Iguaçu onde coexistência é a sua singularidade e a urbanização, atualmente em curso, se concretiza. Com efeito, as contradições entre o rural e o urbano, entre a "Cidade dos Pomos de Ouro", a "Cidade dos Loteamentos" e a "Cidade Terciária", na atualidade, se expressam em relações simultaneamente sociais e espaciais constituídas durante a produção da cidade. Assim, "(...) através da sucessão das cidades e de seus tipos, o urbano, posto desde os primórdios como virtualidade, concretiza-se" (LEFEBVRE, 1999, p. 116).

Com efeito, modernas rodovias coexistem com as estradas estreitas e sinuosas abertas durante o período da citricultura, bangalôs e pequenos empreendimentos terciários compõem o cenário onde estão presentes, na atualidade, edifícios comerciais e clubes - residências. Os ritmos apressados dos turistas de negócios, da ordem distante, contrastam com os passos lentos dos idosos. Nas ruas, que ganham novos usos, estão presentes novos trabalhadores que se impõem aos operários das fábricas e indústrias presentes na cidade. Estas são dominadas pelo medo, ficam vazias e desertas, os laços de vizinhança se fragilizam e as relações sociais que, no passado, apresentavam maior densidade, perdem o vigor, se dissolvem.

A valorização capitalista do espaço em detrimento de sua valorização social se expressa na cidade de Nova Iguaçu na centralidade, aspecto inerente ao urbano, dos serviços qualificados, construção de edifícios comerciais, empreendimentos destinados ao lazer e entretenimento, em áreas selecionadas da cidade, hierarquizando e fragmentando o espaço. Os novos usos destinados aos bairros selecionados e a consequente expulsão dos moradores dos segmentos de baixa renda destas áreas, deixando à retaguarda as relações tecidas anteriormente, para bairros mais distantes, se constituem na outra face desse processo.

Na ausência de áreas de lazer - parques e praças, por exemplo, os reservatórios de retardo são 'transformados em piscinão' e área de lazer das crianças, jovens e adolescentes dos bairros do seu entorno. Aos adultos e idosos restam as calçadas esburacadas e mal iluminadas no trecho final da *Via Light*, utilizada pelos moradores dos bairros, cortados por essa via, como opção para realizarem suas caminhadas diariamente sofrendo também com a insegurança diante dos assaltos que ocorrem.

O espaço, então, se configura como *lócus* de conflito entre o Estado, que pelo seu poder e autoridade distribui, quase sempre, de modo assimétrico as riquezas da cidade e os moradores, destituídos de uma vida digna, reclamando por direitos que lhes façam ter o sentimento do (re) conhecimento e de integração à cidade.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A (re) construção da cidade, com outros fundamentos, deve envolver o diálogo entre agentes diversos da sociedade local, segmentos com estilos e condições de vida distintas, agentes múltiplos - empresários, a sociedade civil, as lideranças políticas e sociais da cidade. As transformações sociais e espaciais, as ações revolucionárias sobre o espaço devem se estender aos espaços não-privilegiados, atendendo às necessidades sociais, onde se desenrola a vida cotidiana, as relações sociais também afetadas por decisões exógenas.

As diferentes formas de uso do espaço da cidade devem ser compreendidas, criticamente, à luz das contradições inerentes à produção social do espaço, sendo frações que ora se repelem e ora dialogam entre si, se entrelaçam, no permanente movimento entre a escala local e global.

Por fim, a produção da cidade deve envolver todos os segmentos da sociedade, uma intervenção que contemple os estratos de classe média e também os grupos menos favorecidos, deve ser pensada em todos seus caminhos e ruas. A cidade, então, não deve ser desenhada em escritórios e gabinetes por agentes hegemônicos exógenos presentes na prefeitura local que desconhecem os seus caminhos, suas ruas, atalhos, cheiros e lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade intensificam-se as transformações desigualitárias na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, motivadas pela reestruturação da metrópole fluminense diante do avanço do terciário, atendendo aos interesses da economia globalizada conjugando movimentos locais e globais. A expansão do terciário e as novas dinâmicas da indústria ditam novos ritmos ao processo de urbanização dessa área que ganha novos conteúdos sociais, políticos e econômicos alterando, dessa forma, a sua morfologia e o ambiente construído.

Nesse contexto, insere-se o município de Nova Iguaçu que apresentou, no decorrer do processo de produção social do espaço, distintas funções, atendendo aos interesses endógenos e exógenos. As transformações presentes na cidade devem ser compreendidas à luz da inserção da metrópole do Rio de Janeiro na rede global de cidades face à modernização do setor terciário e à reorientação da indústria.

Na atualidade, as atividades relacionadas à indústria e ao terciário indicam novos contornos e caminhos para a urbanização da cidade diante da chegada de novos sistemas de objetos e valores que imprimem suas marcas no espaço que a distinguem das sociedades precedentes - agrícola e industrial. Esse processo, no entanto, não ocorreu de imediato, sem conflitos e contradições, avanços e retrocessos, envolveu disputas no plano social, econômico, político e ideológico, onde estão presentes velhos e novos agentes.

Decorrente disso, despontam, em Nova Iguaçu, modernos hábitos e valores, indicando a extensão do urbano que repercutem no tempo e no espaço introduzidos por uma pluralidade de novos agentes presentes no cotidiano da

ISBN **978-65-990229-0-6**

cidade. As mudanças presentes na cidade resultam da intervenção dos agentes, isolada e/ou em conjunto, em imbricadas relações, legais ou ilegais, não são igualitárias e geram distorções expostas e materializadas no ambiente construído.

Em consonância com as transformações políticas, há uma reorientação econômica com o intuito de atrair novas indústrias, promover o avanço do setor de serviços "(...) espécie de caixa negra" (DOMINGUES, 1994, p. 78) da economia e reafirmar o papel histórico do município de polo comercial e importante centro logístico e industrial. Essas atividades se constituem, então, como fios condutores do atual processo de urbanização da cidade.

Os novos contornos econômicos trazem uma nova realidade urbana e implica a produção de um espaço novo que possa abrigar, atender às necessidades e às exigências das grandes empresas cujas sedes estão localizadas, quase sempre, no núcleo metropolitano. A terciarização da economia ganha destaque na economia urbana redefinindo os conteúdos dos lugares, hieraquizando-os e engendrando uma nova configuração na escala da metrópole fluminense.

Na escala local, as transformações, que envolvem os movimentos local e global, nos remetem aos anos de 1970 diante da heterogeneização social e se intensificam a partir dos anos 2000 apresentando dois momentos distintos. Inicialmente, com forte intervenção do capital imobiliário temos um *boom* imobiliário diante da construção de clubes-condomínios atendendo aos desejos da classe média iguaçuana.

Após os anos de 2010, com a expansão do terciário, intensificam-se as transformações, quantitativa e qualitativa, materializadas na cidade e temos a construção de modernos edifícios comerciais que se destacam na paisagem da cidade e acolhem em seu interior um *mix* de serviços prestados às empresas e à sociedade local e também aos municípios do seu entorno, reforçando a centralidade iguaçuana.

Em concomitância à urbanização urbanizada, coexistem, então, no mesmo espaço, num processo dialético, diferentes tipos de urbanização resultantes da expansão da cidade que, no passado, se constituía, linearmente, de duas ruas que acompanhavam os trilhos da ferrovia. Na atualidade, a urbanização se estende, guiada por uma pluralidade de agentes, para além dos limites da cidade e captura territórios ainda não completamente urbanizados e sinalizam para uma nova realidade urbana nesses lugares.

Por fim, as constantes transformações da cidade e as questões anteriormente apresentadas não estão fechadas, posto que despontam questões novas que nos permitem compreender dinâmicas outras da cidade de Nova Iguaçu. Este artigo, deste modo, é produto de questionamentos internos que nos impulsionaram na tarefa de apreender as mudanças socioespaciais, econômicas e políticas atualmente em curso através da ciência urbana que "(...) deve ser capaz de penetrar através da aparência ou forma para descobrir as forças que produzem o espaço (GOTTDIENER, 2010, p. 207).

ISBN **978-65-990229-0-6**

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CAPEL, H.La morfologia de las ciudades. Barcelona: Serbal, 2005.

CARLOS, A.F.A. *Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico.*In:CARLOS, A.F.A., SOUZA, M.L. de, SPOSITO, M.E.B. (Orgs.) *A produção do espaço urbano***:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTELLS, M. *A sociedade em redes* - A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, R.L.*Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço*: um texto para discussão. In: CARLOS, A.F.A., SOUZA, M.L. de, SPOSITO, M.E.B. (orgs.) *A produção do espaço urbano***:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

DOMINGUES, A.A.G. *Serviços às empresas* - concentração metropolitana e desconcentração periférica (contrapontos entre a Área Metropolitana do Porto e as áreas periféricas de industrialização difusa do Noroeste Atlântico de Portugal Continental). Dissertação de Mestrado (Letras) Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 1994.

GARNIER, J. B. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

_____. *A revolução urbana*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1999.

PACHECO, S. M. M. *Dinâmica da terciarização e reestruturação urbana no Rio de Janeiro*. In: 9° Encuentro de geógrafos da América Latina, 2003, Mérida. Reflexiones y responsabilidades de la Geografía en America Latina para el siglo XXI. Mérida: UNAM – Geografía, 2003.

___. *Terciarização e reestruturação urbana no Rio de Janeiro*. Boletim GETER, Rio de Janeiro, Ano I - n° 1, nov.1998.

_____. *Produção e reprodução de loteamento na periferia do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências - UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.

PEREIRA, W. *Cana, café e laranja*: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu: PCNI, 2000.

ROCHA, A. S.. *Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense*: apontamentos sobre o "novo" mercado imobiliário da região. Espaço e economia. Ano III, n° 06, p. 01-17, Agosto de 2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**

SANTOS, Everaldo Lisboa dos. *Reorganização Espacial na Área Central de Nova Iguaçu*: O Centro Velho e o Centro Novo. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M**.** *A natureza do espaço***:** técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. 2. Reimpr. - São Paulo: Hucitec, 2008a.

_____**.***Manual de geografia urbana.*3ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____**.** *A urbanização brasileira.*2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996**.**

ISBN **978-65-990229-0-6**

A REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL-PRODUTIVA DE PARACAMBI-RJ: UM ESTUDO PARTIR DA PRODUÇÃO DE ENERGIA POR UMA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA[1]

Leandro Dias de Oliveira

Paracambi é uma cidade que possui, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51 815 habitantes distribuídos por 179,374 km². Trata-se de uma cidade pouco populosa, se considerar os índices da Região Metropolitana, e com expressões ainda rurais na paisagem. À revelia destas informações, Paracambi possui uma trajetória industrial, iniciada em 1871, com a instalação da Companhia Têxtil Brasil Industrial no então povoado de Ribeirão dos Macacos. Devido ao transporte ferroviário e a abundância de rios e quedas d'água na região, ocorreu a expansão desse núcleo industrial inicial, com a instalação da Cia. Tecelagem Santa Luisa (1891) e a Fábrica de Tecidos Maria Cândida (1924), além da Siderúrgica Lanari S/ A Indústria e Comércio, instalada em 1952 (FURTADO, 2018).

Mas recentemente a cidade assistiu a um novo "boom" industrial com a implantação de dois condomínios Industriais: o C.I. I, com uma área industrial de 2.500.000 m², situado às margens da Estrada RJ-127 e próximo à Rodovia Presidente Dutra, e inserido, segundo o Plano Diretor do Município, na Zona Estritamente Industrial (ZEI); e o C.I. II, com 90.000 m², enquadrado em uma Zona Mista (ZM), também na mesma estrada. Atualmente, o C.I. I conta com um total de cinco indústrias em funcionamento: Lansa Ferro e Aço, Botafogo Lar e Lazer, Nave City do Brasil, A. C. Atlantic Compósitos, e Resinox Indústria Ltda. Já o C.I. II apresenta atualmente sete indústrias em funcionamento: Vick Mix, EASYTEC – Indústria e Comércio Ltda, K-LAST Comércio de Produtos

[1] Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada por no Quinto Simpósio sobre a História da Electrificação – Electricidade, Cidades e Quotidianos, realizado entre 06 e 11 de maio de 2019, na Universidade de Évora, Portugal.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Ópticos Ltda, Cia Rock, Ocra Cacau, E. S. Coelho Artefatos de Cimentos, POLO Paracambi Empreendimentos Turísticos Ltda e Prob Lub Lubrificantes. Em Paracambi, a ideia de distrito "ecoindustrial" não vingou e a implementação dos condomínios industriais tem sido causadora de significativos conflitos socioambientais (VEIGA, 2013; MARQUES, 2015).

Neste panorama, em 31 de maio de 2012, foi concluída a construção de uma nova usina hidrelétrica na cidade – algo inédito na Região Metropolitana do Rio de Janeiro –, com capacidade de produção de 25 megawatts e de abastecimento de 50 mil residências, atendendo, além da cidade-sede, os municípios de Itaguaí e Piraí. Esta pequena hidrelétrica objetiva a diminuição da dependência externa de energia elétrica para o estado do Rio de Janeiro. A Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paracambi faz parte do Complexo de Lajes, que já possuía as usinas de Fontes Novas, Nilo Peçanha e Pereira Passos – que somadas produzem 612 MW –, e é vizinha aos condomínios industriais da cidade de Paracambi. Fruto do Consórcio Construtor de Paracambi (CCPPA), formado pela Construtora Quebec e pela Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., a PCH Paracambi é um empreendimento da Lightger, empresa formada pelos acionistas Light S/A – que controla a distribuição de energia elétrica em parte significativa do estado do Rio de Janeiro – e Cemig Geração e Transmissão S/A.

O objetivo central desta proposta é demonstrar a relação entre a construção da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi (PCH Paracambi) e as novas demandas da reestruturação econômico-ecológica da região metropolitana do Rio de Janeiro, que, à revelia de uma história econômica calcada na ultracentralização na capital do estado, passa a transferir nos últimos anos para suas bordas as principais demandas e aportes produtivo-estruturais e logísticos. Para cumprirmos tal intento, discutiremos o processo de reestruturação-territorial produtiva [1] e a adoção do desenvolvimento sustentável [2], e então faremos uma análise da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi (PCH Paracambi), no âmbito da produção energética fluminense e a partir dos pressupostos elencados [3].

REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL-PRODUTIVA: UM ESFORÇO TEÓRICO-ANALÍTICO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro assistiu, especialmente nas últimas duas décadas, um profundo processo de reestruturação econômica e espacial. Tais processos devem ser analisados de maneira interligada, seja pela via econômica, com a emersão de um novo modelo produtivo flexível (HARVEY 1992 [1989], HOOGVELT, 1997), seja pelo vetor espacial, com mudanças urbano-regionais e um novo tráfego de mercadorias, pessoas, informações e tecnologia (HAESBAERT, 2004), além de novas apropriações da natureza-recurso (OLIVEIRA, 2015 e 2019).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Tratamos tal processo como reestruturação territorial-produtiva, numa combinação de uma acumulação flexível seletiva – novas formas de gestão, produção e trabalho e emergência de novos territórios industriais, sem desestruturar nas periferias do sistema-mundo as formas tradicionais de produção fabril – com a adoção do desenvolvimento sustentável como ideologia espacial. Por óbvio, a reestruturação territorial-produtiva não significa tão somente o espraiamento das bases espaciais nem tampouco o ocaso do fordismo, mas uma mudança na própria "imagem" da fábrica: mesmo oculta nas grandes cidades por meio de esconderijos espaciais metropolitanos, a fábrica se reabilita como símbolo de desenvolvimento – em especial, na periferia da metrópole, como o estudo aqui apresentado, e nas cidades pequenas e médias –, trazendo o discurso do progresso e da riqueza e a promessa de ser menos destruidora da natureza. Em tempos de celebração da "fábrica-progresso", não se tornam surpreendentes os retrocessos em nome do desenvolvimento presente nos discursos de lideranças políticas no centro e periferia do mundo.

Assim, que se reforce: mesmo com todas as críticas por apresentar abordagem essencialmente produtivista em detrimento dos serviços cada vez mais diversificados e fulcrais na análise econômica e pelos próprios limites tipológicos de classificações desta natureza, que peremptoriamente acaba forjada em generalizações e estereótipos (MARTIN, 1996), é factível apontar que o fordismo em sua forma clássica e austera viveu seu declínio no último quartel do Século XX, com a diminuição das plantas industriais, o arrefecimento dos gigantescos estoques em prol da produção *just-in-time*, a composição de nichos de mercado, a ascensão de um mercado consumidor profundamente individualista e a consolidação de um exército de trabalhadores que não fossem visceralmente vinculados à empresa. A hegemonia do neoliberalismo econômico e as necessidades crescentes de adequação energético-ambiental completam o quadro de estrangulamento do fordismo então vigente.

Mas este processo supracitado não foi homogêneo e apresenta profundas diferenças na periferia do sistema-mundo: afinal, em países como o Brasil, nunca se completou a construção das bases mínimas de um estado de bem-estar social e tampouco se consolidou os dogmas da democracia ocidental, dos direitos humanos e da própria participação política da sociedade. Acrescente-se que a plataforma neoliberal foi mais violenta nestes países, como privatizações ostensivas envolvendo empresas estruturantes do país e partes do território e destruição massiva dos direitos dos trabalhadores.

Eis a acumulação flexível na periferia da metrópole do Rio de Janeiro: abrem-se vagas para cargos rígidos e formação industrial típica, com realização de uma única tarefa por trabalhador, com mão-de-obra disciplinarizada e sem qualquer descentralização gerencial intramuros da fábrica, mas sem quaisquer contrapartidas como vilas industriais, estabilidade no emprego, com prioridade para subcontratação e terceirização, e intensificação constante do trabalho cotidiano (ANTUNES, 1999). Se as mercadorias agora recebem cuidados de

ISBN **978-65-990229-0-6**

controle de qualidade, com severos sistemas de tryouts [testes] e certificações ambientais em suas diversas formas, os trabalhadores são remetidos a um intermezzo fordismo / acumulação flexível. Com base na vasta literatura nacional que referenciamos em ocasião anterior[2], podemos aludir que essa combinação esquizofrênica permite situar o modelo vigente de produção fabril – que combina o "velho e novo", o "tradicional e o moderno", o rígido e o flexível" – como uma *"acumulação flexível à brasileira"*, uma *"flexibilidade tupiniquim"*, ou, como o geógrafo brasileiro Milton Santos (2002 [1996]) tão bem definiu, uma "flexibilidade tropical".

Da mesma maneira, a concentração locacional consente que pequenas e médias empresas constituam *spillovers* de inovação e difusão de conhecimentos (VENACIO, 2007; STORPER, VENABLES, 2005) e se tornam partes integrantes do território, calcadas na integração horizontal, especialização e autonomia, onde as vantagens comparativas incorrem nas atuais redes de subcontratação e adequação da mão-de-obra local. Por conseguinte, ainda que os novos distritos industriais rompam com o *"embeddedness"* [enraizamento / imersão societária local / incrustação] das empresas – para usar o termo de Karl Polanyi (1980 [1944]) –, Mark Granovetter (1985, p. 487) assinala que as empresas não se tornaram completamente alheias aos laços da sociedade em que está inserida. Desenraizados espacialmente, são as vantagens comparativas e as potencialidades locacionais que permitem habilitar o sucesso destes novos distritos. As cidades do Oeste Metropolitano Fluminense – sub-região que nos últimos dez anos nos esforçamos em analisar, composta por Paracambi, Seropédica, Queimados, Japeri, Itaguaí (num complexo econômico-produtivo integrado ao bairro de Santa Cruz, da cidade do Rio de Janeiro), e o seu entorno imediato – oferecem trabalhadores que permitem tanto a ideologização do processo de implantação das indústrias como signo de desenvolvimento combinada com uma mão-de-obra com diferentes níveis de qualificação [e não somente de conhecimentos elementares, como se tornou praxe argumentar], na constituição de um ambiente produtivo que permita o contato face-a-face – um "burburinho", para usar o termo de Storper e Venables (2005) – tão importante para a difusão de conhecimentos produtivos variados. Além desta clara inferência territorial, mesmo que vilipendiado por novas questões geopolíticas do presente, o modelo sustentável de produção é também uma norma do território em processo de reestruturação.

[2] Consultar: Hirata, 1983; Carvalho e Schmitz, 1992, Silva, 1991 e 1994; Coriat, 1994, Antunes, 1999, Oliveira, 2003 e 2008, Tenorio, 2011, Estevez, 2012, entre muitos outros.

ISBN **978-65-990229-0-6**

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RACIONALIDADE AMBIENTAL EM TEMPOS DE DEFESA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO ILIMITADO

Num intermezzo de cerca de três anos, o Brasil assistiu duas grandes tragédias-crimes-desastres ambientais (Rompimento da Barragem em Mariana, em novembro de 2015, e Rompimento da Barragem em Brumadinho, em janeiro de 2019), referentes à quebra de duas barragens de rejeitos de mineração controladas pela Vale. Tanto em Mariana quanto em Brumadinho, a lama deixou um rastro de destruição por vários lugares, percorreu as águas de importantes rios da região e entraram para história brasileira e mundial pela magnitude dos estragos causados pelo rompimento de barragens de rejeitos, cujos malefícios ambientais são de fato imensuráveis (OLIVEIRA, 2018). Parece emergir um novo tempo de revalorização do modelo de desenvolvimento excludente e avassalador e barbárie político-ambiental (OLIVEIRA, 2019a).

Deveria causar espanto que ao mesmo tempo em que assistimos tragédias gigantescas, bem como ocorrem descobertas de que os impactos da poluição são mais profundos, duradouros e nocivos[3], percebe-se em curso um recrudescimento da defesa ambiental. A constante relativização midiática das tragédias ambientais como as ocorridas em Mariana e Brumadinho; os ataques reincidentes às reservas ambientais, indígenas e quilombolas, sempre tratadas como obstáculos ao desenvolvimento por diferentes sujeitos políticos e econômicos; a construção recente de megabarragens, como a da Usina de Belo Monte na bacia do Rio Xingu, no sudoeste do estado Pará; os desacordos do clima liderados pelo Sr. Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América; as "Queimadas Amazônicas de 2019", em boa parte estimuladas pelas

[3] Uma recém-publicada reportagem no jornal inglês The Guardian baseada em pesquisas desenvolvidas na Queen Mary University of London revelou evidências de que o ar tóxico circula através dos corpos das mães. No A pesquisa, presentada no congresso internacional da European Respiratory Society's (ERS), em Paris [Setembro/2018], liderada Dr.ª Lisa Miyashita, reforçou que já havia evidências de que a poluição era capaz de causar enorme redução na inteligência devido à presença de nanopartículas tóxicas da poluição do ar em cérebros humanos; mas ao apontar os perigos da poluição para bebês em gestação por meio de contaminação por partículas de fuligem capazes de atingir a placenta através da corrente sanguínea, conforme apontado no jornal também britânico The Independent, comprovou-se que a poluição tem impacto nas gerações presente e futura. Mais detalhes em: "Air pollution particles found in. mothers' placentas", de 16 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2018/sep/16/air-pollution-particles-found-in-mothers-placentas. Acesso em: 16 de setembro de 2018, e "First evidence of soot air pollution reaching the placenta found in London mothers, new study says", por Peter Stubley, em 16 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/health/air-pollution-pregnant-women-london-study-placenta-first-evidence-a8539861.html. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

ISBN **978-65-990229-0-6**

lideranças político-governamentais brasileiras[4], são exemplos cabais de que a sustentabilidade já esteve mais em voga.

O desenvolvimento sustentável emergiu historicamente a partir do momento em que termos como "limites" e "gerações" se tornaram importantes no léxico conceitual geopolítico. A gênese da atual preocupação ambiental mundial – e, por conseguinte, da noção de desenvolvimento sustentável – é constantemente relacionada ao horror causado pela eclosão das bombas nucleares ao final da Segunda Grande Guerra[5] e a certeza da capacidade de destruição dos países mais ricos. A explosão das bombas atômicas em território japonês serviu para elucidar que não havia limites para as ambições de poder na sociedade humana, e ainda deixou patente tratar-se de uma ameaça real às gerações futuras, uma vez que tais armamentos nucleares destroem por completo o lugar de sua detonação, extinguindo a vida presente e comprometendo a sua descendência devido à radiação.

Foi sintomático que a partir de então termos como "limites" e "gerações" passassem a estar constantemente presentes no vocabulário da problemática ecológica, como no título do seminal estudo econômico-ambiental do Clube de Roma intitulado "Limites do Crescimento" (1971) e na própria definição de desenvolvimento sustentável contida no Relatório Brundtland ("Nosso Futuro Comum", 1987) – e reforçado na Agenda 21 –, explicado como aquele que atente "as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". É justamente com a publicação do "Nosso Futuro Comum" que a concepção de desenvolvimento sustentável se tornou uma espécie modelo para o equacionamento entre economia e ecologia. Revogavam-se assim as alusões ao natimorto "crescimento zero", defendido pelos países periféricos na Conferência de Estocolmo [1972], e o utópico ecodesenvolvimento, da lavra de ideias que pretendiam ajustes mais severos no modelo de crescimento econômico, e se sistematiza uma noção que aproxima o neoliberalismo econômico com as virtudes dos investimentos ambientais.

O modelo de desenvolvimento sustentável foi festejado como grande conquista geopolítica durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Desde então, a inserção de vínculos com a concepção de sustentabilidade, em múltiplas escalas e temporalidades, tornou-se obrigatória em políticas públicas,

[4] Como sugestão para um primeiro contato com o tema, consultar o pequeno artigo *"Geopolítica Ambiental e Floresta Amazônica: o que está em jogo?"*, de nossa autoria, disponível em: https://www.vozdaresistencia.com.br/2019/09/03/geopolitica-ambiental-e-floresta-amazonica-o-que-esta-em-jogo/.

[5] Ver, por exemplo, Barbieri 2007, Bernardes e Ferreira 2003, Foladori 2001, Hobsbawm 2000, Mendonça 1998, Porto-Gonçalves 2002 e Ribeiro 2005.

ISBN **978-65-990229-0-6**

investimentos e reestruturações produtivas de organismos empresariais e ações da sociedade civil. A construção do desenvolvimento sustentável, que envolve a gestão dos estoques de riquezas naturais dos países periféricos, a readequação do maquinário produtivo-industrial em escala global e a celebração ideológica de tais mecanismos como superação dos problemas ecológicos do mundo, tornou-se ponto pacífico.

Assim, cada vez mais empresas passaram a adotar medidas ambientais como forma de obtenção de lucros e as próprias experiências de acerto ecológico se tornaram uma marca de sucesso e dispositivos de *marketing* empresarial. Praticamente, mesmo causando toda a sorte de mazelas ambientais, toda empresa adota a sustentabilidade! Da mesma maneira, ajustes ambientais das cidades se tornaram uma tônica da urbanização pós-moderna. Seja no mercado de carbono global, seja na valorização cotidiana dos produtos orgânicos, assistimos o fausto das ideias ambientalmente corretas.

Todavia, como previsto, este modelo de desenvolvimento não trouxe mudanças significativas no espólio da natureza; afinal, espécies reproduzidas em cativeiros, áreas de proteção ambiental, florestas artificiais, tudo isto não compôs nem algo próximo a uma revolução na relação sociedade-meio ambiente, assim como as experiências empresariais foram peremptoriamente implantadas de maneira seletiva. Seja pela própria inépcia das soluções propugnadas neste ambiente de neoliberalismo ambiental, seja pela potência crítica aos pressupostos do modelo, neste intermezzo de pouco mais de duas décadas a concepção de desenvolvimento sustentável deixou de representar uma solução muito bem-vinda para os problemas ecológicos mundiais para ser objeto de desconfiança. Apesar de sua capacidade sedutora, sua ineficácia conjugada ao fato de sua implementação, mesmo quando celebrada como *case* de sucesso, não ter implicado em profundas mudanças no estatuto da natureza para o capital, tornou-se paulatinamente uma obviedade para todos.

Asseveramos que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem na cidade do Rio de Janeiro o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, implicou, geopoliticamente, na celebração do viés econômico do trato da questão ambiental através do termo "Economia Verde". Menos sedutor, este termo não foi universalmente aceito e fez aflorar a desconfiança de que as medidas ecológico-ambientais propostas no âmago dos organismos da Organização das Nações Unidas possuem prioritariamente – quando não exclusivamente – matriz econômica. Como legado, a equação encontrada foi a conjugação e interpenetração dos dois termos, sob a perspectiva de forjar a constituição de uma sociedade ambientalmente mais equável e justa.

Neste sentido, assistimos a retomada da defesa da promoção de um "desenvolvimento avassalador" – uma vez que a "Economia Verde" implicou no paradigma do desenvolvimento sustentável assumir sua face verdadeiramente

ISBN **978-65-990229-0-6**

econômica e com perspectivas de lucro de maneira mais agressiva –, onde a racionalização do uso da natureza e a gestão das riquezas nos países periféricos ganham novos formatos em tempos de crise (OLIVEIRA, 2019a). Assim, promulga-se a superutilização da natureza-recurso em suas diversas formas sob os auspícios de novas tecnologias e amplia-se a necessidade novos acordos internacionais mais elásticos e com perspectiva menos protetiva e incisiva. A natureza torna-se, novamente e incrivelmente, um empecilho do desenvolvimento!

Se de um lado, nota-se o fim da hipocrisia ideológico-ambiental do capitalismo e a saturação deste ajuste técnico-ecológico (GOMEZ, BOTELHO, 2019), os retrocessos desse processo em curso permitem, em última instância, a reabilitação do desenvolvimento sustentável como concepção *avant-garde* na construção de uma sociedade ambientalmente mais justa. Há possivelmente uma nova geopolítica ambiental presente no discurso "anti-meio ambiente" dos pronunciamentos de algumas lideranças políticas atuais; todavia, tais posicionamentos retrógrados tendem a reforçar, em última instância, o desenvolvimento sustentável como opção econômica e política. Afinal, os desastres ambientais em larga escala representam, contraditoriamente, o modelo de desenvolvimento adotado, e não a sua ausência. É neste sentido que adoção da sustentabilidade em empreendimentos hidrelétricos se torna, em tempos de barbárie ambiental, uma opção menos destruidora.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA PARACAMBI: INDUSTRIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO ELÉTRICA

É nesse cenário de mudanças que, às margens do Ribeirão das Lajes e perto da Via Dutra, foi edificada a Pequena Central Hidrelétrica Paracambi, que integra o Complexo de Lajes, com capacidade instalada de 25 megawatts, energia suficiente para atender a uma cidade de 120 mil habitantes. Segundo O empreendimento foi licitado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para atender a crescente demanda de energia no estado do Rio de Janeiro. Liderado pela Lightger, cujos principais acionistas são a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Light S.A, recebeu aportes de cerca de R$ 200 milhões de recursos próprios da empresa e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[6].

A Pequena Central Hidrelétrica Paracambi integra o Complexo de Ribeirão das Lajes. A história deste complexo remete à concessão para produção e distribuição de energia gerada por usinas hidrelétricas no estado do Rio de Janeiro ao engenheiro britânico William Reid em dezembro de 1899. Esta

[6] Consultar: http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/9/pch-de-pa-racambi-pequena-central-hidreletrica-construida-no-241041-1.aspx. Acesso em: 14 de abril de 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

concessão foi vendida à Light em dezembro de 1904, quando então as obras foram retomadas e a nova Companhia concluiu a construção da represa e da usina de Fontes, em 1908, iniciando efetivamente a geração de energia hidrelétrica de grande porte no estado. Reid iniciou, em 1903, a construção do reservatório de Ribeirão das Lajes, distante 80 km da cidade do Rio de Janeiro, na área do Médio Vale do Paraíba. Segundo Floriano Oliveira (2013 e 2013a), houve diversos impactos causados pela construção dessa represa na região sul fluminense, incluindo a extinção de um município, São João Marcos, que chegou a ser uma das mais populosos do estado, contando com cerca de 20 mil habitantes até o início do século XX.

Segundo o mesmo autor, a partir do Governo Vargas houve a autorização para a ampliação sem restrições do complexo de Ribeirão das Lajes, o que implicou na construção da segunda usina geradora de energia, a Usina de Fontes Nova (1940), e da adutora que corta todo o território entre a represa e a zona sul da cidade do Rio de Janeiro, sistema de abastecimento de água que funciona até os dias de hoje.

Atualmente, após uma série de expansões, compõem o complexo de Ribeirão das Lajes: o Reservatório e a Usina Santa Branca, o Reservatório e a Usina Elevatória de Santa Cecília, a Usina Ilha dos Pombos, o Reservatório e a Barragem de Santana, a Usina Pereira Passos, o Reservatório e a Barragem de Tócos, o Reservatório e a Barragem de Lajes, o Reservatório, a Usina Elevatória e a Barragem de Vigário, a Usina Fontes Nova, a Usina Nilo Peçanha, o Reservatório Fonte Coberta, além da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi, que entrou em operação à jusante da Usina Hidrelétrica de Pereira Passos. Atualmente, o Complexo de Lajes possui uma capacidade instalada de mais de 600 MW.

A Pequena Central Hidrelétrica Paracambi apresenta, assim, algumas novidades históricas: [1] o pioneirismo da inclusão de uma usina hidrelétrica no tecido metropolitano do Rio de Janeiro; [2] o porte reduzido e adequado desde a construção aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, como é possível observar no extenso catálogo de medidas e cuidados ecológicos alentados pela empresa. No que se refere ao item 1, é patente a redinamização econômico-industrial da borda metropolitana – bem como da própria Baixada Fluminense (ROCHA, 2014 e 2015) – e a inserção da PCH Paracambi no parque industrial da cidade; todavia, isto deve ser conjugado com as indicações físicas de instalação, ciente que o Ribeirão das Lajes percorre a cidade e o próprio modelo de usina ali instalado depende do inventário de potencial hidrelétrico. Afinal, a PCH Paracambi é classificada como *fio d'água*, que é aquela que utiliza reservatório com acumulação suficiente apenas para prover regularização diária ou semanal, ou ainda que utilize diretamente a vazão afluente do aproveitamento. Desta maneira, o controle de volume de água advém da Usina Pereira Passos, localizada à montante do rio, na cidade de Piraí. Ainda assim, reforçamos que a Pequena

ISBN **978-65-990229-0-6**

Central Hidrelétrica Paracambi é fruto da reestruturação territorial-produtiva fluminense e da própria consolidação do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro.

No que se refere à adequação ambiental aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, os programas ambientais da empresa são: [1] *Programa de Gerenciamento Ambiental*, para execução e o controle das ações planejadas de todos os Programas Ambientais; [2] *Programa de Comunicação Social*, responsável pela comunicação com os agentes sociais e ações educativas e o incentivo à conscientização sobre a importância de preservação do meio ambiente; [3] *Plano Ambiental para a Construção*, que estabeleceu critérios e requisitos para as ações do construtor no trato com o meio ambiente durante a execução das obras; [4] *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas*, com o escopo de controlar os processos erosivos, revegetar e recuperar as áreas degradadas pela implantação do empreendimento; [5] *Programa de Monitoramento da Qualidade da Água*, cuja preocupação remete à qualidade das águas do Ribeirão das Lajes; [6] *Programa de Limpeza e Desinfecção da Área do Reservatório*, que tratou especificamente de medidas que evitam que as áreas inundadas contenham materiais orgânicos e inorgânicos; [7] o *Programa de Reflorestamento,* cujo princípio foi reflorestar tal e qual a mata original, no total de 283 hectares; [8]*Programa de Acompanhamento e Apoio à População Atingida,* para prestar informações e acompanhar as negociações com a população atingida; [9] *Programa de Desenvolvimento do Plano de Usos das Águas e das Áreas de Entorno do Reservatório*, para viabilizar o aproveitamento racional dos recursos naturais, com o objetivo de compatibilizar o uso múltiplo do reservatório com a preservação de sua qualidade e integridade; [10] *Programa de Apoio à Implantação da Unidade de Conservação*, para destinação de verbas pelo empreendedor para unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; [11] *Programa de Apoio a Projetos Socioambientais da Região*, com o objetivo apoiar ações públicas que eram desenvolvidas e/ou planejadas pelas prefeituras de Paracambi, Piraí e Itaguaí; [12] *Programa de Levantamento e Prospecção do Patrimônio Arqueológico*, para o estudo arqueológico das áreas afetadas pela implantação da PCH; e, por fim, [13] *Programa de Resgate da Fauna Terrestre e da Ictiofauna*, com a finalidade de resgatar a fauna espraiada durante implantação do empreendimento[7].

Além destas medidas, ações como a criação do Centro de Educação Ambiental (CEA), dentro do Horto Municipal Chico Mendes, no bairro de Guarajuba, e a promoção do "Cinema ao Ar Livre", com exibição de filmes com entrada franca, são tradicionais medidas compensatórias de curto lastro territorial. Como já alertamos em momento anterior (OLIVEIRA, 2016), a adoção de ações ambientais é concomitante com sua propaganda, ou seja, não se espera sequer qualquer melhoria nos indicadores socioambientais para se iniciar

[7] Ver: http://www.pchparacambi.com.br/programas-ambientais/. Acesso em: 14 de abril de 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

sua divulgação. Da mesma maneira, uma série de ações empreendidas de forma estanque não é capaz de se fazer pensar holisticamente a questão ambiental, funcionando como um catálogo de ações de manejo socioecológico. Na adoção do modelo de sustentabilidade, a preferência é que as ações ambientais sejam visíveis politicamente, e cursos de educação ambiental, projetos em praças, cinemas livres, coletas seletivas em pontos visualmente estratégicos, conferências, sítios eletrônicos, cartilhas se tornam os artifícios obrigatórios na agenda do desenvolvimento sustentável.

Porém, evidentemente, deve ser destacado que a localização e o porte pequeno da barragem, como o caso da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi, transmite maior segurança, em tempos de tantos receios com rompimentos catastróficos. Da mesma maneira, a produção de energia em unidades menores se mostra mais adequada ambientalmente, ao contrário dos grandes investimentos em hidrelétricas gigantescas que atingem diretamente populações tradicionais. Mas que se reforce: há que se mensurar, ao longo do tempo, as medidas compensatórias para os atingidos pela construção, mesmo que em número mais reduzido que a média, bem como é necessário avaliar o papel do Estado como agente fiscalizador, pois em tempos de autorregulação não é possível apostar em medidas ambientais de longo prazo. Por fim, a privatização do território e financialização das riquezas naturais sempre será motivo de suspeita. Por óbvio, há que se promover o debate acerca do conceito de desenvolvimento, afinal, para o morador de Paracambi, os investimentos sonhados são bem mais modestos e envolvem de fato uma possibilidade mais democrática e justa de cotidiano urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pequena Central Hidrelétrica Paracambi está relacionada ao processo de reestruturação territorial-produtiva e consolidação econômica do Oeste Metropolitano Fluminense que assistiu, nas últimas duas décadas, a massificação de investimentos industriais e logísticos em seu território. Da mesma maneira, a construção de tal usina, além de se relacionar com a emergência de uma nova economia local-regional, reforça o modelo de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) – aquelas que têm capacidade para produção até 30 megawatts e a área total do reservatório de água é de até 3 km², em contraposição às gigantescas usinas hidrelétricas nacionais –, que, devido ao tamanho reduzido e pela proximidade do consumidor, são capazes de reduzir os custos de transmissão, aumentar a estabilidade do fornecimento elétrico e gerar menores impactos ambientais.

Destarte, os novos pressupostos econômico-ecológico-espaciais estão presentes nesta experiência da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi, que envolvem estruturas regionais de desenvolvimento e ajustes de ordem ambiental calcados na sustentabilidade. A Pequena Central Hidrelétrica Paracambi torna-se

ISBN **978-65-990229-0-6**

desta maneira importante exemplo das transformações em curso da realidade metropolitana fluminense e do próprio modelo econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *A Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 1999.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antônio Teixeira (Orgs.). *A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 27, n. 148-156, 1990.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

ESTEVEZ, Alejandra. Do Fordismo ao Neoliberalismo: transformações do mundo do trabalho em uma cidade siderúrgica. In: MACERI, Sandra. *Temas de economía política*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2012.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do Desenvolvimento Sustentável. Campinas*, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

FURTADO, Cristiane Silva. A Gigante Brasil Industrial: herança e modernidade no Vale Paraíba Fluminense – a Fábrica Paracambi na segunda metade do século XIX. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 6, número 12, Janeiro / Junho de 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/espacoeconomia/3175; DOI: 10.4000/espacoeconomia.3175. Acesso em: 14 de abril de 2019.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *The American Journal of Sociology*. Vol. 91, No. 3, Nov., 1985, pp. 481-510.

GOMEZ, André Villar; BOTELHO, Maurílio Lima. O fim do "Capitalismo Verde". *Sinal de Menos [www.sinaldemenos.org],* Ano 10, n°13, 2019.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ISBN **978-65-990229-0-6**

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004 [1989].
HIRATA, Helena. Receitas japonesas, realidade brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 2, p. 61-65, 1983.
HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
HOOGVELT, Ankie. *Globalization and the PostColonial World: The New Political Economy of Development*.Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1997. DOI: 10.1007/978-1-137-06331-1
MARQUES, Barbara da Conceição. *Análise dos conflitos socioambientais em Paracambi/RJ decorrentes da implantação dos condomínios industriais no município*. Monografia (Graduação em Geografia), Instituto Multidisciplinar, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, fevereiro de 2015.
MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Gregory (Orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
MENDONÇA, Francisco. *Geografia e Meio Ambiente*.3. ed. São Paulo: Contexto, 1988.
OLIVEIRA, Floriano J. Godinho de. Mudanças tecnológicas e produção do espaço: considerações sobre desenvolvimento na escala local. *Investigaciones geográficas*, México, n. 52, p. 72-82, dic. 2003 . Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112003000300005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 05 de outubro de 2015.
OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Garamond / Faperj, 2008.
OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. Eletrificação e formação do patrimônio territorial da Light na cidade do Rio de Janeiro e no Médio Vale do Paraíba. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 2, número 3, Julho / Dezembro de 2013. Disponível em: http://journals.openedition.org/espacoeconomia/497; DOI: 10.4000/espacoeconomia.497. Acesso em: 14 de abril de 2019.
OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Redes técnicas y urbanización: la influencia de la Light and Power en el desarrollo urbano e industrial de Río de Janeiro. In: CAPEL, Horacio; CASALS, Vicente (Org.). *Capitalismo e historia de la electrificación, 1890-1930*. Barcelona, Espanha: Ediciones del Serbal, 2013a, v. I, p. 125-141.
OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia: Revista*

ISBN **978-65-990229-0-6**

Brasileira de Geografia Econômica, Ano 4, número 7, Julho / Dezembro de 2015. Disponível em: http://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814. DOI : 10.4000/espacoeconomia.1814. Acesso em: 14 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Seropédica Sustentável: Transformações ecológico-econômico-espaciais recentes em um lacônico julgamento. *Recôncavo Revista de História da UNIABEU*, v. 6, p. 87-101, 2016. Disponível em: http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/2562. Acesso em: 14 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Sustentabilidade em questão: Lições acerca do Rompimento da Barragem em Mariana (MG, 2015). *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 7, número 13, Julho / Dezembro de 2018, Disponível em: http://journals.openedition.org/espacoeconomia/4041; DOI : 10.4000/espacoeconomia.4041. Acesso em: 14 de abril de 2019.

_____. *Geopolítica ambiental:* a construção ideológica do desenvolvimento sustentável [1945-1992]. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

_____. Desenvolvimento ilimitado? A questão ambiental contemporânea sob a ótica da geografia econômica. In: OLIVEIRA, Floriano José Godinho de; OLIVEIRA, Leandro Dias De; TUNES, Regina Helena; PESSANHA, Roberto Moraes Orgs.). *Espaço e economia:*geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019a, p. 219-244.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980 [1944].

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A Invenção de Novas Geografias. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO. In: *Território Territórios*. Niterói / RJ: UFF/AGB, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional***.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

ROCHA, André Santos. *As representações ideais de um território: Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990*. Tese (Doutorado em Geografia), PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o "novo" mercado imobiliário da região. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 3, n.º 6, Janeiro / Junho de 2015. Disponível em: http://espacoeconomia.revues.org/1677 . Acesso em: 10 de dezembro de 2015. DOI : 10.4000/espacoeconomia.1677.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Pós-fordismo no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol.14, n.º 3 (55), 1994, pp. 107-120.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony. O Burburinho: a força econômica da cidade. In: CAMPOLINA DINIZ, Clélio; LEMOS, Mauro Borges. (Orgs.). *Economia e Território*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.

ISBN **978-65-990229-0-6**

TENORIO, Fernando G.. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. *Rev. Adm. Pública,* Rio de Janeiro , v. 45, n. 4, p. 1141-1172, Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de dezembro de 2015. DOI: 10.1590/S0034-76122011000400011

VEIGA, Lilian Bechara Elabras. *Diretrizes para a Implantação de um Parque Industrial Ecológico: uma proposta para o PIE de Paracambi, RJ [Rio de Janeiro*]. Tese (Doutorado em Planejamento Estratégico), COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/dveigalbe.pdf. Acesso em 05 de maio de 2015.

VENACIO, Leandro. *Globalización, Desarrollo Local y Sociedad Civil*. Edición electrónica gratuita. 2007. Disponível em: www.eumed.net/libros/2007a/221/. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**

DO CRESCIMENTO EXPONENCIAL AO DECLÍNIO: ELEMENTOS PARA ANALISAR A REESTRUTURAÇÃO REGIONAL E A CIDADE DE QUEIMADOS

Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, esteve durante muito tempo associada, majoritariamente, a uma imagem de violência, pobreza e de infraestrutura precária, mas o crescimento econômico vivenciado a partir de meados dos anos 2000 deu força a um outro discurso. Esse outro discurso visava salientar uma "nova" Baixada, e que os elementos negativos que a estigmatizavam foram minimizados e até superado. Celebrava-se o surgimento de novos empreendimentos industriais e logísticos, o crescimento imobiliário com requalificação urbana, pujança de seus centros varejistas, novos serviços disponíveis e lojas voltadas para a "nova classe média". O crescimento econômico de Queimados está inserido nesse contexto de uma Nova Baixada Fluminense, e em nosso entendimento, isso possui bases materiais para sua efetivação real no momento de expansão da economia brasileira e fluminense entre 2002-2013. Para entender compreender as dimensões dessa expansão, veremos como a Baixada Fluminense esteve inserida em outros ciclos de expansão mais recentes.

ASCENSÃO E DECLÍNIO DO DESENVOLVIMENTISMO E A BAIXADA FLUMINENSE

A intensificação da ocupação na Baixada Fluminense iniciou-se com a crise na citricultura e surgimento de loteamentos no início do século XX, especialmente a partir de 1930, embalados pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o aumento do preço de seu solo urbano (ABREU, 2013 [1987]). As cidades da Baixada Fluminense durante muito tempo foram entendidas como cidades-dormitório e sua população estabelecia relação pendular com a cidade do Rio. Todavia, podemos observar na mentalidade dos planejadores um projeto para a Baixada como um dos eixos futuros de crescimento urbano e econômico do estado, e com isso a região recebeu importantes investimentos produtivos e

ISBN **978-65-990229-0-6**

de infraestrutura como a Fábrica Nacional de Motores em 1942, a Rodovia Presidente Dutra em 1951, Fábrica da Bayern em 1958 e a Refinaria de Duque de Caxias, a REDUC em 1961.

A Baixada Fluminense recebeu esses investimentos em um contexto nacional de um conjunto de políticas econômicas desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo, que em maior ou menor grau, foi a tônica da política econômica de Vargas à ditadura militar (1930 – 1985), estava baseado em três pilares: o primeiro, era a forte intervenção estatal na economia; em segundo, em um projeto nacional; e por fim, na estruturação de uma política de fortalecimento industrial (FONSECA, 2014). O governo ditatorial dos militares, em 1976, cria por decreto o Distrito Industrial de Queimados (DIQ). Essa iniciativa de criação do DIQ não foi isolada, pois também ocorreu a criação de outros distritos industriais no estado e no país, e estava inserida na lógica do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O II PND tinha por objetivo reduzir a concentração industrial em São Paulo e também dar prosseguimento ao processo de industrialização ocorrido de 1968 a 1973 (DAMAS, 2008). Ainda sobre o II PND: "Partia da meta governamental de concluir a cadeia produtiva interna – bens de consumo leves, bens duráveis e bens de capital – por meio de pesados investimentos em infraestrutura e na indústria de bens de capital." (MARINGONI, 2016, p.46). A adoção do II PND como política anticíclica deslocou para o futuro próximo os efeitos mais recessivos da crise de 1973, que se manifestaram, no Brasil, na década de 1980.

Durante a década de 1980 vimos o esgotamento desse ciclo desenvolvimentista, em muito, impulsionado pelo fim de um período classificado como era de ouro do capitalismo (1945-1973). Salientamos duas variantes de ordem externa: primeira delas foi o aumento drástico do preço do petróleo e a segunda, o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos (MARINGONI, 2012). Isso levou a um redução abrupta de liquidez de capital, colocando fim a extrema facilidade para obtenção de empréstimos baratos pelos países subdesenvolvidos, e encerrando assim o "milagre econômico" brasileiro, que foi embalado por esses vultuosos empréstimos e com enorme endividamento externo do país (MANTEGA e MORAES, 1991 [1980]; MARINGONI, 2012).

A estagnação econômica da década de 1980 afetou o Rio de Janeiro com intensidade, com a completa decadência dos setores naval e ferroviário, diminuição significativa do setor têxtil, com fechamento de suas principais fábricas, ruiu o projeto da construção de um polo petroquímico, fechamento da empresa de informática COBRA e até problemas no setor sucroalcooleiro com a mudança da política nacional para o setor (OLIVEIRA, 2008). Ainda assim cabe a precisão de que até 1980 a indústria fluminense era basicamente uma indústria de transformação, sendo muito incipiente a indústria extrativista mineral (SILVA, 2009).

A década de 1990, no Brasil, foi marcada pela chegada do neoliberalismo, tendo como marco a eleição de Fernando Collor de Mello, responsável abertura

ISBN **978-65-990229-0-6**

econômica, com o fim ou diminuição do protecionismo para vários segmentos da indústria. O governo de Itamar Franco, que assume após o impeachment de Collor, é marcado pela criação do Plano Real, e seus efeitos foram sentidos no governo de Fernando Henrique Cardoso. A estabilização fiscal e a inflação controlada do Plano Real foram lastreadas por uma rodada massiva de privatizações, que só não foi mais agressiva devido à forte oposição na sociedade. Entretanto o discurso e a prática do neoliberalismo dominaram o debate o público, como se não houvesse ação racional e científica que não levasse em conta seus pressupostos. Em suma, esses ideais são baseados retração do Estado na seara econômica como protagonista, reduzindo-se ao papel de facilitador para os negócios e a primazia do mercado em autorregular-se e promover o bem-estar geral.

Os efeitos do neoliberalismo foram sentidos em nível estadual em virtude da drástica da redução dos investimentos em empresas públicas, entretanto foi nesse período que se iniciou uma coordenação de esforços empresariais e governamentais para uma saída para estagnação da década anterior (OLIVEIRA, 2008). Ocorreu a partir disso um processo de reestruturação da localização industrial em direção ao interior do estado, invertendo uma tendência histórica da capital concentrar a maior parte dos investimentos, e esse novo arranjo político, aproveitou uma rede técnica, de inovação e pesquisa já existente no estado, fruto de seu processo histórico de industrialização. A cidade do Rio de Janeiro tinha suas atividades industriais muito atreladas a investimentos federais e com a redução desses investimentos, outras cidades passam a ter uma participação maior na produção industrial do estado. Vale salientar, que, o novo padrão de localização das indústrias privilegia a instalação em cidades médias (OLIVEIRA, 2008).

A década de 1990 foi um período de efervescência política na Baixada Fluminense devido as mudanças trazidas pela Constituição de 1988 que possibilitou emancipações e surgimentos de novos municípios como Mesquita, Japeri e Queimados, e podemos falar de Belford Roxo também que apesar ter iniciado os trâmites de sua emancipação ainda no regime militar, seu primeiro prefeito toma posse apenas em 1993 (SIMÕES, 2006).

Em 1990 ocorreu a emancipação de Queimados, então distrito de Nova Iguaçu, e o seu distrito industrial teve um papel importante no discurso dos defensores da emancipação. O Distrito Industrial de Queimados era visto como um lócus de riqueza, progresso e desenvolvimento, só que essas benesses eram direcionadas para o centro do município e o distrito de Queimados sem ficava esses recursos. A emancipação seria capaz de libertar o município das "amarras do subdesenvolvimento" (SIMÕES, 2006; MORAIS, 2014).

Apesar de os anos de 1990 para Oliveira ter sido um período de retomada de políticas para o crescimento no Rio de Janeiro, no DIQ houve oscilação no número de empresas, com uma ocupação que variou de 9 a 17 empresas instaladas. Esse processo ocorreu apenas com a melhoria mais intensas

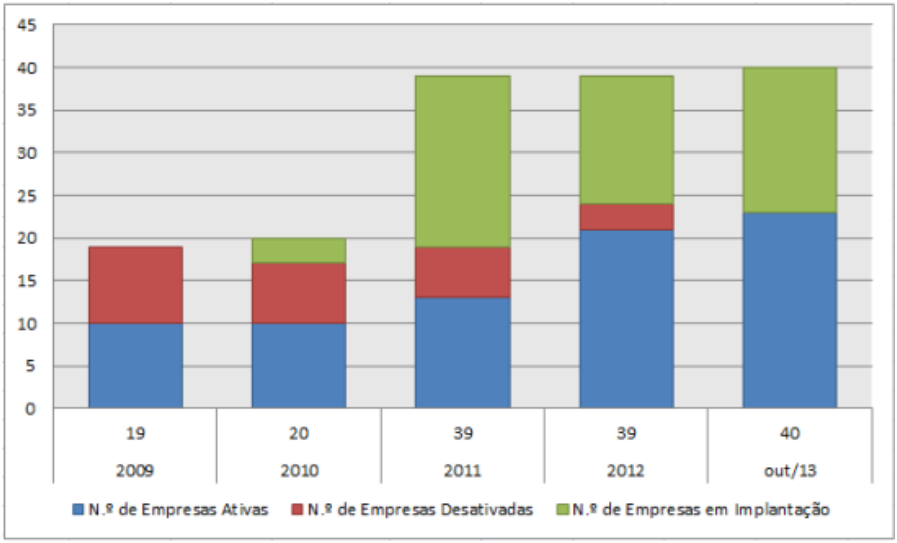
ISBN **978-65-990229-0-6**

da conjuntura econômica economia nacional e fluminense nos anos 2000 e posteriormente com aprovação de incentivos fiscais em 2010 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

DESENVOLVIMENTISMO FRACO E AS CONDIÇÕES POLÍTICO ECONÔMICAS PARA A REESTRUTURAÇÃO REGIONAL

Apesar do DIQ existir desde a década de 1970, a estagnação econômica brasileira e fluminense dos anos de 1980 não lograram ao distrito as melhores condições para o seu crescimento. O processo de reestruturação especial que se inicia no estado a partir de década de 1990, não afetou significativamente o DIQ, que tem seu espaço econômico redinamizado apenas a partir de 2010. Isso fica mais evidente no estudo de Morais sobre a evolução do número de empresas ativas:

Imagem 1 - Gráfico do Número de empresas estabelecidas no DIQ



Fonte: MORAIS, 2014, p. 39

Podemos observar na imagem 1 que depois de 2009, inicia-se um processo de instalação de novas fábricas, mostrando de fato o processo de redinamização do DIQ. O fator principal a que atribuímos essa virada foi a aprovação de lei estadual nº 5636/2010, que reduziu o Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços (ICMS) de 19% para 2% em mais de uma dezena de cidades e seus distritos industriais, entre elas, Queimados.

Esse processo de redinamização do DIQ remete ao que Edward Soja chamou de reestruturação regional, pois esses processos são precedidos por um

ISBN **978-65-990229-0-6**

momento de crise e de uma necessidade de adequação do capital para continuar se reproduzindo, com apropriação e transformação do espaço (SOJA, 1993). Apesar de nossa análise estar focada em Queimados, entendemos que esse processo de reestruturação é regionalizado, e atinge com intensidade praticamente toda borda oeste metropolitana[8] (OLIVEIRA; ROCHA, 2014), e que integrou essa região ao processo mais geral de reestruturação espacial no estado iniciado na década de 1990 (OLIVEIRA, 2008). A reestruturação para ocorrer dependeu da estagnação do distrito ao longo de década de 1990 e em especial no início dos anos 2000, mas a infraestrutura ali instalada serviu em uma outra conjuntura econômica para ser reinserida em movimentos mais dinâmicos do capital e atrair novamente indústrias para produzirem naquele espaço. Podemos citar como fatores atrativos já existentes a serem aproveitados: a área do Distrito Industrial, já apta a receber investimentos, a proximidade da Via Presidente Dutra, proximidade espacial com os projetos futuros de "desenvolvimento" do estado, como o Arco Metropolitano. Entendemos que a crise como elemento importantíssimo para entender esses processos de reestruturação:

> A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma "freada", senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p.193).

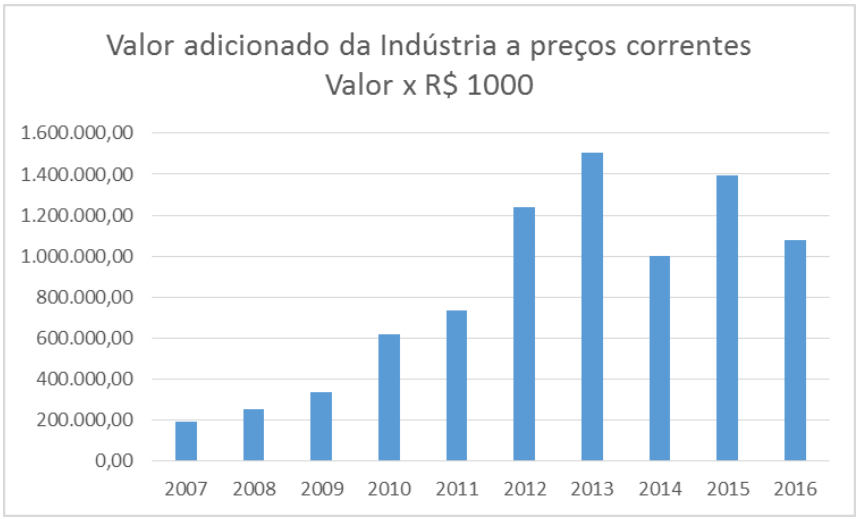
Desmoronamento e reconstrução são tônicas da própria dinâmica espacial desigual do capitalismo, que cria, desfaz e refaz espaços econômicos de acordo com a conveniência dos processos de acumulação de capital. Os durante os períodos de estagnação ou crise são momentos em que o processo de acumulação se vê diante de suas contradições, e, busca saídas, econômicas, espaciais e temporais para retomar o processo de reprodução ampliada do capital. A reestruturação espacial ocorre para que espaços não-dinâmicos possam ser integrados e adaptados para as novas possibilidades de acumulação.

O impacto da redinamização das atividades industriais em Queimados poderá ser observado na imagem 2, com o montante das atividades industriais, incluindo aí a indústria extrativista, de transformação e de construção civil, que tiveram um crescimento significativo a partir de 2010, tendo seu auge em 2013.

[8] A Borda Oeste Metropolitana é composta pelos municípios de: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri e Paracambi

ISBN **978-65-990229-0-6**

Imagem 2 – Gráfico do Valor adicionado da Indústria a preços correntes



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (Org. própria)

Outro elemento importante é que não só as empresas presentes no distrito industrial colaboraram para crescimento da indústria no município, se no ano de 2013 teríamos 40 empresas instaladas no DIQ, sendo que nem todas necessariamente da indústria de transformação, veremos na tabela 1 que no ano de 2013 existiam 89 indústrias de transformação na cidade. É evidente que as principais e maiores estavam localizadas no DIQ, entretanto observar a evolução do número de indústrias de transformação na cidade, nos ajudam uma melhor dimensão do processo de reestruturação espacial, que tem no distrito industrial seu polo mais dinâmico, mas que de certa forma impactou a cidade como um todo

Quadro 1- do número de indústrias de transformação em Queimados

Número de indústrias de transformação em Queimados										
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
58	65	65	65	78	63	77	89	81	84	78
Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas										

ISBN **978-65-990229-0-6**

Outro elemento importante para nossa análise é observar o ano de fundação das empresas existentes no município no ano de 2013, que foi o ano do auge da produção industrial, e quantas delas são fruto do processo de redinamização pós-2010. Poderemos ver, analisando a Imagem 4 que houve alteração inexpressiva da indústria extrativista, entretanto a indústria de transformação e de construção civil tem um enorme crescimento no número de empresas.

Quadro 2 - com as empresas em operação em Queimados por ramo e data de fundação em 2013

Ano de fundação	Industria extrativista	Indústria de Transformação	Construção Civil
até 1966	1	0	0
1967 - 1970	0	0	0
1971 - 1980	0	4	1
1981 - 1990	0	4	3
1991 - 1995	0	6	4
1996 - 2000	2	13	15
2001 - 2003	0	7	9
2004	1	1	0
2005	0	2	3
2006	1	2	1
2007	0	3	2
2008	0	4	6
2009	0	4	6
2010	1	14	15
2011	0	10	16
2012	1	8	20
2013	0	7	18
Total	7	89	119

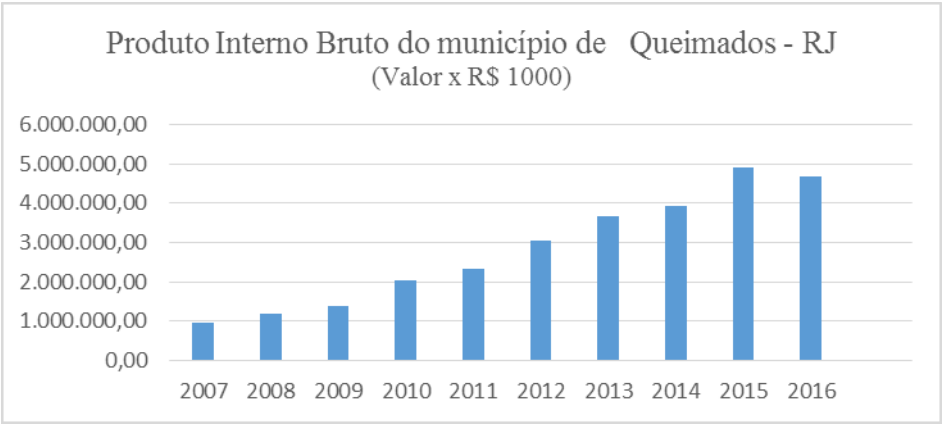
Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas

Ainda sobre a quadro 2, é importante salientar, que o Cadastro Central de Empresas do IBGE disponibiliza esses dados apenas a partir do ano de 2006, não sendo possível precisar se existiam empresas fundadas antes de 2006, e que porventura, encerram suas atividades antes de 2006. Partindo dessa ressalva, podemos ver que ainda poucas empresas dos anos de 1970 e 1980 continuam em funcionamento e o impacto da crise dos anos 80, possivelmente ceifou a longevidade de muitos estabelecimentos.

ISBN **978-65-990229-0-6**

O Produto Interno Bruto municipal de Queimados saiu de 964 milhões de reais, em 2007, para 4,67 bilhões de reais, em 2016, segundo o IBGE. O aumento foi tão significativo que a cidade foi elencada pela consultoria *Urban System*, no ano de 2014, como a 3º em desenvolvimento econômico no país.[9] Poderemos observar na imagem 4, a seguir, o processo de evolução do crescimento do PIB em um período de 10 anos e que após o ano de 2010 o seu crescimento é significativo.

Imagem 3 – Gráfico do Produto Interno Bruto de Queimados



Fonte: Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (Org. própria)

Entretanto, explicar o crescimento da economia municipal apenas pela retomada e redinamização das atividades industriais no DIQ, é uma explicação que olvida algumas questões fundamentais. Como entendemos até o momento, o processo de crescimento ou crise do espaço econômico local está diretamente influenciado pelo desempenho da economia nacional e estadual, e justamente nesse mesmo período que ocorreu o auge do ciclo de crescimento econômico dos governos petistas e seu consórcio a nível estadual no Rio de Janeiro. O estado do Rio seria palco de uma maciça gama de investimentos, majoritariamente com recursos públicos, como as obras para os megaeventos que ocorreram na capital, principalmente Copa do Mundo e Olimpíadas, retomada da indústria naval, com investimentos da Petrobrás, obras de infraestrutura com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a construção do Arco Metropolitano e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

[9] Matéria da Revista Exame nº 1064 de 1º de abril de 2014

ISBN **978-65-990229-0-6**

O Brasil viveu um período de crescimento econômico considerável no início dos anos 2000 e que perdurou até o ano de 2013. As causas para esse crescimento são tanto internas quanto externas, sendo as externas de maior relevância, como crescimento econômico Chinês e a alta do preço das commodities no mercado internacional, como podemos ver a seguir:

> Durante boa parte das duas primeiras décadas do século XXI, em contraste como padrão observado nos anos 1980 e 1990, os preços das *commodities* – agrícolas, minerais e energéticas – experimentaram alta expressiva, o que levou a literatura especializada a caracterizar a existência de um "super-ciclo" (Sinnot et al., 2010; IMF, 2015; Fernandez *et al*., 2015; Alberola-Ila *et al*., 2016; World Bank, 2008 e 2016; Unctad, 2017). Esse seria o resultado da combinação de diversos fatores, com destaque para: a expansão na demanda global derivada do intenso processo de urbanização e de crescimento na renda em países emergentes, principalmente a China; a escassez de investimentos na produção e distribuição de alguns bens primários, como no caso de petróleo e derivados; a "financeirização" dos seus preços, dada a maior exposição de investidores a contratos de derivativos associados a *commodities* diversas, em um contexto de crescimento exponencial da liquidez global (BREDOW et al., 2018, p.2)

O Brasil se consolidou como um grande parceiro econômico da China, exportando commodities para alimentar as demandas do superlativo crescimento da sua economia. O aumento do preço de uma commodity impactou fortemente a economia fluminense: o petróleo. O estado do Rio de Janeiro é um o principal produtor de petróleo do país, que ainda na década de 1990 já havia criado um processo de dinamização da economia no norte fluminense, e que reativou grande parte da indústria naval, que é ligada a cadeia do petróleo.

O Brasil é governado pelo Partido dos Trabalhadores de 2003 à 2016, onde Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram os presidentes, respectivamente, e vigorou uma política econômica que manteve as bases do período anterior, com metas de inflação, busca de obtenção de superávit primário[10] nas contas públicas, câmbio flutuante com pouca intervenção do Banco Central e alta taxa de juros real (descontada a inflação), porém no que tange a intervenção estatal na economia e nas privatizações houve uma mudança de orientação em relação ao período neoliberal que o antecedeu. Os governos petistas também se diferenciaram de seus antecessores por uma mudança na política social, com a implementação e ampliação de programas de renda mínima e melhoria do poder de compra do salário mínimo, como nos mostra Paulani:

[10] Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros.

ISBN **978-65-990229-0-6**

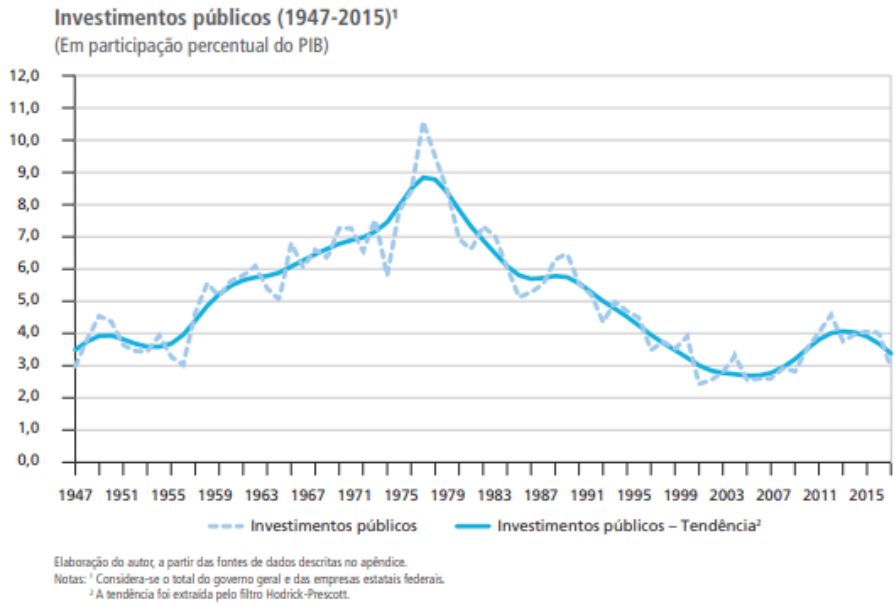
> Mas ao longo do tempo, os governos do PT foram se diferenciando de seus antecessores porque, combinadas com a continuidade dessa agenda neoliberal, foram sendo adotadas políticas sociais de alto impacto. O programa Bolsa Família, visto amiúde como símbolo dessas políticas, não é o único e, se é o mais importante do ponto de vista da redução da pobreza absoluta, ele seguramente não é o mais importante do ponto de vista da redução da desigualdade. No caso dessa última, muito mais importante foi a elevação do valor real do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014 [...]. (PAULANI, 2017, p.94)

Esse conjunto contraditório de política macroeconômica ortodoxa, políticas sociais e aumento de poder de compra dos mais pobres e investimentos em infraestrutura não se enquadra no que Fonseca definiu como desenvolvimentismo. Pois embora tenha aumentado a intervenção estatal na economia, não temos com clareza um projeto nacional e menos ainda um projeto calcado na indústria. A tendência de redução de participação da indústria no PIB se manteve em queda. Mas é necessário fazer uma adequação histórica de que o desenvolvimentismo surge em um contexto pós-crise de 1929 em que a atuação econômica direta do Estado na economia passou a ser o paradigma dominante e a indústria como principal atividade econômica. No momento atual, em que a hegemonia global das teses do neoliberalismo orientam as políticas econômicas dos governos, em que as finanças que orientam os processos econômicos, a inflexão parcial de uma alguma retomada da capacidade do estatal de intervenção, de investimentos pesados em infraestrutura como o Programa de Aceleração do Crescimento e a adoção de uma política anticíclica como o Minha Casa, Minha Vida podemos definir que se trata de algo qualitativamente diferente do neoliberalismo até então vigente no país.

Como poderemos observar na Imagem 4, existe uma retomada dos investimentos públicos a partir de 2003, interrompendo uma tendência histórica de queda e apresentando uma tímida elevação, sem recuperar o auge do desenvolvimentismo. A retomada do investimento público e de empresas estatais, ainda que sem um projeto nacional claro e uma política industrializante a nível nacional, podemos dizer que estamos diante de um desenvolvimentismo fraco.

Imagem 4 – Gráfico da evolução histórica dos investimentos públicos

ISBN **978-65-990229-0-6**



Fonte: ORAIR, 2016, p.13

Esse período de crescimento econômico ajudou a criar uma outra representação para Baixada Fluminense, estimulada por agentes importantes em âmbito regional como políticos profissionais atrelada a um bom lugar para fazer negócios. E Queimados insere-se nesse contexto.

O DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO

Utilizaremos algumas reportagens em veículos de imprensa, entrevistas a canais de televisão e redes sociais em que o ex-prefeito de Queimados Max Lemos, que governou a cidade de 2009 a 2016, justamente no momento de auge do crescimento econômico, e, captar sua visão sobre o papel das indústrias para o desenvolvimento municipal. Entendemos que essa visão é importante, até porque Lemos foi reeleito em 2012 com mais de 93,10% dos votos válidos, segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o que demonstra aceitação popular desse projeto econômico, que tem no poder local, sua faceta mais visível para a população.

Escolhemos declarações, entrevistas e postagens em redes sociais em momentos após 2010, quando a economia municipal já estava em franco processo de crescimento, para captar, mesmo que parcialmente, a visão de Max Lemos sobre o crescimento econômico e o "desenvolvimento" da cidade. A primeira será uma declaração na Expo Queimados em 2013, a segunda uma

ISBN **978-65-990229-0-6**

entrevista ao programa Jogos de Poder na CNT e por fim uma de suas postagens em sua página pública, na rede social *Facebook*.

Na abertura da Expo Queimados 2013, uma feira de exposição que ocorre em meio ao auge industrial do município, Max Lemos dá uma entrevista ao portal TVPrefeito.com em que agradece aos poder executivo estadual e explica a importância dessa articulação, e também da chegada dos negócios à cidade para "aquecimento o desenvolvimento":

> "A parceria que a gente tem com o Sérgio Cabral e com o Pezão é maravilhosa. O Júlio Bueno, nosso secretário do estado de e desenvolvimento econômico, um parceiro, pronto pra receber desde o empresário com pequeno investimento, ao médio, ao grande investimento. Isso que é importante, é isso que fomenta a economia. A minha expetativa que esse momento impulsione mais ainda a economia. É isso que eu penso, uma fábrica vai trazendo outra, um investimento vai trazendo outro investimento e a roda da economia vai girando. Na medida em que a gente emprega lá no distrito industrial uma pessoa, ele consome no comércio da cidade e isso gera mais um emprego [...] Minha expectativa agora é o aquecimento do nosso comércio, que já tá acontecendo, e por isso as grandes lojas chegaram. Se você imaginar que Queimados não tinha até outro dia Leader, Grippon, Lojas Americanas, Casa & Video, e tudo veio na minha gestão. É porque existe poder de compra e o poder compra foi gerado pelo aquecimento do desenvolvimento que temos aqui (LEMOS, 2013).

Nessa fala é nítida a visão de que a indústria é o cerne de um círculo virtuoso, capaz de atrair mais investimentos e desenvolver as municipalidades. A visão do prefeito de que o desenvolvimento é possível partir de muita articulação política, articulação com os empresários que buscam um bom ambiente de negócios e que Queimados vive um momento ímpar em sua história, com a chegada de empreendimentos que só chegaram devido ao aumento do poder de compra da população.

Em 2015, em entrevista ao programa televisivo Jogos de Poder da CNT, os entrevistadores buscaram saber como Max Lemos conseguiu tornar Queimados expressão de crescimento e "desenvolvimento" econômico. A resposta privilegiou como fatores explicativos cinco elementos: 1. as articulações com o executivo e legislativo estadual; 2. a infraestrutura já existente no DIQ; 3. a proximidade relativamente pequena do Rio de Janeiro (45km); 4. proximidade com a via Dutra; 5. incentivos fiscais de ordem estadual e municipal. No momento em que falava das vantagens para implementação de negócios na cidade, o gestor pareceu apresentar o portifólio de um produto a ser vendido. Sabendo das dificuldades em que a cidade e seu distrito industrial se encontravam antes da chegada de Lemos ao poder, a ação da prefeitura de buscar empresários para investir na cidade tornam os feitos ocorridos durante sua gestão mais

ISBN **978-65-990229-0-6**

superlativos. Selecionamos um trecho em que fica aparente a crise no DIQ e a mudança, na visão de Lemos, de postura em relação a busca por negócios:

> Nesse distrito industrial que existe há mais de 30 anos, você tinha um distrito, que já teve no passado vinte e tantas fábricas, marcas fortes, marcas internacionais, eu recebi a cidade com 7 fábricas apenas, sendo que duas já estavam indo embora. [...] Então nós topamos o desafio de governar a cidade lá de dentro [do distrito]. O ponto nosso de partida todos os dias, de saída, sempre foi o distrito industrial (LEMOS, 2015)

Analisamos a página de *Facebook* Max Lemos[11], utilizada sua para divulgar sua atuação política, que nos dias de hoje se resume a sua atuação enquanto Deputado Estadual. Buscamos postagens com as seguintes palavras-chave, emprego, desenvolvimento, crescimento, empresa e indústria, selecionamos apenas as postagens anteriores à 1 de janeiro de 2017, período em que ainda era prefeito de Queimados. Identificamos dois perfis de postagens que coadunam exatamente com a declaração dada na Expo Queimados 2013: um padrão de postagens onde o prefeito participa de articulações políticas e reuniões com poderes competentes para planejar o desenvolvimento econômico e outra em que ele participa da inauguração ou obras de instalação de diversos estabelecimentos, como fábricas, farmácias, restaurantes *fast food,* comércio varejista e diversos outros estabelecimentos, sempre apontando-os como elementos de desenvolvimento, geração de emprego e renda na cidade. Selecionamos uma postagem de 28 de outubro de 2016 e a inauguração de um Apart-Hotel em Queimados:

> APART-HOTEL: SINÔNIMO DE MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO - Fiquei literalmente impressionado com a beleza e funcionalidade do "Premier Flat", o primeiro Apart-hotel de Queimados, que inauguramos agora há pouco. Não perde em nada para nenhum empreendimento deste tipo no Brasil. Representa para a nossa cidade uma quebra de paradigma em investimento e desenvolvimento. Além de gerar 100 empregos diretos para a nossa população, o estabelecimento vem para suprir uma demanda que tínhamos de ter um local para receber os empresários que vêem em nosso município segurança para aplicar seus investimentos. Ficou muito bacana: o espaço conta com 156 unidades hoteleiras e equipamentos como academia, SPA com hidromassagem e sauna, centro de convenções e restaurante. Queimados não vai parar de crescer!!! (LEMOS, 2016)

Observamos nessa postagem de *Facebook* que não só o desenvolvimento, mas também a modernidade chegou a Queimados. O prefeito afirma que

[11] www.facebook.com/maxlemosoficial acessado em 06/05/2019

ISBN **978-65-990229-0-6**

"Queimados não vai parar de crescer!!!", ironicamente no mesmo ano que o município registrou uma atividade econômica menor que em 2015.

O DESENVOLVIMENTO E O SEU APOGEU

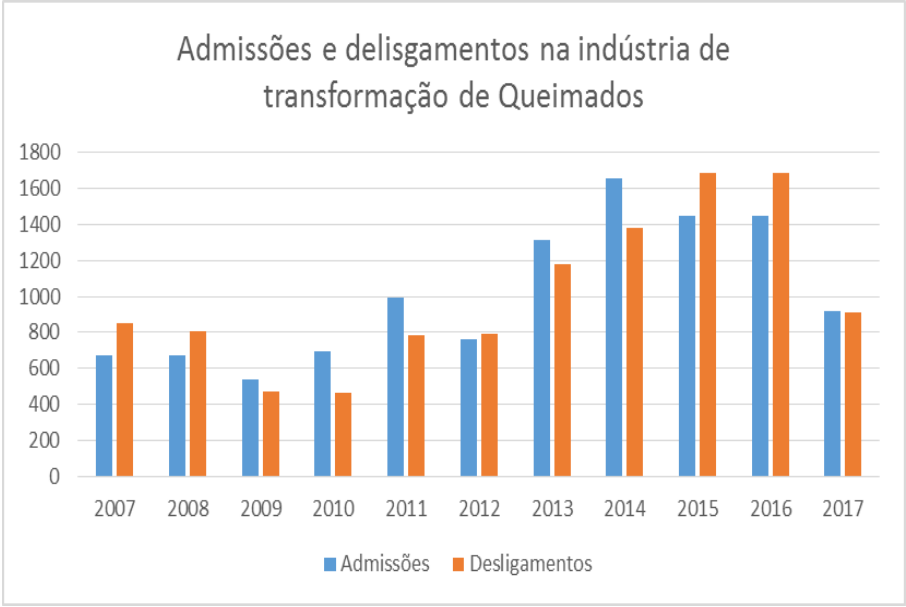
Para Furtado o desenvolvimento historicamente foi pensado de duas formas, sendo a primeira: "a evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, e, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho" (FURTADO, 2000, p. 21). A segunda forma de pensar o desenvolvimento, ainda de acordo com Furtado, "relaciona-se com o grau de satisfação da sociedade humana" (FURTADO, 2000, p. 21). Somado a isso entendemos que desenvolvimento exigiria uma consolidação de uma base produtiva sólida e diversificada, capaz de sustentar com dinamismo próprio o modelo.

Buscamos investigar algum dos elementos apresentados pelo discurso do desenvolvimento, e em um município que uma parte considerável da população não está empregada no mercado formal, e parte considerável de quem está, trabalha em outro município, uma das mais sedutoras ideias é a da geração de empregos. Elaboramos a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED) uma série histórica de 2007 a 2017 das admissões e desligamentos na indústria de transformação e construção civil. Como poderemos observar na Imagem 5, apesar do aumento significativo de indústrias de transformação na cidade desde 2010, os saldos entre admissões e desligamentos são pequenos, e ainda assim foram negativos nos anos e de 2015 e 2016, sendo em 2017 ligeiramente positivo, mas com um montante de admissões inferior a 2011. Podemos concluir também que existe um elevado nível de rotatividade da mão de obra nas indústrias de transformação, com patamares próximos de admissão e demissão.

Na imagem 6, que veremos a seguir, será possível observar que nos anos de 2010, 2011 e especialmente 2012 ocorreu uma enorme contratação de mão de obra e nos anos seguintes a as admissões no setor diminuem consideravelmente. Nos levando a crer que a chegada dos investimentos na indústria de transformação pouco alterou a situação do emprego na cidade, mas que a construção civil aquecida pela chegada daqueles investimentos que proporcionou, por um breve período de tempo, a absorção de mão de obra.

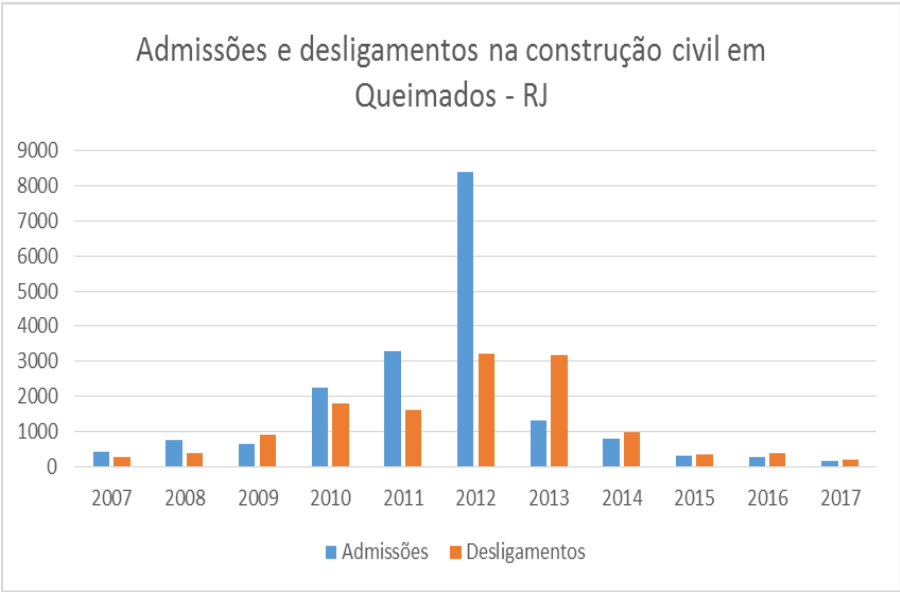
ISBN **978-65-990229-0-6**

Imagem 5 – Admissões e desligamentos na indústria de transformação de Queimados



Fonte: CAGED – MTE (Org. própria)

Imagem 6 – Gráfico de admissões e desligamentos na construção civil de Queimados



Fonte: CAGED – MTE

ISBN **978-65-990229-0-6**

Se a redinamização do DIQ e o crescimento da economia de Queimados esteve diretamente atrelada à expansão da economia nacional e fluminense, quando o modelo adotado no país e no estado entra em crise, a economia queimadense é afetada. Depois um período de seguida expansão de sua economia, o ano de 2016, como demonstra a imagem 5, ocorreu retração do PIB municipal, e pelo baixos índices de admissão na indústria e na construção civil em 2017, possíveis de serem observados nas Imagens 7 e 8, a probabilidade de uma continuidade da recessão é bastante considerável[12].

A desaceleração do crescimento da economia chinesa, derrubou o preço das commodities que se encontrava valorizada acima dos padrões históricos. E a economia brasileira que teve como pilar de seu crescimento a exportação de commodities valorizadas, encontra profundas dificuldades de manter os investimentos de outrora. Como explicitado anteriormente, a aceitação de preceitos neoliberais na gestão macroeconômica, levou a gestão petista de Dilma Rousseff realizar um duro ajuste fiscal a partir de 2015, que derrubam os pesados investimentos brasileiros. O mercado interno que havia sido outro elemento de sustentação do ciclo de crescimento até 2013 encontra-se em uma certa saturação, com crescimento do endividamento das famílias e estagnação da melhoria das condições de emprego e renda, seguida pelo aumento das taxas de desemprego nos anos seguintes.

No Estado do Rio de Janeiro, a queda vertiginosa do preço do petróleo, reduziu consideravelmente as receitas provenientes de *royalties* e o pagamento das dívidas contraídas pelo governo do estado para realização da Copa do Mundo e Olimpíadas, colocou o governo em uma situação financeira delicadíssima. Os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás, somados com a queda do preço do petróleo, levou a empresa a reduzir seus investimentos no estado, levando a uma séria crise no setor naval e paralisação quase total das obras do Comperj.

O colapso do desenvolvimentismo fraco pode ser sentido em todo território fluminense com a ociosidade funcional dos principais investimentos ocorridos no estado como o Arco Metropolitano, o Comperj e o Porto de Itaguaí.

Em Queimados, com a redução das obras de urbanização e requalificação urbana, com o fim de grandes obras de infraestrutura, redução drástica do Programa Minha Casa, Minha Vida e a conclusão das obras de instalação de plantas fabris e logísticas no município, o setor da construção civil vai perder grande parte de seu dinamismo. A indústria de transformação, no ano de 2016, teve uma queda no número de estabelecimentos no município, como podemos observar na imagem 3.

[12] Os dados do PIB Municipal de 2017 possuem previsão de divulgação pelo IBGE em dezembro de 2019

ISBN **978-65-990229-0-6**

O discurso do desenvolvimento pode não resistir quando as condições materiais que viabilizaram sua existência se desmancham no ar. Em nossa hipótese não é possível o desenvolvimento de regiões periféricas sem que as condições macroeconômicas apontem para o mesmo sentido, ou teremos a existência de surtos de crescimento de curta duração fruto de um rearranjo do movimento do capital. Como poder ver em Furtado, o desenvolvimento na periferia do capitalismo é um mito:

> Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias do centro capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifício, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um mito (FURTADO, 1975, p. 75)

Em todos os ciclos de crescimento mais recentes da economia brasileira, devido sua integração subordinada na economia mundial, ou a dependência excessiva de empréstimos em moeda estrangeira para sustentar os investimentos público, foram interrompidos por recessões e crises. Esses períodos de crise, cada vez mais frequentes e menos espaçados, causam desarranjos nos espaços econômicos locais, em especial os mais periféricos e como menores conexões globais, levando-os a estagnação ou decadência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico de Queimados, estimulado pela redinamização de seu distrito industrial e catapultado pela construção civil, foi fruto da integração do município ao processo de reestruturação regional da produção em curso no estado do Rio de Janeiro. Essa integração ocorre em virtude: das parcerias da prefeitura municipal com o governo do estado; da atuação do ex-prefeito Max Lemos de priorizar o DIQ como polo dinamizador do "desenvolvimento" local; de incentivos fiscais em níveis municipal e estadual; e da boa conjuntura econômica nacional e estadual. Reunidas essas condições utilizar-se de um espaço econômico decadente como o DIQ, já dotado de infraestrutura e próximo a centros importantes, interligado por vias rodoviárias, apresentou-se como uma boa possibilidade para galpões logísticos e indústrias se localizarem.

O crescimento econômico possibilitou o surgimento de um discurso de desenvolvimento e de progresso para a cidade, que por meio da ação do poder local, os negócios se instalariam na cidade, gerando emprego e renda para a sua população. Quão maior fosse o esforço para tornar a cidade um ambiente

ISBN **978-65-990229-0-6**

favorável aos negócios, quão maior seria o desenvolvimento de Queimados. De fato, os negócios vieram para cidade, mas dada as características da indústria contemporânea de uso intensivo de maquinário, o número de empregos na indústria de transformação gerados foi relativamente baixo, se partirmos da centralidade que a geração de empregos ocupa no discurso do desenvolvimento. Os maiores responsáveis pelo aumento da empregabilidade no município foi a indústria de construção civil. Em nosso entendimento esses empregos na construção civil foram gerados para construção de infraestrutura para atender as fábricas e galpões e o projeto de requalificação urbana da cidade. Todavia, quando findam as obras, ou os recursos públicos para prosseguir com novas obras, a construção civil perde a capacidade de gerar uma quantidade massiva de empregos. A participação do serviços passa ser fundamental para sustentar o crescimento econômico, entretanto em virtude grave crise econômica que afeta o Brasil e da crise fiscal e econômica que afeta o Rio de Janeiro, e a queda da participação industrial, a sua expansão não será suficiente e no ano de 2016 teremos o primeiro de recessão municipal, depois do ciclo de crescimento. Em 2017, o PIB queimadense chegou a níveis muito próximos aos obtidos em 2013, mostrando assim uma queda abrupta da atividade econômica na cidade.

Os espaços econômicos locais e periféricos são mais dependentes de condições macroeconômicas mais favoráveis para realizar seu crescimento. E esse crescimento não pode ser confundido com desenvolvimento, pois as mudanças, em geral, são perenes e a melhoria das condições de vida da população muito parciais.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 4º edição. 4º reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013 [1987].

BRENDOW, Sabrina Monique Schenato; CUNHA, Marcos Tadeu Caputi Lélis; FRANKE, Luciane; CUNHA, André Moreira. A Alta nos Preços de Commodities nos Anos 2000 Contribuiu para as Exportações Brasileiras de Manufaturados? Uma Avaliação Empírica para Parceiros Selecionados. In: *Anais do 46º encontro nacional de Economia.* Rio de Janeiro, 2018.

DAMAS, Eduardo Tavares. Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca. Dissertação de mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo - A Construção do Conceito. In: BIANCARELLI, A. et ali. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: Ipea, 2014.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

ISBN **978-65-990229-0-6**

_____. Introdução ao desenvolvimento, 3º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. [1ª ed. de 1980].
MARINGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha. Desafios do desenvolvimentos. Ano 9. Edição 72. IPEA, 2012.
_____. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. Desafios do Desenvolvimento. Ano 13. Edição 88. IPEA, 2016.
MORAIS, Marcelo Loura de. A Baixada Fluminense respira os ares do progresso: um estudo do Distrito Industrial de Queimados. Monografia em Geografia. Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.
____. Os novos usos do espaço urbano periférico: o processo de reestruturação urbana em Queimados-RJ. Dissertação de mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017
OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008
ORAIR, Rodrigo Octávio. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília, 2016
PAULANI, Leda Maria. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: Maringoni, Gilberto; Medeiros, Juliano (org.). Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo. 1ºEd. – São Paulo: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.
SILVA, Robson Dias da. Estrutura industrial e desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro (1990-2008). Tese de doutorado em economia. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2009.
SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada – Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. 2006. Tese de doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2006.
SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

LEMOS, Max. Entrevista ao TVPrefeito.com. Publicada no canal do *YouTube* em 29 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kppZNf_HjPk acessado em 06/05/2019.
_____. Entrevista ao programa Jogos de Poder. Rio de Janeiro: CNT (programa de TV), 19 de julho de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2F7uBj893sg acessado em 06/05/2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

_____. APART-HOTEL: SINÔNIMO DE MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO. Facebook: maxlemosoficial. 28 de outrubro de 2016. Disponível em: www.facebook.com/maxlemosoficial/photos/a.473604159343148/1089808237722734/?type=3&theater acessado em 06/05/2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**

ESPAÇOS DE RISCO À SAÚDE HUMANA SOB AMEAÇA DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA: QUESTÕES FUNDAMENTAIS AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Heitor Soares de Farias

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre o planejamento de um território é preciso conhecer bem a sua Geografia. Os aspectos físicos são fundamentais, mas não se pode esquecer de investigar também os sociais, comoas vulnerabilidades dos diferentes grupos populacionais e dos locais onde habitam, resultado de inúmeros déficits de políticas públicas ao longo de nossa curta história.

Ao tratar da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a segunda maior do país, com a segunda maior concentração de fontes de poluentes,inicialmente, preocupa-nos entender o escoamento atmosférico, responsável por dispersar os poluentes do ar, e a geomorfologia, que altera dinâmica da circulação dos ventos. Posteriormente, neste ambiente complexo, analisamos sua população de 11.939.492 habitantes, o que representa quase 75% da população do todo o estado do Rio de Janeiro. Tal concentração demonstra uma forte polarização da cidade do Rio de Janeiro, que em muito se deve ao fato de ter sido capital do país, com seus 6.320.446 habitantes, segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010).

O município do Rio de Janeiro apresenta maiores oportunidades de emprego e melhores condições para atrair novos investimentos para o estado do Rio de Janeiro, principalmente por ser o principal centro produtor e distribuidor de bens e serviços de todo o Estado (CIDE, 2009). Não muito diferente encontra-se a situação do município de Niterói, antiga capital do Estado do Rio de Janeiro, desde os tempos que o Distrito Federal era no Rio de Janeiro.

Na periferia imediata está a Baixada Fluminense, com quase 30% da população da região metropolitana, onde estão localizadas indústrias de produção petroquímica, química e plástica (Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti); de vestuário (Nova Iguaçu e São João de Meriti) e

ISBN **978-65-990229-0-6**

papel/editorial/gráfica (Duque de Caxias e São João de Meriti). No entanto, também apresenta uma expressiva parcela da população subempregada nos serviços que demandam baixa qualificação de mão de obra, e que apresentam baixa remuneração (CIDE, 2009).

Diante desse quadro como proceder para a identificação dos espaços de risco à saúde humana sob ameaça da poluição atmosférica? Espaços de risco são as áreas desvalorizadas justamente por apresentarem maiores riscos, e que são ocupados pelas classes sociais menos favorecidas, grupos sociais de grande vulnerabilidade social. Esses grupos não têm possibilidade de escolha nem condições de enfrentarem os riscos com que convivem, pois têm menos instrução, menos acesso à informação, o que os torna menos conscientes do risco que correm (FARIAS, 2012).

No entanto, quando se trata da atmosfera, um fluido onde os poluentes são transportados com maior liberdade, os riscos deixam de ser específicos de uma classe social, podendo se tornar uma ameaça a todas as classes sociais. Por isso é necessárioconhecer a área de estudo, localizar as fontes de poluição, e a direção dos ventos predominantes para se chegar aos espaços onde há maior concentração de poluentes atmosféricos, que é o objetivo deste trabalho.

ÁREA DE ESTUDO

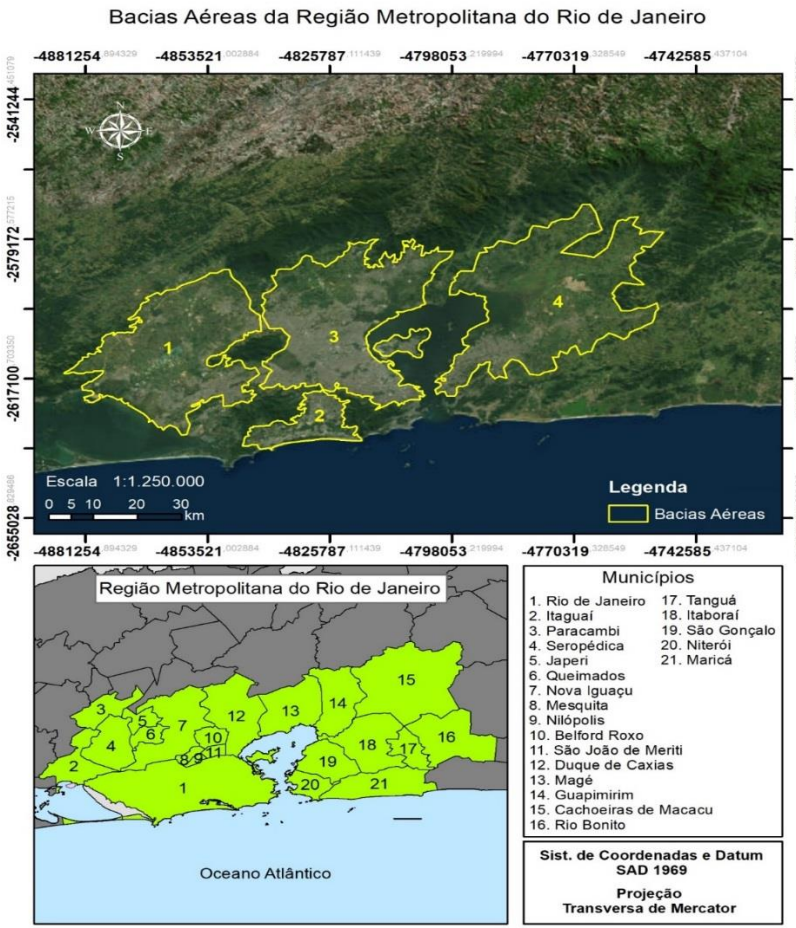
Destaca-se que a RMRJ está localizada em uma planície litorânea, onde estão três maciços importantes – Tijuca, Gericinó-Mendanha e Pedra Branca –, com a presença de duas baías – Guanabara e Sepetiba –, e ao fundo está a Serra do Mar, com 900 metros de altitude em média (Figura 1). Tais características de seu quadro natural são capazes de gerar efeitos locais que perturbam o regime de escoamento na região (OLIVEIRA-JÚNIOR et al., 2017),

O relevo tem papel fundamental nesse processo, pois os maciços atuam como barreiras físicas aos ventos predominantes, perturbando a direção dos ventos de superfície, interferindo no transporte atmosférico, o que dificulta a dispersão de poluentes. Assim, o relevo forma áreas com distintas concentrações de poluentes, denominadas bacias aéreas (FARIAS, 2012, 2013).

Na figura 1 estão representadas as quatro bacias aéreas na RMRJ: a Bacia Aérea I, é formada pela baixada de Sepetiba, onde está localizado o distrito industrial de Santa Cruz, próximo a CSA, Zona Oeste do Rio de Janeiro, além de municípios da borda da RMRJ que vêm recebendo maiores investimentos, como Seropédica, Japeri, Queimados e Itaguaí, parte oeste da Baixada Fluminense. A Bacia Aérea II envolve as regiões administrativas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, área de forte expansão imobiliária nos últimos anos, alavancada pela construção dos equipamentos olímpicos da RIO2016.

Figura 1 – Localização dos municípios e bacias aéreas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2019.

ISBN **978-65-990229-0-6**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Bacia Aérea III é formada pelo Centro e Zona Norte do Rio de Janeiro, como também pelos municípios da Baixada Fluminense – Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita -, formam a área mais industrializada e de maior densidade populacional da RMRJ. A Bacia Aérea IV abrange os municípios Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Tanguá.

Diante desse quadro e com o intuito de dinamizar a economia fluminense, aproveitando-se de um alinhamento político entre os gestores federal e estadual, que não acontecia há muitas décadas, decidiu-se por colocar em pauta um projeto engavetado desde os anos 1970. Com a disponibilidade de verba

ISBN **978-65-990229-0-6**

proporcionada pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, o Projeto Arco Metropolitano voltou a ser discutido.

O Arco Metropolitano é uma rodovia que circunda a região metropolitana, atravessando praticamente todos os municípios da Baixada Fluminense, até o Porto de Itaguaí. O objetivo inicial era proporcionar maior integração da capital com seu interior, pois o Estado da Guanabara foi fundido ao Estado do Rio de Janeiro. Agora objetivaatrair investimentos para o Estado do Rio de Janeiro, convergir as diferentes rodovias que chegam ao Rio de Janeiro conduzindo a produção para o porto. Tudo isso para estimular a geração de emprego e renda, além de tirar o fluxo de caminhões que circulava dentro da capital, na Avenida Brasil (BR 101), desviando para o Arco Metropolitano, atual BR493.

Junto com o Arco Metropolitano estava planejada a vinda de dois grandes empreendimentos: a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), localizada em Santa Cruz, na Bacia Aérea1, e o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), localizado em Itaboraí, na Bacia Aérea 4. Ao longo do Arco Metropolitano instalar-se-iam novas indústrias consumidoras da produção das indústrias de base situadas nas suas extremidades: aço em Itaguaí e plásticos em Itaboraí, cumprindo o importante papel de dinamizar a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, junto a esse pacote de benefícios está também o aumento no número de fontes de poluentes atmosféricos, principalmente na Baixada Fluminense, cujos municípios estão localizados no fundo das bacias aéreas, áreas que estão em contato direto com a Serra do Mar, e por isso encontram maiores dificuldades para dispersar poluentes atmosféricos. Soma-se a isso o grande percentual de população que apresenta muitos déficits sociais, que se constituem em determinantes sociais em saúde, que deixam essas pessoas mais vulneráveis aos efeitos da poluição (CNDSS, 2008).A pergunta que fica é qual o impacto da chegada desses novos empreendimentos na qualidade do ar na RMRJ?

A CSA começou suas atividades já no ano de 2010 e o Arco Metropolitano foi inaugurado em 2014. Já o Comperj,planejado para ser o maior polo petroquímico da América do Sul, com potencial para atrair mais de 700 empresas para atuarem na indústria de transformação (RIMA, 2007),não foi construído.Isso se deveu à crise do setor petrolífero que atingiu diretamente à Petrobras, responsável pelo empreendimento.

Assim, a borda leste da região metropolitana não teve capacidade de atrair tantos investimentos quanto a borda oeste, onde localiza-se a CSA, na Bacia Aérea 1. Esta é a principal área de incorporação de novas terras ao tecido metropolitano, apresentando taxas de crescimento populacional mais aceleradas atualmente no estado do Rio de Janeiro (GUSMÃO, 2010). Além disso, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados e zona oeste da cidade do Rio de Janeiro representam a principal área de expansão metropolitana, mas que sofre com diversos tipos de carência sociais e de infraestrutura, deixando sua população

ISBN **978-65-990229-0-6**

ainda mais vulnerável aos efeitos da poluição. Para esta área concentraram-se as análises.

A LEGISLAÇÃO SOBRE QUALIDADE DO AR

No Brasil, a legislação que estabelece parâmetros para a qualidade do ar é a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente número 3 de 28 de junho de 1990, mais conhecida como Resolução Conama nº3/90. Nela estão definidos os padrões de qualidade do ar que, caso sejam ultrapassados, poderão afetar a saúde da população (Padrão Primário), a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral (Padrão Secundário) (BRASIL, 1990).

O Artigo 3º da Resolução Conama 03/90 estabelece valores para os padrões primário e secundário para cada um dos poluentes legislados que são concentrações médias dossete seguintes poluentes atmosféricos:Partículas Totais em Suspensão (PTS), Fumaça, Partículas Inaláveis (PI ou PM10), Dióxido de Enxofre (SO2), Monóxido de Carbono (CO), Ozônio (O3) eDióxido de Nitrogênio (NO2).Sabe-se que todos esses poluentes legislados causam prejuízos a saúde e que, quando encontrados em determinadas concentrações, podem causar a morte.

Os poluentes legislados podem ser gasosos ou partículas. Os poluentes gasosos podem ser classificados como primários (SO2 e CO), quando são emitidos diretamente pelas fontes poluidoras, ou secundários (O3 e NO2), quando são resultados de combinações de outros gases presentes na atmosfera. Ambos ainda podem ser diluídos, o que facilita sua precipitação ou mesmo dispersão.

Já as partículas (Fumaça, PTS e PM10) podem ser sólidas ou líquidas e têm tamanhos variados. As mais leves (PM10 por causa de seu tamanho de até 10 micra) tendem a permanecer mais tempo em suspensão, enquanto as mais pesadas (PTS) se depositam mais rapidamente sobre as superfícies. Diferenciam-se não só pelo tamanho, mas principalmente pela fonte de emissão: de PTS são os veículos automotores, os processos industriais e queima de biomassa; e as PM10 são emitidas principalmente em atividades de combustão, transformando-se em partículas como resultado de reações químicas no ar (INEA, 2015).

Apesar desses indicadores, a má qualidade do ar muitas vezes escapa completamente à percepção humana imediata, permanecendo invisível até mesmo à legislação, e ainda assim pode causar danos irreversíveis à saúde da população (DAUMAS *et al*., 2004; BECK, 1992). Isso acontece porque na média as emissões podem estar dentro dos padrões legislados, no entanto, esta esconde os extremos, que podem ser nocivos à saúde humana.

A literatura médica aponta o PM10 como sendo um poluente com forte influência no aumento da morbidade e da mortalidade da população, em diferentes países (SCHIMMEL & MURAWSKI, 1976; LEVY *et al*., 1977;

ISBN **978-65-990229-0-6**

BORJA-ABURTO *et al*., 1997; OSTRO *et al.,* 1996; CIFUENTES *et al*., 2000; SALDIVA *et al*., 1995).O tamanho das partículas está diretamente associado ao seu potencial para causar problemas à saúde, pois quanto menores, mais profundamente no trato respiratório conseguem penetrar, causando maiores danos.

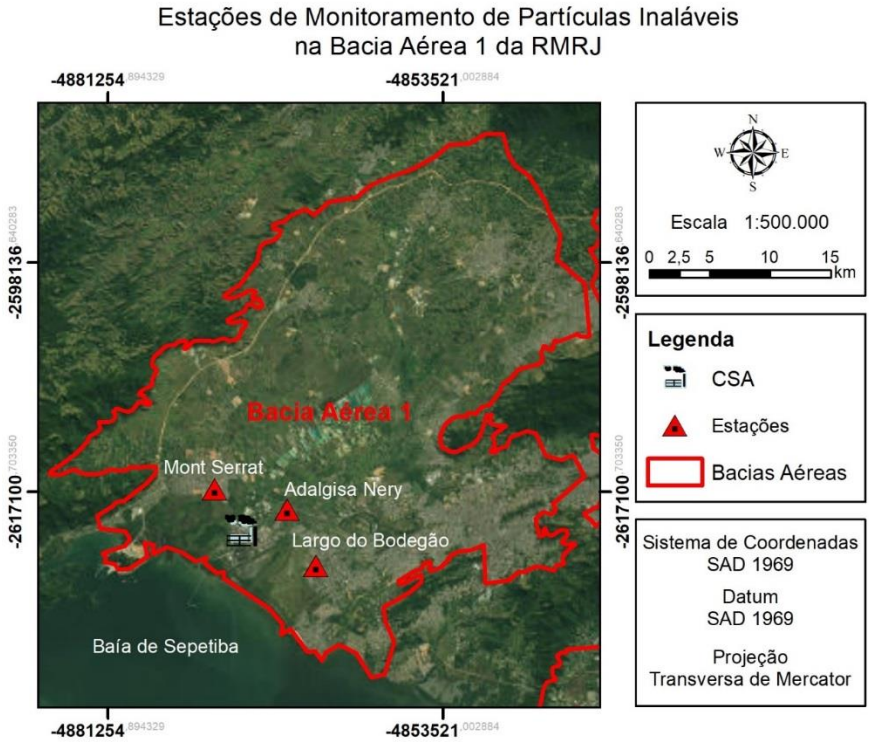
Segundo o Inventário de Fontes Emissoras de Poluentes Atmosféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FEEMA, 2004), na Bacia Aérea 3 estavam localizadas as fontes fixas que mais contribuíam com emissão de poluentes na atmosfera e, muito próximo, em termos de emissão, estava a Bacia Aérea 1. Entretanto, nesta ainda era esperado crescimento industrial, por ser a área natural de expansão da região metropolitana, o que se confirmou na última década, como vimos anteriormente. Interessa-nos, agora, saber como essa expansão se refletiu na qualidade do ar.

A QUALIDADE DO AR DA BACIA AÉREA 1

Para analisar a qualidade do ar na região da Bacia Aérea I foi selecionado o comportamento do poluente atmosférico PM10. Foram solicitados dados das estações que monitoram a qualidade do ar: Adalgisa Nery e Largo do Bodegão, situadas no bairro de Santa Cruz, zona oeste do município do Rio de Janeiro; e Mont Serrat no município de Itaguaí. Esses dados foram disponibilizados pelo INEA juntamente com dados de direção e intensidade de vento, no período de 2009 a 2017 (Figura 2).

Figura 2 – Localização da CSA e estações de monitoramento da qualidade do ar na Bacia Aérea 1, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

ISBN **978-65-990229-0-6**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram construídos gráficos com as médias diárias para análise de cada ano da série, verificando se houve violação dos padrões de qualidade do ar. Para o poluente PM10 foi definido que os padrões primário e secundário são a concentração média aritmética anual de 50 μg/m3 e a concentração média de 24 horas de 150 μg/m3, que não deve ser excedida mais de uma vez por ano (BRASIL, 1990).

A seguir as médias diárias foram classificadas segundo o Índice de Qualidade do Ar da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA-454/R-99-010, 1999 apud INEA, 2010), que atende Resolução Conama nº 03 em parte (Quadro 1), o que permitiu verificar não só o percentual de dias com boa qualidade do ar, mas também as categorias atingidas ao longo de cada ano nas estações de monitoramento.

Quadro 1 - Índice de Qualidade do Ar para PM10

ISBN **978-65-990229-0-6**

Qualidade	Níveis de Cautela sobre a Saúde	PM10 (μg/m³)
Boa	Praticamente não há riscos à saúde.	0 - 50
Regular	A população em geral não é afetada. Grupos sensíveis[1] podem apresentar sintomas como tosse seca e cansaço.	51 - 150
Inadequada	Toda a população pode apresentar sintomas como tosse seca, cansaço, ardor nos olhos, nariz e garganta. Grupos sensíveis podem apresentarefeitos mais sérios na saúde.	151 - 249
Má	Toda a população pode apresentar agravamento dos sintomas iniciais. Efeitos mais graves nos grupos sensíveis.	250 - 419
Péssima	Toda a população pode apresentar sérios riscos demanifestações de doenças respiratórias ecardiovasculares. Aumento de mortes prematuras nos grupos sensíveis.	>420

Nota: [1]Grupos Sensíveis – crianças, idosos e pessoas com doenças cardiorrespiratórias.
Fonte: INEA (2010).

Para os casos de violação do padrão secundário houve verificação das condições do tempo, a partir das cartas sinóticas do Centro de Hidrografia da Marinha, para investigar uma possível correlação entre a piora na qualidade e o sistema atmosférico atuante. Nesses dias, para caracterização da dispersão dos poluentes, também foram analisados os padrões de vento (velocidade e direção) atuantes para elaborar as rosas dos ventos e histogramas, por meio do programa WRPLOT (LAKES ENVIRONMENTAL SOFTWARE, 2017).

Os dados de vento foram fundamentais para validar os resultados do modelo de escoamento atmosférico Hysplit (STEIN et al.,2015; ROLPH AND STUNDER, 2017). Esse modelo foi utilizado para descrever a trajetória dos poluentes na atmosfera, antes de chegar à estação de monitoramento (*Backward*), o que permitiu fazer deduções sobre as origens dos poluentes.

RESULTADOS

De acordo com os gráficos das médias diárias da emissão de partículas inaláveis (Figura 3), no ano de 2009, antes do início das atividades da CSA, os maiores registros foram verificados na estação Mont Serrat (máximo de 98,56 μg/m3), enquanto que estações Adalgisa Nery (máximo de 54,54 μg/m3) e Largo do Bodegão (máximo de 54,69 μg/m3) apresentaram registros sempre inferiores.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A partir do ano de 2010, quando a CSA entrou em operação, a estação Largo do Bodegão se destacou com os maiores registros em relação às demais estações, alcançando o máximo de 120, 93 μg/m3 em junho, mês que as estações Adalgisa Nery e Mont Serrat registraram no máximo 75,80 μg/m3 e 75, 99 μg/m3, respectivamente. Apesar do aumento, os registros continuaram dentro do permitido pela legislação. O mesmo quadro se repetiu nos anos de 2011 e 2012, a estação Largo do Bodegão se destacando com os maiores registros em relação às demais estações. No entanto, os registros mais elevados continuaram dentro do permitido pela legislação.

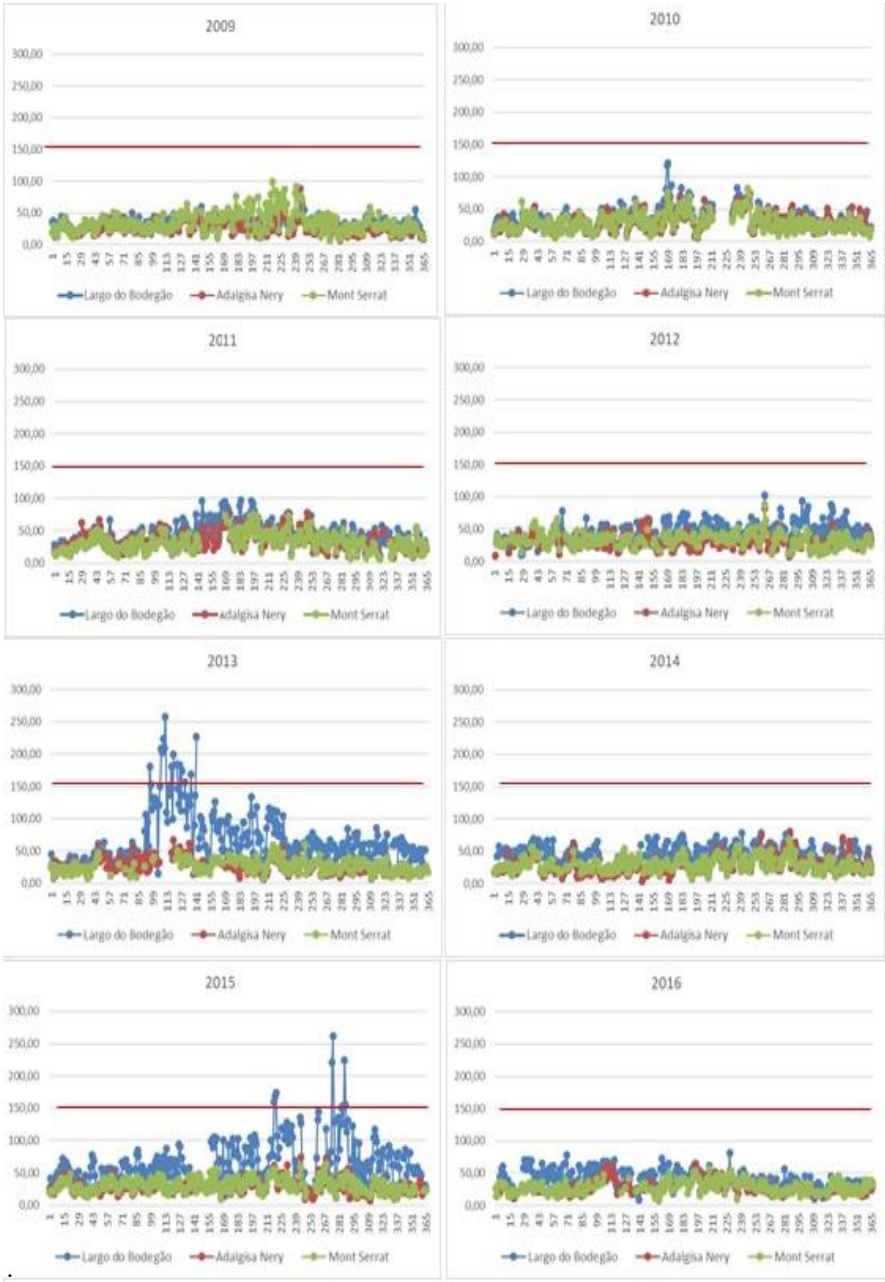
Já em 2013, entre os meses de abril e maio, na estação Largo do Bodegão foram registradas 16 violações do padrão de qualidade do ar, ultrapassando o permitido por lei. Houve uma sequência de dias com violações que se iniciaram em 17 de abril e culminaram no dia 21 de abril com o maior registro. Foram 5 cinco dias com a atmosfera insalubre. No dia 21 de abril foi registrado o máximo de 381,09 μg/m3 às 13:30, no entanto a média diária ficou em 257,87 μg/m3, alcançando a categoria de Má qualidade do ar

Em 2014 não houve violações em nenhuma das estações. No entanto, em 2015, Largo do Bodegão voltou a apresentar 8 violações na qualidade do ar (nos meses de agosto e outubro). O maior registro no dia 02 de outubro com média de 261,18 μg/m3, o que tornou a qualidade do ar muito insalubre, mais uma vez alcançando a categoria de Má qualidade do ar. Neste dia durante toda a tarde e início da noite foram registradas emissões muito elevadas, com máximo de 763,15 μg/m3 às 18:30, que, entretanto, foi "escondida" na média. Em 2016 também não houve violações nas três estações.

Assim, ao longo da série de dados, a estação Largo do Bodegão foi a única a registrar violações dos padrões de qualidade do ar.

Figura 3 – Gráficos das médias diárias das emissões de PM10, nas estações Mont Serrat, Adalgisa Nery e Largo do Bodegão, no período de 2009 a 2016

ISBN **978-65-990229-0-6**



Fonte: Elaborado pelo autor.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Embora tenha havido violações do padrão secundário da qualidade do ar em apenas dois anos na estação Largo do Bodegão, a classificação das médias diárias de PM10, segundo o Índice de Qualidade do Ar, revela que a qualidade do ar tem piorado nos últimos anos. Considerando apenas os dados válidos, nas estações Mont Serrat e Adalgisa Nery a qualidade do ar esteve boa para, no mínimo, 86,9% dos dias ao longo da série. Já na estação Largo do Bodegão a qualidade do ar estava boa em 97,3% dos dias no ano de 2009.A partir de 2010 esse percentual foi caindo ano após ano até 2013, quando atingiu 42,9% dos dias com ar de boa qualidade. Em 2014 apresenta uma leve melhora, mas volta a cair em 2015 quanto atinge a pior marca, com 39,4% dos dias com boa qualidade do ar. Volta a melhorar em 2016, consideravelmente (Tabela 1).

Tabela 1 –Percentual de dias com qualidade do ar segundo as categorias do Índice de Qualidade do Ar, por estação de monitoramento entre 2009 e 2016

Estações	Qualidade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mont Serrat	Boa	87,6%	92,6%	90,7 %	95,4 %	98,6 %	95,8%	96,6 %	98,6 %
	Regular	12,4%	7,4%	9,3%	4,6%	1,4%	4,2%	3,4%	1,4%
	Sem dados	5,9%	9,0%	15,1 %	30,3 %	32,2 %	8,7%	12,4 %	30,2 %
Adalgisa Nery	Boa	97,8%	91,7%	86,9 %	96,7 %	95,8 %	94,1%	96,1 %	95,3 %
	Regular	2,2%	8,3%	13,1 %	3,3%	4,2%	5,9%	3,9%	4,7%
	Sem dados	14,7%	23,6%	9,9%	21,5 %	27,9 %	8,5%	18,1 %	59,2 %
Largo do Bodegão	Boa	97,3%	85,1%	72,5 %	68,8 %	42,9 %	56,6%	39,4 %	77,3 %
	Regular	2,7%	14,9%	27,5 %	31,2 %	52,1 %	43,4%	58,1 %	22,7 %
	Inadequada	-	-	-	-	4,7%	-	2,2%	-
	Má	-	-	-	-	0,3%	-	0,3%	-
	Sem dados	9,9%	7,5%	3,1%	11,1 %	35,3 %	36,8%	35,7 %	17,7 %

Fonte: Elaborado pelo autor.

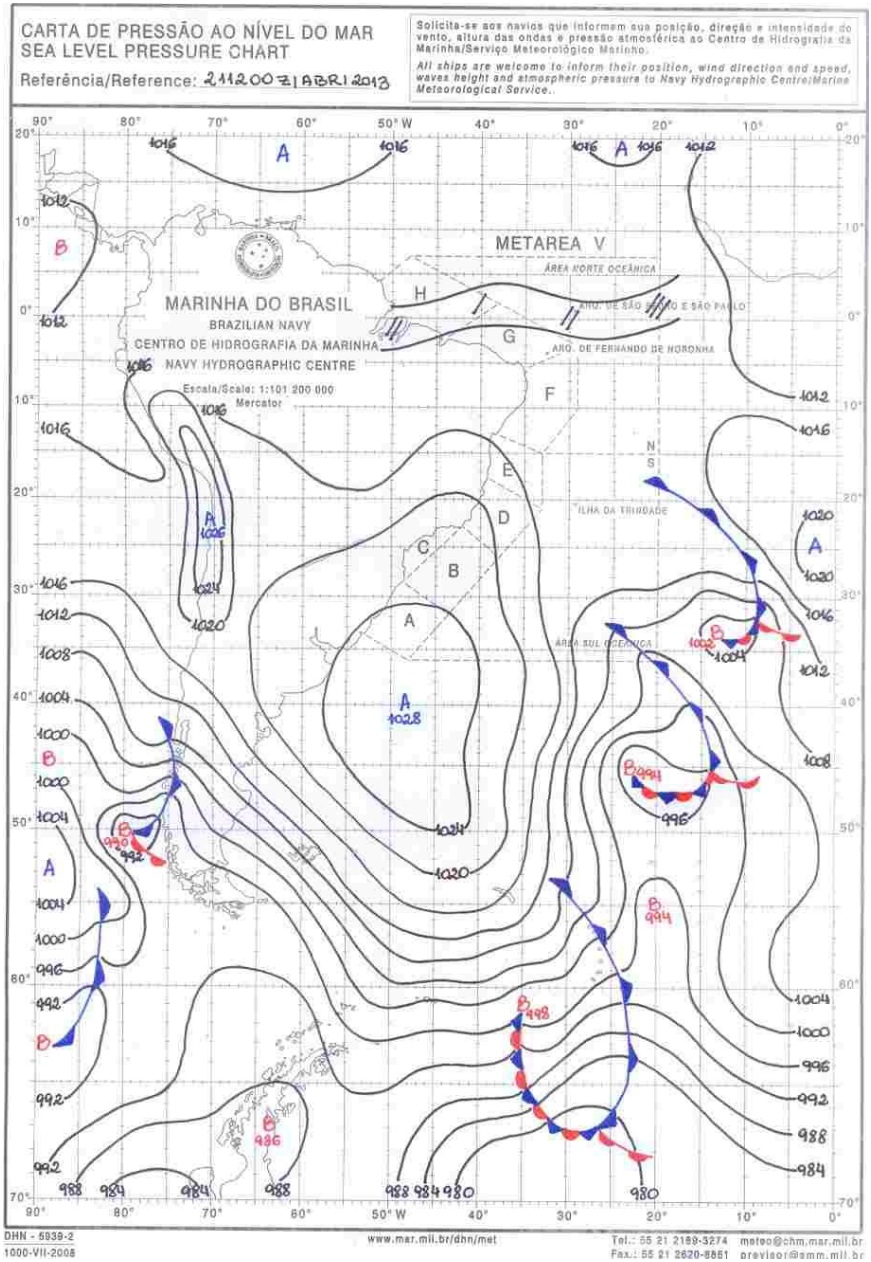
Também chama a atenção o percentual de dias sem dados. Segundo os critérios de validação do INEA (2015), para que as médias diárias sejam válidas, é necessário que 75% das médias horárias sejam válidas em 24 horas. Em 2013 e 2015, na estação Largo do Bodegão, principalmente, foram mais de 35% de dados não validados. Essa grande lacuna nos dois anos onde foram verificadas muitas violações, deixa a impressão de que estas poderiam ser ainda mais numerosas e o percentual de dias com boa qualidade do ar ainda mais baixo.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Concentrando as atenções nas datas com violações, mais especificamente nas duas com maior emissão, que atingiram a categoria de má qualidade do ar (21 de abril de 2013 e 02 de outubro de 2015), as condições sinóticas foram semelhantes, pois ambos os dias estiveram sob predomínio de bloqueio atmosférico. Com intensificação do anticiclone houve formação de uma grande área de alta pressão que impediu o avanço das frentes, e manteve o tempo aberto e relativamente seco. Essas condições favoreceram ainda mais a subsidência do ar e dificultaram a formação de nuvens e a dispersão dos poluentes, que ficaram concentrados próximos à superfície (Figura 4A e 4B).

Figura 4A – Cartas sinóticas do dia 21 de abril de 2013

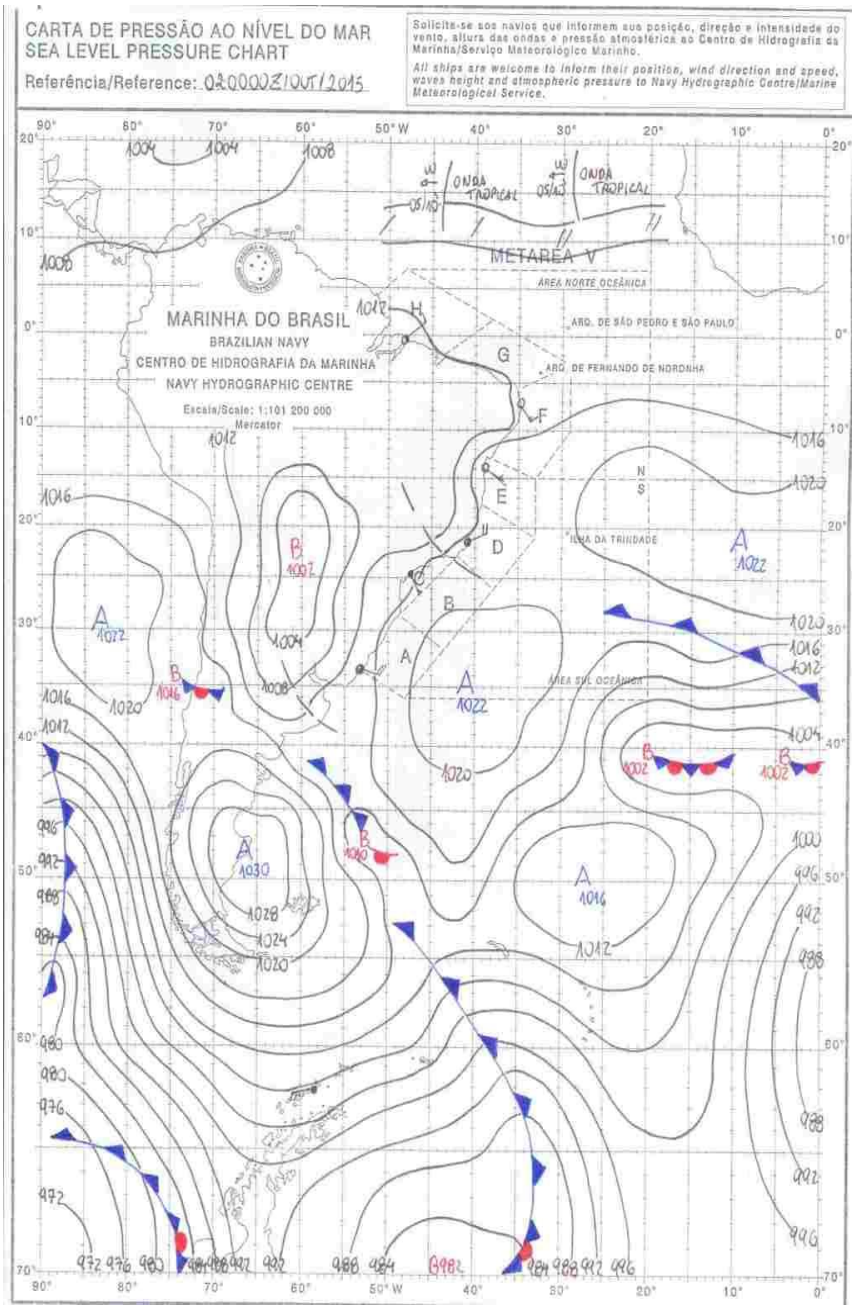
ISBN **978-65-990229-0-6**



Fonte: Centro de Hidrografia da Marinha.

Figura 4B – Cartas sinóticas do dia 02 de outubro de 2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**



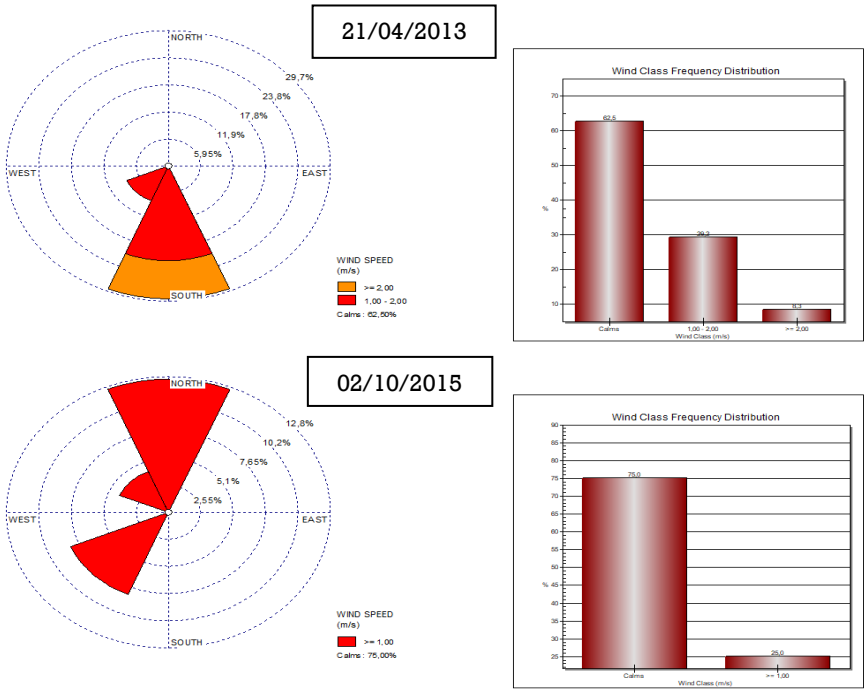
Fonte: Centro de Hidrografia da Marinha.

ISBN **978-65-990229-0-6**

No entanto o fenômeno foi mais intenso no dia 21 de abril de 2013, quando no centro da área de alta pressão foram registrados 1028 hPa, enquanto que no dia 02 de outubro de 2015 a pressão estava 1022 hPa. Essa diferença de intensidade se refletiu na amplitude da área afetada – maior e mais atuante sobre o continente em 21 de abril de 2013 –, o que provocou diferenças também na direção e intensidade dos ventos.

No dia 21 de abril de 2013 foi observada calmaria em 62,5% dos registros. Nas demais observações houve predominância dos ventos vindos de sul com intensidade superior a 2 m/s em alguns casos (8% das observações). No dia 02 de outubro de 2015 foi observada calmaria em 75% dos registros. Nas demais observações houve predominância dos ventos vindos de norte com intensidade inferior a 1 m/s. Assim, comparando as direções dos ventos predominantes nas datas das maiores violações da estação Largo do Bodegão, observa-se são distintas (Figura 5).

Figura 5 – Rosa dos ventos e gráfico de distribuição de frequência da intensidade dos ventos nos dias 21 de abril de 2013 e 02 de outubro de 2015.

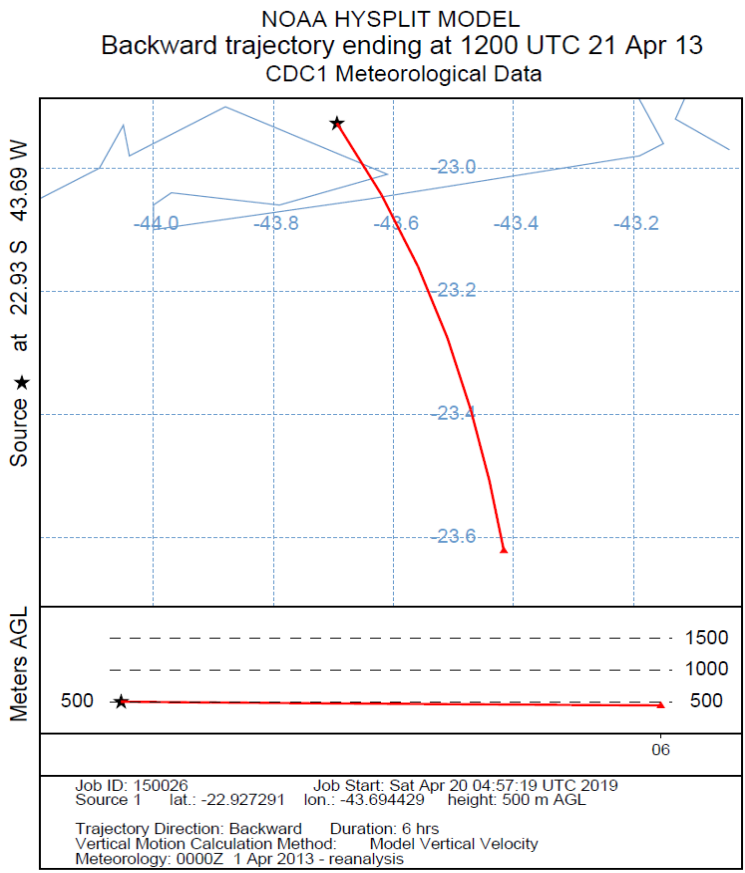


Fonte: Elaborado pelo autor.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Essa diferença na direção predominante dos ventos que chegaram à estação Largo do Bodegão mostra que os poluentes tiveram origens distintas. A modelagem atmosférica ilustra a trajetória percorrida pelos poluentes nas datas em que ocorreram os maiores registros de PM10. No dia 21 de abril de 2013, com a predominância dos ventos vindos de sul, a modelagem mostra que os poluentes, muito provavelmente, foram trazidos por sobre o mar. Já no dia 02 de outubro de 2015, com a predominância dos ventos vindos de norte, a modelagem mostra que os poluentes, muito provavelmente, foram trazidos da Baixada Fluminense (Figuras 6A e 6B).

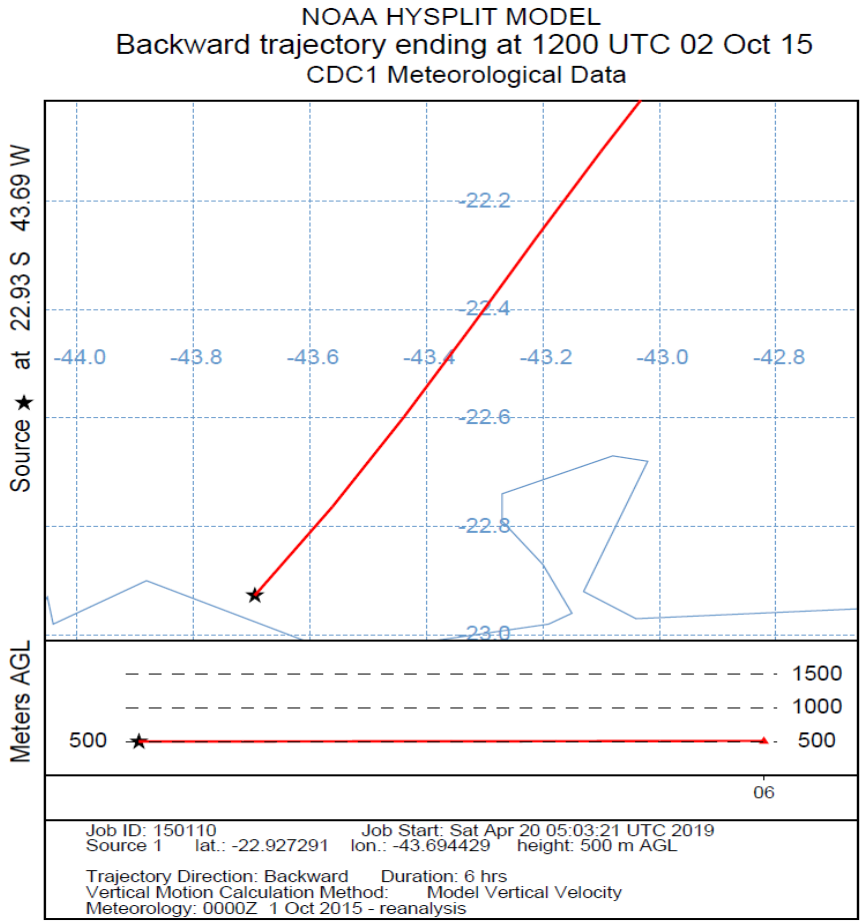
Figura 6A – Modelagem atmosférica das trajetórias *backward* nos dias 21 de abril de 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 6B – Modelagem atmosférica das trajetórias *backward* no dia 02 de outubro de 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série de dados das três estações coincide com o início das obras para instalação da CSA, principal empreendimento da região. A piora na qualidade do ar na estação de monitoramento Largo do Bodegão, instalada ao sul da indústria, coincide com o início das atividades da CSA. Diante dessas informações e sabendo que a direção predominante dos ventos na região é de origem Nordeste/Norte (PCRJ, 2013; INEA, 2015) não haveria dúvidas de que a CSA seria a responsável direta por esta situação.

ISBN **978-65-990229-0-6**

No entanto, a realização de testes com os dias de maior poluição para avaliar a direção predominante dos ventos, e com apoio da modelagem atmosférica, foi possível inferir que a poluição de PM10 nessas datas específicas não tinha origem na CSA. Por outro lado, apesar de não ter como, com esses dados, apontar a CSA como a responsável direta pela piora na qualidade do ar, indiretamente ela tem uma grande influência nesse quadro.

O PM10 é o poluente atmosférico maior responsável por morbidades e mortalidades por doenças respiratórias, e a sua origem está associada aos processos de combustão - desde indústrias, veículos à queima de lixo -, e por isso muito dispersa, o que dificulta a identificação da fonte emissora. Entretanto, pode-se dizer a chegada da CSA impulsionou o aumento no número de indústrias, veículos pesados, mas também de população e novas moradias, que são novas fontes de PM10.

Assim, a piora na qualidade do ar especificamente na estação Largo do Bodegão é consequência da localização e disposição do relevo da Serra do Mare dos maciços da Pedra Branca e Gericinó-Mendanha. O relevo perturba os ventos de superfície, mas também canaliza os mesmos, fazendo com que passem por sobre parte do bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, independente da sua origem, mar ou continente.

REFERÊNCIAS

BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.

BORJA-ABURTO, V. H.; LOOMIS, D. P.; BANGDIWALA, S. L.; SHY, C. M. & RASCON-PACHECO, R. A. Ozone, suspended particulates, and daily mortality in Mexico City. *Am J Epidemiol*; 145:258-68, 1997.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nº 3, de 28 de junho de 1990 Publicada no DOU de 22 de agosto de 1990, Seção 1, páginas 15937 a 15939. Legislação.

CIFUENTES, L. A.; VEJA, J.; KOPFER, K. & LAVE, L. B. Effect of the fine fraction of particulate matter versus the coarse mass and other pollutants on daily mortality in Santiago, Chile. *J Air Waste Manag Assoc*; 50:1287-98, 2000.

CNDSS - Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. *As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.220 p.

DAUMAS, R. P.; MENDONÇA, G. A. S. & LEON, A. P. Poluição do ar e mortalidade em idosos no município do Rio de Janeiro: análise de série temporal.*Cadernos de Saúde Pública Rio de Janeiro*; 20:311-319, 2004.

FARIAS, H. S. *Espaços de risco à saúde humana na região metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo das trajetórias de poluentes atmosféricos do Arco Metropolitano, CSA e COMPERJ*. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 149p, 2012.

ISBN **978-65-990229-0-6**

FARIAS, H. S. Bacias aéreas: uma proposta metodológica para o estudo da qualidade do ar em áreas influenciadas pelo relevo. *Revista Brasileira de Climatologia*. Ano 9 – Vol. 12, pp 48-60. JAN/JUL 2013.

FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. *Inventário de fontes emissoras de poluentes atmosféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. FEEMA, 26p, 2004.

GUSMÃO, P.P. (2010) Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Nobre, C. and Hogan, D.J., Eds., *Projeto Megacidades, Vulnerabilidade e Mudanças Climáticas*. INPE/UNICAMP/UFRJ, 32 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências: Divisão Regional. Disponível em http://www.ibge.gov.br - Acessado em 30/11/2018.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente. *Relatório Anual da Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro – Ano base 2009*. Rio de Janeiro: INEA, 108p. 2010.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente. *Relatório da Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro – Ano base 2014*.Rio de Janeiro: INEA, 198p, 2015.

LEVY, D; GENT, M & NEWHOUSE, M. T. Relationship between acute respiratory illness air pollution levels in a industrial city. *American Review of Respiratory Diseases*; 116: 167-173, 1977.

OLIVEIRA-JÚNIOR, J. F.; TERASSI, P. M. B.; GOIS, G. Estudo da circulação dos ventos na Baía de Guanabara/RJ, entre 2003 e 2013. *Revista Brasileira de Climatologia.* Ano 13 – Vol. 21, pp 59-80. JUL/DEZ 2017.

OSTRO, B.; SANCHEZ, J. M.; ARANDA, C. & ESKELAND, G. S. Air pollution and mortality: results from a study of Santiago, Chile. *J Expo Anal Environ Epidemiol*; 6:97-114, 1996.

ROLPH, G., STEIN, A., & STUNDER, B. Real-time Environmental Applications and Display System: READY. *Environmental Modelling & Software,* 95, 210-228, 2017. https://doi.org/10.1016/j.envsoft.2017.06.025

SALDIVA, P. H.; POPE, C. A.; SCHWARTZ, J.; DOCKERY, D. W.; LICHTENFELS, A. J. & SALGE, J. Air pollution and mortality in elderly people: a time-series study in Sao Paulo, Brazil. *Arch Environ Health*; 50:159-63, 1995.

SCHIMMEL, H. & MURAWSKI, T. J. The relation of air pollution to mortality. *Journal of Occupation Medicine*, 18: 316-333, 1976.

STEIN, A.F., DRAXLER, R.R, ROLPH, G.D., STUNDER, B.J.B., COHEN, M.D., & NGAN, F. NOAA's HYSPLIT atmospheric transport and dispersion modeling system, Bull. Amer. *Meteor. Soc.,* 96, 2059-2077, 2015. http://dx.doi.org/10.1175/BAMS-D-14-00110.1 .

ISBN **978-65-990229-0-6**

ISBN **978-65-990229-0-6**

CULTURA, HISTÓRIA, PROCESSOS EDUCATIVOS E DINÂMICAS DE PODER

ISBN **978-65-990229-0-6**

USO DO TEMPO LIVRE E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA METRÓPOLE CARIOCA

Manoel Ricardo Simões

INTRODUÇÃO

A segregação social no espaço urbano na Metrópole do Rio de Janeiro ou em qualquer outra cidade se pode ser expressa, entre outras maneiras, na diferenciada acessibilidade, por parte dos moradores nas diversas frações desse espaço, a bens e equipamentos de uso coletivo que viabilizam a reprodução social dos indivíduos e que contribuem para determinar um padrão de qualidade de vida dos seus moradores, a partir de parâmetros pré – estabelecidos.

Embora não haja consenso sobre o que vem a ser qualidade de vida, quais variáveis podem e devem ser utilizadas e qual o seu peso na formulação de indicadores nem sobre metodologia a ser utilizadas, podemos perceber que no final das contas, mesmo com algumas discrepâncias nos resultados finais, verificamos bairros ou regiões muito bem servidos e outros com péssimo atendimento, seja qual for o conjunto de variáveis a ser utilizada. Outra conclusão, quase óbvia, é relação entre função social, escolaridade e nível renda com o grau de acesso a esses bens e serviços. Em outras palavras, os mais pobres, menos instruídos e com ocupações manuais e de baixa qualificação vivem em lugares com piores índices de acesso a bens e serviços, sejam quais forem e a recíproca é verdadeira, os mais ricos, mais instruídos e que trabalham em profissões com alto padrão de exigência quanto à qualificação, vivem em lugares com melhores índices de acesso a bens e serviços, salvo raríssimas, temporárias e estranhas exceções.

A literatura sobre avaliação desses resultados não costuma apresentar grandes discrepâncias e confirmam o óbvio com uma ou outra surpresa. O mesmo não se pode falar sobre as causas dessa má distribuição. Nestas análises temos, num extremo, um "naturalismo mercadológico" que afirma que a não existência tais bens provém da incapacidade da população desses lugares de adquirir tais bens e mesmo

ISBN **978-65-990229-0-6**

não ter direitos a estes por não pagarem impostos e taxas, além de não terem capacidade de articulação política para exigir tais direitos. No outro extremo está uma "teoria da conspiração perversa" que parece ter sido elaborada pelo fictício Deputado Justo Veríssimo que afirma que o Estado está sempre a serviço das elites e que os sucessivos governos possuem um projeto concreto de arruinar a vida dos pobres. No meio do caminho se encontram aqueles que procuram entender a complexidade do fenômeno a luz das lutas sociais e entre frações de classe no seio do Estado e da sociedade civil na definição de políticas públicas.

Todavia esse trabalho não vai se aprofundar nessas questões mais gerais e vai focar numa especificidade, o diferenciado acesso a bens e serviços de lazer, arte, entretenimento e cultura por parte dos moradores das diferentes frações do território da Metrópole Carioca, pois afinal de contas " a gente não quer só comida, a gente quer diversão e arte" como dizia a já clássica canção dos Titãs. Na verdade é uma retomada e aprofundamento de um trabalho anterior realizado em 2007 e cujos resultados foram publicados em Simões (2011). Esta discussão permeia todo o desenvolvimento do conteúdo e os debates que ocorrem durantes as aulas de Geografia da Cultura ministradas por mim para os alunos do Curso de Produção Cultural do IFRJ Campus Nilópolis. Esta postura leva a um constante questionamento do papel do produtor cultural e sua atuação seja no "mercado privado" de cultura, arte e entretenimento, seja em órgãos do Estado em seus diferentes níveis e padrões organizativos seja no chamado "Terceiro Setor".

OBJETIVOS E METODOLOGIAS.

Os principais objetivos desta pesquisa são: de um lado, identificar o padrão de distribuição dos equipamentos formais, públicos e privados, que permitem o acesso a lazer, arte, entretenimento e cultura pela Metrópole Carioca, mostrando a sua distribuição relativa e absoluta por diferentes frações deste território. Do outro lado procura identificar a distribuição espacial das formas alternativas que a população destas frações cria para superar a ausência ou deficiência desses equipamentos formais e que forma uma rede de manifestações populares de lazer, arte, entretenimento e cultura.

A partir dos resultados encontrados procuramos fazer uma análise das causas destes padrões de distribuição a luz dos processos históricos de formação deste território e do desenvolvimento das políticas públicas e estratégias mercadológicas de fornecimento desses bens e serviços com o objetivo de apontar e subsidiar para uma agenda de formulação de propostas alternativas para estas políticas e estratégias.

Esta pesquisa está inserida num projeto mais amplo que culminou na criação do Grupo de pesquisa chamado de Laboratório de Pesquisa sobre o Lazer, Arte, Cultura e Entretenimento na Metrópole Carioca, o LARCEM. A princípio esta pesquisa contava com dois bolsistas de PIBIC para o desenvolvimento da mesma e por conta disso possuía uma metodologia bem definida. Num primeiro momento foi elaborado um questionário sobre o uso do tempo por parte dos moradores da

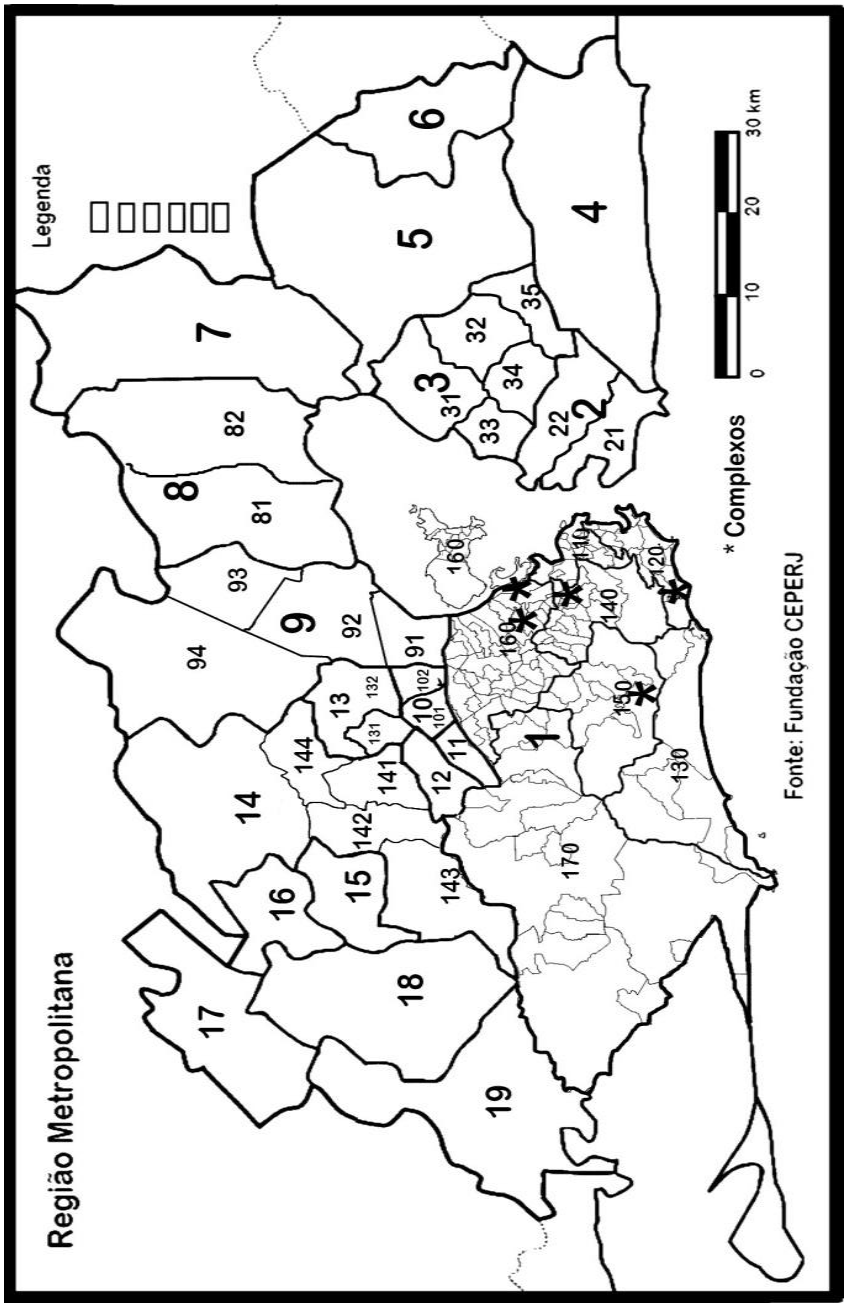
ISBN **978-65-990229-0-6**

Metrópole, objetivando identificar a relação entre o chamado tempo de trabalho livre e o chamado tempo livre. Este questionário foi aplicado nas diversas frações do território da metrópole por alunos das turmas de primeiro e segundo período do curso de Produção Cultural de maneira a cobrir proporcionalmente a sua população por amostragem. Contudo houve falhas no entendimento de alguns itens por parte desses alunos o que casou distorções graves nos resultados dos mesmos, principalmente com uma dificuldade de mensurar o tempo gasto nas várias atividades cotidianas, o que resultou em somatórios que ultrapassavam, e em muito, a duração de um dia de 24 horas e uma semana de 168 horas. Diante destes problemas, este questionário foi reelaborado para tentar minimizar essas distorções e seria novamente distribuído para alunos voluntários para que fossem aplicados nos bairros previamente selecionados e de maneira proporcional ao da sua população na metrópole.

Paralelamente se iniciou um levantamento acerca da existência e distribuição dos equipamentos culturais formais existentes na metrópole com a identificação de sua localização espacial, para formar o banco de dados que permitiria verificar a sua distribuição proporcional pelas diferentes frações do território. Para tanto a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi subdividida em grandes áreas, conforme o mapa 1, cuja legenda se encontra ao final desse texto. Tomou-se como base o conhecimento prévio desses territórios e fez-se um ajuste com relação as divisões formais existentes nos municípios, sob a forma de Áreas de planejamento, regiões administrativas, distritos, unidades regionais de governo e bairros, pois a diversidade de modos de divisão do território é imensa e não um padrão a ser seguido.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Mapa 1- Base Territorial da Região Metropolitana



ISBN **978-65-990229-0-6**

Anexo 1 – legenda do mapa 1

Subdivisão da Região Metropolitana Município	área
1 – Rio de Janeiro	110 – Centro
	120 – Zona Sul
	130 – Barra da Tijuca
	140 – Zona Norte
	150 - Jacarepaguá
	160 – Subúrbios
	170 – Zona Oeste
2 – Niterói	21 – Centro Zona Sul
	22 – Fonseca Zona Norte
3 – São Gonçalo	31 - Centro –
	32 - Alcântara
	33 - Neves
	34 – Sete Pontes
	35 – Arsenal - Rio Do Ouro
4 – Maricá	
5 – Itaboraí	
6 – Tanguá	
7 – Guapimirim	
8 – Magé	81 – Centro
	82 – Piabetá Inhomirim
9 – Duque de Caxias	91 – Centro
	92 – Campos Elíseos
	93 – Imbariê
	94 – Xerém
10 – São João de Meriti	101 – Centro
	102 – Vilar do Teles
11 – Nilópolis	
12 Mesquita	
13 Belford Roxo	131 – Centro
	132 – Lote XV
14 – Nova Iguaçu	141 – Centro - Posse
	142 – Comendador Soares – Austin
	143 – Cabuçu - Km 32
	144 – Miguel Couto – Vila de Cava – Tinguá
15 – Queimados	
16 – Japeri	
17 – Parcambi	
18 - Seropédica	
19 - Itaguaí	

ISBN **978-65-990229-0-6**

Esta nova divisão foi feita para superar um problema encontrado na pesquisa de 2007, realizada por esse autor e sua bolsista, Fabiana Vilar (ver Simões 2011). Na ocasião subdividimos apenas o município do Rio de Janeiro, deixando os municípios vizinhos como unidades integrais, o que levou a ocultar uma realidade ainda mais perversa, pois as discrepâncias encontradas na cidade do Rio de Janeiro se repetem nos demais municípios gerando uma segregação dentro da segregação. Pois é sabido que os poucos bens e serviços existentes nos municípios da Metrópole também são concentrados em suas áreas centrais.

A partir de desses dados seriam criados mapas com a distribuição proporcional desses equipamentos com relação ao total da Metrópole, para verificar a possibilidade de acesso a estes bens e serviços por parte dos moradores dessas unidades. Num segundo momento, esses equipamentos seriam plotados nos mapas para podermos verificar o padrão de concentração/dispersão dos mesmos pelo território metropolitano.

A próxima etapa da pesquisa seria a realização de um levantamento dos equipamentos e manifestações culturais não formais que permitem o acesso a lazer, arte, cultura e entretenimento por parte destes moradores. Para isso seria criada uma rede de coleta de informações através das redes sociais que iria captar informações disponibilizadas por voluntários que formariam um banco de dados que seria sistematizado, para mostrar à distribuição absoluta e relativa desses equipamentos e manifestações, que serviriam, a princípio, como contraponto a perversa distribuição dos equipamentos formais. Seriam criados, então, mapas relativas e locacionais destes equipamentos e manifestações nos mesmos moldes do aparato formal.

RESULTADOS PRELIMINARES

Inicialmente esta pesquisa com contava com duas bolsistas PIBIC que foram selecionados em outubro de 2013. Contudo, a confusão do calendário provocada pela extensa greve de 2013 atrasou todo o cronograma e as mesmas só foram efetivamente incorporadas a pesquisa em dezembro de 2013. A demora custou a desistência de uma das bolsistas, o que provocou a reabertura do processo de seleção que fez com que a sua substituição só ocorresse em fevereiro de 2014.

Com a equipe completa pudemos retomar a pesquisa com a análise dos questionários aplicados no final de 2013. Diante dos inúmeros problemas encontrados nos mesmos tivemos que reelaborar o questionário. Quando ficou pronto estávamos no período de férias, o que impossibilitou a sua distribuição. Paralelamente se iniciou a segunda fase com a coleta de dados sobre os equipamentos formais e elaboração da metodologia para a coleta de dados sobre as manifestações não formais.

Nesse momento começaram a acontecer atrasos no pagamento das bolsas e ocorreu o novo período de férias. No retorno das aulas, ocorreu a desistência das duas bolsistas. Quando iniciamos o processo de seleção dos novos bolsistas foi

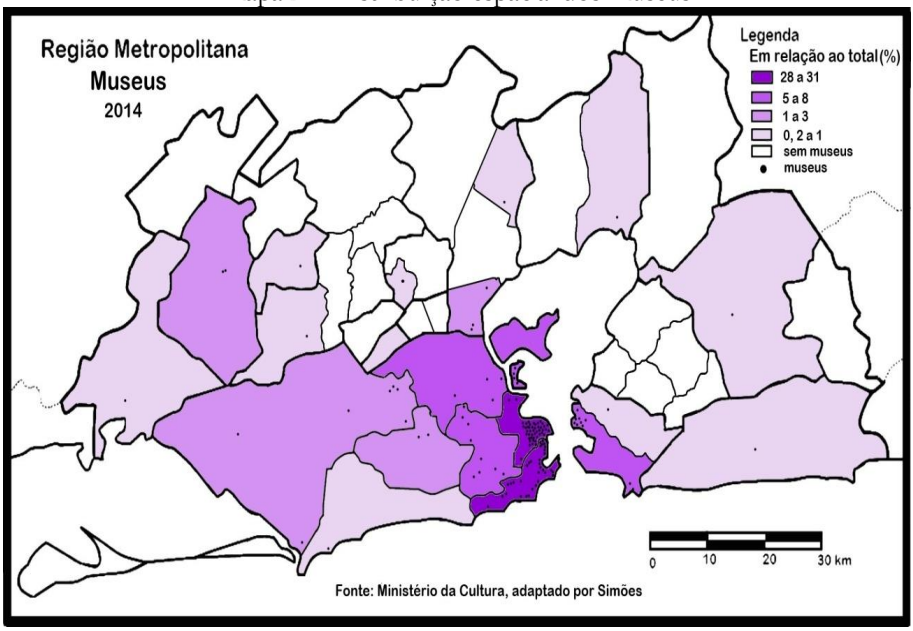
ISBN **978-65-990229-0-6**

deflagrada uma nova greve, o que paralisou o processo de seleção e dispersou os discentes, impossibilitando a distribuição de tarefas.

Estes fatos, fizeram com que a pesquisa praticamente voltasse a "estaca zero", pois a falta de continuidade do trabalho dificultaram a execução das tarefas propostas, pois perdeu-se muito tempo com reuniões e encontros para capacitação que se perderam com a desistência das bolsistas e a falta de contato com os alunos voluntários, Diante disso temos poucos resultados sistematizados e como ainda estamos em greve, em julho de 2014, é necessário aguardar o retorno das aulas para formamos uma nova equipe que possa dar continuidade a pesquisa.

O único mapa que foi confeccionado é o da distribuição de museus que apresentamos a seguir, para darmos uma noção, ao leitor, de como serão os demais mapas. Numa análise preliminar e superficial, podemos verificar uma concentração destes equipamentos na área central e Zona Sul do município do Rio de Janeiro e de Niterói, ao lado de poucos museus dispersos nos municípios do entorno e sua completa ausência na maioria destes. Quando comparamos com os dados de 2007, verificamos que este será o padrão para quase todos os equipamentos formais, que dependem de financiamentos públicos ou grandes investimentos privados (Simões, 2011). Sendo assim, não esperamos grandes surpresas ou mudanças para os demais itens nessa nova pesquisa, o que não elimina a necessidade de realizá-la, mesmo que seja para constar o obvio, ou seja, esses equipamentos e serviços acompanham a lógica perversa de concentração/exclusão como quase todos os bens e serviços

Mapa 2 – Distribuição espacial dos Museus

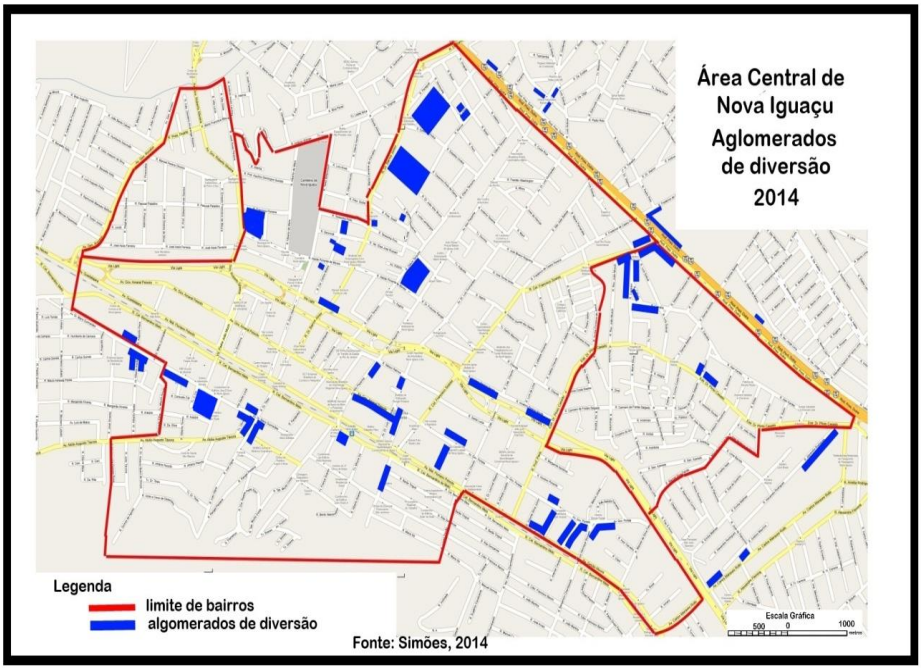


ISBN **978-65-990229-0-6**

A segunda fase da pesquisa que seria buscar o contraponto a esse padrão irá se basear na identificação de equipamentos e manifestações culturais que permitam a essas populações alijadas do acesso a "cultura formal" criar possibilidade de acesso a formas "alternativas" de cultura, lazer, arte e entretenimento.

Um dos poucos que foram elaborados diz respeito aos "aglomerados de diversão" que é um conceito criado para dar conta de locais que pela sua concentração de estabelecimentos ou pontos de encontro com atividades voltadas para lazer, arte, entretenimento e cultura proporcionam o acesso a diversão ou coisa parecida, levando a uma concentração de pessoas que buscam tais atividades. O mapa três mostra esses "aglomerados" existentes na área central da cidade de Nova Iguaçu, que possui um pequeno número de equipamentos culturais formais (ver Simões, 2011).

Mapa 3 – Aglomerados de diversão na Área Central de Nova Iguaçu



Para chegarmos e esse resultado, percorremos esta área durante a semana no final da tarde e início da noite até a madrugada para encontrarmos gente se encontrando, trocando informações e se divertindo, seja em rodas de samba, bares com música ao vivo, rodas de capoeira, encontros de rappers ou seja simplesmente grupos de jovens, bebendo e ouvido música como ocorre na Praça do Skate.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Esses locais se caracterizam pela informalidade e espontaneidade e a "oferta" do serviço pode se desde pela simples colocação de uma caixa de som até a contratação de músicos profissionais. Em comum, a pouca ou total ausência do Estado e das grandes firmas de entretenimento ou similares promovendo, organizando ou regulamentando essas atividades. É como se elas não existissem e que as pessoas não se concentrassem nesses locais.

Para finalizar, vemos que ainda temos um longo caminho pela frente e que a continuidade da pesquisa vai depender da regularização das aulas e o retorno dos alunos para que possamos distribuir tarefas e criar um banco de dados mais consistente que permita abarcar o universo de equipamentos, serviços e manifestações culturais que vislumbramos como essenciais a compreensão do padrão de acesso a lazer, arte, cultura e entretenimento por parte dos moradores da Metrópole Carioca.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Milton. *Espaço e Método***.** São Paulo, Nobel, 1985

_____. *O Espaço do cidadão***.** São Paulo, Nobel, 1987

SIMÕES, Manoel Ricardo. Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense. Editora Entorno, Mesquita, 2011

SIMÕES E VILAR. *Segregação Cultural na Metrópole carioca*. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, AGB, 2008 – CD ROM

ISBN **978-65-990229-0-6**

FEIRAS DE ARTESANATO E GASTRONOMIA: POTÊNCIAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NA BAIXADA FLUMINENSE

Gabriela Sousa Ribeiro

Beatriz Rodrigues Moreira

INTRODUÇÃO

Com base em García Canclini (1983), entendemos o artesanato como forma de expressão dos aspectos socioculturais da população de uma localidade que, a partir de matérias primas, mão de obra e significantes socioculturais locais, os materializa em distintos artefatos, tanto objetos utilitários como decorativos. Para o autor, há no artesanato um aspecto comunicador entre artesão-peça-receptor, seja este último um visitante, um comprador, um membro da comunidade ou o próprio artesão e seus colegas de trabalho. A partir das peças artesanais, há a possibilidade de representar aspectos de seus modos de vida, contribuindo tanto para o fortalecimento de sua identidade sociocultural e de seus pares, como para o entendimento dos aspectos socioculturais da região pelo público externo.

Lima (2011), em entrevista à Paulo Keller, explica que a riqueza do artesanato brasileiro decorre de sua diversidade em termos dos materiais empregados, das técnicas usadas para sua confecção e das diferentes realidades vividas por aqueles que o produz. Muitas são as razões pelas quais se faz um objeto artesanal:

> desde a necessidade mais imediata de sobrevivência, desde o instrumento que é feito para o trabalho ou para o conforto: como um prato, uma colher, uma cama, até objetos de significados muito mais amplos, como a imagem de um sobrenatural, de um santo, um objeto religioso (p. 189).

No mesmo sentido, baseadas em Montanari (2009), entendemos a gastronomia e a culinária típica como uma forma de traduzir usos, costumes, modos de fazer e sabores de uma localidade. Conforme o autor, "a cozinha contém e expressa a cultura de quem a pratica, é depositária das tradições e das identidades de grupos. Constitui, assim, um extraordinário veículo de

ISBN **978-65-990229-0-6**

autorrepresentação e de comunicação" (MONTANARI, 2009, p. 11). A maneira como os alimentos e as bebidas são preparados e degustados, com seus rituais de preparo, significação de acordo com a época e o modo como são saboreados (modos de apreciá-los, pessoas que são escolhidas para acompanhar a degustação) dizem muito sobre a região e seus aspectos socioculturais, passando diversas mensagens àqueles que se inserem neste processo.

A partir dos espaços de venda de artesanato e de gastronomia, é possível perceber e apreender as riquezas socioculturais concernentes às realidades das localidades em que estão inseridos, tanto pelos produtos expostos como pelas manifestações e trocas sociais presentes nos locais. Entendemos, portanto, que esses espaços figuram na cidade tanto como espaços turísticos quanto como espaços comerciais carregados de valores e símbolos a serem apreendidos e trocados entre os diversos usuários do local, população local e externa, o que os faz ser considerados bens culturais.

Florissi e Valiati (2009) discutem a importância da manutenção dos bens culturais na cidade à medida que traduzem o modo de vida de um povo, agregando manifestações de identidade, valores e crenças da sociedade. A validade de um bem cultural traz benefícios no âmbito econômico e é incomensuravelmente favorável ao bem-estar da sociedade. Tal argumento corrobora com Miguez (2009) e Yúdice (2004), que encaram a cultura como recurso para melhoria social, conseguindo, a partir de projetos de incremento cultural urbano, alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Assim, encarar os espaços comerciais de artesanato e gastronomia como bens culturais propicia o usufruto dos espaços, dos objetos e de seu entorno pela população como um todo, reafirmando, a partir do lugar de convívio, valor e identidade às pessoas.

A partir de nossas pesquisas, percebemos uma propagação de feiras de artesanato e de gastronomia na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana. Dois aspectos se destacam nessa propagação: 1- entendimento do artesanato e da gastronomia como fonte de trabalho e renda, daí a necessidade de propagar locais para venda desses produtos; 2- ocupação do espaço urbano para, a partir da cultura, captar renda para os expositores, sejam ligados a artesanato, gastronomia, manualidades, arte, bazar, entre outros. Nesse sentido, geralmente, se atrelam manifestações culturais da localidade como forma de agregar mais público para essa ocupação do espaço.

Assim, quanto mais atrações a feira oferece, mais pessoas se sentem convidadas a vivenciá-las. E é a partir dessa oferta de atrações concernentes aos hábitos socioculturais da população em consonância com a ocupação do espaço urbano que as pessoas terão mais oportunidades de entender seus espaços como território, ainda que, muitas vezes, o interesse principal dos organizadores das feiras de artesanato e de gastronomia seja o aspecto financeiro.

Esse fenômeno corrobora com a utilização da cultura como instrumento para esse retorno financeiro. Conforme Vaz e Jacques (2001), um dos usos da cultura é como instrumento de desenvolvimento econômico capaz de gerar

ISBN **978-65-990229-0-6**

revitalização urbana. Este processo acontece em um período neoliberal globalizado, em que as questões econômicas passam a ser prioritárias e defendidas como solução para questões sociais.

Mesmo passados 15 anos da publicação das autoras, a agenda neoliberal continua vigente e, cada vez mais, a cultura vem sendo usada como ferramenta para a disputa entre as cidades de qual consegue ser mais vendável por meio da cultura e, em função disso, ser capaz de atrair mais investimentos externos.

Diante do exposto, questionamos: como se dão as espacializações culturais e econômicas nas feiras de artesanato e de gastronomia na Baixada Fluminense? Por que o poder público ainda não percebeu seus potenciais cultural e econômico?

Objetivamos entender em que medida o artesanato, a gastronomia e seus espaços de venda contribuem cultural e economicamente para a ocupação do espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, particularmente para os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, de modo a ser possível trazer melhorias urbanísticas aos locais em função das trocas socioculturais e econômicas potencializadas a partir das feiras.

Para responder às questões da pesquisa e atingir o objetivo pretendido, foram realizadas pesquisas bibliográficas, e pesquisa de campo, a partir de aplicação de questionário online, observações assistemáticas em situação real em duas feiras de artesanato e de gastronomia, a FeirArt Bel, em Belford Roxo, e a Feira da 25 de Agosto, em Duque de Caxias, ambas na Baixada Fluminense, além de entrevistas semiestruturadas com artesãos dessas feiras.

A INTERFACE ENTRE CULTURA E ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

O turismo, em muitos aspectos, é encarado como fator negativo da promoção e venda da cidade por tender a segregar a população local que não se adequa ao "formato" da venda propagada pelo turismo.

Mas como essa lógica poderia ser revertida, valendo-se do turismo a favor da cidade, por meio das práticas e trocas socioculturais presentes nas feiras de artesanato e de gastronomia? Como o turismo poderia trazer melhorias urbanísticas e, consequentemente, incremento da qualidade de vida à população da Baixada Fluminense a partir da cultura?

As respostas versam sobre o "principal fenômeno" que se busca "vender" em áreas turísticas que tratam do aspecto cultural: a riqueza sociocultural da população local, ou seja, a maneira como territorializam seu espaço.

Conforme Bonnemaison (2002), a relação simbólica existente entre cultura e espaço se exprime e se fortalece através do território. Esta relação se estabelece por se articularem três elementos complementares: um grupo social,

ISBN **978-65-990229-0-6**

sua cultura e seu território. Compreendemos os lugares como polos, onde os grupos se concentram e onde sua cultura se condensa em símbolos: materialmente, através de seus objetos e arquiteturas, ou imaterialmente, através das práticas que neles se realizam, dos significados que neles permanecem impregnados. Lugares são localizações socialmente construídas, nos quais ocorre a produção de sentido no espaço. Para pensar o território é necessário considerar a dimensão humana, ou melhor, um grupo social, sem o qual não haveria cultura, apenas natureza. Assim como é preciso assinalar que um grupo não pode prescindir de um "território-portador".

> "A idéia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da idéia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço" (BONNEMAISON, 2002, p. 101 e 102).

Um grupo social, suas culturas material e imaterial e seu território são complementos indispensáveis para compreender essa relação.

Percebemos, assim, o reforço da importância do valor de uso de objetos e espaços, no que se refere ao valor não monetário, não mercantilizado e sim à possibilidade de usufruir de objetos e espaços em todas as suas dimensões, simbólicas, sociais, culturais, emocionais, física e psicologicamente. Nessa perspectiva, trazemos o pensamento de Lefebvre (2006), que argumenta que as relações existentes no espaço decorrem de sua construção/reconstrução/transformação como um produto social, a partir de práticas sociais, representações do espaço e espaços de representação. Para o autor, a abordagem urbana se mistura nos planos do percebido, do concebido e do vivido.

Defendemos, portanto, que as feiras de artesanato e de gastronomia localizadas na Baixada Fluminense, como são os casos das existentes em Belford Roxo e Duque de Caxias discutidas neste trabalho, podem contribuir para que as pessoas vivenciem seus espaços, territorializando sua cultura e dando sentido e significado a seu espaço urbano. É a partir da ocupação desses espaços que a população pode atrair a atenção do poder público para a região, pressionando por melhorias urbanísticas que ajudem a valorizar as áreas em que ocorrem as feiras e, consequentemente, beneficiem, primeiramente, a população local e, com o tempo, sejam capazes de atrair turistas ao local.

Para Oliveira (2005), a cadeia turística é composta por 5 C's: Compras, Caminhos, Carinho, Comida e Cama. O pilar Compras diz respeito aos espaços comerciais e aos produtos diferenciados que a localidade oferece ao visitante. Para chegar ao local de comércio, são necessários Caminhos organizados e seguros, sejam aeroportos, rodovias, estradas, rede de transporte público, áreas de circulação livres públicas. Esses caminhos devem ter sinalização e informação eficientes, manutenção, limpeza e conservação adequadas, pessoas educadas e

ISBN **978-65-990229-0-6**

atenciosas, tudo isso demonstrando o Carinho que a cidade tem com o turista. Nos espaços turísticos e comerciais, ou próximos a eles, o turista pode querer Comida, culinária e bebidas típicas que traduzam os gostos do local. Além de precisar de Cama para dormir, referente aos estabelecimentos de hospedagem. Assim, percebemos que as feiras de artesanato e de gastronomia se relacionam diretamente com dois dos pilares, Compras e Comida, e podem contribuir para incrementar os demais.

Os cinco pilares explanados por Oliveira (2005) auxiliam a direcionar as melhorias urbanísticas que poderiam ser conseguidas nas cidades a partir das feiras, como espaços de difusão cultural, social e de lazer. Conforme Thiry-Cherques (2006), é importante considerar que a importância do segmento econômico "cultura e lazer" extrapola questões puramente econômicas. Para Florissi e Valiati (2009), na valorização dos fenômenos culturais existem dimensões importantes à tomada de decisão acerca da alocação de recursos por indivíduos e sociedade. Tais dimensões podem ser expressas pela distinção entre bens tangíveis, dotados de materialidade e formadores de capital físico, humano e natural, e bens intangíveis, com condição de imaterialidade, formados por componentes de significado simbólico e de sentido de identidade de grupos sociais ao entorno.

Nos espaços comerciais de artesanato e de gastronomia, agrupam-se bens tangíveis e intangíveis. Os primeiros podem ser medidos pelo valor econômico que os produtos movimentam. O setor de artesanato envolve 8,5 milhões de pessoas e movimenta R$ 50 bilhões por ano (SEBRAE, 2016). Conforme Cunha (2018), meio milhão de brasileiros vendem comida na rua. Os aspectos intangíveis concernem às sensações percebidas na vivência do local, a partir das músicas, dos cheiros, dos sabores, das texturas, das interações interpessoais, das características de cada ambiente, dos efeitos maximizados pelas trocas e manifestações socioculturais que podem ser efetivadas nesses lugares, traduzindo a identidade da localidade. Porém, para isso é necessário que a população local tenha a sensação de pertencimento aos espaços comerciais de artesanato e de gastronomia, cabendo ao poder público, a partir de seus projetos de políticas públicas, manejar as variáveis que devem estar presentes nos mesmos ao defini-los e mantê-los.

Conforme Gomes (2002), nas sociedades de capitalismo dependente, a produção e a reprodução social se traduzem numa problemática socioespacial de exclusão material e simbólica. É preciso, então, aprofundar o conhecimento a respeito das articulações entre a população e seus territórios, de modo a assegurar o respeito aos processos socioculturais locais, o desenvolvimento de potencialidades ou criatividades identificadas nesses processos e a busca de condições dignas de existência.

Referir-se a condições dignas de existência é aludir aos direitos humanos, ao direito à habitação, direito à educação, direito à cultura, ao direito à cidade. Neste sentido, recorremos a questões do direito à cidade, de Lefebvre (2010).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Para Lefebvre, ter direito à cidade possibilita que a população vivencie uma festa citadina, ou seja, vivencie a cidade enquanto valor de uso; as pessoas são cotidianamente convidadas a usufruir da sua cidade, a manter vivos seus espaços pela identificação sociocultural que conseguem manter com os mesmos e nos mesmos. Lefebvre (2010, p. 82), ainda que tenha refletido na conjuntura dos anos 1960, ainda é atual e sintetiza este pensamento ao ponderar que a cidade "só tem sentido como obra, como fim, como lugar de livre fruição, como domínio do valor de uso".

Assim, é importante discutir o direito à cidade num sentido amplo, desde usar os espaços públicos ao direito à memória coletiva. Deve envolver o direito à qualidade de vida resultante de uma cidade inclusiva e não segregadora, em que as manifestações socioculturais têm lugar e lugar de destaque na cidade.

O turismo que defendemos é aquele atrelado às melhorias urbanísticas para a população local e aquele em que essa população local seja a protagonista de suas manifestações sociais, culturais, espaciais. A cidade precisa ser de e para todas as pessoas, sem discriminação; se ela for boa para a população local, por consequência, os turistas terão boas experiências nela, mas o contrário nem sempre é verdadeiro.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Para responder aos problemas de pesquisa e atingir o objetivo pretendido, foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo em situação real.

A pesquisa de campo se iniciou com um questionário *online* com perguntas fechadas e abertas, objetivando mapear as feiras de artesanato e de gastronomia existentes no Rio de Janeiro e em sua região metropolitana, os motivos pelos quais as pessoas frequentam ou não tais feiras e quais se destacam na região da Baixada Fluminense. Foram elaborados dois modelos, um para ser respondido por pessoas que frequentam feiras de artesanato e gastronomia e outro, pelas que não frequentam; a primeira pergunta direcionava à sessão seguinte de acordo com essa resposta. No período de duas semanas, 52 pessoas responderam ao questionário.

Os resultados obtidos a partir do questionário *online* nos possibilitaram analisar as feiras que se destacam na região da Baixada e definir duas feiras para estudo *in loco*, sendo elas: FeirArt Bel, em Belford Roxo, e Feira da 25 de Agosto, em Duque de Caxias. Além disso, essas feiras também foram selecionadas por serem distintas entre si, tanto no que se refere à localização, como ao público e aos produtos comercializados.

A pesquisa de campo em situação real aconteceu a partir de observações assistemáticas e entrevistas semiestruturadas com artesãos e comerciantes presentes nas feiras. As entrevistas semiestruturadas tiveram caráter qualitativo, contando com cerca de 17 questões, objetivando entender a relação dos artesãos

ISBN **978-65-990229-0-6**

e comerciantes de gastronomia com os produtos oferecidos, com seus espaços de venda, com o público desses locais e a cultura via artesanato e gastronomia, além das perguntas de ordem pessoal, como idade, escolaridade e local de residência.

Na Feira da 25 de Agosto, em função do grande movimento, tivemos certa resistência em encontrar entrevistados com tempo para nos responder, sendo possível realizar a pesquisa apenas com 5 pessoas. Na FeirArt Bel, ao contrário, as artesãs se mostraram animadas com a possibilidade de poder relatar suas experiências e percepções, sendo possível ouvir a quase totalidade das artesãs presentes no local, 7 das 10 artesãs responderam à nossa entrevista.

As entrevistas foram gravadas com auxílio de gravador de voz, após expressa autorização do respondente. As respostas foram, posteriormente, transcritas e analisadas qualitativamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A FeirArt Bel possui cerca de 10 barracas localizadas no calçadão de Belford Roxo. É uma feira pequena, comparada com a Feira da 25 de Agosto. As artesãs são as próprias vendedoras e são, majoritariamente, mulheres com mais de 40 anos e pouca escolaridade, sendo o resultado obtido com a feira sua fonte de renda principal. As peças comercializadas são de artesanato utilitário e manualidades, como panos de prato, puxas-saco, bolsas, entre outros.

A feira se localiza em uma região de grande movimento de pedestres, ou seja, a feira busca os frequentadores e não o contrário. Em contrapartida, ela não se localiza no ponto mais movimentado da cidade. Além disso, levando em conta que a feira é bem menor do que as demais pesquisadas, podemos inferir uma certa desvalorização governamental para com as artesãs, de não lhes possibilitar um local com mais atratividade. Isso reflete na forma como o público frequenta a feira, não indo até a mesma como primeira opção de compra, nem mesmo de cultura.

A feira não adquire uma identidade de comércio na cidade e não compete com a oferta de comércio presente no local. Também não trabalha como espaço de lazer pensando em atrair a população para entretenimento. Não parece haver um interesse em fazê-la maior ou mais forte dentro do espaço.

Também foi possível identificar problemas relacionados a desvalorização do trabalho e da cultura artesanal do município, visto que, conforme relato das artesãs, não há incentivo governamental ao fazer artesanal local.

Pudemos constatar que a FeirArt Bel perdeu espaço e tamanho nos últimos anos. Conforme entrevista realizada em 2016 com a Superintendência da Mulher do município de Belford Roxo, a FeirArt Bel contava com cerca de 30 barracas e era realizada em três locais diferentes da cidade, de modo itinerante. Ou seja, o número era bem superior às 10 barracas atuais.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A feira tem um diferencial que é a rede construída pelas artesãs. Foi o único espaço onde foi relatada uma cooperatividade entre expositoras, onde elas trocavam técnicas, pensavam produtos juntas, compartilhavam notas acerca do trabalho desenvolvido e sobre espaços de venda, além de também comprarem e trocarem produtos entre si.

Essa rede poderia ter frutos positivos se incentivada pelos realizadores da feira através de cursos, capacitação, investimento financeiro, apoio com equipamentos e oferta de manifestações culturais ao longo da feira como forma de atrair público. Muitas artesãs relataram que aquele era o único espaço de venda do artesanato produzido por elas. Se houvessem mais espaços como aqueles, então, seria possível uma maior circulação de renda e de informações acerca do artesanato local.

A cultura pode e deve ser agregadora de vida ao espaço urbano, contanto que respeitando os aspectos socioculturais da população local, mantenedora, propagadora e responsável por essa vida. A partir de nossas pesquisas, foi possível perceber que a FeirArt Bel ainda não é vista pelo governo local como possibilidade de lazer e cultura nem para sua população, muito menos para o público externo.

Neste mesmo viés, a feira também é pouco efetiva economicamente em função do seu espaço. A feira disponibiliza poucos espaços para expositores. Não há, por exemplo, oferta gastronômica no local. Uma maior disponibilidade de barracas faria com que mais expositores pudessem desfrutar da feira, fazendo com que houvesse maior oferta e diversidade de produtos. Além de também fortalecer e aumentar a rede de artesãos da região.

Ponderamos que as feiras de artesanato são uma oportunidade para que os governantes das cidades agreguem manifestações socioculturais locais com desenvolvimentos urbano e turístico, reforçando os espaços citadinos como território da população local. Corroboramos com Teixeira et al (2011, p. 150) quando afirmam que

> o artesanato pode ser considerado como "um elemento impulsionador de desenvolvimento local", incentivando o trabalho comunitário promovendo, dentre outros projetos, roteiros turísticos, possibilitando o escoamento de grande parte da produção do artesanato e, principalmente, valorizando o território, a cultura tradicional, contribuindo para fortalecer a consciência de identidade cultural local.

A Feira da 25 de Agosto acontece todos os domingos, no bairro 25 de agosto, no município de Duque de Caxias. "Começa na Avenida Duque de Caxias, na esquina com a Rua Cardoso Bessa, e continua pela Avenida Presidente Vargas até a altura da Rua Paulo Lins. Depois prossegue pela Rua Prefeito José Carlos Lacerda (...), até o seu final" (PORTAL DE TURISMO DUQUE DE CAXIAS, 2018). É conhecida por suas barracas de culinária nordestina, tendo,

ISBN **978-65-990229-0-6**

ainda, um forró que acontece no fim da tarde como ponto alto da feira. Para Silva e Silva (2016, p. 843), a Feira da 25 de agosto, também conhecida como "a feira nordestina em Duque de Caxias é considerada um pedacinho do Nordeste para aqueles que lá se aportam, descarregando suas emoções".

Muitos dos imigrantes que, atualmente, compõem os moradores da Baixada Fluminense são vindos do Nordeste do país. Assim, um local que ofereça culinária típica do Nordeste aliado a oferta de vários produtos com atrações culturais, como o forró, torna-se um atrativo para que as pessoas se reconheçam em suas identidades e memória, ainda que longe de seu território original. Conforme o Portal de Turismo de Duque de Caxias (2018):

> A feira surgiu na década de 50, a partir da iniciativa de agricultores de subsistência e de pequenos fabricantes de roupas, oriundos da população nordestina, que queriam preservar as suas raízes. Em geral, eles iam negociar o que produziam na capital, mas desejavam vender seus produtos em um local próximo de onde moravam. Essa vontade, aliada à falta de um comércio variado que atendesse às necessidades e anseios da população local, fizeram da Feira de Caxias um dos grandes polos da cultura nordestina no Estado do Rio de Janeiro.

Muitas barracas comercializam vestuário, acessórios, produtos importados, produtos agrícolas, alimentos.

O artesanato encontrado na feira é, principalmente, utilitário e manualidades, como tapetes, panos de prato, mas também é possível encontrar brinquedos feitos de madeira e de latas de alumínio. No entorno da feira, margeando a linha do trem, acontece também uma extensão da mesma, com venda de plantas, animais (como peixes e aves), instrumentos para construção (desde pincéis de pintor, lâminas para serras, a parafusos), alimentos industrializados com preço abaixo do mercado, entre outros. Ao todo, possui cerca de mil barracas. A figura 1 retrata o prolongamento da feira ao longo dos dois lados da linha do trem.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 1: prolongamento da Feira da 25 de agosto ao longo da linha do trem.



Fonte: acervo das autoras (2018).

O prolongamento da Feira da 25 de Agosto demonstra também a importância da ocupação do espaço urbano a partir da gastronomia e do artesanato que remeta a identidade e memória de uma população, além da oferta de produtos diversos que facilitam a vida das pessoas por ter opção de compra e venda de produtos aliado ao lazer próximos de casa.

Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 83), ao analisarem o que representam as feiras livres na metrópole contemporânea, nos falam sobre os fenômenos que se repetem nas feiras analisadas neste trabalho:

> a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana. Requer também espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo. Por isso as feiras resistem na paisagem urbana contemporânea: a grosso modo, pode-se dizer que por um lado há os que precisam sobreviver materialmente, por outro, aqueles que, resolvida a questão material, zelam pela sobrevivência sociocultural.

Com aporte nos ensinamentos de García Canclini (1983) e de Montanari (2009), podemos dizer que os fazeres artesanal e gastronômico possuem a capacidade de representar a cultura de uma região e de fazê-la ser reconhecida e representada, podendo dialogar com o público pertencente, trabalhando com a sua auto-estima, e produzir um viés turístico. Esse viés turístico é pouco

ISBN **978-65-990229-0-6**

explorado e pouco incentivado pelas prefeituras e órgãos que organizam os eventos.

Defendemos esse incentivo, pois entendemos que, pensando no potencial turístico da localidade, visando promover melhorias e inovações, a população local poderá desfrutar e usufruir melhor do espaço, ocupando-o e se apropriando dele. Mas, além dessa população, o território também será reconhecido e desfrutado por pessoas que não pertencem a ele, fazendo com que muitas pessoas sejam beneficiadas.

É importante fazer com que o território da Baixada Fluminense seja visto e reconhecido, inclusive por seus moradores, como uma região de potencial e que pode ir além dos rótulos que são normalmente impostos a ela – violência, baixo desenvolvimento, cidades-dormitórios – para que haja uma transformação desses espaços.

A partir da pesquisa, foi possível entender os impactos das feiras em suas regiões. A Feira da 25 de Agosto, graças ao seu tamanho e tradição, traz a população para a rua, fazendo-a ocupar uma área grande da cidade e movimentando a economia local e dos arredores. Ela traz uma movimentação em um dia de pouco movimento, pois acontece aos domingos, dia em que o comércio da região encontra-se fechado, mas não parece despertar uma relação entre os artesãos locais. Se mostra bem mais forte entre os envolvidos no fazer gastronômico.

A FeirArt Bel, por outro lado, pouco altera a dinâmica citadina e mostra-se pouco eficiente em trazer a população para a localidade. É uma feira pequena, com pouca divulgação e pouco diálogo com o público que visa atingir. Entretanto, cria uma rede entre artesãos da localidade, despertando a troca de informações e conhecimentos. Essa rede, porém, pouco influencia na economia da região.

Seria interessante que existisse um número maior de iniciativas similares a estas, pois estamos falando de cidades com grandes populações – Belford Roxo possui quase 500.000 habitantes e Duque de Caxias em torno de 900.000 habitantes, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2019) –, porém com pouca oferta de equipamentos e espaços de lazer, principalmente voltados para a cultura. Quando olhamos para aparelhos culturais da região, estes estão sempre atuando como movimento de resistência em relação à falta de incentivo no setor. São poucos os locais de estímulo ao fazer cultural local.

Identificar e analisar a dinâmica da venda do artesanato e da gastronomia torna-se, portanto, instrumento político para entender as relações de poder que se instalam nesses espaços, possibilitando compreender de que modo forças internas e externas se articulam, interferindo nas práticas cotidianas no território, por conseguinte, na identidade da população.

Faz-se fundamental, então, analisar a dinâmica cultural e econômica tanto no que diz respeito à vivência da população local nessas feiras como na

ISBN **978-65-990229-0-6**

possibilidade de conseguir viver com dignidade a partir do trabalho artesanal e gastronômico.

É preciso perceber e valorizar o fazer artesanal e culinário para além de uma mera fonte de sobrevivência. Ele pode ser instrumento político de luta e afirmação da identidade sociocultural, assim como por espaços de venda dignos que tragam para a população reforço de seus aspectos sociais, culturais, identitários, de lazer, além da possibilidade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras de artesanato e de gastronomia, em função da efervescência cultural que propiciam ao espaço, pelas manifestações socioculturais propagadas pela população local, podem se tornar atrativos sociais, culturais, de lazer e turísticos importantes para cidades com menos investimentos e apelo turístico, como Duque de Caxias, Belford Roxo e demais cidades da Baixada Fluminense.

A ampliação da oferta de feiras em diferentes localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, aliada a condições urbanísticas favoráveis e diversificação de atrações musicais e culturais, poderia dinamizar os espaços de cultura e lazer na Região, fazendo com que tanto população local como turistas e as cidades como um todo só tenham a ganhar com a efervescência cultural propiciada pelo artesanato, pela gastronomia e seus espaços de venda.

É preciso dar possibilidade às populações da Baixada Fluminense conseguirem se manter em seus territórios sem terem, necessariamente, que depender da capital, tanto para ter acesso a espaços de cultura e lazer, como para conseguir trabalho, renda e sustento. O artesanato, a gastronomia e os espaços de comércio desses produtos podem ser importantes ferramentas na busca por essa conquista.

Porém, ressaltamos que é a população local, enquanto representante sociocultural, que tem a possibilidade de tornar essas feiras atrativas ao turismo, pois, para ser atrativo, o turismo não deve excluir a população local. Ao contrário, ele é sustentável e consciente quando a população local não é segregada dos espaços, visto que é ela um dos maiores atrativos turísticos por ser representante de hábitos, costumes e tradições materializadas em peças artesanais, culinária típica, manifestações culturais e trocas socioculturais que dão característica e significado particulares ao local.

Faz-se, ainda, fundamental buscar estratégias para valorizar o trabalho artesanal e gastronômico, de modo que consigam viver de seu trabalho com dignidade. Seria interessante se os governantes pensassem no turismo e no lazer não como uma questão puramente de imagem e estritamente comercial, mas também como meio de valorização da cultura local. O turismo pode se apropriar da vivência da população local existente nos espaços comerciais de artesanato e de gastronomia e, sem excluir essa população, aliar turismo a melhorias

ISBN **978-65-990229-0-6**

urbanísticas, sendo benéfico tanto para moradores da cidade como para turistas. Nessa perspectiva, tanto o turista quanto a população local são contemplados.

REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, Joël. *Viagem em torno do território*. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

CUNHA, Joana. Meio milhão de brasileiros vendem comida na rua. *Folha de São Paulo*, publicado em 07/01/208. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml Acesso em 17/06/2019 às 16h35min.

FLORISSI, Stefano; VALIATI, Leandro. Construção de lugares de consumo e práticas culturais. In: CRIBARI, Isabela. (Org.*). Economia da cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *As culturas populares no capitalismo*. Tradução: Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Cidadania e espaço público numa experiência de política de urbanização de favelas. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo . Acesso em 06/06/19, às 13h01min.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço.* Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: La production de l'espace. 4ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade***.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em Debate. Entrevista por Ricardo Gomes Lima por Paulo Keller. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.8, n.15, p. 187-210, jan./jun. 2011

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Ateliê geográfico*, v. 2, n. 2, p. 72-87, ago/2008.

ISBN **978-65-990229-0-6**

MIGUEZ, Paulo. Aspectos de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: CRIBARI, Isabela. (Org.). *Economia da cultura.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2009.

MONTANARI, Massino. Introdução: A cozinha, lugar da identidade e das trocas. MONTANARI, Massino (Org.). *O mundo da cozinha:* história, identidade, trocas. Tradução: Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade/SENAC, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento:* planejamento e organização. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005.

PORTAL DE TURISMO DUQUE DE CAXIAS. Feira de Duque de Caxias. Disponível em http://visiteduquedecaxias.com.br/8981_feira-de-duque-de-caxias. Acesso em 30/04/18, às 14h53min.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Mercado de artesanato em crescimento.* Disponível em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercado-de-artesanato-em-crescimento,fdfa6915c49a4410VgnVCM1000003b74010aRCRD Acesso em 03/03/17 às 18h06min.

SILVA, José Severino da; SILVA, Renata da. Ontologia do ser nordestino na Feira de Duque de Caxias. *Revista Philologus*, ano 22, n. 64 Supl., p. 836-845, jan./abr.2016.

TEIXEIRA, Marcelo Geraldo; BRAGA, Julio Santana; CÉSAR, Sandro Fábio; Kiperstok, Asher. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 149-159, jul./dez. 2011.

THIRY-CHERQUES, H. R. *Projetos culturais*: técnicas de modelagem. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana.*Anais*. Encontros nacionais ANPUR, v. 9, 2001.

YÚDICE, George. *A Conveniência da cultura*: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ISBN **978-65-990229-0-6**

VISÕES E VOZES ACERCA DE UMA CIDADE: FRANCISCO BARBOZA LEITE E SILBERT DOS SANTOS LEMOS EM DUQUE DE CAXIAS

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal deste estudo é refletir sobre a percepção que Francisco Barboza Leite e Silbert dos Santos Lemos têm acerca da historicidade do município de Duque de Caxias e como estabeleceram, nos seus escritos, a relação dos sujeitos com a cidade, no seu próprio tempo, vivendo como cidadãos comuns no cenário urbano.

Leite e Lemos viveram em Duque de Caxias entre as décadas de 1950 e 1990 e suas obras são relevantes para esta abordagem, pois nos trazem a possibilidade de percepção do cotidiano da cidade, ainda que sejam escritas de estilos diferentes: a poética de Leite e a prosa de Lemos. Para isto, afirmamos com Georges Duby que

> (...) é necessário descobrir os termos reveladores, e mais que as palavras, as apresentações, as metáforas e a maneira pela qual os vocábulos se acham associados; aqui reflete-se inconscientemente a imagem que tal grupo, num dado momento, tem de si próprio e dos outros. (DUBY, 1995, p. 136)

Ainda, a partir das reflexões de Sandra Jatahy Pesavento, entendemos a literatura desses dois autores como um convite para a reflexão sobre a historicidade do município, como representações da cidade que nos possibilitam identificar e discutir as questões em jogo numa determinada temporalidade, pois as obras dos autores aqui analisados revelam representações da cidade, com destaque para o tipo de imagem que os mesmos criaram e/ou reforçaram, sendo possível reconstruir interpretações que se colocam entre os sujeitos e os cenários no quais estão inseridos. Ao expressar formas diversas de pensar, sentir, imaginar, representar (PESAVENTO, 2006, pp. 22-23), essas obras são fontes literárias

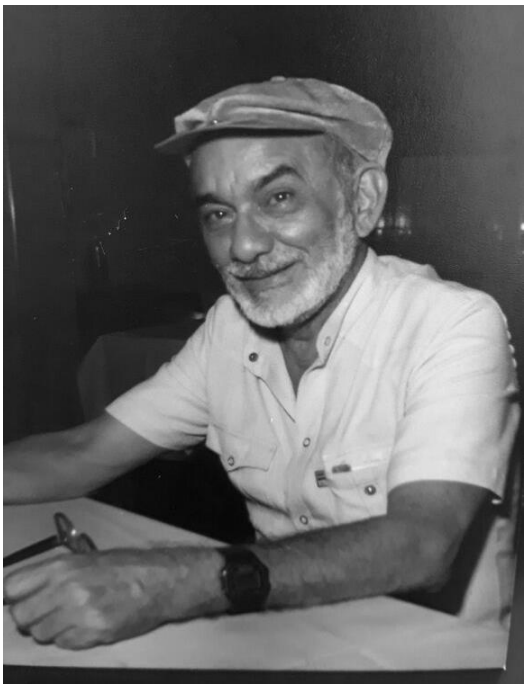
ISBN **978-65-990229-0-6**

relevantes, produtoras de sentidos para a história local e regional, como testemunhos de nosso legado histórico.

OS AUTORES

Ao analisar a trajetória de Francisco Barboza Leite, observamos que entre aqueles que o conheceram ou conviveram com ele, é uníssona a percepção de entendê-lo como um artista múltiplo.

FRANCISCO BARBOZA LEITE



Acervo Família Barboza Leite

Esse artista, nascido em Uruoca, no Ceará, saiu de sua terra natal em 1936, indo para Fortaleza em busca de garantia do sustento e continuidade dos estudos. Retocador de fotografias, desenhista, pintor, poeta, escritor, ilustrador, técnico de recursos audiovisuais, compositor, cordelista, entre outras tantas experiências, como Rogério Torres o apresenta em sua obra *Caxias de Antigamente* (TORRES, 2015, p. 217-225), Barboza Leite chegou em 1952 a Duque de Caxias, onde faleceu em 22 de dezembro de 1996. Era amigo de outro Francisco - Solano Trindade -, com quem trabalhava no IBGE e que o trouxe para a cidade, na qual colaborou intensamente nos campos da cultura e educação.

Mas quem era esse Barboza Leite, discretamente desdenhado por nossos acadêmicos, mestres e doutores? Barboza

ISBN **978-65-990229-0-6**

> Leite foi (e continua sendo) a figura mais expressiva da intelectualidade caxiense. Sem panfletarismos *[sic]*, sectarismos ou atitudes demagógicas – coisas tão bem-vindas aos nossos intelectuais e militantes políticos - conseguiu dobrar habilmente os donos do poder e impor muitos dos seus projetos educacionais e culturais. Até instituições conservadoras, como o Colégio Santo Antônio, abriram as suas portas para o sertanejo cosmopolita. (TORRES, 2015, p. 217-218)

Além de todas as características citadas, revelou-se esse artista múltiplo, que atuou ainda como jornalista, ensaísta, cenógrafo e ator. De acordo com Alexandre dos Santos Marques (2005, p. 32), Barboza Leite, que chegou à cidade na década de 1950 e apesar da ampla participação nos jornais locais e de muitas publicações, somente no ano de 1980 lançaria uma obra sobre a história da cidade. Nesse ano, Barboza publicou, em parceria com Rogério Torres, "Duque de Caxias: Foto Poética" e, quatro anos depois, os cordéis "A Grande Feira de Duque de Caxias" e "A Verdadeira História da Cidade de Duque de Caxias". Em "Duque de Caxias: Foto Poética", o texto, em prosa lírica, apresenta-se entremeado de fotografias de personalidades locais, espaços públicos e prédios históricos, além de mapas e trechos de jornais com reportagens sobre a cidade. Sua narrativa procura relacionar o desenvolvimento da região às ações das lideranças políticas e à colaboração das camadas populares.

Conforme descreve Torres, Barboza Leite percebia a cidade de Duque de Caxias como um microcosmo cultural miscigenado, criado em função da sua população emigrante (TORRES, 2015, p. 222). Ao confrontarmos esta descrição com as obras de Leite, podemos perceber a formação de um artista em uma cidade interculturalizada, que também percebe a cultura, em suas variadas vertentes, de forma integrada.

Nessa mesma época, encontramos Silbert dos Santos Lemos, repórter de polícia, colunista social e delegado, que relatou em suas obras o submundo duquecaxiense entre as décadas de 1950 e fins de 1970. A cidade, contextualizada por Santos Lemos a partir do jogo, prostituição e violência, foi demarcada pelo autor sob o viés da marginalidade e do poder político.

> No cotidiano de Duque de Caxias, os transgressores da lei chamavam a atenção e contaminavam a cidade, transformando-a em um território repleto de conflitos e habitantes envolvidos em profundas desigualdades sociais, vivendo e convivendo os já estabelecidos na localidade com imigrantes, sobretudo nordestinos, mulheres e homens, negros e brancos, envolvidos nas tensões urbanas de uma cidade fragmentada. (ALMEIDA, 2014, p. 33)

Silbert dos Santos Lemos nasceu no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, no dia 19 de agosto de 1928, e faleceu em Duque de Caxias no mês de outubro de 1987, devido a complicações com diabetes e enfisema pulmonar. Santos

ISBN **978-65-990229-0-6**

Lemos chegou a Duque de Caxias no ano de 1953, para substituir o repórter policial Barreira como correspondente de *A Notícia* e *O Dia*, jornais do Rio de Janeiro. Permanecendo na cidade, exerceu os cargos de escrivão e delegado, após formar-se em Direito. Foi um dos fundadores da Academia Duquecaxiense de Letras e Artes e participou da União Brasileira de Trovadores e da Sociedade e Cultura Artística de Duque de Caxias (ALMEIDA, 2011, p. 83).

SILBERT DOS SANTOS LEMOS



Coleção Rogério Torres (IH CMDC)

O estilo jornalístico direto e o caráter testemunhal de seus textos, já que o autor, como jornalista policial, conviveu com os protagonistas de suas próprias reportagens e com "o ambiente asqueroso que chegou a transformá-lo num alcoólatra" (LEMOS: 1967, p. 10), permitem-nos perceber, com clareza, os limites nos quais os moradores lutavam para sobreviver e como essas experiências coletivas construíam e operavam um segmento social marcado pela miséria, pelo vício e pela violência.

> Santos Lemos, apesar de seus dramas pessoais, manteve serenidade suficiente para construir uma obra literária rica em informações, curiosa e de denúncia das mazelas sociais. Sua posição em nossas letras é impar. Através dos livros que publicou, com os próprios recursos, desfilam tipos humanos que povoam as páginas policiais. São anti-heróis (tornados heróis na poesia "Santo Verdade", de Newton Menezes) de carne e osso, com

ISBN **978-65-990229-0-6**

> registro de batismo e - algumas vezes - endereço conhecido. (TORRES, 2015, p. 214-215)

Segundo o próprio Lemos, que já tinha se tornado advogado e delegado quando escreveu seus livros da *Coleção Crimes que Abalaram Caxias*, eles tiveram uma publicação muito difícil, talvez devido a tratarem de questões que a maioria gostaria de silenciar. Em um dos prefácios, por exemplo, o médico e proprietário de casa de saúde na cidade, Ricardo Augusto Vianna, chega a afirmar que "esperamos (...) que também focalize (...) não o ontem que nos envergonha, mas o hoje que nos envaidece" (LEMOS, 1980, p. 5).

Pensar as contribuições desses dois autores a fim de perceber as representações sobre o município de Duque de Caxias faz com que observemos seus diferentes olhares sobre a cidade. Sob a ótica de Georg Simmel, podemos dizer que cada um foi moldado em sua especialidade e "essa especialização torna um indivíduo incomparável a outro e cada um deles indispensável na medida mais alta possível" (SIMMEL *apud* VELHO, 1987, p. 11).

As fontes literárias locais revelam, com muita potencialidade, os aspectos da vida urbana e cotidiana do município de Duque de Caxias. A poesia, nas obras de Barboza Leite, e a crônica de Santos Lemos, mesmo com estilos diferentes e particularidades literárias, são igualmente válidas como fontes históricas. As fontes literárias locais produzidas por nossos autores revelam diferentes sensibilidades na apreensão e representação da realidade.

A CIDADE E SUAS LETRAS

Quando escolhemos as obras de Barboza Leite e Santos Lemos para refletir sobre a historicidade de Duque de Caxias, no que diz respeito à promoção de uma história cultural no município, podemos notar uma identificação com as ideias de Roger Chartier (2002), pois ali identificamos a construção de uma realidade social, que pode ser pensada a partir dos escritos desses autores. A percepção que fazem do cotidiano social duquecaxiense é produtora de estratégias e práticas que justificam e legitimam as escolhas e condutas de suas personagens.

> A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se intelegível e o espaço ser decifrado. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias

ISBN **978-65-990229-0-6**

> e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Em suas obras, Barboza Leite e Santos Lemos abrem espaço para o discurso da realidade social dos trabalhadores, dos excluídos, dos marginalizados, da luta por representação deste espaço da sociedade. Cada um conta a história da cidade, lançando seus olhares sobre sua contemporaneidade, fazendo com que suas personagens reais possam ser lidas, interpretadas, com o fim de decifrar o seu espaço, que é a cidade.

Para Chartier, documentos trazem palavras, expressões e estilos de escrita cujo sentido só é possível perceber quando colocados em seus contextos próprios de produção e circulação. As representações desses autores espelham ideias e concepções que refletem relações, interesses e mecanismos pelos quais os grupos tentam impor a sua concepção do mundo social, os seus valores e o seu domínio (CHARTIER, 2002).

Se por um lado, Francisco Barboza Leite foi o migrante que chegou a Duque de Caxias e com sua arte foi capaz de reintroduzir a imaginação e a linguagem ao espaço, lançando seu olhar à cidade sob uma nova ótica, atribuindo a ela significado e absorvendo-a, sendo por ela absorvido, tornando-se cidadão; por outro lado, nas obras de Santos Lemos, observamos uma cidade contada a partir da transgressão, de um olhar sobre a realidade vivida, sem a cumplicidade que se abriga no olhar cúmplice da arte.

Vivenciamos, em ambas as obras, exemplo do esforço de Simmel em dar resposta à acomodação da personalidade aos ajustamentos de forças externas.

> O homem é uma criatura que procede a diferenciações. Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu. Impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exibem contrastes regulares e habituais – todas essas formas de impressão gastam, por assim dizer, menos consciência do que a rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas. (SIMMEL in VELHO, 1987, p. 12)

Sob tal ótica, analisamos as diferentes impressões sobre a cidade nas obras de Barboza Leite e Santos Lemos, percebendo as acomodações e contrastes que o cotidiano urbano moldou em cada um desses autores. Por exemplo, Santos Lemos evidencia uma ausência do Estado no município, que crescia apoiado em iniciativas particulares, na falta de fiscalização, no lenocínio e na contravenção (LEMOS, 1980, p.26).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Lemos chamava Duque de Caxias de "cidade aberta", onde prevalecia a corrupção, a prostituição, o jogo do bicho, a maconha, a discriminação racial e a violência policial, que se manifestava nas torturas e extermínio de presos, principalmente de negros.

Nas memórias de Santos Lemos, nota-se a denúncia da dupla face da cidade: miséria e prosperidade. Para ele, nessa cidade todos ganhavam com a jogatina: os funcionários, o comércio, a construção civil e a polícia, que recebia pelo silêncio e pela proteção.

De outra forma, Barboza Leite faz uma exaltação às belezas naturais e a um esforço de construção da cidade, pautado no trabalho de seu povo, tal como podemos verificar na canção composta pelo autor – letra e música –, *Exaltação à Cidade de Duque de Caxias*, com os arranjos sinfônicos do maestro Clóvis Ferreira Lima, e que se tornou o hino do município por meio da Lei nº 1616, de 28 de dezembro de 2001, esta de autoria do vereador Laury Villar. Entretanto, o hino foi executado pela primeira vez no encontro de trabalhadores do município, na década de 1960, no SESI de Duque de Caxias. Apesar de ser tocado em vários eventos públicos, o hino só passou a ser oficial depois de mais de 40 anos.

> Todo arvoredo é uma festa
> de pardais acordando a cidade.
> Toda a cidade é uma festa de metais
> em inesperada atividade.
> Caxias, ecoam clarins sobre tuas colinas;
> o sol é uma oferta de cores sobre tuas campinas.
>
> Quando mal adormeces já estás levantada:
> És do trabalho a namorada.
> Tuas fábricas se contam às centenas.
> Um grande povo teu nome enaltece,
> Construindo riqueza, inspirando beleza
> Que ao Brasil oferece
> Nesta baixada onde Caxias nasceu,
> O progresso é o lema que o trabalho escolheu.
>
> De plagas distantes, deste e de outros países,
> São os teus povoadores,
> Toda essa gente no esforço viril,
> de fazer do teu nome um pendão do Brasil.
> (LEITE, 2011, p. 2)

A trajetória de Barboza Leite pode ser compreendida ao longo de suas obras, levando-nos a perceber que o autor faz da cidade de Duque de Caxias um tema importante a ser discutido e significado. Barboza conseguiu representar a cidade, seus habitantes, seu espaço, em letras, tintas e versos, com propriedade que possibilita a todos que se debruçam sobre seus escritos, (re)conhecer este espaço vivenciado e vivido pelo artista.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> Quando chegou a Duque de Caxias, a cidade era pouco mais que uma estação de trens maria-fumaça, cercada de casas humildes em ruas sem calçamento, esgoto e água encanada. Entretanto, tinha algo que encantava aquele cearense do sertão: uma população emigrada que criara um verdadeiro microcosmo cultural miscigenado. Em Caxias, Barboza se sentia em "casa", pois tinha o seu "sertãozinho" a poucos quilômetros da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. (TORRES, 2015, pp. 221-222)

Francisco Barboza Leite integra sua obra ao conhecimento que adquire *in loco*, vivenciando a formação do espaço, da história em permanente construção. Quem, ao ler *A Grande Feira de Duque de Caxias*, cordel de Barboza Leite, não reconhece as curvas que esta faz ao longo da avenida? A malandragem? Os sabores e dissabores da feira? O sofrimento dos feirantes?

> Enquanto a feira prossegue
> feito uma cobra a andar
> caro leitor não se esfregue
> na moça que quer passar
> -sou amigo em lhe avisar:
> pode atrás vir o marido
> fingindo-se distraído
> pega você de bolacha
> o pau da venta lhe racha
> para não ser intrometido.
> (...)
> Tem milho assado e cozido
> e até calça aparece
> - o que é proibido
> mas, a lei não se obedece,
> o comércio se favorece
> quando chegam do sertão
> aves de arribação
> tem preá e até tatu...
> só não se vende urubu
> outra espécie em extinção.
> (LEITE, s/d, p. 5-6)

De acordo com Stélio Lacerda, "a feira livre aos domingos, em Caxias, não era simples lugar para 'ir às compras', mas uma projeção da cultura nordestina na Baixada Fluminense" (LACERDA, 2001, p. 137). A grande feira de Duque de Caxias simbolizava a união do passado nordestino ao presente duquecaxiense do poeta.

A obra de Barboza Leite interliga-se ao conhecimento do espaço por ele vivido, representando-o de forma que possa haver interação, integração e reconhecimento que o leitor faz de si e do espaço apresentado pelo autor. Estabelece-se um diálogo entre autor, obra e leitor, pautado em experiências do vivido comuns a todos.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Longe de estar alheio aos problemas sociais, Barboza Leite procurava expressá-los através da forma poética de sua arte. Uma afirmação de Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima, em *As Transformações Urbanas e suas Implicações na Promoção Humana*, embora atribuída à cidade do Rio de Janeiro, ressalta bem a proposta de Barboza Leite quando "a imagem da cidade precisava, então, ser capaz de criar uma cumplicidade entre ela e seus habitantes, mesmo que nem todos se identificassem plenamente com o urbano" (LIMA, 2010, p. 93).

Assim como a reforma da cidade do Rio de Janeiro era vista como um produto artístico e técnico, pautado em conceber uma cidade ideal com modelo a ser alcançado (LIMA, 2010, p. 97), percebemos na obra de Barboza Leite, a idealização de crescimento e mudança pautada no progresso. É a proposta do homem ultrapassando seus limites e os limites de sua área de atividade, como propõe Simmel, e a cidade estendendo-se além de seus limites imediatos.

> O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos. Apenas esse âmbito é a verdadeira extensão da cidade, em que sua existência se expressa. (SIMMEL in VELHO, 1987, p.21)

De acordo com Alexandre dos Santos Marques, para Barboza Leite que, na área cultural, foi o ator social que mais circulou pelos espaços culturais e políticos da cidade e o que mais influenciou a formação de novos intelectuais e grupos culturais, essa Praça era o espaço ideal para a divulgação das atividades culturais da cidade.

> [Barboza Leite] afirmou que o seu partido era a cultura. Defendia veementemente em seus artigos a necessidade da construção de uma biblioteca, de um teatro e de uma casa de cultura pelo poder público. Demonstrando sua percepção política, apontava a praça que existia em frente a estação ferroviária como o local ideal para abrigá-los, pois, ali a movimentação de pessoas era considerável. (MARQUES, 2005, p.96)

Analisando os limites e efeitos impostos aos autores, já nas obras de Santos Lemos verificamos o tom denunciador e provocador para tratar a cidade. No prefácio da obra *O Negro Sabará*, de sua autoria, Lemos expõe de forma crua e realista sua visão da cidade. É para ele, a "Caxias City", a "Cidade do Pecado", um "Município constituído, quase em sua maioria, de flagelados do Norte e do Nordeste do País", mas evidencia – de forma menos poética que Barboza Leite – a entrada do município em uma era de paz e concórdia, trabalho e progresso, com um esforço para se atingir, através do aprimoramento, a perfeição (LEMOS, 1977, prefácio).

A cidade que abrigava, em seus espaços, os pontos de encontro para prosa de companheiros, a exemplo a Praça do Pacificador, tal como relata

ISBN **978-65-990229-0-6**

Lacerda, revela diferentes discursos em sua leitura. Era o espaço das levas de trabalhadores, da gente do povo durante o dia e à noite, que dava voz ao discurso dos excluídos e marginais, prostitutas, malandros e viciados que tomavam seu espaço (LACERDA, 2001, p. 126).

As memórias de Santos Lemos têm um tom denunciador, pois ao analisar a cidade coloca-a em evidência sob muitos aspectos. O autor descreve onde são realizados os múltiplos encontros alimentados por trocas que estabelecem as relações sociais. As ruas passam a ser, então, o palco dos sucessivos episódios, enfim, *lócus* das diversas representações da sociedade.

> Quem chegasse a Caxias, nos idos de 53 a 58, descia na Estação Ferroviária da Leopoldina ou na Praça do Pacificador, mesmo quando era mato puro, convicto que estava correndo perigo, pois a qualquer momento podia romper um tiroteio e o povo sair correndo, desabalado de terror, sem saber direito para onde. (LEMOS, 1967, p. 107)

É interessante observar como aparecem no imaginário social os aspectos da Guerra Fria, daqueles anos da década de 1960, em que a própria cidade de Duque de Caxias é associada à Coreia, uma zona de disputa e conflitos geopolíticos entre Estados Unidos e União Soviética e, por isso mesmo, de instabilidade política, de ingovernabilidade. Da mesma forma, o uso da expressão "Paralelo 38" aparece nos escritos de Lemos, para demarcar territórios em oposição. Com o fim da Guerra da Coreia, em 1953, consolidou-se a divisão da Coreia em dois países, Coreia do Norte e Coreia do Sul, tendo o Paralelo 38 como a linha que divide a península coreana em duas realidades completamente distintas, assim como no caso de Duque de Caxias.

> O Café e Bilhares Líder seria um botequim como outro qualquer, em Caxias, não fosse uma circunstância especial que o consagrou como o "Paralelo 38". É que, quando o tempo fecha e os outros bares cerram as portas em meio ao pânico e ao terror, o [...] Líder permanece aberto, conquistando a melhor freguesia. Quase ao lado da Delegacia e com os fundos voltados para a fachada da residência do Deputado Tenório Cavalcanti, o bar fica situado na Avenida Plínio Casado, próximo à esquina com a Rua Pinto Soares, ou seja, na zona ultra perigosa. (LEMOS, 1967, p. 104).

Em outro momento, Santos Lemos descreveu a paisagem urbana do centro do município, partilhando-o por meio da estrada de ferro e balizando-o a partir dos pontos de poder que demarcavam o jogo político da cidade.

> Caxias era – e é – dividida ao meio pela linha férrea. Do lado direito, ficava o "Ponto do Briga" na Vila São Luís. A casa do prefeito, erguida no alto de um morro, sem arquitetura, bastante caótica, mas curiosa. Deste lado estava o mais novo

ISBN **978-65-990229-0-6**

> bairro da cidade – 25 de Agosto – onde as construções eram numerosas e se faziam com grande rapidez. Do outro lado, o esquerdo, estava a Delegacia, o 311, bem próximo à residência do Deputado Tenório, construção frágil demais para merecer o título de "Fortaleza" que lhe deram. Deste lado, já se encontravam o Cemitério do Corte Oito, a Praça do Pacificador, a Praça 23 de Outubro, a Praça da Estação, além da Matriz Santo Antônio, com sua linda e branca fachada, na rua José Alvarenga, do lado direito de quem entra na Av. Nilo Peçanha. Ficava a Prefeitura na Av. Rio - Petrópolis, em frente a um bordel [...]. na Av. Nilo Peçanha, situava-se o maior comércio da cidade, com exceção do da Travessa Manoel Correa [...] sempre movimentada e cheia de gente. (Lemos, 1967, pp. 109-110)

Como propôs Beatriz Sarlo, em sua obra *A Cidade Vista: mercadorias e cultura urbana*, "não há cidade sem discurso sobre a cidade". Analisar o que foi escrito por Barboza Leite e Santos Lemos, nos remete à observação sobre o discurso proposta por Sarlo quando escreve: "A cidade existe nos discursos tanto quanto em seus espaços concretos, e, assim como a vontade de cidade a transformou num lugar desejável, o medo da cidade pode transformá-la num deserto em que o receio prevaleça sobre a liberdade" (SARLO, 2014, p. 92).

No discurso de cada um, tanto de Barboza Leite, quanto de Santos Lemos, evidenciamos personagens que ajudam a construir a cidade; são agentes que constroem e dão força a memórias e identidades. São personagens reais, não fictícios, que respiram, vivem e sentem a cidade em si; que sofrem as ações, refletem e criam representações da cidade.

Com a experiência da realidade, Santos Lemos vai relatar a história dos transgressores, dos marginalizados, dos conflitos, tensões e desigualdades sociais. São relatos de "uma fase da história do município de Duque de Caxias, fase da qual não nos orgulhamos, mas que, lamentavelmente, não podemos negar" (LEMOS, 1980, p. 7).

Em sua literatura, escancaravam-se as portas de uma galeria que exibia tipos que a sociedade evita dar voz: prostitutas, bicheiros, malandros e marginais de todos os tipos (ALMEIDA, 2014, p. 98).

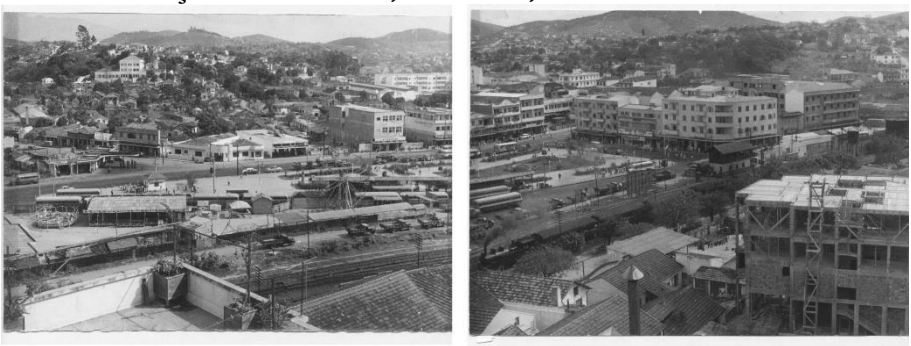
OS DOIS LADOS DA CIDADE

Bairro Jardim 25 de Agosto – anos 1950

ISBN **978-65-990229-0-6**



Praça do Pacificador, no Centro, e linha férrea – anos 1950



Acervo iconográfico do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias

É fato que Santos Lemos vivenciou, sofreu e, por fim, participou. Consta de suas memórias a crítica à repressão, mas relata que se inseriu na mesma. No último capítulo do terceiro volume da série *Crimes que Abalaram Caxias*, obra intitulada *Os Donos da Cidade*, o jornalista comenta acerca de um fato que o fez participar de um dos crimes cometidos pelos investigadores da Delegacia 311 (ALMEIDA, 2014, p. 105).

> Mas havia um grave inconveniente: aquele maldito repórter que parecia não gostar de ninguém, ter ódio no coração, não se podia nem dar um tapa num preso, principalmente se fosse preto, que ele estampava nos jornais em que trabalhava. Quanto mais matar... Um investigador mais esperto resolveu o problema: o jeito era levá-lo também naquela viagem às plagas longínquas dos rincões caxienses, em que só os policiais é que voltavam. (...) Fazê-lo matar também. Isto calaria a sua boca, quebraria sua pena, escangalharia sua máquina de escrever. (...) O jornalista, sentindo repugnância, fez pontaria para a testa (...). O derradeiro disparo ecoou pela escuridão da noite. (LEMOS, 1980, p. 140)

ISBN **978-65-990229-0-6**

Evidencia-se uma interação entre as lembranças de Santos Lemos com a sociedade duquecaxiense e com os grupos dos quais fez parte e na Duque de Caxias de seu tempo, alguns jornais existiram, nasceram e viveram às custas das reportagens sobre crimes que ali aconteceram (ALMEIDA, 2014, p. 106). Silbert Santos Lemos conheceu e trilhou os caminhos do submundo duquecaxiense e testemunhou inúmeros fatos na "Caxias City" que tentou entender. Seus livros nasceram, na própria opinião do autor, devido às desilusões que teve na imprensa, quando não conseguia reconhecer suas matérias, pois as alterações realizadas na redação demonstravam que os repórteres eram "aquela peça *sine qua non* na máquina de um órgão de imprensa: obscura, desconhecida e não prestigiada" (LEMOS apud ALMEIDA, 2014, p. 106).

Laís Costa Velho, em sua obra *Caxias - Ponto a Ponto*, assinala a necessidade de se compreender os fatos que levaram Caxias a obter a fama obscura, como relatada nas obras de Santos Lemos. Olhar a formação do município, estar atento aos interesses em jogo e reconhecer o crescimento industrial e comercial da cidade, são apontados por Velho como importantes fatores na compreensão da cidade (VELHO, 1965, p. 27).

> Muita gente pergunta:
> - Por que, Caxias só tem bandidos?
> Uma pergunta lacônica e maliciosa. Uma pergunta direta e que traz na bôca do inquiridor a prova total do desconhecimento dos problemas. Uma pergunta dirigida, forjada e criada por uma série de problemas e fatôres, servindo a um sem-número de interesses particulares.
> Na verdade, uma terra fértil, populosa e obreira, não poderia nunca merecer de alguns, uma herança sistemática que terá que arrastar ainda por muitos anos. (VELHO, 1965, p. 27)

Miséria e prosperidade são as duas faces que representavam a cidade de Duque de Caxias. De acordo com Lemos, "se o lema de nossa bandeira era ordem e progresso, o de Caxias era desordem e progresso" (LEMOS, 1980, p.26). As representações da cidade de Duque de Caxias estavam relacionadas à discriminação racial, miséria e autoritarismo; assassinatos, prisões e torturas; prostituição, jogo do bicho e ausência de um aparato urbano que retratasse a ordem na cidade. Uma periferia onde as disputas pelo poder recorriam à coerção e aos desmandos da classe dominante, refletindo-se nos segmentos da população marcada pela miséria e violência (ALMEIDA, 2014, p. 110).

Em sua obra, *A Centralização do Poder e a Crítica aos "Planejadores" Urbanos: questões para debate sobre a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990*, Rosane Cristina Oliveira apresenta o conceito de cidade a partir da leitura de Henry Lefebvre, que discute a realidade urbana que engloba as classes que habitam a cidade de forma cultural, política e econômica, na formação da sociedade urbana. A cidade é um local de atividades culturais, mediações políticas, disputas por poder e busca por centralidade (LEFEBVRE apud OLIVEIRA, 2013, p. 57).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Tais eventos são evidenciados na Caxias de Silbert dos Santos Lemos e Francisco Barboza Leite. Contemporâneos em uma cidade que fervilha disputas e tensões. Moldada pela ação de diferentes sujeitos históricos, Duque de Caxias, como objeto de pesquisa e personagem das páginas destes autores, revela-se com várias possibilidades de leitura da realidade social e das disputas políticas operadas na localidade, o panorama social, a discriminação sofrida pela população marginalizada e as práticas violentas e corruptas do poder constituído (ALMEIDA, 2014, p. 111).

A observação sobre uma sociedade sofrida e marginalizada na cidade de Duque de Caxias também pode ser evidenciada nas obras de Barboza Leite, como em *Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias*. Barboza Leite descreve uma sociedade estruturada em fatores sociais que demandam ações arbitrárias e assume o papel de denunciar a violência. Diferente de Santos Lemos, Barboza Leite utiliza-se da arte, da poesia. Porém, apesar do romantismo contido em suas palavras, o autor não está alheio à realidade.

> Mas, outras instâncias se entremeiam
> em tintas e planos adversos e insólitos.
> E, por que excusar-se o verso de afrontá-los
> - se a vergonha é de todos e a coragem é de poucos.
> até que se enuncie, dos valores aflitos,
> o grito que anule tamanhos absurdos?
> (LEITE, 1986, p. 13)

Nos versos, o autor assume o papel de denunciar a violência e desvelar o fato de que o consentimento de muitos a ela, associa-se ao medo.

> São espaços mutilados, como bocas assustadas,
> e como nódoas que irrompem num rosto angustiado.
> (...) Ali a vida sobrevive de milagres e desintegra-se,
> a alma humana, como expungida das graças vitais,
> expungida dos favores divinos; expungindo o homem
> ou discriminado, o ser, de seus direitos naturais?
> (LEITE, 1986, p. 13)

A obra de Barboza Leite, em suas variáveis abriu caminhos para diálogos com redes de relações sociais, aproximando a sociedade de seus espaços de poder, pois se utiliza da arte e cultura como meio de transformação social.

Na obra *Um Antropólogo na Cidade: ensaios de antropologia urbana*, Gilberto Velho atenta para a existência de mediadores que estabelecem comunicação entre grupos e categorias sociais distintos. O mediador, como entendemos que Barboza Leite o seja na cidade de Duque de Caxias, na concepção de Velho, atua potencialmente alterando fronteiras com seu ir e vir, transitando informações e valores. (VELHO, 2013, p. 147)

Ao contar a história da cidade de Duque de Caxias e suas personagens, Barboza Leite mostra-se atento aos seus silêncios e clamores. A cidade adormece e acorda sob o olhar do poeta, que vislumbra o ritmo de seu progresso. Olhar

ISBN **978-65-990229-0-6**

que pode visualizar a dor, o preconceito, a discriminação, marginalidade e violência descritos na obra de Santos Lemos, mas que sob a ótica poética também enxerga a capacidade local como ponto de chegada para muitos, sendo um local fértil e hospitaleiro.

No cordel *Barboza Leite no Rastro dos Impressionistas*, Pedro Marcílio descreve bem o legado de Barboza Leite:

> Foi em uma infinidade de tiras
> Que Barboza deixou os traços
> De uma sensibilidade artística
> Bem focada num vivido espaço
> Que se expandiu numa cultura
> Tão bem calcada em seu rastro.
> (MARCÍLIO, s/d, p. 8)

Barboza Leite testemunhou a sua temporalidade e nela fez transitar informações e valores que perpassaram seu tempo e contribuíram para lançar bases para a constituição da cultura na atualidade.

PARA CONTINUAR A REFLETIR

Uma cidade em constante reflexão sobre si mesma é o que nos mostram as obras dos autores selecionados para este estudo. Ao examinar as memórias de Barboza Leite e de Santos Lemos, envolvidas nos cenários de suas obras, buscamos compreender como as vivências do cotidiano deram sentido às suas produções. Ao se identificar com o *lócus*, imprimindo significações às suas memórias individuais, carregadas das memórias coletivas, os autores representam suas trajetórias vividas nos seus escritos que nos servem como fonte para a investigação problematizante da história e para buscar compreender a cidade na qual vivemos.

Nessa perspectiva, percebemos a complexidade de uma cidade da Baixada Fluminense, que tenta reconstruir suas próprias interpretações, ao buscar compreender as representações que Barboza Leite e Santos Lemos fazem dela, pois ao reconhecer Duque de Caxias como espaço de múltiplas identidades, consideramos as mesmas essenciais para o entendimento da nossa própria história, proporcionando condições de reconhecimento da população como sujeito do seu fazer.

Tanto os escritos de Barboza Leite, quanto os de Santos Lemos resultam de suas experiências do vivido, do tempo nas ruas, na prisão, nos recônditos da cidade, na feira, na convivência com as mais diversas personagens. Suas obras ligam-se por letras que revelam pessoas reais, relegadas muitas vezes ao segundo plano, que passariam sem se tornar parte da história. São letras que dão vida à própria sociedade para que se reconheça como sujeito histórico, permitindo a leitura crítica do mundo vivido.

ISBN **978-65-990229-0-6**

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de. **Olhares sobre uma Cidade Refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)**. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.

_____. **Por "Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias": memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990).** Duque de Caxias: ASAMIH, 2019.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002.

COSTA VELHO, Laís. **Caxias, Ponto a Ponto (1953 a 1957)**. Duque de Caxias: Editora Agora, 1965.

DUBY, Georges. *História social e ideologias das sociedades.*In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1995.

ACERDA, Stélio. **Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60 (fragmentos de memória e registros diversos)**. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

LEITE, Francisco Barboza. **A Grande Feira de Duque de Caxias**. Cordel. Duque de Caxias: Edição do Autor, [19--].

_____. **Exaltação à Cidade de Duque de Caxias**. Cordel. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2011.

_____. **Trilhas Roteiros e Legendas de uma Cidade chamada Duque de Caxias**. Duque de Caxias: Editora do Consórcio de Administração de Edições, 1986.

LEMOS, Silbert dos Santos. **Sangue no 311**. Rio de Janeiro: Reper, 1967.

_____. **Os Donos da Cidade**. Duque de Caxias: Caxias Recortes, 1980.

_____. **O Negro Sabará**. São João de Meriti: Destaque, 1977.

LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. *As Transformações Urbanas e suas Implicações na Promoção Humana.* In: ROCHA, Geraldo da; NOVIKOFF, Cristina (Orgs.). **Desafios da Práxis Educacional à Promoção Humana na Contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação, 2010.

MARCÍLIO, Pedro. **Barboza Leite no Rastro dos Impressionistas**. Cordel. Duque de Caxias: [s.n.], s/d.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma Área Periférica** - **Duque De Caxias (1950-1980).** Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2005.

OLIVEIRA, Rosane Cristina. *A Centralização do Poder e a Crítica aos "Planejadores" Urbanos: questões para debate sobre a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990.* In: **Revista Magistro.** Vol. 7; Num. 1. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2013. Disponível em
http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1986
Acesso em 22 de outubro de 2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e literatura: uma velha-nova história.* In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). **História e literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 22-23.
SARLO, Beatriz. **A Cidade Vista: mercadorias e cultura urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.
TORRES, Rogério. **Caxias de antigamente**. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2015.
VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na Cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
VELHO, Laís Costa. *Caxias, Ponto a Ponto (1953-1957).* ***Duque de Caxias: Agora, 1965.***

ISBN **978-65-990229-0-6**

MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS, CIDADE DA BEIJA-FLOR: A IDENTIDADE CARNAVALESCA A SERVIÇO DA POLÍTICA LOCAL

Enderson Albuquerque

INTRODUÇÃO

Algumas cidades são conhecidas através de atributos externamente relacionadas a elas como uma atividade econômica, uma festa cultural ou o fato de ser cidade natal de alguma celebridade. No caso especifico de Nilópolis, sua difusão está associada ao fato de ser sede da agremiação carnavalesca Beija-Flor. Do mesmo modo que uma empresa, dependendo da dimensão de suas atividades e importância para a composição do PIB municipal apresenta considerável peso decisório sobre as políticas públicas estabelecidas em âmbito municipal, instituições culturais podem igualmente exercer essa influência. Nesta perspectiva se desenvolve o presente artigo.

Bonnemaison (2002, p.101-102) por sua vez, assevera que "é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço". Assim, o caso da Escola de Samba Beija-Flor é emblemático por mostrar com uma instituição plasmou uma identidade em um espaço, nesse caso o nilopolitano. Dessa forma, ambicionamos discutir como essa identidade foi construída e os desdobramentos desse movimento para a correlação de forças no citado município.

Para alcançar tal intento, este artigo se divide em duas partes. Na primeira parte apresentaremos uma análise sobre a realidade socioeconômica do município no qual a agremiação em tela está sediada e estabeleceremos a evolução institucional da Escola de Samba nilopolitana desde bloco carnavalesco até se tornar a terceira agremiação com mais títulos no carnaval fluminense. Esse destaque nas disputas carnavalescas foi capaz de originar um orgulho de ser nilopolitano, de ser morador "da cidade da Beija-Flor". Assim, a agremiação gestou uma identidade incontestável a convertendo em uso político. Entender a natureza dessa conversão bem como suas implicações para Nilópolis constitui o cerne da segunda parte deste artigo.

ISBN **978-65-990229-0-6**

De bloco carnavalesco a escola de samba: "olha a Beija-Flor aí, gente!"

Nilópolis localiza-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e, embora oficialmente ocupe uma área de 19, 157 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas(IBGE),apenas9km²sãoocupadospor suapopulaçãode 157.425 residentes de acordo com o último Censo Demográfico. Esses números conferem ao município uma densidade demográfica de cerca de 8.117, 62 hab./km². A instalação desse município, desmembrado de Nova Iguaçu, ocorreu em 1947. Contudo, os termos nos quais se efetivou essa emancipação responde por sua pequena extensão territorial, exatamente no período em que o processo de industrialização era o principal motor de desenvolvimento econômico no país. Nessa conjuntura, Nilópolis já nasceu excluída das possibilidades industriais e, com o passar do tempo, suas discrepâncias econômicas aumentaram em relação a algumas cidades da Baixada Fluminense, tornando-a pouco participativa na composição do PIB total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Na esfera econômica Nilópolis apresenta índices econômicos pífios quando comparado a alguns municípios da Baixada Fluminense e da RMRJ. Para o ano de 2012 o PIB total da Região Metropolitana na qual o município está inserido foi de R$ 261. 090. 608 (em mil reais). Nilópolis contribui com apenas 0,74% desse valor, com um PIB de R$ 1. 935.707 (MARAFON *et. al.*, 2011). Com efeito, entre os 19 municípios integrantes da RMRJ naquele período, Nilópolis possui o 11º PIB da região. Considerando os 13 municípios da Baixada Fluminense, nosso recorte espacial detém o 7º produto interno bruto (TCE,2014).

Internamente, a participação dos setores econômicos indica o destaque das atividades de serviços na composição econômica de Nilópolis, correspondendo a cerca de 90% do PIB do município (TCE, 2014). Uma explicação para essa concentração pode ser formulada a partir de sua área urbana, a qual inviabiliza a existência das atividades primárias e compromete o rendimento do setor secundário.

Em face desse quadro econômico, o destaque da cidade no cenário estadual e nacional é protagonizado pela Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, sediada no município. O fato de essa agremiação carnavalesca ser a principal referência externa do município concede a ela relevante notoriedade na formação identitária entre os moradores, ao mesmo tempo em que favorece o ganho político de seus dirigentes. Nesse caso específico, em consonância com, a produção coletiva de identidade está a serviço de um poder. Desse modo, o território cultural, que precede aos demais, reforça a construção dos territórios "político-econômicos", para o exemplonilopolitano.

Outros municípios da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias, sedia uma Escola de Samba de expressão no carnaval fluminense, a Grande Rio. Entretanto, a referência desse município não se remete unicamente a essa agremiação carnavalesca em razão de seu considerável desenvolvimento

ISBN **978-65-990229-0-6**

econômico, alicerçado, principalmente, em seu pólo petroquímico. Em menor expressão nesse contexto, há ainda as Escolas de Samba Leão de Iguaçu, em Nova Iguaçu e Inocentes de Belford Roxo. Como a importância dessas agremiações se dilui simbolicamente entre os moradores com outras referências, sobretudo as econômicas, essas instituições não sobressaem no contexto local. Devido a essa concorrência, os membros dirigentes dessas Escolas de Samba não se tornaram figuras políticas de grande peso em seusmunicípios.

As Escolas de Samba, por sua vez, foram fundadas, mormente, pelos mesmos organizadores dos blocos de rua e utilizando as concepções artísticas das Sociedades Carnavalescas, como os carros alegóricos a partir de 1926. Considerada a primeira Escola de Samba, "A Deixa Falar", posteriormente rebatizada para Estácio de Sá, surgiu no morro do Estácio. Mangueira, em 1928 e Unidos da Tijuca em 1931, formam a tríade das agremiações mais antigas[72].

Com o apoio do jornal "Mundo Sportivo", em 1932 aconteceu o primeiro desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro na Praça Onze. Devido ao êxito do evento, em 1935 o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, oficializou as Escolas de Samba. Essa oficialização obrigava as Escolas a possuir estatutos sociais e alvará. Cumpridas essas exigências, a instituição passava a utilizar a sigla GR (Grêmio Recreativo), permitindo-lhes vida jurídica legal e uma verba pública para fomentar seu carnaval.

O primeiro registro de evento carnavalesco em Nilópolis ocorreu no período em que a localidade ainda era 7º Distrito de Nova Iguaçu. De acordo com Cardoso (1938, p. 45), "um grupo de pessoas de destaque social [...], levou a effeito, no dia 10 de janeiro de 1921, a primeira batalha de 'confetti' em Nilópolis". Segundo o autor, as primeiras associações carnavalescas no município foram os Borboletas Vaidosas (1914), Flores de Nilópolis (1918), Teimosos de Nilópolis (1924), Bloco Trovadores de Nilópolis (1924), Caprichosos de Nilópolis (1924) e Paladnios de Nilópolis (1927). Entretanto, o principal bloco carnavalesco, responsável em grande medida pela existência midiática do município, surgiu apenas em 1948, a Associação Carnavalesca Beija-Flor, no dia em 25 de dezembro daquele ano.

De forma semelhante às Agremiações do Rio de Janeiro, em Nilópolis a Beija-Flor surgiu do desmonte dos blocos Irineu Perna-de-Pau e dos Texeiras. O primeiro bloco, por sua vez, era composto por integrantes do Clube Santa Rita (REVISTA DA BEIJA-FLOR, 2002). Além de parte dos integrantes fundadores, a agremiação carnavalesca recebeu as cores do Clube Santaritense.

Existem quatro versões para a escolha do nome do pássaro para a Associação Carnavalesca. A primeira defende que a mãe de um dos fundadores, Dona Eulália, sugeriu Beija-Flor por simplesmente gostar do pássaro. A segunda versão sustenta que a escolha foi influenciada por uma fazenda mineira de mesmo nome.

[72] Existem controvérsias quando a formação dessa tríade, pois a Portela, surgida a partir do Bloco Conjunto Oswaldo Cruz em 1923, se considera a Escola de Samba mais antiga em atividade permanente. Contudo, a alteração para o nome Portela ocorreu somente em 1935.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Outras fontes dizem que o nome faz referência a um rancho carnavalesco já existente, o qual desfilava pelas ruas do município de Mesquita e a última versão, a qual flerta com a mística e por razão tornou-se a mais difundida, afirma que um Beija-Flor apareceu no exato momento em que se discutia o nome do bloco.
O carnaval de 1949 foi o primeiro em que a Associação Carnavalesca desfilou em Nilópolis, "quando cerca de 40 foliões botaram o bloco na rua com instrumentos herdados das agremiações anteriores, sem fantasias, mas com muita animação. No ano seguinte, já vestidos de azul e branco, conquistaram o público", conforme registrou a Revista Beija-Flor (2002, p. 11). A mesma publicação traz uma foto do ano seguinte (Figura 1), no qual a Associação desfilou na Avenida Mirandela, principal via local do município de Nilópolis.



Figura 1- Registro fotográfico do Bloco Beija-Flor em 1950.
Fonte: Revista Beija-Flor (2002, p. 11).

Somente em 1953 a Associação virou Grêmio Recreativo quando se inscreveu na Confederação das Escolas de Samba. No ano seguinte a escola da Baixada Fluminense apresentou o enredo "O caçador de Esmeraldas", tratando dos Bandeirantes e suas contribuições para o desbravamento territorial do Brasil. No ano de sua estréia nas disputas carnavalesca, a Beija-Flor foi campeã do então grupo 2. No ano seguinte, 1955, a escola fez sua primeira apresentação no grupo principal do carnaval ficando na 6ª posição.
Entre os anos de 1955 e 1963 a azul e branco nilopolitana permaneceu na elite do carnaval. Todavia, com exceção de 1962, ano no qual ficou em segundo lugar

ISBN **978-65-990229-0-6**

com o enredo "Dia do Fico", narrando fatos referentes ao evento histórico nacional, a Beija-Flor havia conquistado colocações modestas. Nesse período a agremiação obteve, além das posições mencionadas, por uma vez a 7º, a 8º e a 9º colocação na disputa, e em três anos (1956, 1958 e 1963) a 10º posição. No último ano em que ficou na 10º posição, a Escola foi rebaixada para o grupo 2. "Somente a força popular não foi suficiente para manter a escola na elite, naquela época os recursos eram escassos, a subvenção pública era pequena e o município, recém emancipado, não possuía grandes quantias a investir" (SANT'ANNA JUNIOR, 2010, p. 38).

No ano em que regressou para grupo 2, A Beija-Flor apresentou o enredo "Café, riqueza do Brasil", ficando com a 12º posição. Devido ao resultado, a agremiação foi novamente rebaixada, dessa vez para o grupo 3. A Escola de Nilópolis permaneceu nesse grupo por três carnavais até 1967, quando conquistou o vice-campeonato com enredo sobre a queda da monarquia.

De volta ao grupo 2 em 1968, a família Abraão David iniciou sua aproximação oficial com a agremiação. Nesse ano, Anísio Abraão assumiu de forma interina a presidência da Escola. No ano seguinte o cargo foi assumido por Heitor Silva, o qual permaneceu até 1972. Apesar da aproximação e do auxílio financeiro da família Abraão, a Beija-Flor continuou no grupo de acesso até 1973, quando apresentou o enredo "Educação para o desenvolvimento" obtendo a 2º posição e, consequentemente, o regresso para a elite do carnaval.

A característica culturalista das temáticas beijaflorianas permaneceu após o ano de 1972, contudo, passou a competir com enredos de conteúdo mais político. Essa alteração teve início no ano seguinte quando a agremiação retornou ao principal grupo do carnaval sob a presidência de Nelson Abraão David. Desde essa volta, a agremiação não tornou a ser rebaixada. Em 2018, a Beija-Flor completou 44 anos seguidos na elite do carnaval do Rio de Janeiro. Nessas mais de quatro décadas, a agremiação conquistou 13 títulos e em apenas em quatro disputas (1974, 1975, 1992 e 2014), nas quais amargou a 7º posição, não ficou entre as seis melhores colocadas, conforme aponta o quadro 2. Se em 1973 Nelson era o Abraão responsável pela gestão da instituição, em 2018, após 45 anos, o Abraão que a comanda é seu sobrinho, Ricardo.

Da mesma forma que a contagem do tempo no Ocidente, compreender a história da Beija-Flor exige considerar um "antes" e um "depois". Descontadas às devidas proporções, enquanto o nascimento de Cristo tornou-se o divisor histórico para o Ocidente, as gestões dos Abraão tornaram-se os divisores de água para contar a história da Beija-Flor. Até 1976, ano em que conquistou o primeiro campeonato na elite do samba, a azul e branco de Nilópolis era apenas uma escola pequena no mundo do samba que transitava entre o primeiro e o segundo grupo do carnaval. A partir da segunda metade da década de 1970 a Beija-Flor passou a ocupar papel de destaque entre as grandes Agremiações do carnaval carioca.

Essa ascensão só foi possível em razão do aporte financeiro de um mecenas da contravenção nascido e sediado em Nilópolis: Aniz Abraão David. Sob o

ISBN **978-65-990229-0-6**

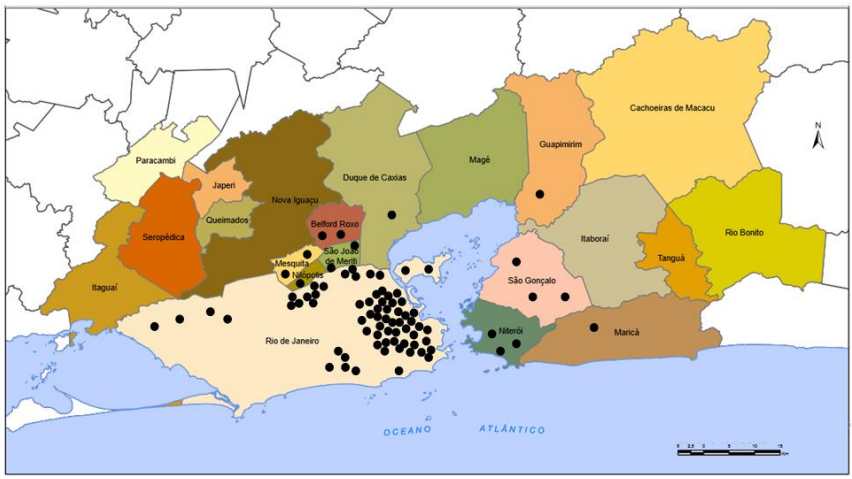
domínio da família Abraão, a família Beija-Flor se fortaleceu e consolidou-se entre as maiores potencias do carnaval do Rio de Janeiro. Enquanto esta primeira parte analisou a Beija-Flor no período A/A- antes dos Abraão, a segunda parte deste artigo objetiva o momento D/A, no qual a Escola de Samba passou a ser a principal instituição para produzir identidade positiva na Baixada Fluminense.

Identidade construída, uso político determinado: carnaval e política no contexto nilopolitano

A RMRJ é marcada por seu caráter altamente concentrador. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro, por ter sido, também, capital do país entre 1763 e 1960, agregou historicamente serviços de diferentes naturezas. A pujança política e econômica da cidade foi responsável em atrair população de outras regiões do Brasil e de extratos sociais distintos.

Essa dimensão concentradora do Rio de Janeiro no aspecto cultural atinge também a geografia das Escolas de Samba do carnaval fluminense. Considerando todas as Escolas de Samba do estado do Rio de Janeiro que concorrem nos grupo Especial, A, B, C, D, e E, atualmente existem 86 Agremiações. Desse total, apenas 19 não são sediadas na cidade do Rio de Janeiro. O núcleo da metrópole é aquele que tem mais Agremiações em todas as séries do carnaval fluminense. A distribuição espacial das escolas de samba aparecem expresso na figura 2.

FIGURA 2- Distribuição Geográfica Das Escolas De Samba Da RMRJ



Fonte: organizado pelo autor a partir de mapa da CEPERJ, 2014.

A análise do mapa da RMRJ aponta para a predominância de Agremiações carnavalescas na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nessa porção carioca foram fundadas as Escolas mais antigas do carnaval como a Mangueira e a Unidos da Tijuca. Atualmente pouco mais de 20% das Escolas de Samba dos seis grupos do

ISBN **978-65-990229-0-6**

carnaval estão na periferia metropolitana- apenas uma agremiação se encontra fora dos limites metropolitano, a Império de Petrópolis.
Entre as 13 Escolas de Samba que já venceram na elite do carnaval fluminense, apenas duas não são da cidade do Rio de Janeiro. A Unidos do Viradouro, campeã apenas em 1997 e a Beija-Flor de Nilópolis, detentora de 13 títulos no grupo principal. Assim, dos 74 carnavais já disputados, o troféu atravessou a ponte Rio - Niterói uma vez, em outras 13 oportunidades rumou para a Baixada Fluminense, porém, em 60 disputas permaneceu no Rio de Janeiro.
Mesmo após a emergência de Escolas de Samba fora do núcleo da metrópole, as Agremiações cariocas ainda concentram os títulos. Se hodiernamente vencer as Escolas de Samba da capital é tarefa árdua, em 1976 o desafio era maior. De acordo com matéria publicada na Revista Beija-Flor (2013, p. 23), referindo-se ao carnaval de 1976, "o presidente do Conselho Consultivo, Ary Rodrigues lembra que em todo período que antecedeu o desfile, os colegas e amigos das quatro principais escolas de samba da época brincavam e debochavam da Beija-Flor, chamando-a de 'escola da roça'".
Naquele ano, a agremiação "roceira" impediu o tri-campeonato do Salgueiro com a vitória do enredo "Sonhar com Rei dá Leão". Mais que um título carnavalesco, a consagração daquele ano se revestiu de uma redenção sociopolítica maior, pois, de certa forma, a periferia venceu a metrópole e Nilópolis rompeu a hegemonia de Madureira e dos morros do Borel e da Mangueira no reinado do carnaval. Motta (2012, p. 31) revela parte desse sentimento a partir do depoimento de uma integrante da Beija-Flor a qual afirma: "A gente desce com toda a empolgação para ganhar das escolas do Rio".
A vitória da azul e branco de Nilópolis na elite alterou, de fato, a correlação de forças na estrutura carnavalesca do Rio de Janeiro e conduziu a mudança geográfica na premissa do samba. Em matéria publicada no jornal O Globo de 6 de fevereiro de 1976 e reproduzida parcialmente pela Revista Beija-Flor (2016, p. 69), o depoimento de dois entrevistados revela essa alteração:

> "é a Beija-Flor e está decidido. Vocês agora, quando quiserem ouvir um samba, vão ter é que tomar um trem até Nilópolis. É isso aí. Acabou o tabu, o tabu mixou." (Nelson Barros, morador de Nilópolis e "fanático" pela Beija-Flor de Nilópolis). "Minha grande alegria com esse resultado é que, a partir de agora, samba não é mais privilégio da Vila, nem de Madureira. O samba é de todo o estado do Rio, principalmente da baixada fluminense" (Roberto Silva, Portelense e morador de Madureira).

A Baixada Fluminense, que até então era identificada amplamente por meio de suas deficiências estruturais e da violência, passava a apresentar outro elemento

ISBN **978-65-990229-0-6**

para servir de associação para os agentes externos com a vitória da Beija-Flor. A identidade das pessoas de um determinado lugar está em larga medida ancorada na concepção desse espaço para os agentes externos a ele. Por essa perspectiva, a ascensão da azul e branco de Nilópolis fornecia um elemento identitário positivo para os moradores da Baixada Fluminense. Foi nesse contexto que a Beija-Flor, sobretudo a partir de 1976 e sedimentado com os posteriores campeonatos de 77 e 78, passou a ser a instituição mais exitosa em produzir, naquele cenário, a identidade entre os moradores não apenas de Nilópolis, mas também entre os moradores dos demais municípios baixadianos.

Com efeito, mais que simplesmente expor a grandiosidade do êxito da agremiação em tela, pretendemos enfatizar a importância do evento 76, 77, 78 para a consolidação de uma identidade no município. A construção da identidade, por sua vez, "está visceralmente vinculada às relações de poder e a disputa por este poder. Assim, afirmar identidades e definir quem são os diferentes é definir quem vai ter acesso aos bens materiais e simbólicos disponíveis naquele território" (SIMÕES, 2008, p. 38).

Norteado por essa premissa, almejamos entender a conotação política da identidade para o contexto nilopolitano a partir da Escola de Samba local. Antes, porém, iniciaremos uma discussão conceitual a respeito da identidade para depois delimitarmos a qual tipo de identidade a agremiação em questão suscita no município considerado.

A identidade é construída a partir de distintas naturezas. Podem-se formar identidades a partir do local de origem, da orientação sexual, do gosto esportivo, do posicionamento ideológico, da formação intelectual, da religião professada, do *status* socioeconômico entre outras formas. A combinação possível a partir dessa gama de elementos de formação identitária apresentados pela autora, podem gerar arranjos complexos e identidades contrastantes no seio de um grupo unificado por um sentimento de identidade. É nesse sentido que o conceito de identidade para Castells (1999, p. 22) diz respeito ao "processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado".

A primeira aproximação referente à identidade, compreendida a partir de Castells, sugere que esse conceito se baseia em atributos culturais. Gracher (2016) por sua vez aponta a multiplicidade de identidades possíveis através dessa perspectiva culturalista, aludindo, também, a respeito da identidade subjetiva do sujeito e da identidade coletiva. Essas tipologias foram classificadas como identidades do sujeito do iluminismo e do sujeito sociológico, respectivamente por Hall (2006). Assim, cabe salientar que a identidade, quando entendida apenas como um conjunto de signos e valores que cada indivíduo porta, ou seja, uma identidade individual, suscita uma discussão de natureza psicológica. Quando esse conjunto de crença passa a condicionar a maneira pela qual esse indivíduo rege seu comportamento social, essa análise exige um debate social, como nos

ISBN **978-65-990229-0-6**

parece ser a identidade político-ideológica e religiosa, conforme expressamos linhas acima, pois, "a construção da identidade pessoal não pode ser entendida se não recolocamos dentro do jogo do processo de socialização" (MEDEIRO, 2002, p. 81).

Defendemos a tese segundo a qual a agremiação supracitada emana um sentimento identitário consolidado. Tal pressuposto, por sua vez, não assevera que ser nilopolitano esteja diretamente condicionado ao fato de ser torcedor da Beija-Flor. Assim, as duas dimensões relativas a identidade, a individual e a coletiva, apresenta pesos distintos a partir da premissa social pela qual esta tese se encaminha. Isso porque a primeira dimensão de identidade diz respeito a como você se identifica, ou a chamada identidade subjetiva do sujeito, como alude Gracher (2016). Esse viés contempla a dimensão mais antropológica, mais individualizada, contudo, implicações daquilo que você é, trazem consequências apenas ao circuito imediato das suas relações sociais.

Em contrapartida, a maneira pela qual as pessoas te identificam conduz a repercussões em escalas maiores. Nesse sentido, a identidade gerada pelos agentes externos tem compromisso somente com os significados, os quais são apenas representações descomprometidas com a realidade em si. Essa identificação elaborada pelos agentes endógenos constitui a chamada identidade coletiva. Por esse processo a identidade municipal de Nilópolis é alicerçada em grande medida sob a Beija-Flor para os agentes externos.

Medeiro (2002, p. 85) considera que essa identidade, de elevado teor simbólico, expõe uma natureza

> coercitiva, pois está no desejo do outro em classificar, rotular, normatizar, definir e atribuir ao indivíduo um lugar dentro do social [...] É o momento que o indivíduo toma conhecimento de como ele é percebido pelo outro. É o início da construção de sua imagem social, pela qual o indivíduo toma conhecimento de sua imagem elaborada pelo grupo, exterior à sua consciência. É o início da construção de sua imagem social, pela qual o indivíduo toma conhecimento de sua imagem elaborada pelo grupo, exterior à sua consciência.

Ainda segundo Medeiro (20002, p.85), para que essa identidade coletiva alcance seu objetivo, é preciso um "processo de interiorização da classificação simbólica que veio de fora. Portanto, é necessário que haja identificação do sujeito com os valores com os quais se vai identificar". Contudo, nem sempre esses valores simbólicos associados a ele encontram respaldo em seus desejos, assim, haveria um descompasso entre sua identidade elaborada socialmente e sua identidade real.

Em um país no qual a identidade externa é notadamente construída em torno do binômio carnaval e futebol, em nosso recorte espacial, a identidade social externa mais natural considerou a presença da Escola de Samba Beija-Flor no município. Desse modo, a agremiação carnavalesca de Nilópolis se impõe de maneira

ISBN **978-65-990229-0-6**

hegemônica enquanto formadora de identidade local. Independentemente da porcentagem local de residentes que torcem pela Escola, os atores endógenos a associam inequivocamente aos moradores de Nilópolis. Isso expõe como a identidade é trabalhada a partir de uma homogeneidade que exclui eventuais minorias.

É a partir desse mecanismo, comprometido apenas com o significado, que a formação da identidade coletiva mascara a identidade pessoal existente em seu interior. Por esse processo, a maioria acaba sendo tomada como o todo e a identidade se legitima. Esse processo foi classificado por Castells (1999) como identidade legitimadora. Para esse autor, esse tipo de identidade constitui-se aquela em que os dominadores impõem a outro grupo. Há ainda, para o autor, um tipo de identidade de resistência criada pelo grupo que se sente inferiorizado pelo dominante. A terceira forma de identidade seria a de projeto, a qual prescinde de uma transformação mais efetiva sobre a conjuntura sociopolítica.

Mesmo correndo o risco de incorrer em distorção ou simplificação da ideia preconizada por Castells, uma vez que nem sempre teoria e prática se encaixam de forma harmoniosa, nos permitirmos o exercício de considerar as formulações do autor para nossa discussão. Castells alerta sobre as eventuais correlações entre as três categorias de identidade por ele aludidas, contudo, não considera a possibilidade de coexistência entre as tipologias identitária que apresenta. Entendemos que a Beija-Flor encerra duas dimensões identitárias concomitantemente. A primeira, considerando sua relação com os residentes de Nilópolis e a segunda, enfatizando a maneira pela qual ela passou a se inserir no mundo do samba.

Conforme mencionado, a identidade em Nilópolis é amplamente ancorada na agremiação carnavalesca. Essa associação passou a ser superdimensionada a partir da segunda metade da década de 1970. Todavia, ao mesmo tempo em que consolidava uma identidade legitimadora em seu município sede, a Beija-Flor operava uma identidade de resistência no âmbito das disputas das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, a qual, até então, se limitava a uma disputa carioca e não fluminense.

Romper a hegemonia das maiores Agremiações cariocas ou mesmo se inserir no circuito do samba constituía em uma empreitada complexa mesmo para instituições e bairros da cidade do Rio de Janeiro. A Unidos de Vila Isabel, fundada em 1946 no bairro de mesmo nome, se valeu da produção de seu sambista mais ilustre para alcançar esse propósito. Em samba de 1935, intitulado "Palpite infeliz", Noel Rosa desconsiderava qualquer eventual pretensão de superioridade da Vila Isabel sobre os bairros de sambistas já consolidados. Para isso, questionava aqueles que assim pensavam e em seguida, o poeta da Vila enaltece os berços do samba e explicado sua real intenção: *"Quem é você que não sabe o que diz?/ Meu Deus do Céu, que palpite infeliz!/ Salve Estácio, Salgueiro, Mangueira, Oswaldo Cruz e Matriz/ Que sempre souberam muito bem / Que a Vila Não quer abafar ninguém/ Só quer mostrar que faz samba também".*

ISBN **978-65-990229-0-6**

Dessa maneira, em 1946 a Vila de Noel alertava através desse samba que aqueles que não compreendiam suas intenções, como o sambista Wilson Batista, incorriam em um "palpite infeliz". Em 1976, a Beija-Flor de Neguinho asseverava na letra do samba-enredo daquele ano, o qual homenageava o jogo do bicho, que *"nesta festa de real valor, não erre não/ O palpite certo é Beija-Flor"*. Assim, seja pelo palpite infeliz ou pelo certo, da mesma forma que a azul e branco de Noel, a azul e branco de Neguinho não queria "abafar ninguém, só queria mostrar que Nilópolis fazia samba também".

É nesse sentido, ao intentar superar a condição de "escola roceira" para se inserir no rol das grandes Agremiações do carnaval fluminense, que a Beija-Flor, enquanto instituição promoveu uma identidade de resistência, pois para Castells (1999, p. 24) esse tipo de identidade é "criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação".

Neste contexto específico, circunscrito a segunda metade da década de 1970, a Beija-Flor conjugava uma identidade legitimadora, na escala municipal entre seus residentes, e uma identidade de resistência, considerando o universo das disputas carnavalescas. Entretanto, no período atual a identidade de resistência foi superada. É pouco provável que algum analista de carnaval caracterize a Escola de Nilópolis como pequena ou "roceira". O caso em questão atesta a transformações pela qual a identidade pode passar, conforme pontuou Castells (1999, p. 24) quando lembra que "identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornaram-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação".

Por essa perspectiva, o caso da Beija-Flor, que almejava o mesmo patamar das suas concorrentes cariocas, compromete ainda a noção segundo a qual a identidade sempre parte do pressuposto de diferenciação. Contudo, a luta encapada pela Escola seria por igualdade com as irmãs cariocas e não pela diferenciação. Tal fato expõe, mais uma vez, a multiplicidade envolvida na dimensão da identidade, pois ela pode gerar conflitos na busca por ser igual como também alimentar a busca em ser diferente.

Em que pese à complexidade inerente ao conceito de identidade, Hall (2000) descentraliza a análise da perspectiva individual e mesmo coletiva puramente para uma análise escalar, classificando as identidades como parciais e de base. No primeiro grupo estariam aquelas relacionadas aos bairros, municípios e estados, enquanto a identidade relacionada à nacionalidade comporia o segundo grupo. Em Castells (1999), a identidade de base de Hall nacional é entendida como a primária e a partir das contribuições desses autores, Simões (2008, p. 34) considera que

> essa identidade 'base' está ligada a nacionalidade, que é a mais forte de todas as identidades. Tão forte que nos parece inata, pois 'pensamos nela como se fosse parte de nossa natureza essencial' (Hall, 2002, p. 47). Todavia o que é inato e inerente ao ser humano

ISBN **978-65-990229-0-6**

> é a necessidade de fazer parte de algo, que nos dê um sentido e nos represente. No mundo moderno, esta identidade é a nacional.

Entendemos haver fragilidades no argumento que considera a nacionalidade como a identidade mais "forte". Essa fragilidade persiste se considerarmos o peso simbólico de sua natureza sobre as pessoas ou mesmo a escala pela qual a identidade nacional opera. No nível individual, enfatizando a pessoa e não o sujeito em si, é preciso considerar as especificidades para distinguir se de fato a identidade nacional é a mais consolidada. Para o contexto do nosso país, por exemplo, é altamente questionável se um gaúcho separatista entende que ser brasileiro seja sua identidade mais forte. Ademais, o entendimento do conceito de nação necessita de uma apuração maior para se atingir essa afirmação. Isso porque a nação transcende em alguns casos os limites territoriais de um país, como a nação curda que se encontra espalhada pelos territórios de países como Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque, Síria e Turquia. Ou mesmo nações que estão inseridas junto à outra "nacionalidade" no interior de um mesmo país, como o caso dos catalães na Espanha entre outros.

Quanto à questão da identidade baseada na dimensão escalar, é preciso considerar a existência de identidades para além daquelas limitadas ao território nacional. Por esse viés, a identidade nacional não seria a "maior" identidade possível pela perspectiva escalar. Embora seja verdade que a identidade nacional tende a ser a mais consolidada, sobretudo em razão de contar com o aparato do Estado por meio da imposição do currículo escolar da educação básica e do idioma, não se pode asseverar, que ela seja a mais ampla. Huntington (1994, p. 121), centrou sua análise nas identidades para além dos limites territoriais dos países, agregando-as em civilizações, as quais, segundo o autor seriam

> o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, executando-se aquele que distingue os seres humanos das demais espécies. Define-se por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, e também pela auto-identificação subjetiva dos povos. As pessoas têm vários níveis de identidade: um morador de Roma pode se definir em graus variados de intensidade como romano, italiano, católico, cristão, europeu, ocidental. A civilização à qual pertence é o nível mais amplo de identificação com o qual ele se identifica intensamente.

Embora objetivando interpretar quais seriam os motivadores das guerras após a queda do muro de Berlim, a noção de civilizações de Huntington é geograficamente mais ampla, pois considera os atributos constitutivos da identidade apontados por Hall e Castells a partir de um nível escalar maior. Huntington agrega a humanidade em oito civilizações, a saber, Ocidental, Africana, Islâmica, Sínica, Hindu, Ortodoxa, Latino-Americana e Japonesa.

ISBN **978-65-990229-0-6**

O exemplo do morador de Roma aludido por Huntington expõe a dimensão da escala trabalhada pelo autor, o qual atribui a civilização como a manifestação mais intensa de identidade, e não a nacional, como defendida por Hall (2000). Cabe considerar que tanto Hall (*op. cit.)* quanto Castells (1999) reforçam que as identidades são fluídas, pois há a possibilidade de mudança. Considerando as identidades parciais e de base, em algum momento o indivíduo pode deixar de se identificar com uma agremiação carnavalesca e, em última instância, até deixar de ser brasileiro sob o ponto de vista jurídico, todavia, apesar dessas mudanças, sua condição de latino-americano não se alteraria pela perspectiva civilizacional, isso porque "as características e diferenças de natureza cultural são menos mutáveis e, portanto, mais difíceis de conciliar e resolver" (HUNTINGTON, 1994, p. 124).

Estabelecer o grau de identificação pautando-se unicamente em uma perspectiva escalar pode resultar em variados riscos. O fato de um indivíduo torcer com mais ênfase para o time de sua cidade e não se encantar tanto com a seleção nacional pode sugerir que sua identificação parcial tenha suprimido a nacional. Pormenorizando ainda mais a escala, mas mantendo a metáfora esportiva, um indivíduo morador do município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e torcedor do Flamengo, time sediado na cidade do Rio de Janeiro e considerado como o de maior torcida do Brasil, tenderia a torcer pelo time de sua cidade em um embate contra o time da capital. Pode ser que essa escolha seja tomada pelo espírito de "justiça", o qual empurraria esse indivíduo a torcer pelo time de menor expressão. Contudo, o exemplo reforçaria que a identidade sedimentada em escalas menores tenderia a suplantar a maior visto que seu reforço ocorre diariamente.

As escalas territoriais maiores são abstrações. A vida cotidiana se desenvolve na cidade em que os indivíduos residem e não no estado ou no país nos quais ele somente compõe a população como um número nas estatísticas oficiais. Além disso, se a identidade guarda em si a noção de diferenciação, da delimitação da existência entre "nós" e "eles", essa acepção é empobrecida quando avaliada nas escalas estadual e nacional. No contexto nacional nossa identidade se assemelharia a de mais outros 200 milhões de brasileiros, no contexto estadual seríamos ainda mais de 6 milhões de pessoas rotuladas de fluminenses. Entretanto, na dimensão municipal esse número se reduziria a casa dos milhares e nos transformamos em cariocas, nilopolitanos, iguaçuanos etc., sem deixar de sermos, ao mesmo tempo, fluminenses e brasileiros. Nesse caso, a última identificação geográfica, a municipal, seria a que nos permite uma diferenciação numericamente maior em relação ao contexto nacional.

Quantitativamente mensurando, a identidade parcial assentada em aspectos emanados através dos elementos do município, pode assegurar uma identificação mais aguda, contudo não se pode afirmar isso de maneira qualitativa. Essa análise varia muito quando saí da escala das pessoas, tomadas a partir de números

ISBN **978-65-990229-0-6**

absolutos, até atingir a escala do sujeito, entendido a partir de sua individualidade perante a sociedade que ele compõe. A soma daquilo que indica as opiniões das pessoas nem sempre encontra respaldo quando se olha o sujeito em suas minúcias. Defendemos que não se pode determinar com clareza qual nível de identidade seja o mais forte a partir de uma premissa meramente geográfica amparada na escala que o indivíduo ocupa, isso porque

> certo grupo limitado e selecionado de valores pode ser compartilhado por um grupo profissional, mas não garante que os comportamentos dos indivíduos do grupo sejam sempre os mesmos, pois não há determinismo que produza tamanha exatidão. O homem é um ser social e seu comportamento varia conforme a conveniência do momento que passa. Mesmo tendo fortes valores introjetados, mesmo havendo uma forte atitude (pré-disposição para ação) treinada exaustivamente, diante da realidade do momento ele poderá se comportar de maneira diferente da esperada e não há como prever isso. Os valores do grupo também são encarados com pesos diferentes em cada indivíduo (MIRANDA, 2012, p. 35).

Desse modo, compreender a natureza da identidade de um determinado grupo exigiria uma análise mais psicológica e/ou antropológica que propriamente sociológica. Contudo, entendemos que esse tipo de abordagem conduziria a avaliação da identidade individual, a qual não daria conta de sustentar conceitualmente a categoria de território, pois esse só é possível por meio da identidade coletiva. Esse tipo de identidade, por sua vez, trabalha a partir do pressuposto da supressão de eventuais minorias e nesse sentido, embora seja a mais significativa pelo viés sociológico, em certa medida está eivada de distorções porque se baliza nas significações que o recorte territorial suscita. Contudo, mesmo a identidade calcada pela perspectiva psicológica pode conduzir a desvios de análises em razão do sujeito pós-moderno, nos dizeres de Hall (2006), não possui identidade fixa. Cumpre ainda considerar que as potencialidades identitárias não alcançam seus objetivos de modo infalível. Para sua efetivação é necessário que o indivíduo se perceba identificado com essa comunidade, algo que pode gerar entraves, pois há um

> grande número de pessoas que passam desapercebidas por todo esse 'confronto de identidades', e seguem normalmente sua vida, pois tais questões não são encaradas como prioridade no seu intenso cotidiano, que por si só, já oferece uma quantidade muito grande de estímulos a serem respondidos em curto espaço de tempo (MATOS, 2005, 63).

A identidade, seja a individual ou a coletiva, necessita de elementos para sua produção. Na ausência de símbolos capazes de reunir "corações e mentes" em prol da construção de uma identidade, os líderes desse processo podem lançar mão da "invenção da tradição".

ISBN **978-65-990229-0-6**

No caso da identidade ancorada na Beija-Flor, não houve a invenção de uma tradição nos termos consagrados pelo autor, mas sim a produção de uma identidade. A invenção exige criar elementos identitários a partir de eventos inexistentes, já a produção da tradição consiste em maximizar a potencialidade identitária através de um elemento real. Nesse sentido, baseado em Hall (2006), Simões (2008, p. 37) "chama atenção para a estratégia do resgate positivo de um determinado acontecimento histórico que passa a ser considerado como chave para o surgimento de uma comunidade". Os dirigentes da Escola de Samba utilizaram o tri-campeonato nos anos de 1976, 1977 e 1978 como acontecimento histórico inicial para a construção da identidade nilopolitana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, nossa reflexão apontou que a azul e branco de Nilópolis impõe identidades classificadas em quatro tipos: simbólica, parcial, coletiva e legitimadora. Nesse sentido, a noção simbólica da agremiação expõe a natureza dessa identidade; a parcial demarca a escala geográfica de seu alcance; a coletiva afirma a força dessa identidade para além do limite da atuação física da Escola e a legitimadora revela o poder oriundo da soma das três tipologias anteriores.

Essa característica de legitimadora da identidade nilopolitana exclusivista da Beija-Flor, a qual sintetiza as demais tipologias apresentadas no quadro acima em si, torna a identidade erigida por essa instituição merecedora de um enfoque social. Como a identidade é uma construção social amplamente assentada sob o espaço vivido, a Beija-Flor consolida a identidade entre seus simpatizantes pela perspectiva cultural. Já entre aqueles que não se identificam com a Escola, essa identificação se impõe na medida em que ela representa o município de Nilópolis, o qual, por sua vez, constitui o espaço vivido de seus moradores. Por meio dessa lógica assentada nas significações, ser de Nilópolis é, por extensão, ser Beija-Flor. Apesar dessa constatação cristalina, Claval (1999, p. 24) alerta que um olhar culturalista pode impor o risco de "fabricações de discursos identitários ao invés de lhes considerar a partir de um olhar crítico", cabendo ao pesquisador o papel não de "forjar ideologias, mas o de desmontar seus mecanismos e o de fazer compreender para que elas servem e que perigos elas implicam". Dessa maneira, precisamos atentar sobre o perigo escamoteado na produção do discurso considerando que toda identidade esconde um projeto político.

Assim, embora o título desse artigo questione se Nilópolis seria da Beija-Flor, é importante salientar que essa instituição forja uma identidade na qual os benefícios políticos do processo são extraídos por seus membros dirigentes. Em nossa concepção, a instituição carnavalesca não cria o território propriamente dito. No limite, a Beija-Flor promove a identidade, o território, por sua vez, é construído pela família Abraão.

ISBN **978-65-990229-0-6**

O tricampeonato da Beija-Flor na segunda metade da década de 1970 contribuiu decisivamente para a mitificação da família Abraão e sua imediata associação à agremiação. À proporção que a Escola foi ganhando destaque no cenário estadual e nacional, o grupo libanês foi, concomitantemente, se beneficiando dessa expressão conquistada passando a converter, de forma mais direta, esses ganhos em projeção política. A cronologia das gestões municipal e da agremiação indica parte dessa estrutura. Em 1973, Nelson Abraão foi o primeiro membro da família a assumir a Escola de Samba sem ser interino, depois dele não houve nenhum outro presidente eleito sem Abraão como sobrenome. Em 1973, Simão Sessim, primo dos Abraão, tornou-se o primeiro do grupo libanês a assumir a prefeitura de Nilópolis, depois dele apenas dois prefeitos eleitos não pertenciam ao grupo ou não haviam sido lançados politicamente por eles. Embora seja verdade que um membro do referido grupo já era prefeito de Nilópolis em 1973, ou seja, antes de a agremiação ganhar destaque no cenário carnavalesco, a projeção alcançada pela Beija-Flor com o tri-campeonato permitiu a esse grupo um espaço de exposição de seus feitos gerenciais não possível a nenhum outro adversário político dacidade.

Considerando essa discussão, Castells (1999, p. 23), expõe não ser "difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece". Dessa maneira, objetivamos que a discussão empreendida por este artigo tenha respondido como, por quem e a partir de quê essa identidade foi construída em Nilópolis. Quanto a última questão formulada por Castells, para quê essa identidade construída se presta?, no caso em questão, defendemos que ela serviu para ampliar o poder político da família Abraão no município de Nilópolis.

REFERENCIAS

BONNEMAISON, Joel. *Viagem em Torno do Território*. In: CORRÊA, Roberto Lobato &

CARDOSO, Ernesto. *Nilópolis de Hontem e de Hoje*. Nilópolis: L & J. Berkowitz, 1938.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, Paul. *O Território na Transição da Pós-Modernidade.* Revista GEOgraphia da UFF, Niterói- RJ, ano 1, N 2, p. 07-26,maio-1999.

GRACHER, Kherian Galvão Cesar. *É a identidade fundamental?* 2016, 111 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, Tomaz de. Identidade + diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Identidade cultural na Pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISBN **978-65-990229-0-6**

HUNTINGTON, Samuel. *"Choque das Civilizações?"*. In: Política Externa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo; CORRÊA, Renata da Silva; VASCONCELOS, Vinícius Neves. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.
MATOS, Marcelo Pereira. *O Rio de Janeiro das Escolas de Samba: Lugar, Identidade e Imagem Urbana***.** 2005, 150 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro (SP), 2005.
MEDEIRO, Marília Salles Falci. *A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade*. In: Revista de Ciências Sociais, 2002, v. 33 n 1, pp. 78-86.
MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. 2012, 173 p. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2012.
MOTTA, Aydano André. *Maravilhosa e Soberana: História da Beija-flor*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.
Revista Beija-Flor de Nilópolis: uma escola de vida. Rio de Janeiro: Designum Comunicações, 2002, 2013e 2016.
SANT'ANNA JUNIOR, Daniel de. *O Samba como elemento formador da identidade do Município de Nilópolis, relações e interações dos moradores com a Escola de Samba Beija Flor***.** 2010, 57p. Monografia (Graduação). FEB- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.
SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.
TCE. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos
Socioeconômicos dos Municípios – Edições 2007 a 2012. Disponíveis em http://www.tce.rj.gov.br. Acessado em 21/10/2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**

PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUASSÚ ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA (1890 – 1937)

Ticiana Santa Rita

INTRODUÇÃO

Apesar da importância de boticários e práticos de farmácia no cotidiano de diversas regiões, são poucos os trabalhos que se debruçaram sobre a história do exercício farmacêutico, principalmente com o olhar voltado para a atuação destes profissionais nas periferias. Neste sentindo, podemos citar alguns trabalhos como os realizados por Vera Regina Beltrão Marques, onde a autora aborda o tema no século XVIII; os realizados por Tânia Salgado Pimenta com foco no século XIX e os de Flávio Coelho Edler de maneira mais geral.

A arte de curar utilizando plantas fez parte dos saberes populares e eruditos desde a antiguidade, encontrando na natureza a fonte de seus antídotos, panacéias e remédios com o intuito de curar moléstias e aliviar o sofrimento (MARQUES, 1999; PIMENTA e COSTA, 2008). Ao longo do tempo, o exercício das práticas terapêuticas sofreu consideráveis mudanças, principalmente na primeira metade do século XIX, com a organização da corporação médica em torno de faculdades, periódicos especializados e sociedades científicas e sua luta para monopolizar as artes de curar. Nesse período, foram redefinidas a autorização e a fiscalização do exercício terapêutico (PIMENTA, 2004; PIMENTA e COSTA, 2008).

Durante o oitocentos, apesar de suas limitações legais, era comum em diversas regiões do país que boticários/farmacêuticos, práticos de farmácia ou dentistas fizessem às vezes de médicos, diagnosticando e prescrevendo eles próprios os medicamentos. Especificamente no caso dos boticários, estes profissionais dividiam seu tempo entre as boticas/farmácias e o atendimento domiciliar aos doentes (FIGUEIREDO, 2005, p.63; PIMENTA, 2004, p.68).

Os práticos de farmácia sem formação acadêmica podiam atuar em situações especiais como médicos desde que tivessem determinados

ISBN **978-65-990229-0-6**

aprendizados práticos (FIGUEIREDO, 2005; PIMENTA, 2004). Justificava-se essa flexibilidade devido à dificuldade de acesso da população aos médicos ao longo dos oitocentos, dada a carência numérica de profissionais formados e, à distância destes para algumas localidades e da própria população para os centros urbanos (SAMPAIO, 2001; VELLOSO, 2007).

DESENVOLVIMENTO

Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita era prático de farmácia, filho do farmacêutico e juiz de paz José Manoel de Santa Rita (PERES, 2006, p.112-113) e Henriqueta Cotrim de Santa Rita. Sua família, provavelmente, chegou a então Vila de Iguassú por volta de 1880, quando fixou residência no povoado denominado Pavuna e neste local, conheceu sua futura esposa, Maria Luiza de Carvalho Estudante, filha do comerciante da região Francisco de Carvalho Estudante e Emília Ferreira de Carvalho, com quem teve 10 filhos.

Joaquim Nery além de residir no povoado da Pavuna, também passou por Coqueiros, Estrella e Merity, onde faleceu em 21 de abril de 1937 acometido por problemas cardiorrenais. O prático foi um dos fundadores do Clube Carnavalesco Mimoso Beija-Flor[1], assim como do Centro Pró-Melhoramentos de Merity[2], do qual foi presidente e, José Luiz Machado, mais conhecido como Machadinho seu secretário (LUSTOSA, 1958: 59, 235; JORNAL TÓPICO, 25/08/1958: 3). Foi membro do Partido Popular Radical integrando o diretório do partido local em 1934 e candidatou-se, em 1935, ao cargo de primeiro suplente de juiz de paz da mesma localidade, sendo sua nomeação publicada no jornal *Correio da Manhã* em 09 de março (DIÁRIO CARIOCA, 21/08/1934: 2; CORREIO DA MANHÃ, 09/03/1935: 7).

As informações deixadas por Joaquim vão da sua vida profissional à vida privada da família, possibilitando uma análise da dinâmica familiar da época, das redes de sociabilidade em que estava inserido, do exercício profissional da farmácia, das transformações na sua profissão, das epidemias que atingiram a família e da região onde moravam.

Em suas anotações não há nenhuma menção à vida familiar antes de 1894 e, são poucas informações sobre a vida profissional de seu pai. Além da data do falecimento de José Manoel, em 15 de novembro de 1919, são mencionadas algumas receitas de medicamentos de autoria do mesmo e a sociedade firmada entre pai e filho em uma farmácia no povoado da Pavuna, no município de Iguassu em 1892, região em que atuou por mais de 30 anos.

O manuscrito[3] possui de 480 páginas e, inicia com a informação de seu casamento em 29 de setembro de 1894 e, termina com a anotação de falecimento

[1] Não encontramos nenhuma documentação referente a este Clube.
[2] Nesta época, a localidade fazia parte do 8º distrito de Iguassú.
[3] Atualmente sob a guarda da Biblioteca de Obras Raras da Fiocruz, estará em breve disponível em acesso aberto.

ISBN **978-65-990229-0-6**

em 1937, registrado por Octacildo de Carvalho Santa Rita. Foi Octacildo quem ficou responsável pela guarda do caderno e, logo após a morte do pai, fez algumas anotações sobre nascimentos e falecimentos familiares na tentativa de dar continuidade as informações, mas, logo as abandonou.

Mauad e Muaze (2004) e Mello (1997), ao abordarem os registros em cadernos realizados por chefes de família, apontam que este hábito era muito comum no império brasileiro, sobre tudo, devido a fragilidade do sistema de registros da época, responsabilidade dos párocos. Conhecidos como "livros de assento", estes cadernos tinham como objetivo garantir o controle das informações, principalmente, relacionadas preservação do patrimônio da família e os principais acontecimentos da vida doméstica como casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos, mas também sobre a vida financeira familiar, dando boas indicações das dinâmicas familiares, socais e culturais da época em que foram escritos (Mello, 1997; Mauad e Muaze, 2004).

Ainda segundo Muaze (2016), os livros de assentos, assim como os diários, cartas e cadernos de anotações, ainda pouco utilizados como fontes, podem dar uma importante contribuição e, ao cruzar estes documentos com outras fontes, é possível a construção de reflexões não hierárquicas em escalas micro e macro, uma vez que "cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e por tanto se inscreve em contextos – de dimensões de níveis variáveis" (REVEL, 1998: 28; MUAZE, 2016: 14-15). Este fato abre um leque de possibilidade de investigações, uma vez que "toda ação social é resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar" (SCOTT, 2014: 12 *apud* MUAZE, 2016: 15).

Como já mencionamos, Joaquim Nery deixa poucas informações sobre seu pai, porém, José Manoel já era boticário desde o início dos Oitocentos na Vila de Capivary, atual Silva Jardim. No período que vai de 1860 a 1865 é possível encontrar-lo na lista de boticários da Vila no *Almanak Laemmert*. Ele ainda é mencionado na edição de 1870, vinculado ao Curato de Gaviões, na própria localidade e, novamente em 1874, não mais como boticário, mas sim como Inspetor de Escolas Públicas na mesma localidade (LAEMMERT, 1870, p.292; 1874: 106).

Produzido pelos irmãos franceses Eduardo e Henrique Laemmert entre 1844 e 1914, o *Almanak Laemmert* foi o primeiro almanaque de publicação anual a circular pelo país. Sua primeira edição possuía um pouco mais de 280 páginas e, chegou a ter 2.500 por volta de 1880 e, trazia em seu conteúdo a "organização administrativa, jurídica, política, social, religiosa e cultural do império". Era de fácil aquisição por parte de seus leitores, formados por barões, capitães, doutores, profissionais liberais, pequenos comerciantes e funcionários de repartições públicas, religiosas e culturais do império, uma vez que era vendido em livrarias por todo país. Além das informações já citadas, era possível encontrar no periódico, anúncios de academias científicas, escolas públicas e particulares, lojas, serviços profissionais, hospitalares, entre outros (LIMEIRA, 2010: 80).

ISBN **978-65-990229-0-6**

A proximidade com a corte talvez tenha despertado em José Manoel de Santa Rita a busca por novas oportunidades, impulsionando a mudança da família para Iguassú por volta de 1880. Vindos de Capivary encontraram no município, um lugar que conjugava características rurais e urbanas em franca transformação que, permitia a seus habitantes facilmente chegar à capital através da linha férrea, o que representava uma possibilidade de crescimento.

Precisamos neste momento, abrir um parêntese a respeito da história da região, que será fundamental para entender a realidade encontrada por José Manoel e sua família. Duas correntes de pesquisadores da história da Baixada Fluminense explicam de forma distinta a decadência que atingiu a região. Um grupo formado por pesquisadores memorialistas que realizaram os primeiros trabalhos sobre a Baixada aponta que, a crise sanitária desencadeada pela construção da linha férrea assolou a região e a dupla epidemias/decadência econômica (por conta da crise do café e a abolição da escravatura), levou a uma forte emigração levando ao abando da região e uma drástica diminuição populacional no período de 1890 a 1910. Estas ideias foram utilizadas por outros pesquisadores em trabalhos atuais, reforçando a ideia deste vazio demográfico[4] (BEZERRA, 2012: 98; SILVA, 2017: 417-418).

Uma segunda vertente de pesquisadores com trabalhos recentes aponta à necessidade de se repensar a dimensão desta crise. Entre eles podemos citar Nielson Rosa Bezerra que em suas pesquisas vem reafirmando esta necessidade:

> Em pesquisa anterior[5], eu fui enfático sobre a importância econômica e social da farinha de mandioca no recôncavo fluminense desde o período colonial. Desta forma, seria importante repensar as crises de Iguaçu e Magé durante o final do século XIX, recorrentemente reproduzida em diferentes pesquisas (BEZERRA, 2012: 99).

Para justificar essa ideia, Bezerra aponta que:

> Em um momento de deslocamento do eixo econômico do porto para o entorno das estações ferroviárias, muitos senhores precisaram de um refazer econômico. Em muitos casos, os comendadores já habituados ao comércio em detrimento das atividades agrícolas, tiveram alguma vantagem, sobretudo em relação aos pequenos e médios proprietários. Naquele momento de transformações, era comum que proprietários de terras fossem buscar créditos no mercado local, de forma que tentassem manter a vivacidade de seus negócios. Nem sempre os investimentos obtinham sucesso, pois qualquer movimento podia significar algum risco. Desta forma, alguns grandes proprietários tinham a chance de concentrar mais terras e rendas através da execução das

[4] Sobre este assunto ver mais em Silva, 2017.

[5] O autor está se referindo ao seu trabalho publicado em 2011, E*scravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> hipotecas feitas sobre aqueles que lhe deviam. Como já mencionei anteriormente, muitas famílias buscaram se associar uma com as outras através do casamento entre seus herdeiros e da parceria em novos empreendimentos. Assim moldava-se a elite iguaçuana que se manteve no poder do município ao longo do século XX (BEZERRA, 2012: 98).

Seguindo esta linha de raciocínio, Silva (2017) buscou informações nos censos locais que, segundo a autora, foram "vistas, *apriori*, como dados da realidade, sem discussão metodológica de como foram constituídas". O objetivo era "oferecer alguns elementos" que permitissem questionar esse vazio demográfico e a imagem de decadência econômica da região (SILVA, 2017: 416).

Os dados levantados pela autora apontam que, houve um declínio populacional entre 1872 e 1890, porém, pode ter começado mesmo antes desta data, período anterior ao mencionado pela historiografia, ocorrendo de forma desigual no município (SILVIA, 2017: 419). Corroborando com essa ideia, Bezerra (2012) destaca que os dados encontrados para algumas freguesias, como no caso de Cava e Santana das Palmeiras que tiveram o número de seus habitantes reduzido pela metade, foi aplicado para toda região indiscriminadamente, reforçando erroneamente a concepção de vazio demográfico (BEZERRA, 2012: 142; SILVIA, 2017: 419).

A diminuição da população em Cava pode ser explicada pela alteração dos eixos de ocupação das margens dos rios para o entorno das estações ferroviárias e das rodovias (BEZERRA, 2012; SILVA, 2017). E, a abolição da escravatura longe de provocar o abandono destas terras, apenas mudou a dinâmica local (BEZERRA, 2012).

Esta nova dinâmica, fez com que a sede do município de Iguassú fosse transferida de Cava para Maxambomba em 1891, após uma epidemia de varíola atingir a região (BRAZ e ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2014; DIAS, 2014; SILVA, 2014; SOUZA, 2014). Silva (2014) ainda aponta que, nesta época, a nova sede que tinha no cultivo da laranja sua maior atividade econômica, possuía um comércio com lojas variadas em duas quadras ao redor da estação do trem (SILVA, 2014: 293).

Em 1916 a sede municipal teve seu nome alterado de Maxambomba para Nova Iguassú, e com isso, a antiga sede passou a ser chamada de "Velha Iguassú" (DIAS, 2014; SOUZA, 2014) e, em 1938, o município de Iguassú passou a ser denominado Nova Iguaçu (SOUZA, 2014).

Ainda no período imperial, a Baixada da Guanabara foi alvo de muitas ações de saneamento por parte do governo que, se preocupava com as condições das regiões banhadas pelos rios Irajá, Merity, Pilar e Iguassú, assoladas por epidemias. Um estudo encomendado em 1883 para análise da situação visando à resolução do problema, assim como tantos outros que o sucederam, nunca foram levados a diante ou por serem inconclusivos, ou por falta de recursos financeiros para execução das obras. Em 1894 uma nova tentativa de resolver o problema se

ISBN **978-65-990229-0-6**

deu com a criação da Comissão de Estudos de Saneamento da Baixada Fluminense, que chegou a realizar algumas obras em 1900, mas foi extinta em 1902 (MONTEIRO, 2008: 41; FADEL, 2009: 129,134; BRAZ E ALMEIDA, 2010: 45).

Ao abordar o saneamento na primeira república Simone Fadel (2009) afirma que a construção da estrada de ferro foi fácil, sem a necessidade de grandes obras ou a movimentação de grandes volumes de terras, apenas sendo necessária a construção de algumas pontes. A autora ainda destaca que, "em nenhum momento, a região sobre a qual se construíra essa estrada, foi considerada insalubre" e que a ideia de insalubridade associada aos rios e alagadiços da região, não estiveram presentes pelo menos até meados de 1850, apesar do registro de febres ocorridas em anos anteriores (FADEL, 2009: 98-99).

A primeira estrada de ferro do país foi inaugurada em 30 de abril de 1854, ligando a Estação de Mauá em Guia de Pacobaíba à Estação de Fragoso, no início da Serra de Petrópolis, visando facilitar o transporte de café vindo do Vale do Paraíba, mudando drasticamente a região que foi instalada (BEZERRA, 2004; SOUZA, 2014).

A ampliação da linha férrea através da construção da Estrada de Ferro Pedro II inaugurada em 1858 que, assim como o empreendimento do Barão de Mauá, destinava-se ao escoamento da produção de café do Vale do Paraíba e dos planaltos fluminense também fazia transporte da população dos subúrbios, incluindo aí a Baixada, em direção ao Rio de Janeiro. Com 47,21 Km de extensão, a ferrovia na época de sua inauguração, além da já mencionada estação de Maxambomba, possuía as estações da Corte, no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana; Venda Grande, atual Engenho Novo; Cascadura e Pouso dos Queimados, atual Queimados[6] (RODRIGUEZ, 2004: 21).

Esta nova estrada de ferro teve um grande impacto tanto para a Estrada de Ferro Barão de Mauá, que entrou em decadência por ser menos utilizada, como para as localidades de Estrella e Cava, sede do município de Iguassú que, por ficaram distantes da ferrovia, foram sendo lentamente esvaziadas (DIAS, 2014: 65; SOUZA, 2014: 81). Além disso, a construção de pontes para a passagem dos trens dificultou a navegação pelos rios que, ao serem abandonados, favoreceram a propagação das doenças já presentes na região (DIAS, 2014: 65-66).

O agravamento da situação insalubre local também decorria do desconhecimento sobre a região onde os trilhos foram assentados. O despreparo técnico dos engenheiros responsáveis pelo trajeto da ferrovia acabou por transformá-la em uma grande barreira para o escoamento das águas que, normalmente, já se acumulavam na região. Outro problema diz respeito ao

[6] Com exceção da estação do Corte, feita de alvenaria e piso de terra batida, as outras estações possuíam as paredes de terra batida (RODRIGUEZ, 2004). Para saber mais sobre as estradas de ferro do Rio de Janeiro ver Rodriguez, 2004.

ISBN **978-65-990229-0-6**

desmatamento para suprir a demanda por madeira tanto da construção, muitas vezes da própria ferrovia, como para servir de combustível para os engenhos movidos a vapor (FADEL, 2009: 103).

Lúcia Helena Pereira da Silva (2014) ao abordar o saneamento e a política na Baixada Fluminense no início do século XX destaca que, apesar de alguns médicos fazerem associação entre o aumento das doenças e o acúmulo de águas paradas, a relação direta entre febres e meio ambiente ainda não existia (SILVA, 2014: 290). A autora ainda destaca, assim como Fadel (2009), a ferrovia como um agravante da situação sanitária da região:

> [...] O município sofria com cólera e a varíola, que antes ficavam às áreas ribeirinhas; com a passagem da via férrea na região de Jacutinga, as rotas internas foram criadas e as antigas dinamizadas, transformando-as também em vetores de propagação de doenças. O trem incrementava o uso das vias vicinais à estação. Seriam essas estradas, juntamente com os rios e os pântanos, os principais propagadores das inúmeras epidemias da região como varíola, cólera e malária (SILVA, 2014: 290).

Muitas ações visando sanear a baixada foram empreendidas ao longo do tempo. Em 1857 o principal problema para o controle das epidemias, segundo os presidentes das províncias, era a falta de estrutura da saúde. Porém, apesar de sua proximidade com a Corte e sua importância, Iguassú, que só tinha um médico vacinador e nenhum hospital[7], sofria com as febres e epidemias presentes na região (SILVA, 2014: 291).

Até 1870 "nenhuma ação havia sido estabelecida na região [da Baixada] para resolver o problema dos alagamentos e das doenças palustres". A partir do estudo apresentado pela Academia de Medicina e a Junta de Higiene, apontando que os terrenos pantanosos em vários pontos da cidade estavam ligados à propagação das doenças na Corte, o então ministro dos negócios do Império disponibilizou recursos para a drenagem destas áreas. Neste momento, a imagem de região insalubre começou a ser construída discursivamente e a relação entre a disseminação de doenças e a existência de áreas alagadiças começou a ser consenso entre os médicos. Reforçando essa nova imagem, o estudo realizado em 1883 por uma comissão chefiada pelo engenheiro Rangel de Vasconcelos relacionou enchentes e epidemias, tornando a região alvo de pesquisas por parte dos engenheiros, principalmente, nos locais onde a linha férrea passava (SILVA, 2014: 291, 292).

O governo estadual criou em outubro de 1894 a Comissão de Estudo e Saneamento da Baixada Fluminense (SOUZA, 2006, 2014; MONTEIRO, 2008; BRAZ e ALMEIDA, 2010) e, em 1895 o já comunicava à Assembleia Legislativa suas primeiras ações:

[7] O hospital de Iguassú apenas seria inaugurado em1935 (DIAS, 2014: 399; 2016: 79).

ISBN **978-65-990229-0-6**

> A Comissão de saneamento da baixada prossegue regularmente nos estudos das regiões alagadiças próximas do litoral, para regularizar o curso das águas; realisando esse *desideratum*, o governo entregará à agricultura terrenos fertilíssimos e, valorizados também, pela proximidade de três importantes centros de consumo e libertará as populações vizinhas da malária, que a longos anos as tem dizimado (RIO DE JANEIRO, 1895: 21-22).

Nesta época, Iguassu estava às voltas com uma epidemia de varíola que desde 1882, estava sendo alvo das ações da Câmara Municipal. As medidas tomadas pelos órgãos públicos perduraram pelos anos seguintes até que:

> [...] em dezembro de 1895 uma providência mais eficaz de combate a varíola se efetuasse em Meriti "quando José Manoel de Santa Rita, farmacêutico e juiz de paz naquele distrito comunicava haver aplicado em 113 pessoas os seis tubos de "lympha" enviados pela Câmara, e 21 particularmente pelo dr. Presidente e não haver caso algum de varíola no distrito" [...] (PERES, 2006: 112-113).

O pagamento de médicos e boticários/farmacêuticos por parte da Câmara dos municípios era comum, principalmente para atendimento em áreas desprovidas destes agentes, ação reforçada em épocas de epidemias. Pelo relato acima, este parece ser o caso de José Manoel, que atuou como vacinador em Iguassú. Porém, ser contratado pela Câmara não era novidade para o boticário, que já estevera nesta posição anteriormente em Capivary.

Quanto as "linfas vacínicas" disponibilizadas pela Câmara para imunização da população, uma mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 1896, informava que a epidemia de varíola tinha tomado grandes proporções em todo Rio de Janeiro em 1895 e que, a pedido dos poderes locais, o governo enviou "médicos da assistência pública, remédios, desinfetantes e linfas vacínicas em larga profusão" para os municípios (RIO DE JANEIRO, 1895: 7).

Em 1902 foi criada a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada Fluminense, mas, foi extinta seis anos depois, pois, suas ações foram parciais e insuficientes para resolver os problemas da região que, continuava a sofrer com as endemias e o alagamento de suas terras devido aos poucos investimentos e a estratégia ambiental utilizada, fato que já ocorria nas comissões anteriores como mencionamos (SOUZA, 2006: 21, 2014: 90-91; SILVA, 2014: 293).

Com a extinção da comissão, foi assinado um contrato com o dr. Francisco Ribeira de Moura Escobar[8] que, apesar de prever várias ações de saneamento e benefícios, como o direito de exploração das riquezas naturais e preferências para construção de ferrovias, não foi concretizado (SOUZA, 2006:

[8] Para saber mais sobre esse assunto ver em Souza, 2016.

ISBN **978-65-990229-0-6**

21; BRAZ e ALMEIDA, 2010: 45; SILVA, 2014: 293). Ações mais efetivas só seriam tomadas a partir da atuação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada em 1910.

Os primeiros anos dos Novecentos foram marcados por intensos debates, sobretudo, a respeito do saneamento rural como foco no combate à malária, ancilostomose e mal de Chagas. Segundo Hochman, na "década de 1910, a intensificação do debate sobre a saúde e saneamento aconteceu no contexto do surgimento de inúmeros movimentos de caráter nacionalista" que acabou por contribuir para o surgimento de "agências e políticas governamentais em saúde pública e saneamento" (HOCHMAN, 2013: 61-62).

A época da criação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada em 30 de dezembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha, ressaltava que a salubridade era um instrumento de desenvolvimento econômico para região. Era necessário combater os focos de malária e "recuperar a vocação natural da região para agricultura" o que acabaria por atrair um maior número de pessoas, sem falar na diminuição da mortalidade da população local. O caminho para sanear o sertão e erradicar as doenças era eliminar os pântanos, principais focos de malária "por meio de obras de engenharia" (FADEL, 2009: 43, 143; DIAS, 2016: 75; SILVA, 2014: 294).

Para Comissão, duas razões contribuíam para a formação dos pântanos: a primeira relacionada diretamente à falta de conservação dos rios devido ao abandono das terras, e a segunda ligada à construção da ferrovia e estradas de rodagem. Ainda segundo a Comissão, as obras sem estudos prévios que interferiram no meio ambiente local, como os aterros realizados, se converteram em verdadeiras barragens impedindo o escoamento das águas. Porém, segundo Fadel (2009), "dada a relação já conhecida na historiografia entre a construção de estrada de ferro e progresso, principalmente no período do império, estendendo-se pela República, essa crítica necessita de análise mais acurada" (FADEL, 2009: 150).

Para incentivar a agricultura, o governo federal, além de reduzir impostos, organizou concursos, exposições e criou prêmios voltados para este fim. Neste sentido, Iguassú, que já no final do século XIX cultivava laranjas em alguns distritos, acabou por se destacar, principalmente depois que Nilo Peçanha firmou um acordo de exportação com governos da Argentina e Uruguai, assegurando melhores condições de comércio do produto. A partir deste acordo comercial, em 1910 a citricultura iguassuana tomou novo fôlego e 500 mil laranjas foram enviadas a Montevidéu e Buenos Aires, tornando-se o principal produto da economia local entre 1920 e 1940 (DIAS, 2014: 68).

Os movimentos e organizações nacionalistas, que estavam em voga neste período, segundo Hochman (2013), "vislumbravam diversos caminhos para a recuperação e/ou fundação da nacionalidade: saúde, educação, civismo e valores nacionais, serviço militar obrigatório, etc.". (HOCHMAN, 2013: 63). A superação das doenças endêmicas estaria ligada à constituição do senso de

ISBN **978-65-990229-0-6**

nacionalidade (NOFUENTES, 2009: 64) e projetos políticos-intelectuais que se formavam por meio de redes de sociabilidades, proliferaram em uma gama de associações que utilizavam a mesma terminologia: Liga. Entre estes movimentos estavam a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista e a Liga Pró-Saneamento do Brasil (NOFUENTES, 2009: 59). Neste trabalho, vamos focar em apenas na Liga Pró-Saneamento do Brasil, uma vez que Joaquim Nery manteve algum envolvimento com este movimento.

A partir de 1916, com a publicação do relatório da expedição realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva em 1912, o movimento higienista ganha novo ânimo. O relatório feito a partir da expedição pelas regiões nordeste e centro-oeste do país, evidenciava a precariedade do quadro sanitário e as condições de vida da população dos sertões. Os sanitaristas descreviam o povo como "ignorante, abandonado, isolado, com instrumentos primitivos de trabalho, desconhecendo o uso da moeda, tradicionalista e refratário ao progresso". O quadro de isolamento era o grande causador da falta de identidade nacional, reforçado "pelo abandono por parte do Governo Federal" (HOCHMAN, 2013: 66-67).

A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918, por Belisário Penna tinha como objetivo a erradicação das doenças endêmicas que acometiam a população do interior do país através da distribuição gratuita de medicamentos. O sanitarista acreditava que, para prosperidade do país, era fundamental o saneamento e a fixação do trabalhador rural no campo e que os serviços de saúde em todo o país deveriam ser uniformizados através da criação de uma agência pública de âmbito nacional (NOFUENTES, 2008: 37; DIAS, 2014: 71, 73).

Neste contexto, Iguassú funda um Centro de Melhoramentos em setembro de 1919, como noticiado no jornal *Correio da Lavoura*:

> Centro de Melhoramentos de Iguassú.
> Em Belford-Roxo efetuou-se traz ante-ontem uma reunião para a criação do Centro de Melhoramentos de Iguassú, que se propõe a promover junto as autoridades públicas locais e federais os melhoramentos que necessitam os vários distritos deste importante município do Estado [...] (CORREIO DA LAVOURA, 04/09/1919: 1).

Em outubro de 1919 uma Comissão ligada ao Centro de Melhoramentos de Iguassú entregou ao Ministro da Aviação, um abaixo assinado com 800 nomes solicitando mais trens para o ramal do Rio d'Ouro e a redução de passagens e tarifas. Nesta mesma época, a Comissão também encaminhou ao presidente da Câmara Municipal de Iguassú uma solicitação para a conclusão do saneamento de Belford- Roxo e o concerto de uma ponte, localizada no bairro Retiro (CORREIO DA LAVOURA, 16/10/1919: 1; DIAS, 2016: 73).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Joaquim Nery fundou em Merity, o Centro Pró-Melhoramentos de Merity, do qual era o presidente (LUSTOSA, 1958: 59, 235; JORNAL TÓPICO, 25/08/1958: 3). Não encontramos nenhum registro a respeito do Centro fundado pelo prático, mas, a partir da reportagem do *Correio da Lavoura*, podemos inferir que, assim como o de Iguassú, aquele fundado por Joaquim Nery tivesse os mesmos objetivos: fazer reivindicações em prol do melhoramento da localidade. Joaquim Nery estaria preocupado com a melhoria de Merity porque José Manoel solicitou a transferência da sua farmácia da Pavuna para a Merity em 1907 *(A Capital*, 24/04/1907). Neste sentindo, as melhorias na localidade também seriam boas para os negócios e para a família de modo geral uma vez que residiam no local.

Na época da fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, a gripe espanhola[9] fazia muitas vítimas, sobre tudo entre março de 1918 e janeiro de 1919, provocando a morte de trinta milhões de pessoas em todos os continentes (HOCHMAN, 2013: 63). Aqui no Brasil, os relatórios apresentados às Assembleias Legislativas em 1919 por vários estados, dava a gravidade da situação enfrentada. Em Minas Gerais a epidemia chegou ao final de 1918 deixando um total de 239 mortos só em Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 1919: 68-69). No Pará, apesar de já terem sido registrados casos de gripe em épocas anteriores, nenhuma se apresentou "sob a forma minimamente disseminadora e mortífera" como a de 1918 (PARÁ, 1919: 102). E no relatório do Amazonas, a gripe era considerada "mais violenta, talvez que a própria guerra" (AMAZONAS, 1919: 16). O relatório do Rio de Janeiro informava que:

> Nos últimos meses do ano passado [1918] e começo do atual [1919], foi o Estado invadido pela epidemia de gripe, que tendo manifestado os primeiros casos nesta Capital, rapidamente se propagou aos demais municípios, fazendo inúmeras vítimas.
>
> Apesar dos poucos e minguados recursos de que dispunha, a Administração esforçou-se a atender as perturbações trazida a sociedade pela violência do mal, que invadiu todos os lares, suspendeu quase totalmente as transações comerciais, paralisou as indústrias, prejudicou os trabalhos agrícolas, interrompeu a regularidade dos trabalhos administrativos, espalhando em sua passagem o terror e a morte [...] (RIO DE JANEIRO, 1919: 58).

Por todos os lugares, os jornais denunciavam a desorganização do país que, paralisado pela doença, via um governo incapaz de suprir a população de medicamentos e alimentos, que escassos, tornavam-se muito caros. O grande número de mortos fazia com que sobrassem corpos e faltassem caixões e

[9] Para saber mais sobre gripe espanhola ver em Goulart, 2005; Silveira, 2005; Bertucci, 2009 e Souza, 2010.

ISBN **978-65-990229-0-6**

coveiros para os enterros das vítimas (GOULART, 2005: 198; HOCHMAN, 2013: 124-125).

Até as últimas décadas do século XIX, a medicina contava com uma grande quantidade de misturas de eficácia duvidosa utilizadas amplamente em várias doenças e restrita quantidade de medicamentos eficazes contra limitado número de enfermidades (EDLER, 2006: 94; VELLOSO, 2007: 91). Assim, o medicamento, objeto principal da farmácia, a quem era atribuído papel primordial como meio de cura, nem sempre cumpria seu intuito (VELLOSO, 2007: 91). O saber da época não tinha respostas frente à epidemia, e a controvérsia acerca da determinação do agente causador da gripe espanhola persistiria até a década de 30 (SILVEIRA, 2005: 93; BERTUCCI, 2009: 471).

A força da epidemia pode ser medida pelo número de mortos decorrente da sua grande virulência. Foram contabilizados no Rio de Janeiro apenas no dia 22 de outubro de 1918, em um total de 1.073 óbitos, 930 por gripe. Segundo fontes da época, 66% dos cariocas, aproximadamente 600.000 mil habitantes, ficaram de cama acometidos pela gripe e entre 12.000 e 18.000 pessoas faleceram em decorrência da doença de outubro a dezembro de 2018 (GOULART, 2005: 105; BERTUCCI, 2009: 460; HOCHMAN, 2013: 125).

No município de Iguassú em 1918 foram registrados 1.267 óbitos, sendo 410 apenas no distrito sede e o relatório enviado à Câmara Municipal em 12 de junho de 1919 afirmava que todos os distritos foram "violentamente" atacados pela gripe. Na tentativa de socorro à população, foi montado um posto médico, abastecido de medicamentos pelas farmácias Werneck e Santo Antônio. Além disso, solicitou-se aos farmacêuticos Sebastião Herculano de Matos e Gouvêa Matos & Companhia, que dessem socorro médicos e medicamentos a todas as pessoas que necessitassem (PEIXOTO, 1960: 68).

Nestas estatísticas, está a família de Joaquim Nery. A epidemia levou a morte, em 02 de novembro de 1918, dois de seus filhos: Iracema de 5 anos e Joaquim de 3 anos, com diferença de 10 horas entre um e outro. O prático ainda registrou o falecimento de mais duas pessoas da família no ano em que a epidemia grassava. Seu cunhado Joaquim faleceu no dia 20/10/1918 e sua cunhada Bella Aurora, um pouco mais de um mês depois em 25/11/1918 (SANTA RITA, 1894: 5). Não há registro do motivo do falecimento, mas não podemos descartar a possibilidade de terem sido acometidos pela doença, tendo em vista ser a época de seus falecimentos a que a doença mais vitimou.

Outra informação deixada por Joaquim Nery sobre epidemias se refere a febres muito comuns na região da Baixada. Em janeiro de 1918 a família tinha se mudado para a localidade de Estrella, porém, o prático volta com a família para Merity em março de 1920 na tentativa de fugir das febres tão presentes na região (SANTA RITA, 1894). Segundo os relatórios do governo, o impaludismo (malária) era frequente na Baixada e em 1919, apesar de a situação sanitária do estado ser considerada boa sem nenhuma grande epidemia, o impaludismo assolava a Baixada Fluminense (RIO DE JANEIRO, 1920: 36).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Após a epidemia, o governo implementa uma série de ações em políticas públicas nas regiões que eram consideradas predominantemente rurais. Os esforços para sanear os "sertões", visavam transformar as regiões consideradas insalubres em locais habitáveis e produtivos, melhorando, por consequência, a saúde da população. (HOCHMAN, 2013:130; DIAS, 2014: 75).

Neste sentido, o Governo Federal criou em abril de 1919 o Serviço de Profilaxia Rural, para que estados e União desenvolvessem ações conjuntas com foco nas endemias rurais. Subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Serviço de Profilaxia Rural permitia aos estados mais acesso à ajuda financeira disponibilizada pelo Governo Federal (HOCHMAN, 2013: 130; DIAS, 2014: 75). No Rio de Janeiro foram instalados nas zonas rurais do estado 10 postos sanitários. Inserido nestas ações, Iguassú foi beneficiado com um posto na sede do município, agora denominada Nova Iguassú[10] e subpostos foram instalados em outras localidades do município como em Raiz da Serra, Merity e Pavuna (THIELEN e SANTOS, 2002: 396; DIAS, 2014: 75).

Para que as ações do Serviço de Profilaxia Rural fossem efetivas, os encarregados julgavam necessária uma obra para a construção de uma rede de esgotos. Contudo, o município de Iguassú não possuía recursos para arcar com os custos da obra que foram assumidas pelo estado por considerar que esta era de "interesse geral". Esta situação de dependência financeira levou o estado, baseado na reforma constitucional de 1903, a criar a prefeitura e designar como prefeito de Iguassú o médico sanitarista Mário Pinnoti (DIAS, 2014: 75, SILVA, 2014: 296).

Esta indicação apesar de ser comemorada por algumas pessoas, principalmente as engajadas nas causas sanitárias que viam na indicação do chefe do Posto de Profilaxia Rural, a possibilidade de realizações de grandes obras e reformas sanitárias, foi motivo de desavenças. As disputas políticas da região foram acirradas e a resistência do grupo ligado à presidência da Câmara Municipal, dificultou as obras levando a sua interrupção em 1920, após Pinnoti ter sido destituído (DIAS, 2014: 75-76, 2016: 73; SILVA, 2014: 296).

O sanitarista acreditava que a educação em prol do saneamento não deveria ficar restrita ao espaço da Capital da República, por isso, fez várias conferências como à realizada em Nova Iguassú, pelos subúrbios e cidades do interior do Brasil em associações privadas e públicas. Através destas palestras, Belisário Penna distribuía "panfletos de caráter pedagógico que alertavam a população para a importância dos princípios básicos de higiene fundamentais para preservação da saúde" e propagava os ideais da Liga (BRITTO, 1995: 21).

Em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública pelo Congresso Nacional no final de 1919, a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi

[10] Em 1916 a sede do município teve seu nome alterado de Maxambomba para Nova Iguassú. Segundo Dias (2014), a palavra "nova" fui incluída sinalizando "para as mudanças em curso, onde a nascente cultura da laranja afirmaria uma nova elite rural" (DIAS, 2014: 69). O nome do município só mudaria de Iguassú para Nova Iguaçu em 31 de março de 1938.

ISBN **978-65-990229-0-6**

extinta. O novo órgão criado a partir de uma reforma nos serviços de saúde possuía abrangência nacional, antes de competência exclusiva dos governos estaduais, e incorporou muitos membros do movimento sanitário, entre eles Carlos Chagas, diretor do Instituto Oswaldo Cruz que assumiu a direção do Departamento (BRITTO, 1995: 25).

CONCLUSÃO

No desenvolver deste trabalho pudemos perceber que, ações de saneamento da Baixada Fluminense, foram repletas de muitos conflitos entre os poderes federal, estadual e municipal com alguns avanços, mas também muitos recuos. Neste contexto de epidemias e saneamentos, verificamos a participação de José Manoel e Joaquim Nery, assim como de outros farmacêuticos no auxílio à população local, tanto no fornecimento de medicamentos quanto ao atendimento a população. Em 1895 em meio à epidemia de varíola José Manoel aplicava as linfas vacínicas aos moadores de Iguassu, porém, o boticário em épocas anteriores já havia trabalhado para a Câmara Municipal de Capivary. Anos mais tarde, observamos o envolvimento de Joaquim Nery nas ações voltadas ao saneamento da região com seu envolvimento na fundação da Liga Pró-Saneamento de Merity. Nos anos seguintes, a Baixada Fluminense continuou sendo alvo de ações por parte do governo, mas os problemas de infraestrutura não foram resolvidos e ainda perduram na região.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o impacto das epidemias que assolavam a região e que não pouparam a família de Joaquim Nery, evidenciado através do seu manuscrito e do cruzamento das informações ali contidas com outras fontes. Através dos registros do falecimento de seus filhos e cunhados, podemos observar a chegada da gripe espanhola na localidade e a incidência das febres tão comuns na região, que acabaram por fazer a família mudar-se de um local para outro na tentativa de fugir do mal.

Concluímos sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, objetivando contribuir para o melhor entendimento da prática do ofício farmacêutico na região de Iguassú. Trabalhos voltados para as artes de curar da região, especificamente relacionados ao ofício farmacêutico são escassos, apesar da crescente historiografia sobre a região.

FONTES MANUSCRITAS

SANTA RITA, Joaquim Nery Cotrim de. *Manuscrito*. Iguassú, 1894.

FONTES IMPRESSAS

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1844 – 1880.
COSTA, Euzébio de Almeida Martins Costa. *Da pharmacia no Brazil e de seu exercício*. Rio de Janeiro, Typ. De Molarinho & Alverne, 1880.

ISBN **978-65-990229-0-6**

PERIÓDICOS

A Capital, Rio de Janeiro – 24 de abril de 1907.
Correio da Lavoura, Nova Iguaçu – 04 de setembro de 1919.
Correio da Lavoura, Nova Iguaçu – 16 de outubro de 1919.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro – 09 de março de 1935.
Diário Carioca, Rio de Janeiro – 21 de agosto de 1934.
Jornal Tópico, Duque de Caxias – 25 de agosto de 1958.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *Olhares Sobre uma Cidade Refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias* (1950-1980). Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.

AMAZONAS. *Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa de Amazonas no dia 10 de julho de 1919 pelo governador do estado Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar. Disponível em:* http://brazil.crl.edu. *Acesso em 26 de janeiro de 2018*.

BEZERRA, Nielson Rosa. As Chaves da Liberdade: estratégias de resistência escrava na ferrovia. *Revista Pilares da História*: Duque de Caxias, v.2, n.4, 2004, pp.26-45.

_____. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias-RJ: APPH-CLIO, 2012.

BRAZ, Antônio Augusto e ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010.

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

DIAS, Amália. *Entre Laranjas e Letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas e Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Revista Educar*, n.25, p.59-73, 2005.

GOULART, Adriana da Costa. Revisando a gripe espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.12, n.1, 2005, pp.101-142.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases políticas da saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Almanaque de primeira: em meio à ferrenha concorrência editorial do século XIX, o Almanak Laemmert se destacou pela variedade de informações. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2010, pp. 80-83.

ISBN **978-65-990229-0-6**

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1958.
MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 1999.
MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, A.C. (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das Casas-Grandes. *In:* ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org). *A História da Vida Privada no Brasil 2 – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.385-440.
MINAS GERAIS. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de Minas na 1ª sessão ordinária em 1919 pelo presidente Dr. Arthur da Silva Bernardes. Disponível em:* http://brazil.crl.edu. *Acesso em 26 de janeiro de 2018*.
MONTEIRO, Giuliana. Parábola dos Saneadores: análise das políticas de saneamento para Baixada Fluminense (1906-1930). *Revista Pilares da História*,Duque de Caxias, a.VII, n.8, maio 2008, pp.40-43.
PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1960.
PERES, Guilherme. *Um lugar no passado*. Rio de Janeiro, Editora IPAHB, 2006.
PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.11, supl.1, p.67-92, 2004.
PIMENTA, Tânia Salgado e COSTA, Ediná Alves. O exercício do farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.15, n.4, p.1013-1023, out-dez, 2008.
RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no dia 15 de setembro de 1895 pelo presidente Dr. Joaquim Maurício de Abreu. Disponível em: http://brazil.crl.edu. *Acesso em 24 de janeiro de 2018*.
RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919 pelo presidente Dr. Raul de Morais Veiga. Disponível em: http://brazil.crl.edu. *Acesso em 24 de janeiro de 2018*.
*RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo presidente Dr. Raul de Morais Veiga. Disponível em:*http://brazil.crl.edu. *Acesso em 27 de janeiro de 2018*.
RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória*. São Paulo: RR Donneley, 2004.
SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Revista de História da UNIABEU*, v.3, n.5, jul-dez de 2013, pp.47-63.

ISBN **978-65-990229-0-6**

_____.Saneamento e Política da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX. *Revista de Ciências Humanas*: Santa Catarina, v.48, n.2, jul.-dez. 2014, pp.282-302.

_____. Baixada Fluminense como Vazio Demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *Revista Brasileira de Estudos da População*: belo Horizonte, v.34, n.2, maio/ago. 2017, pp.415-425.

SOUZA, Christiane Maria da Cruz de. A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé. *Dynamis*, 30, 2010, pp.41-63.

SOUZA, Marlucia dos Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

THIELEN, Eduardo Velela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas foto biográficas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.9, n.2, maio-ago. 2002, pp.387-404.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

ISBN **978-65-990229-0-6**

UMA BAIXADA, MUITOS SENTIDOS: AS REPRESENTAÇÕES DA REGIÃO A PARTIR DA IMPRENSA (NOVA IGUAÇU, 1957-1962)

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os sentidos atribuídos ao termo Baixada Fluminense pelos semanários *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba*, entre os anos 1957 e 1962, ambos fundados em Nova Iguaçu, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Criado em 22 de março de 1917 pelo capitão Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho o *Correio da Lavoura* pautou sua linha editorial nas demandas econômicas e políticas da citricultura, principal atividade econômica do primeiro distrito iguaçuano, entre 1920 e 1930.

O *Correio de Maxambomba* por sua vez surgiu em 18 de dezembro de 1955 sob a direção de Dionísio Bassi, um filho de imigrantes italianos e vereador em Nova Iguaçu por dois mandatos (1947-1950) e (1955-1958) pelo Partido Social Democrático (PSD). Na contramão do seu concorrente, o semanário dirigido por Bassi nasceu em um contexto de emancipações distritais e periferização da região, por esta razão produziu notícias pautadas em investimentos no setor industrial, oferta de comércio e serviços, violência, greves, ausência de saneamento básico e etc.

Dito isto, pretende-se investigar como o conteúdo e a diagramação destes periódicos podem nos revelar de que maneira o campo jornalístico tratou estas transformações, mais principalmente, como tais narrativas disputaram um determinado sentido de Baixada. Com base em matérias e colunas produzidas nestes jornais será averiguado se a imprensa foi, ou não, uma catalisadora das potencialidades ou dificuldades deste espaço, bem como de representações que se perpetuariam até os dias atuais sobre esta região.

ISBN **978-65-990229-0-6**

DE IGUASSÚ A IGUAÇU[1]

> A jurisdicção de Iguassú, cujo o município foi creado por decreto em 15 de janeiro de 1833, a pedido de um grupo de fazendeiros, sob a chefia do Commendador Francisco José Soares, não sofreu alteração até 1891, epoca em que se deslocou a séde, da Villa para o povoado de Maxambomba, o qual, elevado a Villa em 1º de Maio de 1891, passou á categoria de cidade pelo decreto nº 263, de 19 de junho do mesmo ano. A mudança do nome para Nova Iguassú, que recorda e conserva o da antiga e histórica Villa, verificou-se em 1916, por pedido do dr. Manoel Reis. [...] Ao festejar o município o centenário de sua fundação, é necessário e justo reconhecer que ha entre nós um renascimento da antiga prosperidade agrícola. A terra da laranja pelo labor de seus filhos, está se aparelhando para um belo e grande futuro.[2]

Em 15 de janeiro de 1933 o jornal *Correio Lavoura*[3] dedicou, quatro das vinte páginas da edição 826, para celebrar o primeiro centenário do município de Nova Iguassú. Fotos e matérias sobre a história e o "progresso" da cidade preencheram as colunas do semanário fundado em 22 de março de 1917 por Silvino de Azeredo[4], proprietário e "grande entusiasta" da cidade perfume, título atribuído em razão da principal atividade econômica da cidade nos anos 1920 e 1940[5]: a citricultura.

De acordo com Amália Dias, a folha era resultado de um "árduo" trabalho de colaboradores e anunciantes pelo desenvolvimento de Nova Iguassú. Desde sua criação, a defesa do ensino, do saneamento e da lavoura foram parte do lema instituído pelo CL, visto que Silvino de Azeredo e sua rede de colunistas fizeram alusões constantes ao uso da terra para produção de alimentos, pois o

[1] A Vila de Maxambomba recebeu o nome "Nova Iguassú" através da Lei 1.331 de 9 de novembro de 1916. A grafia do nome mudou para "Nova Iguaçu" após reforma ortográfica, contudo o termo "nova" também demarca um sentido social, ou seja, de um "novo" momento histórico e político da cidade.

[2] *Correio da Lavoura*, 15 de janeiro de 1933, ed.826, p.1.

[3] Doravante CL.

[4] Filho de Cândido Almeida de Azeredo Coutinho e Teresa Joaquina da Conceição Coutinho nasceu no dia 17 de junho de 1859 em um lugar chamado Cachimbau, na vila de Iguaçu. Casado com Avelina Martins de Azeredo teve dezesseis filhos, dentre eles Avelino Martins de Azeredo e Luiz Martins de Azeredo, ambos deram continuidade ao *Correio da Lavoura* após a morte do pai em 1939.

[5] O declínio da laranja é justificado pela presença da mosca do mediterrâneo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, todavia os números apresentados nas matérias publicadas pelo Correio da Lavoura apontam que a produção se manteve profícua ao longo dos anos 1950, apesar dos fatores citados acima. Pesquisas sobre a pujança e o fim da citricultura ainda precisam ser feitas, contudo é necessário sinalizar que o discurso posto pela imprensa e agentes do setor não refletem a real totalidade deste amplo e complexo processo.

ISBN **978-65-990229-0-6**

campo era uma "fonte de riqueza" para o Brasil. Para Dias, há uma política "fusão entre rural, o território e a atividade da agricultura".[6]

Sem coincidências, o nome atribuído ao semanário era parte de um projeto em que a lavoura foi o cerne das relações políticas e administrativas em Nova Iguaçu na primeira metade do século XX. Segundo a autora, os argumentos do CL pró-agricultura foram parte de uma estratégia maior reiterada "pelas classes agrárias no pós-abolição"[7], uma vez que estas delinearam um diagnóstico que responsabilizava o não desenvolvimento do país pela ausência de investimentos na agricultura, por esta razão a questão agrária deveria ser uma demanda nacional, um problema de "todos".

Assim como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), o *Correio da Lavoura* também foi uma das organizações de caráter civil responsáveis por articular seus interesses com o do grupo formado por proprietários de terra de forma que uma determinada opinião pública se formasse em torno das "moléstias" que acometiam a lavoura do país, sobretudo, em terras iguaçuanas. A cada edição era reforçada a necessidade de se investir em melhorias no campo, entretanto ficou evidente que:

> Eram recursos pelos quais os grupos agrários e seus partidários buscavam disseminar e defender a sua própria visão de mundo, seus interesses, requerendo a inscrição de suas demandas nas agências da sociedade política, procurando adquirir o auxílio financeiro, econômico e político do estado para os próprios interesses.[8]

Definiu-se que o movimento de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro passava pelo investimento no setor agrícola. Isto foi característica de consecutivos governos, especialmente na administração de Nilo Peçanha, quando figuras da política fluminense estiveram fundamentalmente alinhadas aos grupos agrários do Brasil. O *ruralismo* definido por Sonia Regina de Mendonça concebeu uma crise no campo baseada na redefinição das relações trabalhistas postas no momento posterior a abolição da escravidão em maio de 1888. Para a autora de *o Ruralismo Brasileiro*, a "reação ruralista" não se deu de maneira uniforme, pois "[i]mplicou movimentos políticos, de sujeitos coletivamente organizados vinculados à agricultura que buscaram recompor a organização do trabalho e fazer face à redefinição do papel da agricultura[9].

---

[6] DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950).* 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade FederalFluminense: Niterói, 2012, p.34.

[7] Ibidem, 2012, p. 35.

[8] Ibidem, idem.

[9] MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro.* (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.p.13.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Nesta perspectiva o plano de um país predominante agrícola passou pela diversificação da produção de gêneros menos suscetíveis as mudanças do mercado internacional. O Correio da Lavoura veiculou o discurso pela não monocultura e modernização do trabalho no campo dada a inexpressividade econômica do Rio de Janeiro frente a produção cafeicultura de estados como São Paulo**.** Portanto, o semanário fundado por Silvino de Azeredo, literalmente, fez um manifesto em defesa da política de reestruturação agrícola em face de novos elementos como o pós-abolição e desenvolvimento da ideia da agricultura como uma indústria.

A difusão do saber técnico no semanário ratificava a necessidade de romper com a lavoura arcaica e de que o conhecimento científico sobre sementes, cultivo e mecanização tornariam os pomares iguaçuanos mais produtivos e com frutos de qualidade. Circular estas ideias permitiu que os citricultores locais[10] se organizassem politicamente para encaminhar as demandas do grupo junto a esfera estadual e federal. Intervenções sanitárias e formação da população para o trabalho na lavoura eram a base do discurso deste grupo pró-melhoramento da produção da laranja. O CL publicou inúmeras matérias sobre mecanização agrícola, ensino e sanitarismo endossando o quanto estes três elementos eram essenciais para o desenvolvimento da fruticultura e consequente "prosperidade" local:

> A preocupação agrícola
> Que se não afigure um absurdo a epigraphe destes commentarios, tratando-se de um paiz ainda quase essencialmente agircola, como nos prezamos de ser. E' de presurmi-se que a preocupação agrícola deve ou deveria constituir a idéa fixa do brasileiro, por ser da terra a maior fonte da nossa riqueza econômica. Infelizmente não é assim e só agora se verifica algum interesse pelo melhoramento dos processos agrícolas e pela cultura scientifica das terras.[11]
>
> A educação rural
> Mais ou menos nos moldes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres fundada em São Paulo a Associação Luiz Pereira Barreto destinada a diffundir ensinamentos sanitarios, educacionaes, agrícolas e economicos nas zonas rurais do Estado, por meio de conferencias e cinemas, contando para esse fim com o auxilio de todos os professores. [...] E' oportuno pondera-se que o ruralismo começa a constituir uma preocupação séria, reparando-se assim uma injustiça secular.[12]
> A Baixada Fluminense
> Os que vivem na Baixada Fluminense conhecem as consequencias lamentáveis do estado em que se encontravam os rios afluentes

[10] Entende-se que o grupo de citricultores era heterogêneo. Foi composto por membros da classe dominante da Grande Iguaçu e personagens oriundos da Capital Federal que investiram na laranja, mas não moravam na região, como por exemplo, a família Guinle.
[11] *Correio da Lavoura*, 09 de maio de 1933, ed.946, p.1.
[12] *Correio da Lavoura*, 16 de maio de 1935, ed.974. p.4.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> que atravessavam. O serviço da Commissão de Saneamento da Baixada nalimpeza e drenagem desses rios, [grifo meu], está no rol daqueles que merecem o louvor dos brasileiros, porque apresentam dupla vantagem: a actual e a vindoura. Não se precisa encarecer o valor dessa obra. Nada menos de 800 kilomentros de rios foram limpos no espaço de um anno [...] Dezenas de milhares de pessoas livres do impaludismo [grifo meu] e agora em condições melhoradas de saude, hygiene e conforto. Areas enormes de terrenos, promptas para o plantio e a producção. [grifo meu][13]

Destaquei o trabalho da Comissão de Saneamento da Baixada indicado pelo *Correio da Lavoura* em matéria publicada em 10 de outubro de 1935, uma vez que este enumera os benefícios do serviço para região, sobretudo, no campo da saúde e da agricultura. Em *As Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense*, Adriana Souto analisa como a atuação destes grupos interviram de forma profunda neste espaço durante as três primeiras décadas do século XX. De acordo com a autora, a presença do Estado através de políticas sanitaristas fez com que se concebesse uma determinada perspectiva de Baixada Fluminense ainda reproduzida "como única" até os dias de hoje.

> Foi a partir da atuação destas Comissões, principalmente a de 1933, que a população de fato passou de forma acelerada a ocupar a Baixada. Depois do Saneamento, ocorrido nos anos 1940, acentuar-se-ia a dinâmica de periferização dos municípios que foram contemplados com as obras de saneamento.[14]

A comissão de 1910 teve por objetivo reunir mapas, estudos e informações sobre a região a ser saneada, mais foi a segunda comissão, de 1933, a responsável por "liberar a região para o uso agrícola da terra, além de centralizar todos os levantamentos e estudos a respeito da Baixada Fluminense até aquele momento"[15] Segundo Adriana Souto o objetivo era viabilizar dados ao corpo técnico para que uma grande intervenção na região fosse executada. Não por acaso a comissão viraria diretoria e posteriormente Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Contudo, a autora destaca que este movimento foi mais do que intervenções sanitaristas, ambas "definiram a absorção periférica da Baixada Fluminense", ou seja, sanear a Baixada era um projeto para torna-la um lugar habitável e propicio para a agricultura, no caso iguaçuano a citricultura. A imprensa local, leia *Correio da Lavoura*, foi de fundamental importância pra

[13] *Correio da Lavoura*, 10 de outubro de 1935, ed.908, p.1.
[14] SOUTO, Adriana Branco Correia. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933)* (135f.), Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2016, p.13.
[15] Ibidem, idem.

ISBN **978-65-990229-0-6**

consolidar este plano de ação do Estado junto a "classe produtora" local nos primeiros anos da República. O CL era parte deste plano de ação para o progresso municipal, por isso se legitimou como jornal "independente e se sem pretensões tolas".

> A baixada em volta da Capital da República, de que Iguassú ocupa a maior extensão, aguarda o saneamento da terra infectada, onde seus habitantes, de sangue empobrecido, ainda assim fazem do município um dos baluartes da riqueza fluminense [grifo meu] Batendo-nos pela restauração physica do homem, vamos ao encontro do pendor das populações para a atividade. Entendemos que na organização do paiz o agricultor se há de destacar como o soldado do trabalho por excellencia, bravo e triumphador, e, como Anteu, avigorando-se ao contacto da mãe gleba. [16]

A investidura do semanário iguaçuano no discurso sanitarista não contribuiu apenas para que citricultores e membros da máquina pública recebessem as benesses derivadas das reformas de caráter sanitário e técnica, na verdade, este foi um movimento mais amplo em que se elaborou uma determinada representação sobre a Baixada das cinco primeiras décadas do século passado. Neste editorial o jornal usa o termo baixada com b minúsculo, ou seja, a partir de uma definição do século XIX: "a baixada envolta da capital da república". De acordo com Lucia Silva, o conceito perpetuado pelo jornal nos anos 1920 e 1930 designa "a porção de terra do lado oeste da baia da Guanabara"[17] e completa:

> Ao longo do século XIX, a região de uma maneira geral conviveria com duas dinâmicas econômicas: a área mais próxima da baia de Guanabara especializou-se no escoamento dos produtos vindo do interior por meio de seus rios e portos, enquanto a mais distante tinha como base as lavouras de café e mandioca, substituindo a cana. Essas duas realidades na mesma região foram alteradas com a construção da ferrovia D Pedro II (Central do Brasil), em 1856.[18]

Dada a criação do município em 1833 na freguesia de Jacutinga, local onde se situava a estação de Maxambomba, atual cidade de Nova Iguaçu, o antigo distrito sede de Estrela perdeu sua pujança graças a construção da linha férrea – para escoamento da produção - e proliferação de doenças como a malária. De acordo com a autora, a imagem de esvaziamento econômico e demográfico do final do século XIX foi "repensada" apenas em meados nos anos 1940, quando as comissões de saneamento interviram na região.

[16] *Correio da Lavoura*, 28 de março de 1935, ed. 940, p.1.
[17] SILVA, Lucia Helena Pereira da. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *Revista Brasileira de Estudos de População (impresso),* v. 34, 2017, p. 417.
[18] Ibidem, idem.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Assim como Adriana Souto, Lucia Silva situa que a diretoria elaborada a partir da comissão sanitarista de 1933 "produziu uma narrativa que possibilitou atrelar a imagem de pobreza àquelas terras, inclusive consolidando uma História, que mais tarde seria utilizada como principal instrumento de entendimento da região."[19] Até os anos 1940 o *Correio da Lavoura* manteve a reprodução de Baixada enquanto conceito geográfico, ou seja, definido pelo modelo das políticas sanitárias e não como uma região formada a partir de relações socioeconômicas e políticas bem mais complexas.

O uso do termo Baixada nas matérias e colunas ao longo dos anos 1930 e 1940, se manteria como referido na "Comissão/Diretoria de Saneamento chefiada pelo engenheiro Hildebrando Góes", ou seja, um conceito geográfico. Defendo que esta seja parte de uma estratégia para manutenção de investimentos no primeiro distrito de Nova Iguaçu, contudo ela cria uma determinada narrativa na qual agentes e instituições foram lidos a partir de um único ponto de vista, por isto esta definição de Baixada foi recorrente em diversas matérias. Em 1935 o *Correio da Lavoura* publicou uma sequência de textos intitulados "Baixada" que reiterava a perspectiva esboçada acima:

> Ha problemas no Brasil, cuja solução vem offerecendo margem á dissipação de verbas sucessivas, sem que se chegue ao objetivo visado. O saneamento da Baixada Fluminense [grifo meu] avulta entre eles, com a aggravante de apresentar hoje aspectos novos, exigindo um dispêndio de maior somma. [...] O Estado que deve existir como fonte de coordenação de forças, de amparo e assitencia á saúde e á vida, organizando o trabalho, creando a riqueza, facilitando pelas liberdades individuaes a liberdade econômica, tem se encolhido e pautado seus actos pelos processos obsoletos em que se emmaranha a burocracia. [...] A Baixada Fluminense, [grifo meu] cheia de males, ainda assim contribue, trabalhada por gente de sangue empobrecido pelos vermes ou tiritando nos accessos palustres, para o Thesouro Federal com uma renda superior a 30.000 contos. O Estado, presente pelo fisco, para arrecadar, deslembra-se da saude dos trabalhadores anonymos e bravos, na distribuição dos benefícios.[20]
>
> A política entre nós, porém, não se impondo pela altitude firmeza das realizações, deixa, por uma especie de atavismo do branco colonizador, á iniciativa dos habitantes a solução de seus problemas, reservando se para as trincas e mudanças dos figurões. Em face de problemas como esse da baixada a responsabilidade dos homens públicos precisa bem medir a extensão dos actos, que interesses não reaes fazem omitir, com flagrante injustiça, para que não continue a ser desvirtuada a finalidade do Estado, unico capaz

[19] SILVA, Lucia Helena Pereira da. Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense. *Ágora* (UNISC. ONLINE), v. 21, 2019, p.107.
[20] *Correio de Lavoura*, 18 de abril de 1945, ed. 943, p.1.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> de prestar assistência, sob seus múltiplos aspectos, ás populações cuja actividade mantem o luxo e o parasitismo das cidades.[21]

De acordo com a autora, durante as décadas de 1930 e 1940 quatro personagens dominaram as disputas políticas locais: "Sebastião Arruda Negreiros como interventor municipal de 1930 a 1936, Getúlio de Moura[22] e Tenório Cavalcanti[23], ambos atuando na câmara municipal até 37; e Amaral Peixoto, interventor estadual de 37 a 45."[24] Foi neste contexto em que o discurso sanitarista iniciado na gestão de Nilo Peçanha ganhou força para legitimar "maior controle das contas dos municípios e mais tarde abriria caminho para criação de prefeituras em municípios onde não existiam"[25], como a fundação do executivo iguaçuano em 1919.[26]

Os demais distritos[27], principalmente Duque de Caxias, chegaram aos anos 1940 com um crescimento desordenado enquanto o distrito-sede de Nova Iguaçu era economicamente centrado em um grupo legitimado pelo discurso pró-lavoura, sanitarismo e educação. Durante a pujança econômica da laranja, lideranças locais vincularam o desenvolvimento do primeiro distrito a administração municipal para isso aparelharam a Iguassú com praças, estradas, ruas, monumentos, serviços e obras literárias que até os dias de hoje contam "a

---

[21] *Correio da Lavoura*, 25 de abril de 1945, ed. 944, p.1.

[22] Nasceu em Itaguaí, município do estado do Rio de Janeiro, no dia 10 de junho de 1903. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e tornou-se vereador pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu em 1936. Retomou em 1945 e permaneceu até a queda do Estado Novo, quando seria reeleito em 1950 e 1954. Em 1958 concorreu ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro, mas perdeu para Roberto Silveira. Durante os anos 1960 foi secretário de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro no governo Celso Peçanha (1961-1962). Em 1962 se elegeu novamente deputado federal pelo PSD e 1966 foi reeleito pela legenda do MDB e durante o mandato foi presidente das comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Redação, de Serviço Público, de Constituição e Justiça e de Orçamento e Educação e Cultura. Ver: NASCIMENTO, Marlene. *Revolução de 30 na terra da laranja: uma leitura a partir do Correio da Lavoura*. Monografia do Curso de Licenciatura em História – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

[23] Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Bonifácio, no município de Palmeira dos Índios (AL), no dia 27 de setembro de 1906. Advogado, Tenório Cavalcanti iniciou sua trajetória política ao lado de Getúlio Moura. Com sua ajuda tornou-se vereador de Nova Iguaçu em 1936 até que em 1947, Tenório foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do estado do Rio pela UDN, e em outubro de 1950 elegeu-se para a Câmara dos Deputados. Ver: Dicionário de Verbetes Biográficos do Centro de Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Ver: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio Acessado em 24 de outubro de 2019, às 00:40.

[24] Ibidem, 2019, p.112.

[25] Ibidem, 2019, p.111.

[26] Ver: MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República.* (99f.) Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016.

[27] Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, São João de Meriti e Queimados.

ISBN **978-65-990229-0-6**

história oficial" do município. Importante peça do jogo político estadual, Nova Iguaçu teve os olhos voltados para si nos anos 1920 e 1930, principalmente no governo de Sebastião Arruda Negreiros[28], responsável por:

> garantir a manutenção da classe dominante no controle político do município, sem as duas antigas legendas partidárias (Municipal e Republicana), além de dar visibilidade ao ideário dos pomicultores que internamente eram maioria e já exerciam liderança dentro do grupo, e assegurar a pequena inserção de outros grupos políticos (aqueles vindos da franja urbana do município).[29]

Durante sua gestão Arruda Negreiros assumiu as demandas de famílias proprietárias de terras do século XIX, citricultores e uma população a margem da sede do município. De forma habilidosa, o chefe do executivo iguaçuano dialogou com esses grupos e espraiou elementos que tornassem a memória do grupo vinculado a fruticultura, uma memória coletiva em diversos logradouros. Segundo Lucia Silva, a reforma feita na estrutura urbana do distrito sede permanece de pé até os dias atuais, bem como, esse imaginário em torno dos tempos "áureos" proporcionados pela laranja.

Portanto, uma complexa combinação de elementos como intervenções sanitárias e agricultura resultaram no conceito de Baixada dos anos 1920 e 1930 perpetuado pela historiografia até os dias de hoje. Quando o *Correio da Lavoura* publicou os "feitos" da máquina pública na edição comemorativa do aniversário da cidade isto nos diz que há uma versão "vitoriosa" e oficial da história de Nova Iguaçu. Imagens, matérias e colunistas do CL reiteraram o compromisso do semanário com este projeto a favor das vozes que o consolidaram como uma das principais "fontes"[30] da história do município.

O papel do *Correio da Lavoura* nos exige um olhar atento acerca de sua constituição. Entendemos que o pretérito não nos deixa testemunhos neutros ou diretos, pois todo documento é um suporte que fala de um lugar social e um tempo específico, portanto, sendo responsável por uma determinada intenção histórico. Dito isto, Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto afirma que devemos entender a:

> Imprensa como uma linguagem constitutiva social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser

[28] De acordo com Lucia Silva, Arruda Negreiros nasceu em Piracicaba, interior de São Paulo, e formou-se em Direito. Atuou como subdelegado no distrito de Pavuna (São João de Meriti), e mais tarde, foi interventor de Nova Iguaçu de 1930 a 1936 e prefeito eleito do mesmo município de 1947 a 1951.

[29] SILVA, Lucia Helena Pereira da. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, Volume 7, Número 12, Janeiro-Julho de 2017, p. 214.

[30] Ver: FORTE, José Matoso Maia. *Memoria da Fundação de Iguassú*. Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833. Typografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. [...] Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.[31]

Entretanto, a leitura hegemônica do *Correio da Lavoura* sobre a Baixada das duas primeiras décadas do século XX "foi reinventada" nos anos 1940, sobretudo nos anos 1950, pela produção de sentido dado a este território por seu concorrente: o *Correio de Maxambomba*. Diferentemente do "Correio de Mandioquinha", o semanário fundado em 18 de dezembro de 1955 pelo jornalista e político Dionísio Bassi nasceu em um contexto marcado por mudanças de caráter socioeconômico e político que reposicionaram a região da Baixada enquanto uma "célula (sub) urbana da cidade do Rio."[32]

Com a Segunda Guerra Mundial a produção teve suas cifras reduzidas, mas não o declínio por completo, contudo cabe ressaltar que o processo de retalhamento de parte das terras anteriormente utilizadas para o cultivo da laranja se deu também neste momento. Propriedades pertencentes a grandes proprietários não iguaçuanos foram transformadas em glebas e ofertadas no mercado imobiliária. Além disto, o aumento populacional estimulado pelo crescente número de migrantes fez com que os distritos produzissem demandas próprias, e com elas, lideranças locais. A partir deste momento Nova Iguaçu caracterizou-se pela formação de inúmeros bairros constituídos pelo crescente número de habitantes, atribuindo a esta um novo sentido a Baixada. O jornalismo feito pelo *Correio de Maxambomba* captou, mesmo que posteriormente, esse movimento da história em que Nova Iguassú tornou-se Iguaçu, ou seja, quando esta se dividiu e cresceu pelas emancipações dando início, portanto, ao seu processo de periferização da região.

DIVIDIR PARA CRESCER?

Ao final dos anos 1940 o município teve três de seus distritos emancipados, são eles: Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947). O desmembramento do território iguaçuano evidencia a perda da hegemonia de figuras políticas tradicionais de Nova Iguaçu, bem como as disputas entorno do pleito eleitoral pós-1945. A formação de núcleos de poder a partir de novos municípios acentuou cobranças e especificidades de cada

[31]CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa." *Projeto História*, São Paulo. n.35, dez, 2007, p.258 e 259.
[32] Ver: SOARES, M T de S. "Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro." In: *Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE*, vol. 2, n. 24, 1962.

ISBN **978-65-990229-0-6**

localidade. Investimentos antes limitados ao distrito-sede foram pulverizados de acordo com as necessidades e interesses de cada representação local. Em *As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia*, Lucia Silva afirmou que:

> O que o censo de 1940 ratificava era a existência de uma população urbana descolada da citricultura, que vivia em localidades sem investimentos da prefeitura de Nova Iguaçu em infraestrutura, e que o ambiente urbano e a crescente migração criaram oportunidades de negócios e incorporaram novas lideranças à vida política e econômica dos distritos.[33]

Definir o caminho para o desenvolvimento de Nova Iguaçu nos anos 1940 determinaria o papel do município na história do espaço urbano, ou seja, para o bloco formado pelos citricultores significava poder administrativo, para lideranças de outros distritos possibilidade de emancipação, para população mais pobre proximidade da capital e para o governo federal/estadual integração econômica e social com o Distrito Federal. Portanto, as lideranças do grande município de Nova Iguaçu tiveram de optar por um destes projetos:

> consolidar-se como um grande cinturão verde da metrópole, seja como grande exportador de laranja ou produtor de hortifrutigranjeiros [...] cujo discurso girava em torno da expansão das terras agricultáveis; ou como periferia urbana, fruto do grande estoque de terra produzido pelo saneamento, que poderia também ser utilizado para habitação, principalmente se articulado ao preço da passagem de trem barata.[34]

A preocupação do grupo a frente da máquina pública do distrito-sede do município ficou evidente nas páginas do *Correio da Lavoura*. Mais uma vez o semanário esteve a serviço destas lideranças e sinalizou a perda em termos políticos, principalmente, em receita. Luiz Martins Azeredo, filho do proprietário-fundador, escreveu em edição de 25 de maio de 1947, a matéria com o título "Sobre a criação de novos municípios". Nela o jornalista afirmou que "E' a velha idéia que volta a imperar: dividir para poder governar ou...desgovernar." e destaca que os desmembramentos são manobras políticas e que "Votarão os eleitores de qualquer vila, por espírito de bairrismo, pela sua independência, sem perceber o que daí resultará de bom ou mau."[35]

[33]SILVA, Lucia Pereira da. "As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias." *Revista Mosaico*. 2018 Jul./ Dez.; 09 (2): SUPLEMENTOS, p. 21.
[34] Ibidem, 2019, p. 22.
[35]*Correio da Lavoura*, 18 de maio de 1947, ed. 1574, p.1.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Em edição de 15 de junho do mesmo ano, Luiz Azeredo afirmou em sua coluna[36] que consolidada a emancipação de Nilópolis "nós" perdemos um "filho cheio de energia que se aparta abruptamente da família iguassuana. Mas fazemos votos que não se deixem iludir pelos aventureiros, que só querem se aproveitar à sua custa." [37] No mês seguinte o tema das emancipações foi novamente abordado, desta vez o colunista destacou o crescimento de 52 para 56 munícipios no Estado do Rio de Janeiro, estando Duque de Caxias[38], Nilópolis e São João de Meriti[39] dentre eles.

O desmembramento administrativo-político nos anos 1940 ficou evidente no campo jornalístico uma vez que o Correio da Lavoura reafirmou seu papel de produtor da história oficial sobre Nova Iguaçu em meio ao contexto de perdas territoriais, declínio da citricultura e diminuição da preponderância política do primeiro distrito de Nova Iguaçu. Outras narrativas[40] estavam se constituindo nos municípios recém-criados, mais também no núcleo da "Nova Iguassú" próspera dos anos 1920, mesmo a imprensa e seus "filhos ilustres" afirmando que o "discurso original" não seria minimizado ou esquecido.

Foi nesta conjuntura que a figura de Dionísio Bassi emergiu enquanto figura política que mais tarde fundaria o semanário *Correio de Maxambomba* periódico responsável por lançar luz sobre a esta Baixada periférica em construção. O significado geográfico atribuído pelo projeto sanitarista nos anos 1920 e 1930 permaneceu, mas este agora não era o único, uma vez que a região ganhou novos contornos socioeconômicos e políticos. Esta leitura deve-se em parte a trajetória do próprio fundador personagem nascido na cidade do Rio de Janeiro e progênie do serviço público.

---

[36] Iniciada em 23 de setembro de 1945 a coluna *Luiz Martins escreveu* .... tratou de vários temas sobre o cotidiano do município de Nova Iguaçu como educação, transporte, habitação, administração pública e política são exemplos dos assuntos discorridos pelo jornalista. Seus escritos revelam parte do cotidiano do distrito-sede, assim como, as mudanças e tensões em curso na cidade nos anos 1940 e 1950.

[37] *Correio da Lavoura*, 15 de junho de 1947, ed. 1576, p.2.

[38] Ver: SOUZA, Marlucia Santos de. "Memórias da Emancipação e Intervenção no Município de Duque de Caxias nos anos 1940 e 1950." *Revista Pilares da História* – Ano II – nº 03 – Dezembro de 2003; SOUTO, Adriana Branco Correia. *Tabuleiro de damas para um jogo de xadrez: emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura*. [Não paginado]. Monografia do Curso de Licenciatura em História – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

[39] Não há pesquisas sobre o processo emancipatório de Nilópolis e São João de Meriti, por isso detalhes acerca dos desmembramentos não podem ser esclarecidos neste trabalho.

[40] Ver: ALMEIDA, Tania Maria da Silva de Amaro de. *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias*. 146f. Dissertação (mestrado em Letras e Ciências Humanas) Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades – Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", Duque de Caxias, 2012.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Segundo o curriculum elaborado pelo próprio Dionísio Bassi[41], este teria ingressado no funcionalismo público iguaçuano na década de 1930 e somente em 1947 candidatou-se pela primeira vez ao legislativo municipal pelo PSD (Partido Social Democrático). Responsável por concentrar a maior parte dos representantes da política local[42], a escolha da sigla por Bassi aconteceu de forma estratégica, uma vez que sua vida partidária começou no Partido Comunista do Brasil (PCB).

A partir do Comitês Democráticos Populares (CDP's) Bassi e seus companheiros de partido atingiram seus fins junto à população mais pobre de Iguaçu, pois ao desenvolver soluções para as precariedades dos bairros o PCB fez o que Marcelo Badaró denominou por "desenvolvimento de ferramentas autônomas de produção e disseminação de informações, bem como de espaços de formação política."[43] Estes grupos foram lançados por Luiz Carlos Prestes para "conseguir um maior número de informações a respeito das condições enfrentadas pela população e a partir daí permitir a elaboração de uma plataforma política, que se baseava na condição de vida das classes populares."[44]

Posto na ilegalidade em abril de 1947 Dionísio Bassi não concorreu as eleições municipais pelo PCB, entretanto mesmo se elegendo com o PSD, os registros da polícia política apontam que o membro se manteve ativo no Partido Comunista do Brasil até 1950, ano em que desligou da sigla. Eleito pela primeira vez com 247 votos, Bassi estava emergindo politicamente junto as lideranças tradicionais, além disso sua imagem dentro da Câmara Legislativa a demandas de caráter "subversivo". Diferentemente do pleito eleitoral de 1947, Bassi foi o segundo vereador mais votado pelo PSD com 978 votos.[45] Isto sugere que sua influência e capacidade de articulação com o setor tradicional, leia citricultores, e grupos em ascensão vinculados a indústria e ao comércio o levaram ao êxito de sua eleição.

Isto fica evidente quando Dionísio Bassi fundou em 18 de dezembro de 1955, o também semanário iguaçuano, *Correio de Maxambomba*. O jornalista é apontado como proprietário do jornal, embora na edição de 01 de abril de 1956

---

41 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Gestão de Documentos. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. Rio de Janeiro, 1996, 400 f., ms.

42Dados publicados pelo *Correio da Lavoura* afirmam que o Partido Social Democrático (PSD) atingiu 4.298 votos, a União Democrática Nacional (UDN) 3.653, o Partido Comunista do Brasil (PCB) 3.044 e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) 2.351 votos no pleito eleitoral municipal de 1947. Ver: *Correio da Lavoura*, 02 de fevereiro de 1947, ed. 1.559, p. 2.

43MATTOS, Marcelo Badaró. "Imprensa comunista e formação de quadros no período de 1954-1964." In: ROXO, Marco e SACRAMENTO, Igor. (orgs) *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil.* Rio de Janeiro: E-Papers: 2012, p.123.

44 SANTOS, Henrique Buy dos. "Os DOPS Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947)" In: (orgs) GARCIA, Graciela, SALES, Jean e SILVA, Lúcia. *Capítulos da História da Baixada Fluminense – Ensino e pesquisa na licenciatura de História do Campus de Nova Iguaçu.* Seropédica, Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ: 2013, p.52.

45*Correio da Lavoura*, 21 de novembro de 1954. ed.1966, p.1.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Paulo de Lima Brayner[46] seja citado como diretor do periódico. Informações também indicam que este último foi cunhado de Dionísio Bassi, entretanto, não apuramos outros dados sobre a origem familiar ou profissional de Brayner. A única edição de 1956 localizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) dá o tom do jornalismo praticado pelo semanário que em 1957 teria Bassi como seu principal dirigente.

O *Correio de Maxambomba* se manteria com este nome até 1961, ano em que se passou a chamar *Correio da Semana*. O mesmo circulou sem interrupções até novembro de 1971 quando se tornou *Correio Diário*, sendo Dionísio Bassi diretor do semanário durante todas estas fases. O jornal seguiu a tendência de modernização da imprensa brasileira dos anos 1950, por isso tanto o conteúdo quanto a diagramação reuniram elementos como: grandes manchetes, fotojornalismo, secções e publicidade. A existência do semanário se confunde com a própria trajetória de seu mentor, uma vez que o jornalismo praticado por ele foi o ponto de tensão entre seu semanário e o concorrente, *Correio da Lavoura*.

Diferentemente do CL, o jornal de Dionísio Bassi nasceu em uma conjuntura em que Nova Iguaçu tornou-se "parte" de uma Baixada para além da conceituação sanitária, ou seja, não era mais centrada na citricultora nem pautada em grandes parques industriais, mas loteada para atender a demanda de moradores recém-chegados de outras regiões do estado e do país. Outros trabalhos ainda são necessários, contudo o modelo editorial escolhido pelo *Correio de Maxambomba* denota a escolha feita pelas lideranças da máquina pública e membros deste grupo dominante responsável por especular as terras e o tornar uma periferia.

Quando Dionísio Bassi afirmou que seu jornal era um "Arauto das reivindicações da Baixada Fluminense", o lema evidencia que o periodista se manteve atento ao movimento histórico em curso, ou seja, que as notícias deveriam contemplar as demandas de uma região em processo de periferização. Até aqui, averiguou-se que matérias, colunas e manchetes produzidas entre 1957 e 1961 elegeram uma Baixada para além do centro urbano iguaçuano, pois o sentido – geográfica e saneada - atribuído em décadas anteriores não contemplavam mais o que ela se tornou pós-emancipação e loteamentos.

A forma que o *Correio de Maxambomba* retratou a Baixada Fluminense a situa como parte de uma região metropolitana, formada por municípios e distritos com demandas específicas, que até os anos 1950 eram negligenciadas ou encobertas pela narrativa de um distrito-sede pujante economicamente e "suficientemente" capaz de solucionar carências e encaminhar ações junto a crescente população dos bairros já existentes ou em formação. Esta ausência de conteúdo e "denúncia" dos problemas e costumes vividos por habitantes

[46] Informações sobre Paulo de Lima Brayner não foram localizadas até data de redação deste artigo, por isso novas investigações serão feitas para se apure a relação dele com o diretor Dionísio Bassi.

ISBN **978-65-990229-0-6**

distantes do cerne da memória citricultora tornou-se o foco de inúmeras capas do semanário.

Das matérias publicadas pelo *Correio de Maxambomba* no ano de 1957 o termo Baixada aparece no título de cinco matérias, estas por sua vez, se referem a temas como a criação da refinaria de Duque de Caxias (1961), agricultura e concursos de beleza. Em algumas das publicações o termo Baixada também aparece vinculado as eleições para governador do estado do Rio Janeiro de 1958 pleito em que Getúlio Moura, liderança do PSD em Nova Iguaçu, perdeu para Roberto Silveira, candidato pelo PTB. O texto vincula a ideia de Baixada a um grande nicho eleitoral responsável pela possível eleição da "raposa" iguaçuana.

> Êsse apoio da Baixada Fluminense é um trunfo valioso nas mãos daqueles que se batem pelo lançamento do nome do sr. Getúlio de Moura, porque o eleitorado estadual com o novo alistamento, deverá ficar reduzido à cerca de 350 mil eleitores. Sômente na Baixada Fluminense que possui cêrca de 600 mil habitantes, o número de habitantes, o número de votos atingirá a casa dos 120 mil, isto é, a perto de um terço de todo eleitorado fluminense. Dêsse eleitorado, o sr. Getúlio Moura que foi o deputado federal mais votado na legenda do PSD como candidato a Governador tem condições, sem exagero, de obter no mínimo 75% dos votos.[47]

Por uma diferença de mais 120 mil votos, Getúlio Moura perdeu para Roberto Silveira[48] as eleições para o Ingá. De um total de 729.781 votantes no estado do Rio de Janeiro, o candidato iguaçuano ganhou 288.692, enquanto o concorrente do PTB levou 376.949. Se referir a Baixada Fluminense e não somente ao município de Nova Iguaçu revela a estratégia para que Getúlio Moura se tornasse o representante de uma região e não mais de um município, por mais que sua influencia no distrito-sede iguaçuano fosse uma memória recorrentemente evocada. Entretanto, cabe destacar que sua não vitória sinaliza um contexto formado por uma Baixada feita por migrantes, terras loteadas e carente de políticas públicas.

Esse quadro foi a chave para o crescimento do jornal dirigido por Dionísio Bassi e sua interlocução com figuras como o próprio Getúlio Moura. Mesmo sem estudos sobre as relações políticas tecidas a partir dos anos 1950 na Baixada Fluminense, afirmo que o semanário *Correio de Maxambomba* produziu uma narrativa sobre o que a região se tornou após as emancipações, e principalmente, sobre o que ela demandava dado o rompimento com distrito-sede e criação de novos núcleos de poder. Ao romper com o monopólio

[47] *Correio de Maxambomba*, 06 e 07 de julho de 1957, ed. 85, p.3.

[48] Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958 e em confronto com anteriores, v.4, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Brasil, 1961. Acessado em: file:///C:/Users/maria/Desktop/dados_estatisticos_vol4.pdf 21 de outubro de 2019 às 11:16.

ISBN **978-65-990229-0-6**

jornalístico do *Correio da Lavoura*, o CM deu visibilidade a outros espaços e indivíduos, para se afirmar enquanto "nova" possibilidade de escrever o cotidiano desta Baixada, e com isto, Bassi barganhar capital político.

Dos anos mapeados até aqui, 1957 a 1961, identificou-se a predominância, principalmente, de manchetes sobre a política local/estadual, trabalhadores, disputas de terras, cultura e diversos problemas urbanos como abastecimento d'água, saneamento básico, educação, saúde, transporte público e a violência. Quando comparamos as capas do *Correio de Maxambomba* e *Correio da Lavoura* as diferenças gráficas e de conteúdo ficam evidentes, especialmente na forma em que a notícia foi elaborada. Ao elencarmos os títulos ou assuntos tratados na primeira página destes jornais em 31 de março de 1957 chegamos ao seguinte quadro:

Tabela 1 – Títulos de matérias e colunas de capa do *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba*[49]

Correio da Lavoura	**Correio de Maxambomba**
Educação e História: Mais um ano...	Getúlio Moura voltará a atuar na tribuna do Júri
Quarenta anos de preciosa existência	Estão abertas as inscrições para as candidatas a "Miss Nova Iguaçu"
Nomes para nossas ruas...	Oitocentos mil trabalhadores à beira da greve
A lápis: Mentiras convencionais	Confessou o assassino friamente a autoria o estúpido crime!
Autores e Personagens	Despedidos e lesados pela Ludolf & Ludolf
Como aprendi português	Condenado na assembleia o abandono do antigo fórum
Colégio Afrânio Peixoto, um bom educandário para seus filhos	Ainda não foi inaugurado o ambulatório do IAPI, em Duque de Caxias.

A maior parte do conteúdo publicado no CL foi escrito por colunistas que atuavam há pelo menos uma década no jornal. O texto carrega um estilo literário e não comportava a dinâmica de uma narrativa jornalística voltada para o mercado, sobretudo dos anos 1950, momento em que a imprensa passou por importantes transformações em termos de editorial e diagramação. Atento a estas mudanças o CM tornou notícia tudo aquilo que correspondia a uma Baixada formada por trabalhadores, migrantes e vias de periferização. Diferentemente do jornalista Luiz Azeredo, filho do fundador do CL, Dionísio Bassi definiu que

[49]*Correio da Lavoura*, 31 de março de 1957, ed. 2089, p.1 e *Correio de Maxambomba*, 31 de março de 1957, ed. 70, p.1.

ISBN **978-65-990229-0-6**

trataria do que a Baixada estava se tornando e não do que ela foi um dia. Em *Eles mudaram a imprensa*, Alzira Alves de Abreu afirma que esta geração viveu um momento marcado pelas:

> transformações que, sob a influência da imprensa norte-americana, começaram a ser introduzidas nos jornais e revistas dos principais centros urbanos do país no pós Segunda Guerra Mundial. Assistiu-se então a uma renovação da linguagem, ensaiaram-se inovações na cobertura jornalística e surgiram novas técnicas de apresentação gráfica. Foi um período em que novos jornais foram lançados e alguns já existentes foram renovados.[50]

Não há dados sobre a tiragem ou número de assinantes do jornal dirigido por Bassi, contudo não podemos desconsiderar que o *Correio de Maxambomba* consolidou-se enquanto concorrente do CL e que suas pautas lançaram um novo olhar sobre o que se entendia por Baixada, possibilidade que se distanciou da definição geográfica dada por comissões sanitárias e reproduzidas por um grupo memorialista do qual Luiz Azeredo e tantos outros[51] fizeram parte. Dito isto, cabe dizer que durante os anos 1950 a imprensa iguaçuana sinalizou transformações socioeconômicas e políticas, e com elas, alternativas sobre o que e como escrever sobre a região.

Portanto, há duas perspectivas em disputa, a primeira consolidada a partir da citricultura e seus agentes mantenedores de suportes como o jornal *Correio da Lavoura*, e a segunda, nascida juntamente com essa Baixada retalhada pelos processos emancipatórios e loteamentos especulados pela demanda imobiliária. O semanário de Dionísio Bassi, o *Correio de Maxambomba*, dará espaço para esta segunda possibilidade, mesmo que para obter capital político e simbólico tivesse de manter uma relação afinada com figuras "tradicionais" como Getúlio Moura. Talvez, isto justifique a prática de constantes "ataques" ao "Correio de Mandioquinha" termo usado por Bassi para se referir ao concorrente.

---

[50] ABREU, Alzira, WELTMAN, Fernando Lattman e ROCHA, Dora. (Orgs) *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.12.

[51] Ruy Afrânio Peixoto, Leopoldo Machado, Deoclécio Dias Machado, Athaide Pimenta de Moraes e Newton Gonçalves de Barros membros da Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL), instituição literária fundada em 11 de agosto de 1955, que tinha por objetivo de reiterar o papel desempenhado por estes homens, assim como suas memórias acerca da história local. Ver: ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu – 1955-1970),* 2015. 203 p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A imprensa tornou-se um elemento recorrente na pesquisa histórica pós escola dos Annales.[52] É fato que periódicos ganharam um espaço sem precedentes dentro da historiografia, contudo a produção histórica sobre a o campo jornalístico ou impresso reúne pouquíssimos estudos, uma vez que estes recorrentemente ficam a cargo da Comunicação Social ou das Ciências Sociais. Há amplas discussões sobre jornais da Capital Federal durante o todo o Império e a Primeira República, contudo, há poucos trabalhos sobre impressos na segunda metade do século XX.

Pesquisas sobre a produção jornalística e temas correlatos são igualmente maiores para cidade do Rio de Janeiro, mas para a Baixada Fluminense este tipo de estudo ainda é raro ou inexistente, por isso tantos questionamentos permanecem sem respostas. Por esta razão o presente trabalho teve por objetivo tornar os semanários *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba* objeto de estudo e não somente uma fonte, pois o fazer de ambos podem nos revelar muito dos sentidos que a Baixada tomara a partir dos anos 1950 e 1960.

Até aqui concluiu-se que ambos foram parte de projetos políticos mais amplos, o *Correio da Lavoura* nasceu no seio da política Amaralista responsável por dominar a região da Baixada até o Estado Novo. Citricultores e comerciantes da Grande Iguaçu usaram do CL para se promoverem enquanto agentes catalisadores do progresso da cidade através da fruticultura. Nas páginas do semanário fundado por Silvino de Azeredo estão os "grandes vultos" da idade da laranja, bem como seus feitos e memórias. O *Correio da Lavoura* difunde a Baixada, leia-se primeiro-distrito de Nova Iguassú, saneada, pró-lavoura e educação do "homem do campo" até sua partilha nos anos 1940, momento em que as emancipações "denotam" o gatilho dos novos núcleos de poder.

O *Correio de Maxambomba* nasceu a sombra dos anos 1950 momento em que a citricultura disputou espaço com o crescente comércio e indústria. Com este jornal Dionísio Bassi trouxe consigo um conjunto de novos sujeitos e espaços associativos que também ganhou proeminência, e não tinha ou quase nenhum vínculo com os representantes locais da citricultura. Há uma Baixada em vias de periferização, que neste artigo, não é possível elucidar em todas as suas nuances, mas no revela uma luta no campo político, econômico e das ideias, especialmente esta última, pois a "Iguassú dos pomos de ouro" poderia se perder em meio ao "caos" de vozes e novos lugares memória em formação. Há muito a avançar nesta pesquisa, mas espero que a circulação de ideias e imagens destes jornais tragam questionamentos que revelem outros tantos sentidos sobre a Baixada.

[52] BARROS, José Costa D'Assunção. "Os historiadores e o tempo: a contribuição dos Annales." *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018.

ISBN **978-65-990229-0-6**

FONTES:

Correio da Lavoura, 15 de janeiro de 1933, ed.826, p.1.
Correio da Lavoura, 09 de maio de 1933, ed.946, p.1.
Correio da Lavoura, 16 de maio de 1935, ed.974. p.4.
Correio da Lavoura, 10 de outubro de 1935, ed.908, p.1.
Correio da Lavoura, 28 de março de 1935, ed. 940, p.1.
Correio de Lavoura, 18 de abril de 1945, ed. 943, p.1.
Correio da Lavoura, 25 de abril de 1945, ed. 944, p.1.
Correio da Lavoura, 18 de maio de 1947, ed. 1574, p.1.
Correio da Lavoura, 21 de novembro de 1954. ed.1966, p.1.
Correio da Lavoura, 31 de março de 1957, ed. 2089, p.1
Correio de Maxambomba, 31 de março de 1957, ed. 70, p.1.
Correio de Maxambomba, 06 e 07 de julho de 1957, ed. 85, p.3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Gestão de Documentos. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. Rio de Janeiro, 1996, 400 f., ms.
Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958 e em confronto com anteriores, v.4, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Brasil, 1961. Acessado em: file:///C:/Users/maria/Desktop/dados_estatisticos_vol4.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira, WELTMAN, Fernando Lattman e ROCHA, Dora. (Orgs) *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa." Projeto História, São Paulo. n.35, dez, 2007.
DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950).* 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade FederalFluminense: Niterói, 2012.
MATTOS, Marcelo Badaró. "Imprensa comunista e formação de quadros no período de 1954-1964." In: ROXO, Marco e SACRAMENTO, Igor. (orgs) *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil.* Rio de Janeiro: E-Papers: 2012.
MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro.* (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.
SANTOS, Henrique Buy dos. "Os DOPS Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947)" In: (orgs) GARCIA, Graciela, SALES, Jean e SILVA, Lúcia. *Capítulos da História da Baixada Fluminense – Ensino e pesquisa na licenciatura de História do Campus de Nova Iguaçu.* Seropédica, Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ: 2013.

ISBN **978-65-990229-0-6**

SILVA, Lucia Helena Pereira da. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *Revista Brasileira de Estudos de População (impresso),* v. 34, 2017.
SILVA, Lucia Helena Pereira da. Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense. *Ágora* (UNISC. ONLINE), v. 21, 2019.
SILVA, Lucia Helena Pereira da. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, Volume 7, Número 12, Janeiro-Julho de 2017.
SOUTO, Adriana Branco Correia. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933)* (135f.), Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2016.

ISBN **978-65-990229-0-6**

AS (GEO)GRAFIAS DA RESERVA BIOLÓGIA DO TINGUÁ NA BAIXADA FLUMINENSE: FORMAÇÃO TERRITORIAL E APRENDIZAGEM SIGNIFCATIVA NO ENSINO BÁSICO PÚBLICO

Clézio dos Santos

INTRODUÇÃO

As (geo)grafias são formas de expressão dos sujeitos e no contexto escolar ganham significado maior por se tratar de uma grande potencializador de ensino-aprendizagem, as (geo)grafias envolvem a linguagem gráfica e visual, e se expressa pelo desenho e escrita.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender e analisar as (geo)grafias que alunos da escola básica de Nova Iguaçu produzem sobre a Reserva Biológica do Tinguá. Realizamos para tal, oficinas na Colégio Estadual Arêa Leão, localizado no bairro da Posse em Nova Iguaçu, um bairro próximo da Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá) com alunos do ensino básico nos anos de 2015, 2017 e 2019.

A metodologia é de cunho qualitativo e presa à corrente da percepção ambiental. Apresenta um caminho que possibilita compreender os processos humanos pelo olhar dos sujeitos pesquisados, neste caso, as crianças. Assim, assumimos esta perspectiva de acordo com Santos (2016, p. 191) que indica que o "investigador introduz-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar a sua confiança, elaborando um registro escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa".

As oficinas são realizadas para despertar o sentimento de pertencimento nos estudantes do ensino básico, muitos destes moradores da Vila de Tinguá a partir da percepção em relação à Rebio Tinguá. A Rebio Tinguá é uma unidade de conservação próxima da escola, inclusive ela pode ser visualizada devido a altitude do maciço do Tinguá elemento geológico que domina a Rebio. Utilizando para o registro das oficinas duas grafias: *o desenho* e a *redação* e cruzando. Essas duas linguagens estão sempre presentes na escola básica brasileira, porém

ISBN **978-65-990229-0-6**

devem ser constantemente associadas para atingir um potencial maior de aprendizagem.

O presente trabalho reflete a importância das (geo)grafias no ensino de Geografia nas séries iniciais para compreensão da paisagem da Reserva Biológica do Tinguá, localizada em sua maioria na Baixada Fluminense por meio de uma cidadania territorializada e apreendida de forma cidadã. Uma vez que entendemos que a alfabetização geográfica ocorre concomitantemente com a alfabetização e o letramento, e a prática do desenho se faz presente no processo, e trabalhar o ensino de Geografia e mais especificamente o ensino da paisagem com o desenho pode fortalecer a aprendizagem e, sobretudo reforçar a espacialidade dos fenômenos geográficos.

Quando a criança desenha, ela representa o mundo e os elementos que concebe do mundo e a partir do desenho podem-se construir práticas de aprendizagem geográfica a partir da noção de paisagem e espacialidade.

A **Reserva Biológica do Tinguá** ocupa uma área atual de 26.260 hectares de bioma Mata Atlântica – Floresta Ombrófila Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Densa Altomontana – sob o Decreto nº 97.780 de 23 de maio de 1989 que regulamenta a sua criação a fim de proteger uma amostra representativa da floresta de encosta atlântica, com sua flora, fauna e demais recursos naturais, em especial os seus recursos hídricos.

A Rebio do Tinguá ocupa os municípios de Nova Iguaçu (55,14%), Duque de Caxias (37,44%), Petrópolis (4,26%) e Miguel Pereira (3,16%), como pode ser visto na figura 01.

Figura 01: Distribuição da Reserva Biológica do Tinguá por Municípios



Fonte: http://geo-pet.blogspot.com.br – Instituto Multidisciplinar UFRRJ

ISBN **978-65-990229-0-6**

A Rebio Tinguá é uma unidade de conservação próxima da escola, inclusive ela pode ser visualizada devido a altitude do maciço do Tinguá elemento geológico que domina a reserva. Utilizando para o registro da oficina duas expressões o desenho e a redação.

Apresentamos a pesquisa em três momentos, num primeiro comentamos a relevância da Geografia na escola básica em especial nos anos iniciais dentro do contexto do BNCC. Num segundo momento comentamos os desafios da escola atual destacando a aprendizagem significativa e a formação territorial pelo viés da cidadania e no terceiro e última parte analisamos e contextualizamos as (geo)grafias produzidas pelos alunos e alunas sobre a Rebio Tinguá.

GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DA ESCOLA BÁSICA DENTRO DO CONTEXTO DO BNCC

Para iniciar a reflexão proposta pelo trabalho a questão que orienta a pesquisa está amparada no debate sobre qual a importância da Geografia nas séries iniciais e como este processo de aprendizagem contribui para o desenvolvimento da criança. A princípio se faz necessário compreender o papel da Geografia nos anos iniciais no BNCC

Neste sentido, o lugar da Geografia nas series iniciais segundo Callai (2005, p. 229) é "aprender a pensar o espaço. E, para isso, é necessário aprender a ler o espaço." Segundo Castellar, 2005 (apud CALLAI, 2005, p. 229) ler o espaço:

> significa criar condições para que a criança leia o espaço vivido e fazer essa leitura demanda uma série de condições, que podem ser resumidas na necessidade de se realizar uma alfabetização cartográfica, e esse é um processo que se inicia quando a criança reconhece os lugares, conseguindo identificar as paisagens. (CASTELLAR, 2005 apud CALLAI, 2005, p. 229)

Para tanto, a criança precisa saber olhar, observar, descrever, registrar e analisar. Atividades que são desenvolvidas e aperfeiçoadas pela escola durante o processo de aprendizagem.

A criança deve conhecer o espaço geográfico em que vive, e é através do estímulo dado pelo professor que, irá despertar a sua curiosidade. Neste pensamento entende-se que o professor é um importante intermediador de conhecimento, através de suas práticas educativas.

O professor, as suas concepções de educação e de geografia, é que podem fazer a diferença. E é a interlocução dos saberes que pode permitir esse avanço. O conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o

ISBN **978-65-990229-0-6**

explicitamento do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico que os condiciona. (CALLAI, 2005, p. 231).

Sobre o desenvolvimento cognitivo Ries (apud CARMO; BOER, 2014, p. 3) afirma que:

> [...] para Piaget o desenvolvimento cognitivo é um processo que se realiza em todo o ser humano e tem um caráter seqüencial. Assim, ocorre uma série de estágios, sendo que através destes desenvolvimentos vai sendo construída a estrutura seguinte que será sempre mais complexa e abrangente que a anterior. (RIES apud CARMO; BOER, 2014, p. 3)

Dado essa posição de destaque na atualidade, como a escola poder· dar conta de tantos afazeres? Nesse contexto, como agir para não deixar sucumbir seu projeto de formar sujeitos críticos e competentes para o exercício da cidadania?

Penso que é inevitável conceber a escola como uma representante de seu tempo. Por isso, é inevitável reorientar seu caminho para uma escola formadora e não apenas instrucional (responsável pela transmissão dos conte˙dos clássicos). Nessa travessia, torna-se fundamental pensar o seu papel na constituição do desenvolvimento humano.

De acordo com Santos (2018, p. 36) o desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo do ser humano não é apenas uma tarefa da família, mas de todas as instituições envolvidas no processo interativo de socialização pelo qual passa o ser humano. Hoje, mais do que nunca, isso inclui a escola: a instituição escolar e os agentes que compõem tal contexto.

Todas as escolas protagonizam a formação de um indivíduo

crítico, que pode exercer sua cidadania e estar atento ‡ complexidade do mundo contemporâneo. Tal projeto, necessariamente, implica uma orientação de valores e uma concepção de sujeito.

Na verdade, a escola, inevitavelmente, lida com valores e traz implícitas conceptuais de sujeito/aluno: os alunos têm valores, professores têm valores, a instituição escola pressupõe valores. Desse modo, a reflexão não deve ser se a escola deve ou não trabalhar com valores, mas, sim sobre quais valores e como trabalhá-los. Do mesmo modo, toda escola tem concepções de sujeito, os professores têm concepções de sujeito, mas quais concepções vão ao encontro do desenvolvimento da criança e do adolescente? Há anos, a ciência do desenvolvimento humano comprovou que o ser humano é ativo no processo de construção do conhecimento (VIGOTSKY; LURIA e LEONTIEV, 1988). Qual instituição investe numa concepção ativa de sujeito/aluno? Como promover projetos que favoreçam a verdadeira atividade do sujeito em busca do conhecimento?

ISBN **978-65-990229-0-6**

DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA BÁSICA: A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E A CIDADANIA TERRITORIAL

A aprendizagem significativa parece ocorrer por meio de processos: explorando, fracassando, tentando, corrigindo, obtendo dados, elaborando conjecturas, testando-as, construindo explicações, que são resultados de inferências, comparando, fazendo analogias, refletindo, uma nova experiência é comparada com outras hipóteses são criadas verificadas, confrontadas, explicadas, outras expectativas são criadas e assim por diante.

Segundo Moreira e Masini (1982), Ausubel (1968) em sua teoria da aprendizagem defende a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos possibilitando construção de estruturas mentais por meio da utilização de mapas conceituais que abrem um leque de possibilidades para descoberta e redescoberta de outros conhecimentos, viabilizando uma aprendizagem que dê prazer a quem ensina e a quem aprende e também que tenha eficácia.

É importante salientar que é neste vai e vem que iremos preparar a criança para o exercício da cidadania e formando-o em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade.

Considerando que a escola deve trabalhar com o conhecimento prévio e a experiência do aluno, a família precisa contribuir no processo, educando, assumindo responsabilidades, permitindo e apoiando a ação na escola básica. Esse se constitui um grande desafio educacional.

Cabe ainda ressaltar, que para que uma aprendizagem ocorra, ela deve ser significativa, o que exigem que seja vista como a compreensão de significados, relacionando-se às experiências anteriores e vivências pessoais das crianças, permitindo a formulação de problemas de algum modo desafiantes que incentivem o aprender mais, o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre fatos, objetos, acontecimentos, noções e conceitos, desencadeamento, modificações de comportamentos e contribuindo para utilização do que é aprendido em diferentes situações.

Ensino não é um adestramento de habilidades, como já nos mostrou Paulo Freire, o autor relembra que só há aprendizagem quando houver participação consciente da criança, como sujeito do processo. Se acreditarmos realmente nisso, temos de convir que caminhamos para processos de auto avaliação. Os instrumentos de avaliação que sempre tivemos à nossa disposição são úteis e necessários. Precisamos é de repensá-los quanto às suas funções avaliativas, não podemos acreditar que o sistema avaliativo deva ser sempre meritocrático e devemos entender que temos sistemas avaliativos diferentes como o dialógico.

A prova, por exemplo, é, sim, algo importante, mas ela avalia apenas alguns aspectos sobre aquisição de conhecimento. Não dá conta de outras dimensões que precisam ser avaliadas na formação da criança. E mesmo nela podemos entender que o mais importante não é a quantidade que a criança demonstra saber, mais a qualidade daquilo que ela está sabendo. Só por meio da

ISBN **978-65-990229-0-6**

auto avaliação, a criança poderá conscientizar-se de que ela é o seu principal agente avaliador as grafias podem ser momentos importantes desse processo avaliativo dialógico.

Precisamos favorecer estes momentos durante toda a aprendizagem para que esta tenha um caráter significativo real a cada criança. Enfim, precisamos entender que nada é mais motivador do que sentir-se capaz. Quando a aprendizagem é significativa e a avaliação uma atividade formativa, ela estará sempre a serviço do sucesso. Está é uma mudança que considera a perspectiva de que a criança deseja aprender e está disposta a se mostrar e que fazer isto sem medo de ser discriminada. É hora de parar de questionar as mesmas coisas e começar a colocar em prática nossas reflexões, análises e suposições em prol de uma escola básica inclusiva, significativa e formativa. E neste movimento incluímos a construção da cidadania territorial.

Pensar o conceito de cidadania, é cogitar também, como esse conceito vem sendo destrinchado dentro da geografia escolar, visto que essa geografia possui um papel bastante pertinente na formação cidadã, pois ela deve fazer com que os indivíduos se tornem seres pensantes, com ampla capacidade de construir competências que lhes permitam a compreensão e análise do real, a partir da exposição das causas e efeitos , a intensidade, a heterogeneidade e entender o contexto espacial dos fenômenos que vão configurar cada sociedade. Essa espacialidade, neste trabalho a denominamos de cidadania territorial.

Porém, pensar o ensino da geografia como um dos elementos estruturantes, possuindo um papel fundamental na formação cidadã, requer uma reflexão sobre a própria formação dos docentes, já que pensar em melhorias para a educação requer que reflexão comece pelos próprios professores, pois estes devem assumir uma postura, não de mero transmissor de conhecimento, mas sim de um formador de cidadão conforme nos dirá Moraes e Santos (2013 p.1). O ensino de geografia na escola básica necessita ter como objetivo, não uma pura reprodução de conteúdos, é preciso que haja formação cidadã de acordo com Moraes e Santos (2013 p.2). Então vale destacar a importância dos conhecimentos pertinentes no ensino de geografia em mundo onde ocorrem rápidas transformações referentes à globalização e à tecnologia. Conforme dirá Morin (2005, p.86) é preciso que o conhecimento pertinente não esteja fundado em uma sofisticação, mas que esteja pautado em uma contextualização do saber, pois vai ser a contextualização que tornará possível o conhecimento pertinente.

Contudo, existem evidências de que muitos professores estão constantemente procurando diferentes metodologias, no entanto apesar das evidencias "(...) há também indicativos de que os professores, e os diferentes agentes educativos da escola, têm pouco espaço e pouco tempo em sua jornada de trabalho para encontros coletivos e colaborativos entre si(...)" (CAVALCANTI, 2012p.129). Logo, um dos objetivos desse trabalho, será o de romper com essa lógica, pois se propõe uma intensa interdisciplinaridade e

ISBN **978-65-990229-0-6**

envolve uma grande mobilização tanto da escola, quanto da universidade, bem como dos órgãos públicos.

A escola é um dos elementos estruturantes para uma formação cidadã, porém está longe de ser a única instituição capaz formar para o exercício da cidadania. Um fato curioso é que Durkheim já havia pensando à escola como esse elemento formador de cidadãos, pois é verdade que, Durkheim em sua sociologia deu lugar de destaque para a educação, que era tema de muito interesse no seu tempo. Um lugar de destaque para esta instituição social que lhe parecia ter funções sociais muito importantes na construção dos valores da cidadania, no entanto é necessário frisar que,

> A escola (...), não é a única instância de formação de concepções e práticas da cidade, habilidades básicas no exercício da cidadania. As práticas de organização e gestão da cidade, os resultados dessas práticas e a própria experiência cotidiana são também formadores de cidadania. Em outras palavras, o cidadão se torna cidadão com a contribuição de várias instâncias, destacando-se a escola. (CAVALCANTI, 1999, p.41)

Partindo desse princípio é necessário que o trabalho proposto leve em consideração os conhecimentos dos alunos, no entanto a ideia é que os próprios estudantes façam um levantamento dos problemas encontrados não só ao redor da escola, bem como em todo o município e eles mesmos possam construir uma reflexão acerca das possíveis soluções para as questões levantadas.

Nessa perspectiva, cidadania está ligada à participação da vida coletiva incluindo reivindicações de inclusão social, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida e de sobrevivência. Trata-se de uma noção de cidadania que "exercita o direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública. (CAVALCANTI, 2001 apud CAVALCANTI e SOUZA, 2014, p.5)

Essa noção de cidadania de se exercitar o direito a ter direito casa muito bem com a fala de Santos (2007 p.20) quando ele diz que, cidadania é algo que se aprende e que para se válida deve poder ser reclamada e que não basta ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções, para o autor ela tem seu corpo e seus limites como uma situação social, jurídica e política e para ser mantida pelas gerações sucessivas, e para ter eficácia e ser fontes de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis (...)., então pensando nisso, por que não, desenvolvermos uma consciência crítica em nossos alunos e ajudá-los no que tange a exercício pleno da sua cidadania.

É certo que pensar "la formación de sujeitos ciudadanos o sea, la constitución de sujetos políticos, de sujetos Morales, es pensar la identidad en la relación con los otros" (LADESMA, 2009, p.550) e de forma alguma a realidade virtual busca romper com essa lógica de coletividade, muito menos tenta romper com as práticas e experiências reais de cidade. Durante todo o trabalho se buscará

ISBN **978-65-990229-0-6**

um constante diálogo entre individualidade e coletividade bem como a relação da realidade com a virtualidade. O que se propõe nesse trabalho é analisar como algumas tecnologias da informação e comunicação (TICs) podem corroborar com o processo de compreensão e conhecimento da cidade, pois é notório que,

O cidadão democrático, ativo, criativo, consciente de seus direitos políticos, sociais, culturais, individuais, territoriais, precisa conhecer a cidade, precisa compreendê-la com profundidade, precisa decifrar seus símbolos, precisa desenvolver um sentido ético e estético sobre ela, para que possa lutar e conquistar seus direitos cívicos e sociais e cumprir com os deveres, individual e coletivamente. (CAVALCANTI, 1999 p.45)

Para Cavalcanti (1999 p.41) o exercício da cidadania na sociedade atual em que vivemos, requer uma concepção, uma experiência, uma prática – comportamentos, hábitos, ações concretas de cidade, pensando nisso, é possível que o uso da realidade virtual seja um forte contribuinte no que concerne ao exercício da cidade, pois possibilita uma experiência e uma prática virtual e real. Sendo possível através da realidade virtual vivenciar situações cotidianas e produzir possíveis soluções para tais problemas. A discussão a respeito de uma formão cidadã e o seu liame com a geografia escolar, está longe de se esgotar é necessário uma busca incansável por novas metodologias que corroborem com uma aprendizagem significativa da geografia que seja capaz de tornar o indivíduo completo que tenha a capacidade de entender o mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos, conforme Santos (1996/1997 p.133).

Dessa forma a cidadania pode ser construída como processo, especialmente na escola básica, e na atividade com as grafias que destacamos como cidadania territorial pois nossa preocupação se repousa na grafia da Rebio Tinguá feito por aluno da escola básica de Nova Iguaçu/RJ

AS (GEO)GRAFIAS DA REBIO TINGUÁ FEITO POR ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA DE NOVA IGUAÇU

As (geo)grafias como temos trabalhado neste texto é a expressão dos sujeitos e no contexto escolar ganham significado maior por se tratar de uma grande potencializador de ensino-aprendizagem, as grafias envolvem a linguagem gráfica e visual, e se expressa pelo desenho e escrita

Os desenhos fazem um chamado a cuidar, para assim continuar produzindo frutos, porém, não associam o elemento humano como parte da paisagem. Traçam uma linha de base. Mas não apresentam interrelações entre homem e a paisagem.

Segundo Callai (2005, p. 229) o lugar da Geografia nas series iniciais é "aprender a pensar o espaço. E, para isso, é necessário aprender a ler o espaço."

ISBN **978-65-990229-0-6**

Durante a oficina apesar da pouca indicação dessa relação homem e paisagem, o processo de mediação do ensino permitiu que fizéssemos as relações e apresentações a importância que o ser humano possui na produção da paisagem, na mudança do lugar e nas transformações.

Conforme Santos (2016) trabalhar com desenhos é trabalhar com novas formas de ver, compreender e verificar as próprias ideias. O indivíduo, quando desenha, expressa uma visão e um raciocínio. O trabalho mostrou a potência que a atividade possui e o quão rico pode se tornar trabalhar com desenhos para compreender e ler o espaço.

Autores como Paganelli (1998), Peraya (1996) e Miranda (2005) apontam a relação histórica do desenho com a Geografia através da tradição dos croquis, esquemas gráficos de arranjos espaciais, esboços traçados no papel em observações de campo, como formas de estudo e registro das paisagens, dos lugares, das extensões, distribuições e localizações. Segundo Miranda (2005, p. 56) destaca que:

O desenho nessa tradição geográfica envolve uma relação cognitiva e corporal com os elementos/objetos do espaço através do olhar-ver, do gesto, do traço, da atenção ao conjunto e aos detalhes, em um movimento do corpo e do pensamento, entre a observação e a apreensão de um todo em suas linhas gerais formando uma estrutura, a abstração e a análise, pelo isolamento de elementos selecionados, e a elaboração de uma síntese na composição do conjunto pelo traçado no papel.

Nos trabalhos de Santos (2016) e Pereira e Mascarenhas (2016), o desenho na geografia é explorado pelas representações possíveis, especialmente no desvendar da paisagem e do lugar. Essas abordagens apresentam reflexões acerca do tema paisagem no mundo da criança procurando evidenciar a importância do desenho no ensino de Geografia nas séries iniciais.

Segundo Pereira e Mascarenhas (2016). O desenho revela muito mais que apenas uma ilustração é uma forma de expressar o que aluno apreendeu durante a aula e/ou oficina. O que está visível revela e o que também não foi expresso em imagens é revelador. Os elementos presentes no desenho são portadores de uma linguagem e expressam aquilo que foi mais marcante para o aluno, mas também é fundamental perceber o que não foi expresso, não foi representado e, portanto, não foi percebido a ponto de se fazer presente. É o conhecimento adquirido durante a vida e seu cotidiano, que estará representado no desenho do aluno, são as conexões, as inter-relações, as redes e as tessituras do processo de ensino-aprendizagem.

Os desenhos P e Q (Veja figuras 02 e 03) representam muito do que está no imaginário dos moradores de Nova Iguaçu sobre a reserva em especial os que moram próximo a reserva, um caminho que leva a porta de entrada do parque como um local a ser visitado, porém na teoria isso não ocorre por ser uma

ISBN **978-65-990229-0-6**

unidade de conservação que proíbe a visitação. Esse acaba sendo um grande embate entre os moradores próximos que extrapola para todos os munícipes iguaçuanos: o questionamento do uso desse espaço.

No desenho P temos o portal de entrada da reserva, um local que na teoria não se entra, pelo menos para a população em geral e no desenho Q temos a estrada do Tinguá cheira de bicicletas, de um ônibus do transporte coletivo cuja empresa também se chama Tinguá e esse caminho com suas bicicletas e ônibus vão em direção a entrada do parque e de seu lago.

Figura 02: Desenho P

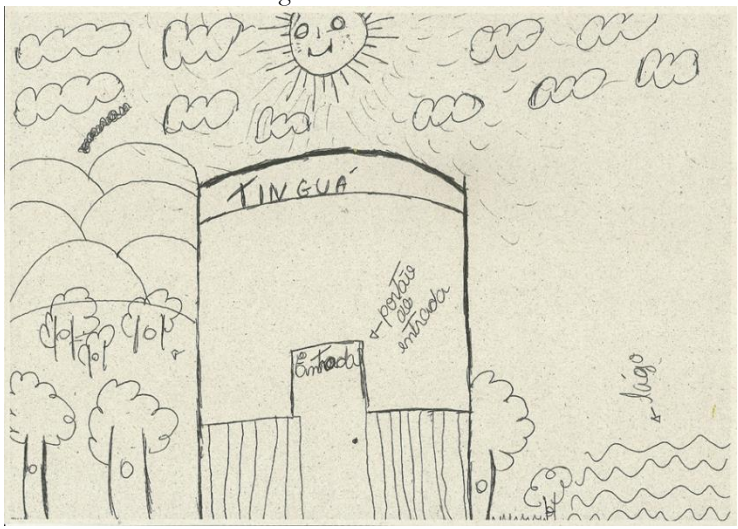
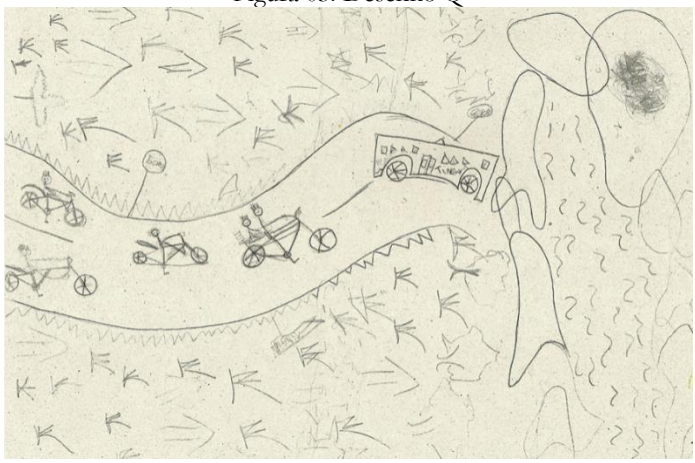


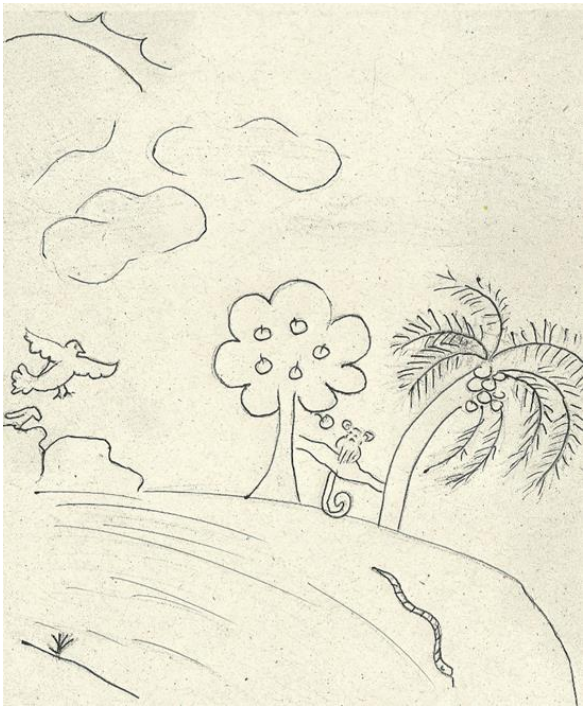
Figura 03: Desenho Q



ISBN **978-65-990229-0-6**

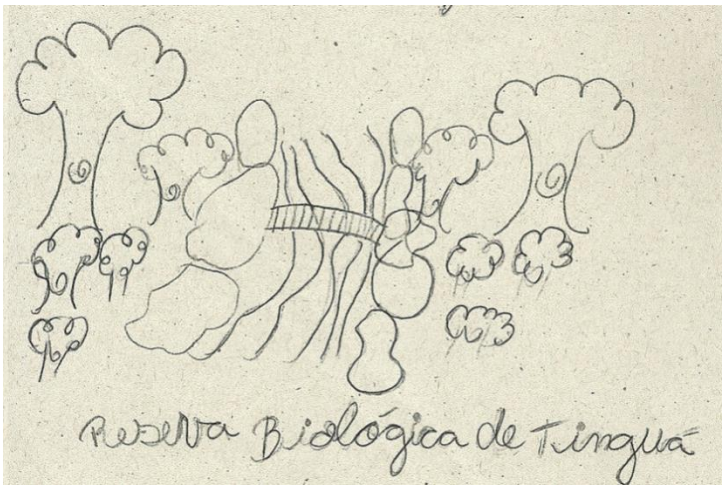
Os animais estão sempre presentes nos desenhos, cerca de 82% dos alunos os representaram com destaque para os pássaros e em seguida serpentes e macacos. Podemos ver os pássaros no desenho R e S, e de outros animais no desenho R (Figura 20).

Figura 04: Desenho R



ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 05: Desenho T



Nos desenhos T e U (Figuras 04 e 05) temos duas grandes riquezas e potencialidades da Reserva quando pensamos no uso da comunidade. Apesar de ser restritivo, temos a vegetação e os recurso hídrico como carro chefe de explorar a vida como um todo na reserva principalmente pelas trilhas que são inúmeras espalhadas pelo parque.

No desenho U (Figura 06) as pistas são destacadas, mas quando indagamos ao aluno sobre a pista desenhada essa confunde com a antiga estrada do Tinguá que fica no imaginário dos alunos e moradores de Nova Iguaçu, que mesmo que não frequente esse local eles lembram desses caminhos.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 06: Desenho U



Um elemento de destaque nos desenhos dos alunos foram as inúmeras quedas de água presentes na reserva Biológica do Tinguá, pois essa unidade de conservação é famosa por suas nascentes que a décadas alimentam de água a cidade do Rio de Janeiro. Essas quedas de água mesmo que não visitadas estão no imaginário dos alunos via conversas e imagens que são veiculadas pela mídia regional e local sobre a o Tinguá. As cachoeiras estão representadas em 55% dos desenhos e destacamos os desenhos X e Y (respectivamente as figuras 07 e 08)

Curiosamente o imaginário e o uso demonstram a presença constante de pessoas se banhando na cachoeira como nos desenhos X e Y, curiosamente no desenho Z a cachoeira é utilizada como escorregador enfatizando mais ainda o uso de lazer dos moradores. Porém uma grande contradição pois não é permitida essas atividades na reserva ecológica.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 07: Desenho X



Figura 08: Desenho Y



ISBN **978-65-990229-0-6**

Os relatos sobre a Rebio Tinguá são inúmeros desse espaço, mas se destaca num primeiro momento a exaltação pela natureza presente em 45% dos relatos como algo importante que deve ser preservada. Isso fica claro no relato A e B (Figura 09 e 10), a natureza como algo exuberante e linda que precisa ser conservada.

Figura 09: Relato A

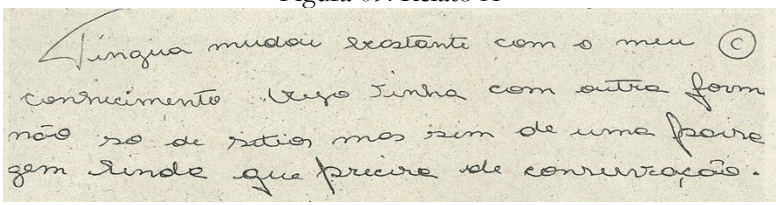
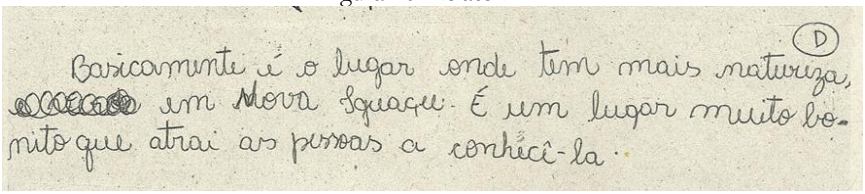
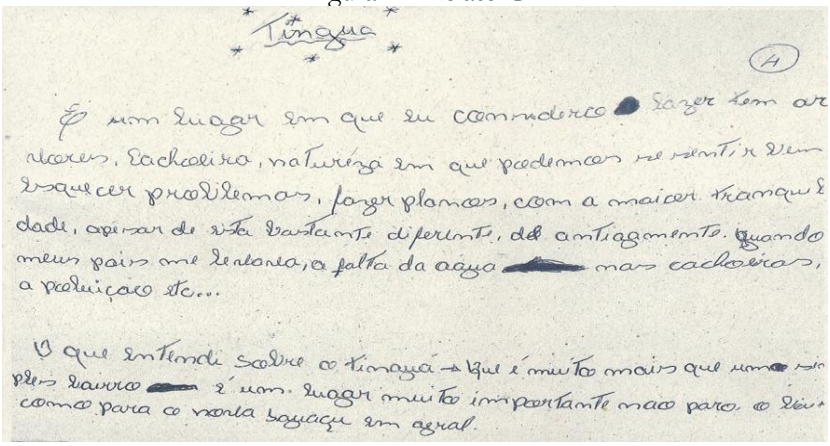


Figura 10: Relato B



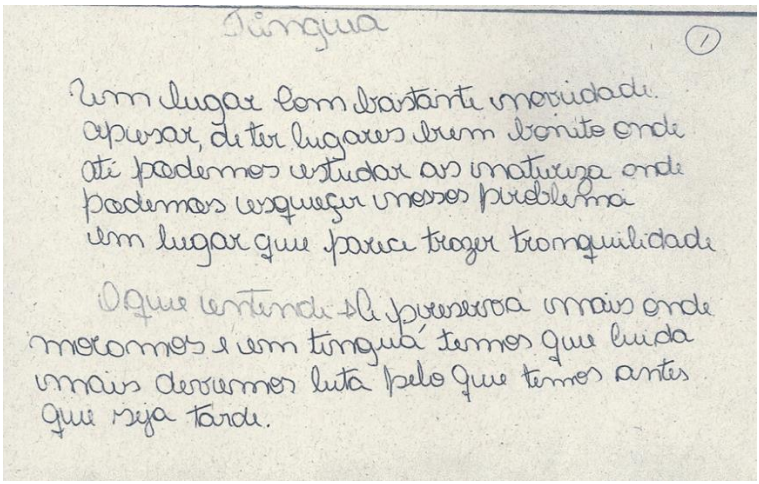
Os relatos são identificados em dois momentos o antes da oficina e o posterior a apresentação da Reserva Biológica do Tinguá pela equipe da pesquisa. Em bancos os relatos C e D (figuras 11 e 12), temos os apontamentos de elementos que estão presentes na reserva de Tinguá associada a lugar de fuga, diferente do restante da cidade e logo depois da exposição sobre o Tinguá temos um posicionamento político de proteção desse espaço.

Figura 11: Relato C



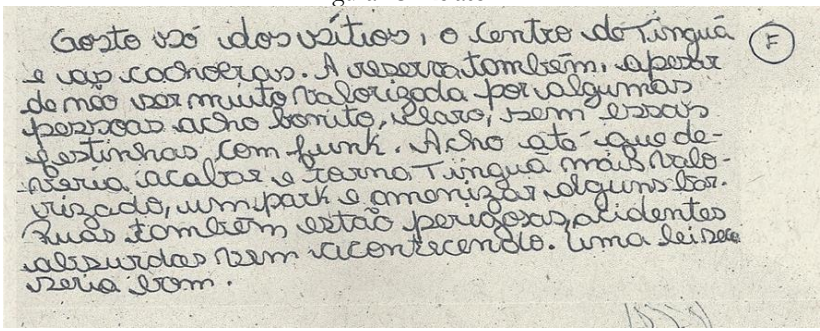
ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 12: Relato D



No relato E, veja figura 13, temos uma preocupação com o uso desse espaço, não exatamente da reserva em si mais do seu entorno. São apontados alguns problemas típicos das periferias relacionados a questão da segurança e a necessidade de uma legislação específica que proteja ainda mais essa área.

Figura 13: Relato E



Os relatos G e H (figuras 14 e 15) são mais diretos utilizando a linguagem textual utilizada pelos quadrinhos temos no relato G um balão que imagina algo e uma frase é comunicada exaltando o lugar e demonstrando a preocupação em relação a ele e já no relato H apenas um balão chama a atenção para a área o Tinguá.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Figura 14: Relato G

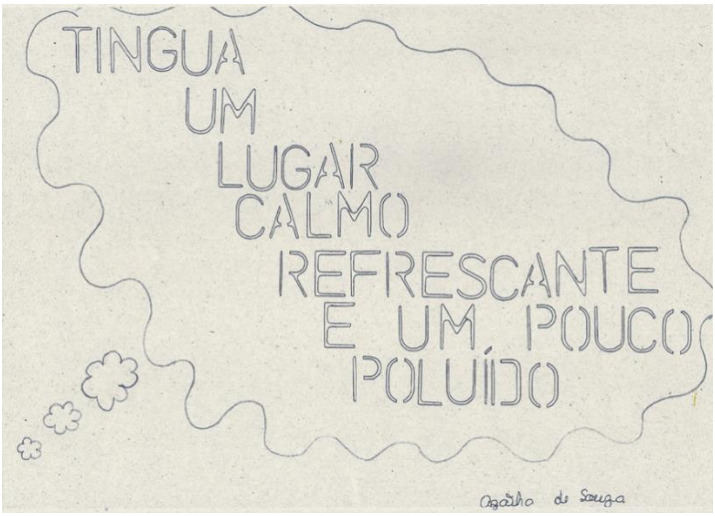
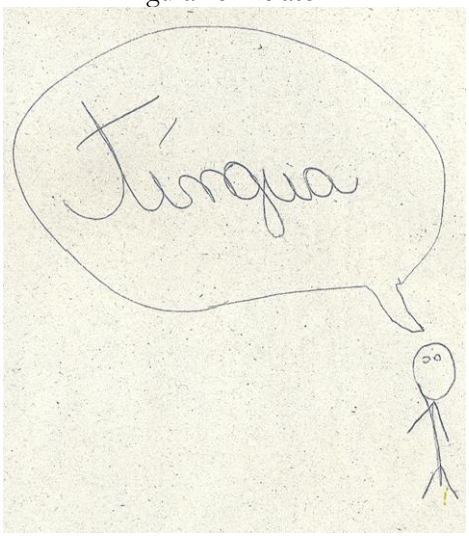


Figura 15: Relato H



Uma contradição eminente, pois de um lado temos a defesa do uso desse território como área de lazer para toda a comunidade, seja do entorno da Rebio Tinguá como de toda a Baixada Fluminense e por outro a defesa de preservação e da natureza desse local com mais ênfase e coibições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN **978-65-990229-0-6**

Os desenhos do Tinguá**,** representam muito do que está no imaginário dos moradores de Nova Iguaçu sobre a reserva em especial os que moram próximo a reserva, um caminho que leva a porta de entrada do parque como um local a ser visitado, porém na teoria isso não ocorre por ser uma unidade de conservação que proíbe a visitação. Esse acaba sendo um grande embate entre os moradores próximos que extrapola para todos os munícipes iguaçuanos: o questionamento do uso desse espaço. Em muitos desenhos aparecem o portal de entrada da reserva, um local que na teoria não se entra, pelo menos para a população em geral, A estrada do Tinguá cheia de bicicletas, de um ônibus do transporte coletivo cuja empresa também se chama Tinguá e esse caminho com suas bicicletas e ônibus vão em direção a entrada do parque e de seu lago.

Os animais estão sempre presentes nos desenhos, cerca de 82% dos alunos os representaram com destaque para os pássaros e em seguida serpentes e macacos. Outro elemento de destaque nos desenhos dos alunos foram as inúmeras quedas de água. As cachoeiras estão representadas em 55%. Curiosamente o imaginário e o uso demonstram a presença constante de pessoas se banhando nas cachoeiras.

Quando o aluno faz um desenho ele tem que se libertar do aspecto sensorial da linguagem e transcrever em imagens. Utilizando seu conhecimento sobre o assunto, sua memória e imaginação para fazer o desenho. Assim, montando um contexto de imagens ligando um ao outro formando um só elemento

Os relatos escritos**,** num primeiro momento sedestaca a exaltação pela natureza presente em 45% dos relatos como algo importante que deve ser preservada. Os relatos são identificados em dois momentos o antes das oficinas e o posterior a apresentação da Rebio Tinguá/RJ. Nos primeiros temos os apontamentos de elementos que estão presentes na reserva de Tinguá associada a lugar de fuga, diferente do restante da cidade e logo depois da exposição sobre o Tinguá temos um posicionamento político de proteção desse espaço. Nos demais passam a ter preocupações com o uso desse espaço, não exatamente da reserva em si mais do seu entorno. São apontados alguns problemas típicos das periferias relacionados a questão da segurança e a necessidade de uma legislação específica que proteja ainda mais essa área.

As (geo)grafias demonstram uma contradição eminente, pois de um lado temos a defesa do uso desse espaço como área de lazer para toda a comunidade do entorno da Rebio e por outro a defesa de preservação e da natureza desse local com mais ênfase e coibições, entendemos esses posicionamentos como expressão de cidadania territorializada da Rebio Tinguá/RJ a partir de um processo de aprendizagem significativa.

Cruzando duas linguagens, a escrita e a gráfica muito presentes na escola básica brasileira, mas que devem ser constantemente associadas para atingir um potencial maior de aprendizagem e a construção da cidadania desses alunos.

ISBN **978-65-990229-0-6**

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P. *Educational psychology*: a cognitive view. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br Acesso em 30 de outubro de 2016.

CARMO, E. S. do; BOER, N. Aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva interacionista de Piaget, Vygotsky e Wallon. *Artigo Enedina***.** Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS, Brasil, 2014. p. 10.Disponível em http://jne.unifra.br/artigos/4742.pdf Acesso em 30 de outubro de 2016.

CAVALCANTI, L. S. A cidadania, o direito a cidade e a geografia escolar - elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. *GEOUSP: Espaço e Tempo,* São Paulo, n. 5, p. 41-55, apr. 1999. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123346/119683>. Acesso em: 5 de mar 2018

CAVALCANTI, L. S. *O ensino de geografia na escola. CAMPINAS*. SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, L. S; SOUZA, V. C. de. A formação do professor de geografia para atuar na educação cidadã.Universidade Federal de Goiás/Brasil **Anais**. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em:<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Lana%20de%20Souza.pdf> acessado em: 12 de Mar. 2017.

CLAUDINO, S. Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial. *Anais*. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/19925/15134>. Acesso em: 15 fev. 2018. doi:https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.19925.

MENDONÇA, Sandra; CLAUDINO, Sérgio. "Projeto "Nós propomos!": uma rede crescente de cidadania territorial". *Anais*. XVIII Encontro Nacional de geógrafos a construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia. São Luís/ Ma. 24ª 30 de jun 2016.

MIRANDA, Sérgio Luiz. *O lugar do desenho e o desenho do lugar no ensino de geografia:* contribuição para uma geografia escolar crítica. Tese de Doutoramento. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro : 2005.

MORAES, B.B.S; SANTOS, L. dos. Geografia e a formação da cidadania. In: FERRETI, O; CUSTÓDIO, G. A. (Orgs*). Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II:* segundo semestre de 2013. Florianópolis: NEPEGeo;

ISBN **978-65-990229-0-6**

UFSC, 2014. Disponível em:<http://nepegeo.ufsc.br/files/2014/06/Artigo-Bruna-e-Lucas.pdf>. acessado em: 25 de fev de 2018.
MOREIRA, M.A. e MASINI, E.A.F.S. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.* São Paulo, Editora Moraes, 1982.
MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de Almeida; CARVALHO, Edgard de Assis Carvalho (Orgs.) E*ducação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. 3.ed. São Paulo: Cortez: 2005.
PAGANELLI, Tomoko Iyda. *Paisagem, uma decifração do espaço-tempo social:* as representações da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998
PERAYA, Daniel. Ler uma imagem. Tradução de Alain P. François. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 56, CEDES, dezembro/1996, p. 502-505.
PEREIRA, C. A. R; B; MASCARENHAS, J. N. A paisagem no mundo da criança: considerações acerca do ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental. *Revista Tamoios*, v.12, n.2, 2016, pp.33-90.
SANTOS, C. O desenho do lugar: uma experiência da Geografia da infância na baixada fluminense. *Revista Brasileira de Educação em Geografia,* Campinas, v. 6, n. 11, p.185-207, jan./jun., 2016. Disponível em http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/311/186 Acesso em 13 de dezembro de 2017.
SANTOS, C. A formação cidadã e a aprendizagem significativa no ensino básico por meio das grafias da reserva biológica do Tinguá/RJ. In DICKMANN, I. e LAZARROTTO, A. F. (Orgs.) *Educação e Sociedade*: temas emergentes. Vol. 3. Chapecó: Editora Plataforma Acadêmica, 2018, pp.33-53.
SANTOS, M. Cidades mutiladas. In: CARDOSO, R et al. *O preconceito***.** Júlio Lerner editor. São Paulo. Imprensa oficial do estado. 1996/1997. Disponível em:<http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf> Acessado em: 15 Mar. 2018
SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.
VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem***.** São Paulo: Ícone, 1988.
ZANELLA, A. V. Escolarização formal e cidadania: possíveis relações, relações possíveis? In: SILVEIRA, AF., et al., (Org**.)** *Cidadania e participação social. Rio de Janeiro:* Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. Disponível em:<http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-09.pdf> Acessado em 10 de mar. 2018.

ISBN **978-65-990229-0-6**

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELFORD ROXO E A COMPLEXIDADE DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA ESFERA LOCAL

Priscilla Abrantes da Silva

INTRODUÇÃO

A presente escrita relaciona-se à pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro, durante os anos de 2017 e 2019, no qual investigamos o Plano Municipal de Educação de Belford Roxo, analisando as etapas de construção, execução e consolidação de tal instrumento político. Deste modo, apresentamos concisamente neste capítulo algumas das implicações concernentes ao processo de produção do planejamento educacional em âmbito municipal, elucidando as diferentes complexidades que envolveram o PME de Belford Roxo e que em certa medida ainda tensionam a consolidação de tal dispositivo.

Isto posto, faz-se importante ressaltar que a supracitada pesquisa foi realizada em meio a um processo de embate político. O então prefeito Waguinho Carneiro, que iniciou o seu mandato em primeiro de janeiro do ano de 2017 pela sigla político-partidária do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anteriormente denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi preso e afastado de seu cargo em abril de 2019, devido a uma investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado, ambas instituições apuravam atuações ilegais de improbidade administrativa realizadas pelo então gestor municipal, que envolviam o desvio de aproximadamente quatorze milhões de reais dos cofres públicos. Quem assumiu provisoriamente a prefeitura foi o presidente da câmara de vereadores de Belford Roxo na época, Márcio Cardoso, popularmente conhecido como Marcinho Bombeiro do Partido Social Liberal (PSL).Cerca de quatro meses após o retorno de Waguinho à administração municipal, o vereador Marcinho Bombeiro também foi preso, devido a duas investigações da Polícia Civil que apuravam o envolvimento de tal parlamentar em dois casos de

ISBN **978-65-990229-0-6**

homicídios e cinco tentativas de assassinatos no referido município da Baixada Fluminense.

Em vista disso, tais circunstâncias nos demonstram a relação intrínseca que existe entre as disputas político-territoriais locais e a organização da educação pública em Belford Roxo. Tendo em vista que o Plano Municipal de Educação é um instrumento político que expõe em sua redação e correlata consolidação as feições conflituosas e dúbias que permeiam a jurisdição administrativa de tal localidade.

Desta forma, a escrita construída é apresentada em três momentos distintos. No primeiro item expomos a composição histórica e territorial de Belford Roxo, refletindo sobre as adversidades do presente. Posteriormente, apresentamos uma breve contextualização do cenário educacional Belford-roxense. Em seguida, apreendemos as etapas de construção do Plano Municipal de Educação de Belford Roxo, onde evidenciamos as adversidades constituídas no processo de formação de tal instrumento político.

Dado o exposto, a reflexão sobre a ótica de implementação de políticas públicas educacionais na esfera municipal, assim como as influências de tal ação para a produção social do espaço é um elemento significativo para nos apropriarmos cada vez mais acerca do entendimento sobre as relações de poder que sustentam a dinâmica educacional em âmbito local. Logo, refletir sobre a trajetória de formulação e execução do Plano Municipal de Educação de Belford Roxo desponta como um movimento importante, visto que ao colocarmos em evidência a dinâmica e os impasses que envolvem a materialização de tal dispositivo, contribuímos para o avanço das discussões concernentes à educação na Baixada Fluminense.

BELFORD ROXO E SUA COMPOSIÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL

A formação político-territorial de Belford Roxo remete-se ao histórico processo de disputas e ocupações que transpuseram a região da Baixada Fluminense. De acordo com Rocha (2007, p.28), o território que hoje constitui-se o referido município é proveniente da antiga fazenda do Brejo, pertencente aos antigos domínios da freguesia da Jacutinga, que compunha a Velha Iguassú, área que hoje compreende ao atual município de Nova Iguaçu. Silva (2018, p.4) ressalta que: "suas terras foram assinaladas pela primeira vez no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz II, em 1566, entre os rios 'Merith, Simpuiy e Agoassu" (PMAS, 2014, p.25 in Silva, 2018, p.4). Torres (2004) destaca que além do Casarão do Velho Brejo que tinha como ênfase a produção de açúcar, a fazenda Boa Esperança é um outro elemento de certo destaque na reminiscência da história de tal erário municipal, que ao longo dos séculos XIX e XX sobressaiu-se na produção de laranja e café para exportação. Ambas as propriedades estavam inseridas na "estrutura econômica espacial do período

ISBN **978-65-990229-0-6**

colonial, que foi baseada no binômio agricultura e escravidão" (ROCHA, 2007, p. 30).

Destarte, no início do Século XX fortaleceu-se na área em questão uma divisão de loteamentos o que impulsionou o crescimento de seu contingente populacional, que em sua maioria foi composto por migrantes nordestinos (Almeida, 2018). Ademais, após as respectivas emancipações de Duque de Caxias (1943), São João de Meriti (1947) e Nilópolis (1947), a associação de empresários locais inicia uma articulação política com intuito de desmembrar Belford Roxo do quarto distrito de Nova Iguaçu e dessa forma emancipar o referido município (Monteiro, 2001). No entanto, a tentativa foi frustrada, visto que com o golpe militar de 1964, desenrolou-se uma centralização do poder o que inviabilizou qualquer perspectiva de autonomia das instâncias locais (Rocha, 2007).

Nesse mesmo interim, é inaugurada em Belford Roxo na década de 1950 o complexo industrial da Bayer, que foi na época a "maior unidade de Produção da América Latina e a segunda maior unidade de Formulação de Inseticidas, Fungicidas e Herbicidas Bayer do Mundo" (Silva, 2018, p.6).Tal feito incluiu o município em um novo processo reestruturação econômica e espacial, visto que a implantação do conjunto de fábricas da Bayer fortaleceu a indústria de base brasileira e a política econômica nacional-desenvolvimentista. Contudo, faz- se importante ressaltar que a atuação da Bayer produziu fortes impasses ambientais nas décadas subsequentes.

Durante o período de redemocratização o propósito de emancipação ganha força política, a partir da reestruturação jurídica da constituição de 1988 que concedia aos Estados a autonomia de avaliar e sancionar novas emancipações. Nesse contexto, um grupo de comerciantes e pequenos e médios empresários criam a Associação Comercial e Industrial de Belford Roxo (ACIBER), que atuando em conjunto com lideranças locais constroem em 1986 a Comissão de Emancipação de Belford Roxo (CEBER). O processo emancipatório sempre concebeu em seu discurso o fato do não retorno em políticas públicas por parte do município Sede, até então Nova Iguaçu, uma vez que o distrito de Belford Roxo seria responsável por 50 % da arrecadação total e somente 10% seriam revertidos em ações de políticas territoriais no então 4º distrito (SANTOS, 1995 in ROCHA, 2007, p.34).

Nesse sentido, após a resolução de uma controvérsia sucedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, que alegou um número insuficiente de votos da população do bairro Miguel Couto (que não concernia ao então distrito de Belford Roxo) a ACIBER conquista a validação junto à justiça eleitoral do resultado atingido no plebiscito realizado em 12 de janeiro de 1988, em que a grande maioria da população votou a favor da emancipação.

Dessa forma, no dia 3 de abril de 1990 é aprovada a Lei Estadual n. 1.640 ratificando que Belford Roxo foi desmembrada de Nova Iguaçu. Para tal, o município é estabelecido de fato em 1 de janeiro de 1993 tendo como primeiro

ISBN **978-65-990229-0-6**

prefeito Jorge Júlio da Costa dos Santos. Eleito com aproximadamente 76 mil votos o apelidado "Joca" que era filiado ao Partido Liberal (PL) foi uma liderança política de forte relevância para a concretização do processo de emancipação de Belford Roxo.

Ademais, Monteiro (2001) ressalta que a mitificação construída entorno de Joca deu-se também pelas práticas políticas empreendidas por tal figura, que se apresentava como um líder local do povo, proveniente da periferia fluminense e não como um representante político da elite local. Simões (2007, p.166) conclui que a personificação de Joca como um "herói belford- roxense" deu-se principalmente pela atuação clientelista de tal político e bem como por seu discurso popularesco.

Nessa perspectiva, os mandatos políticos das gestões posteriores continuaram perpetuando o modus operandi de uma forma específica de política que historicamente se faz presente em muitos municípios da Baixada Fluminense. Sob tal aspecto, Silva (2018, p.9) destaca após a morte de Joca:

> Os mandatos políticos futuros, todos seguiram na mesma direção: clientelismo, favor, violência (uns mais outros menos), e acima de tudo, o uso da máquina pública como negócio particular. Como não nos é possível um resgate detalhado de cada mandato, como foi no possível no trabalho de conclusão de curso podemos apontar o exemplo a atual gestão da prefeitura, que mesmo iniciando um mandato num município com decreto de estado de calamidade, infla os gastos com um número escandaloso de aproximadamente 40 secretarias, e tem pesado sobre a figura do prefeito acusações de nepotismo, já que a frente de duas dessas secretarias está a primeira dama e uma irmã do atual prefeito. (SILVA, 2018, p.9).

Nesse sentido, Belford Roxo foi delineado a partir de uma disparidade de poder no que se refere aos desígnios de participação social presentes na Constituição Federal de 1988, visto que as elites locais estão à frente do controle da gestão administrativa municipal, "tornando a prefeitura uma extensão de negócios familiares" (Silva, 2018, p.3). Monteiro (2001) aponta que historicamente existe uma descrença da população belford-roxense com relação a atuação do poder público em geral, uma vez que há uma grande ineficiência de planejamento urbano e políticas públicas em tal município, fato que se relaciona ao histórico do passado, mas também as escolhas, interesses e prioridades dos grupos políticos do tempo presente.

Para tal, a evolução histórica, econômica e social de tal município está associada à práticas que remontam ações reforçadas pela lógica do clientelismo e da política do medo, da violência na Baixada Fluminense, que em uma escala maior encontram-se imbuídas a uma perspectiva de desenvolvimento desigual das relações sociais no modelo de sociabilidade capitalista, o que acaba por

ISBN **978-65-990229-0-6**

reafirmar um lugar e uma funcionalidade especifica de tal território no processo de acumulação de capital na região da Baixada.

Por conseguinte, Rocha (2007, p. 38) evidencia que a dinâmica territorial de Belford Roxo "se constrói totalmente marginalizada das instâncias reguladoras de ordem estatal" fato que também se faz presente em outras urbes da Baixada Fluminense. Contudo, quando comparamos os índices de desigualdade entre as cidades que constituem a região percebemos que Belford Roxo desponta como uma das localidades que apresenta alguns dos maiores índices de pobreza, violência e adversidades quanto a infraestrutura urbana, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,684 e um percentual de incidência de pobreza de 60,06 %. Comparado a outras cidades do país ocupa a 2632º posição no ranking nacional do Produto Interno Bruto per capita (PIB), onde 77.3% do percentual de suas receitas são advindas de fontes externas e aproximadamente 39, 2% de seus habitantes sobrevivem com uma renda mensal per capita de até ½ salário mínimo. O salário médio mensal dos trabalhadores formais que residem em tal localidade varia em 2,2 salários mínimos. Já a proporção de pessoas ocupadas em relação ao índice populacional total é de 7.3% (IBGE, 2010).

De acordo com o relatório intitulado "Mapa da Desigualdade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro" organizado pela Casa Fluminense (2016) a população Belford-roxense convive com uma das piores taxas de mobilidade urbana do Grande Rio. Outro item destacado refere- se ao número de homicídios cometidos por policiais, denominado como autos de resistência, para cada 100 mil habitantes cerca de 11 % das mortes ocorridas no município são decorrentes da intervenção policial, o segundo pior indicador da RMRJ. A gravidez na adolescência é outro dado preocupante, visto que o percentual de mulheres de 15 a 17 anos de idade residentes no município que já tiveram filho é de 73,5% e a taxa de mortalidade até um ano de idade a cada mil 1000 crianças nascidas vivas é de 16, 5%.

A EDUCAÇÃO EM BELFORD ROXO

O quadro educacional do ensino básico de Belford Roxo é constituído por aproximadamente dezessete escolas municipais, que atendem o segmento pré-escolar; cinquenta e oito estabelecimentos de ensino fundamental, que atendem cerca de 59.695 alunos; e trinta e sete unidades escolares de nível médio, que comportam em média 13.010 educandos matriculados. A rede municipal é composta por 3.071 docentes entre concursados e contratos temporários, ademais, a rede estadual dispõe de 1.120 educadores. Destaca-se que 19% dos professores do munícipio não possuem curso de licenciatura, ou seja, cerca de 14 escolas atuam como pelo menos um profissional sem a qualificação exigida.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Apenas 2%, cerca de 1 professor, possui título de mestrado e 34%, o equivalente à 24 professores realizaram um curso de especialização.

No que tange à escassez de profissionais nas escolas municipais de Belford Roxo, estima-se que em cerca de 50% das unidades escolares existe carência de professores, supervisores escolares e inspetores de disciplina. Quanto ao índice de ausência de profissionais temos as respectivas porcentagens: Educação Artística (21%) e Matemática (21%), Língua Inglesa (11%), Ciências (11%), Educação Física (11%), Língua Portuguesa (10%), Professor II (10%) e História (5%). No que diz respeito à formação dos gestores escolares em torno de 5% dos profissionais já cursaram mestrado, correspondente a 4 diretores (a) com tal instrução. 50% possuem um curso de graduação e 45% já concluíram um curso Lato Sensu. Quanto a taxa de escolarização, ao nível nacional Belford Roxo ocupa a 4435º posição de um total de 5.570 municípios, e a 82º colocação na conjuntura estadual, que é composta por 92 municípios.

No que corresponde ao exercício do Conselho Escolar foi constatado um déficit de 35% de unidades escolares sem um Conselho atuante, ou seja, não constituído, seguidamente de 35% de escolas com alguma forma de atividade (não especificada) de tal órgão. Além do mais cerca de 26% afirmaram que o Conselho só existe no papel. Importante ressaltarmos que o Conselho Escolar é uma esfera importante na garantia da existência de uma gestão escolar democrática, visto que é a partir de tal órgão que representantes da comunidade e bem como do território discutem, fiscalizam e também participam dos processos decisórios concernentes as questões políticas, administrativas, financeiras e tal como pedagógicas da escola.

No tocante ao levantamento de informações referentes à estrutura física e de materiais das unidades escolares, os dados falam por si só. Constatou-se que aproximadamente 80% das instituições possuem Datashow e 40% algum tipo de equipamento multimídia, no entanto, mais de 60% das escolas não têm biblioteca e somente 30% destas dispõem de sala de leitura. O acesso à computadores com rede de internet é adequado para 30% dos espaços, com um percentual de 40% destes com sala de informática e menos de 30% com salas de recursos. Apenas 40% das salas de aulas são apropriadas. Só 10% das instituições apresentam sala de coordenação e 45% não possuem secretaria. No que concerne às sala de direção 40% são satisfatórias e quanto às salas de professores 50% são insatisfatórias. Menos de 50% das escolas detêm de refeitório e aproximadamente 55% afirmaram ter cozinha e 42% dispensa. No que consiste a existência de pátio, 65% não possuem tal ambiente e 50% não detêm de quadra esportiva, só cerca de 47% dispõem de quadra coberta. Para tal, metade das escolas têm

ISBN **978-65-990229-0-6**

ventilação (50%) e 70% não usufrui de banheiros em boas condições. Além disso, 70% dos espaços escolares não apresentam nenhum tipo de acessibilidade[1].

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELFORD ROXO

De acordo com Gadotti (1994), em um Plano Municipal de Educação as:

> "Metas desenvolvidas pelo órgão municipal de Educação visam à intervir no conjunto dos problemas de forma permanente e sistemática. Ações isoladas e parciais não asseguram mudanças significativas e duradouras. A democratização do acesso e as condições de permanência do aluno, a qualidade do ensino e a gestão democrática são conquistas que demandam tempo. A fixação de prioridades e metas em conjunto com as representações dos vários segmentos sociais permite ao executivo identificar e responder, com maior precisão e eficácia, as necessidades existentes" (GADOTTI, 1994, P.36)

Nesse aspecto, a estruturação de um Plano Municipal de Educação demanda tempo e do mesmo modo não pode ser efetivada sem um amplo debate junto à sociedade civil, desconsiderando o desenvolvimento de um diagnóstico da realidade local que venha a ser de fato participativo e que apresente em sua essência um conhecimento efetivo acerca da dinâmica social local. Sem a existência de tais etapas a capacidade de intervenção das metas e estratégias concebidas torna-se lapsa e majoritariamente propensa a engendrar novos impasses e a fortalecer antigas adversidades.

Nessa perspectiva, a criação do PME de Belford Roxo tem como ponto inicial uma exigência legal instituída na lei 13.005/2014, que deliberou a necessidade de todos os municípios adequarem ou elaborarem seus planos municipais de educação até um ano após a publicação de tal legislação. O não cumprimento dessa exigência afetaria o processo de financiamento da educação local. Nesse sentido, é a partir de tal obrigatoriedade que a gestão pública municipal (inicialmente a executiva) começa a atuar na organização de tal instrumento político.

Preliminarmente, a discussão que norteou a produção do PME antecedeu a obrigatoriedade prescrita na lei 13.005/2014, iniciando-se entre os anos de 2011 e 2012, a partir do desenvolvimento de uma agenda de encontros realizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) com trabalhadores da educação (diretores, professores, coordenadores) e representantes da sociedade civil. Tal mobilização não tinha uma denominação específica e o seu

[1] Análise realizada a partir dos dados disponibilizados no censo escolar de 2018. Fonte: http://portal.inep.gov.br/censo-escolar

ISBN **978-65-990229-0-6**

propósito era construir um documento base, que perpassasse as disputas entre as gestões e bem como orientasse a organização da educação em âmbito municipal. A partir de tal movimentação foi realizada a primeira Conferência Municipal de Educação de Belford Roxo, onde foi produzido um manuscrito que elencava as principais adversidades relacionadas à educação municipal, além de apresentar um conjunto de estratégias e ações pensadas por alguns atores da comunidade escolar em conjunto com representantes da sociedade civil e bem como da SEMED.

Contudo, as discussões e os avanços empreendidos durante o debate estabelecido no decurso da Conferência Municipal foram inviabilizados nos anos subsequentes por diferentes questões, dentre as quais destacam-se: a dificuldade que a SEMED teve de estabelecer uma articulação junto ao legislativo; a mudança na gestão governamental (tanto no quadro executivo quanto no legislativo) em decorrência das eleições de 2012 e bem como de uma não legitimação do documento pela Câmara Municipal.

Tais fatos nos demonstram como o planejamento educacional perpassa pelas disputas políticas que são estabelecidas no território. Conforme nos ressalta Shiroma (2001), a construção de uma política pública educacional é inerente a forma do Estado, ao sistema de governo e as relações materiais e imateriais que estabelecem a instituição do poder na sociedade. Posto que os processos de tomada de decisões e de intervenções governamentais resultam de disputas e de relações de poderes e de interesses que constituem os aspectos territoriais e políticos que reverberam no modo de se conceber a sistematização da educação.

Nesse sentido, a discussão estabelecida entre os anos de 2011 e 2012 foi de extrema importância para o desenvolvimento do que posteriormente tornou-se o Plano Municipal de Educação de Belford Roxo, visto que mesmo diante dos impasses políticos que ao longo do tempo vieram a enfraquecer a mobilização construída, o produto final de tal ação serviu de norte para a retomada do PME entre os anos de 2014 e 2015.

Nesse aspecto, a elaboração do PME de Belford Roxo teve como base as orientações técnicas da já extinta Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), órgão do Ministério da educação, responsável por articular a lei 13.005/2014 entre as diferentes instâncias subnacionais. De acordo com a SASE a participação da comunidade escolar e da sociedade civil era uma das etapas fundamentais na constituição do Plano Municipal de Educação, assim como a consumação de um regime colaborativo entre as administrações federal, estadual e municipal. Uma vez que para o Plano Nacional de Educação 2014-2024 subsistir na prática, seria necessário que os governos estaduais e municipais construíssem os seus planejamentos reciprocamente, em concordância com as orientações enunciadas em tal PNE.

Assim sendo, o ciclo de construção do PME de Belford Roxo desenrolou-se de acordo com a disposição evidenciada no quadro abaixo:

ISBN **978-65-990229-0-6**

ETAPAS DE CONSTRUÇAO DO PME DE BELFORD ROXO	
ETAPA 1	CRIAÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA E DA EQUIPE TÉCNICA
ETAPA 2	DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO LOCAL
ETAPA 3	FORMULAÇÃO DO DOMUMENTO BASE
ETAPA 4	EFETIVAÇÃO DO DIA D
ETAPA 5	REALIZAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ETAPA 6	DESENVOLVIMENTO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ETAPA 7	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI
ETAPA 8	ENVIO DO PROJETO DE LEI PRA VOTAÇÃO NA CÂMARA DE VEREADORES
ETAPA 9	APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI E VALIDAÇÃO LEGAL DO PME
ETAPA 10	ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO PME

Etapas de construção do PME de Belford Roxo. Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de concepção do PME de Belford Roxo inicia-se em 2014, com a organização da Comissão de Coordenação responsável pelo PME, que foi composta pelas seguintes representações: integrantes do legislativo, do executivo e da Secretaria Municipal de Educação[2], Esporte e Turismo; membros do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB); partícipes da Procuradoria Geral do Município e também do Sindicato dos Profissionais da Educação de Belford Roxo.

A participação da comunidade escolar e da sociedade civil é limitada nesse estágio a atuação dos conselheiros do CME, do CACS-FUNDEB. No que se refere a composição da equipe técnica responsável pela elaboração do documento base, além das representações citadas anteriormente houve a assessoria e consultoria técnica de membros indicados pelo executivo. Assim sendo, após a criação da Comissão Coordenadora e da equipe técnica, é organizado planejamento das ações. O documento que havia sido construído entre os anos de 2011 e 2012 é recuperado, consubstanciando o que posteriormente tornou-se o Plano Municipal de Educação.

[2] O Conselho Municipal de Educação de Belford Roxoé composto por dezoito membros envolvendo respectivamente representantes doexecutivo, do legislativo e da sociedade Civil.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Na etapa concernente ao desenvolvimento do diagnóstico local foi utilizada uma metodologia de minicenso educacional, que foi denominada pela Comissão Coordenadora e pela equipe técnica de Dia D. O Minicenso educacional, ou dia D consistiu em uma mobilização junto à comunidade escolar, tendo como ponto de partida as direções escolares. A intenção do "Dia D" era levar a discussão sobre o Plano Municipal para os profissionais que atuavam nas escolas e com isso acrescer a participação social. Para tal, a SEMED repassou às direções uma carta de apresentação relatando a necessidade de se pensar a construção do PME, e bem como, o documento construído na Conferência Municipal de 2011 e 2012. Dessa forma, foi instruído à comunidade escolar que avaliassem os objetivos e as proposições que constavam em tal documento, acrescentando ou modificando o que desejassem e do mesmo modo que encaminhassem à SEMED um breve memorial acerca da formação histórica de cada escola. No entanto, tal processo não abrangeu todas as unidades escolares da Rede Municipal, e não envolveu em sua essência a sociedade civil na referida discussão, o que nos demonstra que a noção de participação social idealizada pela Comissão Coordenadora do PME foi um tanto quanto conflituosa.

Nessa perspectiva, após o desenvolvimento do diagnóstico local e da formulação do documento base do PME, foi concebida a consulta pública a partir da realização de um Fórum Municipal de Educação, empreendido em maio de 2015. Contudo, a articulação com o legislativo foi um dos pontos de maior dificuldade na construção do Plano Municipal de Educação, visto o embate político partidário estabelecido no município.

Ademais, cabe destacar a ausência de articulação com a instância estadual, que só iniciou a readequação do Plano Estadual de Educação ao PNE 2014-2024 no ano de 2018. Tal fato sugere que a perspectiva de colaboração federativa, que nesse caso deveria ter sido estabelecida entre as instâncias estadual e municipal não foi de fato concretizada, o que influência na capacidade de intervenção do PME. Faz-se importante ressaltar que até a data de publicação do Plano Municipal Estadual de Belford Roxo o Plano Estadual de Educação não existia, nos demonstrando que a perspectiva de colaboração territorial enquanto obrigatoriedade na Lei 13.005/2014 não garantiu na prática a realização de tal processo.

Por conseguinte, é partindo de tal contexto, que em 24 de junho de 2015 temos a o enquadramento jurídico do Plano Municipal de Educação de Belford Roxo com a sanção da Lei municipal de número 1.529/2015, tendo como algumas de suas principais proposições o tempo de vigência de dez anos, sendo factível até 2025 e bem como a articulação de suas ações aos Planos Nacional e Estadual de Educação.

ISBN **978-65-990229-0-6**

O QUE SE CONSOLIDA NAS METAS, ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE BELFORD ROXO?

Consta no Plano Municipal de Educação de Belford Roxo a delimitação de metas globais, oriundas do PNE 2014-2024, de acordo com a redação de tal instrumento:

> Ao longo do Plano são expostas um conjunto de metas e estratégias cuidadosamente construídas com base no diagnóstico e na consulta à comunidade através dos Fóruns, culminando com a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, realizada nos dias 29 de maio de 2015 e 03 de junho do mesmo ano, articuladas ao Plano Nacional de Educação. (BELFORD ROXO, 2015, p.2)

Inicialmente, é apresentado um tópico em que se menciona a situação do município de Belford Roxo em relação as vinte metas nacionais estipuladas no PNE 2014-2024. Dessa forma, a partir da utilização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, produzidos pelo IBGE, foi realizada uma base comparativa entre as escalas nacional e local, tendo como critério de análise os parâmetros que nortearam a construção das metas do PNE.

Na produção das diretrizes, metas e estratégias que substanciam o referido instrumento político o diagnóstico local não foi utilizado, nem sequer mencionado. Sendo levado somente em consideração as informações da PNAD 2013. Isto posto, na redação do documento não foi realizada uma discussão aprofundada sobre tais indicadores. Dessa forma, apresentou-se apenas uma descrição da projeção de cada meta nacional e de modo consecutivo um gráfico da PNAD 2013, enunciando uma concisa sinopse estatística dos parâmetros anteriormente indicados no tocante ao país, à região, ao Estado, à mesorregião e por fim ao município.

Nessa perspectiva, no PME de Belford Roxo, identificamos que tal qual o que ocorreu na definição das diretrizes de tal instrumento educacional, temos engendrada uma dinâmica de replicação e sobreposição das metas nacionais em detrimento de uma construção de objetivos que considerasse efetivamente as especificidades da realidade local e de sua dinâmica educacional.

Contudo, na exigência de consonância de metas entre as diferentes escalas federativas a necessidade expressada era a de que as diretrizes do Plano Nacional funcionassem como um modelo de referência para a construção das metas locais, e não que houvesse uma reprodução dos objetivos do PNE 2014-2024 no documento municipal. O propósito era que as discussões e operacionalizações dos planos locais fossem fundamentadas com base nas metas globais detalhadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, relacionando-as

ISBN **978-65-990229-0-6**

dessa forma aos seus respectivos contextos e bem como as especificidades educacionais de cada território. Nesse sentido, as metas a serem almejadas seriam o resultado de uma conciliação entre as necessidades nacionais e locais, construindo dessa forma um consenso de propósitos entre os diferentes entes da federação.

De acordo com o Caderno de Orientações para a produção dos Planos Municipais de Educação, produzido e disponibilizado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), a consonância de metas pode vir a ser resumida como uma das etapas de colaboração e cooperação territorial entre a União, os Estados e os municípios. Ademais, tal documento evidencia que:

> O PME precisa estar alinhado ao PNE e ao PEE. Considerando que os Planos Municipais de Educação poderão ser limitados ou potencializados pelos Planos Estaduais, é recomendável que todos os segmentos da sociedade e das três esferas de governo se envolvam na construção dos PEEs da mesma forma que se envolveram na construção do PNE e façam o mesmo com relação ao PME no seu respectivo município. O PEE precisa refletir uma pactuação entre o governo estadual e os governos municipais em cada estado, pois as metas estaduais devem ser refletidas em uma combinação de metas municipais em cada Unidade da Federação. A soma das metas estaduais, por sua vez, deve ser suficiente para o alcance das metas nacionais. Por esse motivo, o necessário encadeamento da construção das metas entre o PNE, PEEs e PMEs. (Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014, p.7)

Ademais, alguns pontos significativos acerca da confecção do escrita final do Plano de educação de Belford Roxo são: a ausência de diretrizes que tratem respectivamente da articulação entre os diferentes segmentos da gestão pública municipal, um item que ao longo PME é mencionado; a inexistência de orientações que versassem a respeito do processo de monitoramento e bem como avaliação da educação municipal; a insuficiência de um princípio que abarcasse a questão da cooperação técnica e financeira em colaboração com o Estado e a União, uma das prerrogativas para a instâncias municipais, conforme destaca o artigo 30, inciso VI, da Constituição da República.

Isto posto, o documento final PME foi elaborado um uma perspectiva alheia ao próprio PPA do município. As especificidades quanto ao financiamento da educação municipal não foram plenamente consideradas". Identificamos que tal ocorrência é um demonstrativo que relaciona-se reciprocamente: ao prazo reduzido, que foi determinado pelo MEC para a produção do PME 201-2025; a ausência de uma assistência técnica efetiva da SASE; a falta de uma articulação do PME 2015-2025 com outros instrumentos políticos já existentes no município (PAR, PPA, LOA) e bem como com órgãos públicos e Secretarias Municipais, o que contribui para a escassez de uma intersetorialidade no processo de se planejar

ISBN **978-65-990229-0-6**

as políticas públicas locais; e ao histórico político do município, que por ter em sua essência a reprodução de práticas clientelistas culmina para a reprodução de uma ineficiência quanto ao planejamento e a execução de políticas públicas de longo prazo. Na prática o PME de Belford Roxo não vem sendo plenamente executado.

Cabe ressaltar que o fenômeno da descontinuidade é um fato recorrente no histórico das ações políticas relacionadas à educação na região da Baixada Fluminense e em especial no município de Belford Roxo. Tal fato atrela-se de certa forma a um contexto de disputas pelo domínio do território e de seu eleitorado, estando relacionado também a questão da alternância ou permanência no poder de certos grupos políticos que em alguns momentos são oponentes entre si e em outros períodos atuam de forma articulada, comportando-se de forma ordenadamente estratégica no intuito de se manterem de alguma forma na posição de controle do poder político.

Em Belford Roxo historicamente muitos vereadores apadrinham as escolas e fazem destas unidades um campo fértil para garantir o seu eleitorado político. Devido a isso, a questão da eleição para diretores, presente no PME de Belford Roxo como uma meta correspondente à gestão democrática da educação foi alvo de uma intensa disputa não só no legislativo, mas também dentro dos espaços escolares.

Nesse sentido, tais grupos constituem o que Alves (2003) classifica como uma elite política local, que é em sua gênese circunscrita pelo controle e pela sucessão de grupos familiares, que implementam o que Barreto (2004) caracteriza como uma política de assistencialismo e de violência (material e simbólica). Acerca de tal questão, Barreto (2004, p. 51) acrescenta ainda que:

> "O troca-troca de partidos bastante comum na política de modo geral, mas significativo para o universo da Baixada, pode ser pensado para além de seu aspecto e deve ser apreendido como forma de se negociar um "patrimônio eleitoral", um capital político e cultural diante das exigências dos contextos vividos por tais atores. A negociação de apoio e de alianças qualifica a experiência política através da criação dos acessos, cuja regulação e obrigatoriedade expressariam não apenas uma lógica de dívida e de reciprocidade". (BARRETO, 2004, p.51).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Mediante o exposto, concluímos que Belford Roxo é um município que tem sua dinâmica territorial atrelada a o processo histórico de evolução e desenvolvimento da região da Baixada Fluminense. Para tal, é classificado como a periferia da periferia (MONTEIRO,2001; ROCHA,2007; SILVA,2018), visto que as condições sociais de sua população estão abaixo da expectativa , uma circunstância relevante que se refere não só ao passado histórico desse território, mas também a uma adversidade que intercorre no presente e que em diferentes

ISBN **978-65-990229-0-6**

dimensões relaciona-se a uma atuação imprecisa das gestões públicas que estiveram à frente da administração municipal.

Nesse ínterim, a construção do PME colocou em evidência um dado importante, não havia no município um instrumento que norteasse a organização da educação (tanto pública quanto a privada) e mais ainda, que se voltasse a compreender a dinâmica educacional estabelecida. Tal fato está atrelado ao histórico político e territorial de clientelismo e apadrinhamento por parte das diferentes gestões que perpassaram Belford Roxo, o que obviamente impactou no processo de concepção e execução do planejamento público da educação.

Isto posto, considerando as circunstâncias apresentadas anteriormente, como as metas e estratégias contidas no PME 2015-2025 podem vir a ser consolidadas se a realidade local foi desconsiderada na construção de tais objetivos? Se ao nível nacional tais metas já representam um grande desafio a ser devidamente solucionado, como a transposição de tais objetivos para a escala local pode ser de fato efetiva e intervir de forma positiva na resolução de problemas concernentes à educação no âmbito de Belford Roxo? Tais questionamentos são reflexões importantes a serem empreendidas, tendo em vista a relevância do Plano Municipal de Educação para a produção de políticas públicas educacionais. Ademais, uma das finalidades de nossa investigação não é só a de obter respostas para hipóteses, mas sim refletir sobre as práticas sociais que tensionam o contexto educacional do referido município e com isso dar significado a novos questionamentos, uma vez que a "cientificidade não pode ser reduzida a uma forma única e determinada de se conhecer a realidade, mas sim a diversas maneiras concretas e potenciais de realizações" (MINAYO, 2001, p.11).

Para tanto, conclui-se que as meta locais não foram de fato materializadas, pois o que é apresentado no Plano Municipal é uma duplicação das metas nacionais. Tal fato é um atenuante que influi diretamente na viabilidade do PME na esfera territorial, dado que tal instrumento político de planejamento é o principal norteador de políticas públicas voltadas à educação em âmbito local. Destarte, no cenário apresentado temos engendrado um quadro de metas globais com pouca ressonância na prática, o que contribui para a construção de novas adversidades para a dinâmica educacional, pois, uma vez que as especificidades educacionais não foram devidamente contempladas, tão pouco estas podem vir a ser efetivamente solucionadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

BARRETO**,** Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. Campos - Revista de

ISBN **978-65-990229-0-6**

Antropologia, v.5, n.2, 2004. In: Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná (UFRP).
BELFORD ROXO. Lei n. 1.529, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Belford Roxo – Estado do Rio de Janeiro e dá outras providencias. Hora H, Nova Iguaçu, RJ, 26 jun. 2015a. p. 9.
BELFORD ROXO. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo. Plano Municipal de Educação de Belford Roxo 2015-2025. Belford Roxo, RJ: SEMEST, 2015b.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
BRASIL. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planos Municipais: Caderno de Orientações. Brasília, 2014.
GADOTTI, Moacir. Convocados, uma vez mais: Ruptura, continuidade e desafios do PDE. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. – (Educação Cidadã; 1)
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de 2010.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001
MONTEIRO**,** Linderval Augusto. Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo mitificação política de seu primeiro prefeito. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2001.
ROCHA, André Santos da. Considerações sobre a formação político-territorial de Belford Roxo e o papel do poder local no ordenamento territorial. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Politicas Territoriais do Estado do Rio de Janeiro (lato sensu). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007
SHIROMA, Eneida Oto et al. Política Educacional. Lamparina. Rio de Janeiro, 2007.
SILVA, Thais Gomes da. Belford Roxo: análise da problemática urbana numa jovem cidade periférica. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Universidade Federal do Espirito Santo, 2018.

ISBN **978-65-990229-0-6**

FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO DE SABERES EM NOVA IGUAÇU (RJ)

Mariane do Rosário Silva

INTRODUÇÃO

As feiras agroecológicas são espaços públicos em que os feirantes agricultores obtêm sua renda monetária com a venda de seus produtos próprios (ou de cooperativas), sendo estes produzidos nas práticas de agriculturas alternativas, englobadas na Agroecologia. Entretanto, a relação entre estes sujeitos e sujeitas com os frequentadores nestes espaços não se restringem apenas à prática mercantil. A dinâmica destes espaços é posta também através do diálogo dos saberes dos produtores, entre eles e os frequentadores, ressignificando aquele espaço através desse conjunto de ações.

A Agroecologia perpassa entre o saber científico e o tradicional, unindo-os através das práticas em produção e a dialogicidade entre os agentes destas práticas. Esta ciência/prática, segundo o agrônomo Miguel Altieri (2004, p.23), "trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo". Ela objetiva trabalhar com sistemas agrícolas complexos em que as interações ecológicas e sinergismos criam a fertilidade do solo, a produtividade e a produção das culturas (ALTIERI, 2004, p.23), produzidas pela agricultura tradicional familiar-camponesa.

Os saberes ambientais preservados pelos agricultores tradicionais para esta prática e ciência agrícola são essenciais pois sem eles não se teria dimensão sobre as potencialidades do manejo natural dos agroecossistemas. Para a inserção destes saberes é preciso que haja a dialogicidade entre os ecólogos/extensionistas e os agricultores, pois não há conhecimento sem o diálogo instaurado (FREIRE,

ISBN **978-65-990229-0-6**

1985;1987). A comunicação destas relações está presente nos espaços das feiras, propagando os saberes, demandas e lutas através destes espaços.

Este artigo é uma compilação do projeto de pesquisa de Monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em Geografia e teve como objetivo comprovar as feiras agroecológicas de Nova Iguaçu (RJ), Feira da Roça de Nova Iguaçu e a Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ/IM, município da Baixada Fluminense, como espaços públicos de diálogo de saberes tradicionais político-ambientais. É preciso informar que foi escolhido pela pesquisadora não usar os nomes dos agricultores e agricultoras, apenas as iniciais deles, a fim de preservar suas identidades devido à grande parte deles serem integrantes de assentamentos rurais, podendo colocar em risco a integridade física destes no presente cenário político.

A ALTERNATIVA AGROECOLÓGICA

A implementação das tecnologias oriundas da política internacional de agricultura desenvolvimentista foi feita no Brasil através do crédito rural a agricultores, pressionados a modernizarem suas produções e pelas produções científicas das universidades e pelas demais estruturas oficiais em atendimento ao capital industrial (Costa, 2017, p.23). Segundo o autor, o carro chefe do agronegócio brasileiro foi o melhoramento genético espalhadas "para as mais distintas das regiões, independente da ecologia e características socioeconômicas" (ibidem, p.23), seguindo os interesses do capital e subordinando-se através da crescente artificialização da agricultura.

Essa prática concentrou a posse de diversas espécies em âmbito mundial, assim como disseminou seus híbridos genéticos através da venda em pacotes agroindustriais, apresentados como forma de sanar a problemática da fome no Hemisfério Sul, entretanto, o maior objetivo era consolidar as amarras do mercado de insumos e germoplasmas agrícolas. A proliferação deste modelo agrícola industrial se disseminou de forma homogênea pelo globo, perpassando as diversidades ecológicas, étnicas e socioeconômicas financiadas por agências internacionais de desenvolvimento (ibid, p. 27-28). Esse modelo agrícola causou severas mudanças no meio rural e na conservação de biomas, visto a alta concentração de terras e no avanço da fronteira agrícola do agronegócio que devastou o Cerrado e segue em direção à Amazônia brasileira.

Apesar do avanço do paradigma do agronegócio no Brasil, em extensões territoriais e ideológicas, há outros diversos modelos de cultivo e plantio que tem amplificado adeptos e há a perpetuação de agriculturas tradicionais, reproduzidas por gerações e povos tradicionais. Estes, segundo Paul Little (2002), procuram reconhecimento de seus territórios e de seu modo de vida, ou seja, direitos como cidadãos e passam por conflitos com a manipulação genética de multinacionais, por se apropriarem de seus saberes ambientais, seu territórios e recursos.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A agricultura no Brasil tem como uma das agriculturas denominada como tradicional, de relevância para a subsistência da sociedade brasileira é a Agricultura Camponesa a qual, segundo Carvalho e Costa, é "o modo de fazer agricultura e de viver da família que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural" (Costa, 2000, pág. 116-130 apud Carvalho e Costa, 2012, p.29). O modo camponês se caracteriza pela priorização dos saberes e das experiências familiares de produção, contato com pessoas e novas tecnologias influenciando nas decisões da família, coletividade na produção, diversificação de produção seja para uso direto da família, seja para usufruir do mercado; solidariedade comunitária e relações afetivas e simbólicas com o meio em que se produz (op cit, 2012, p.28).

A agricultura passou pelo processo de revolução técnica-científica no seu modelo de produção e relação com a terra devido ao paradigma desenvolvimentista, Guhur e Toná (2012, p.60) afirmam que "[...]a permanência dos camponeses na terra e sua reprodução social encontra-se, hoje, gravemente ameaçada pelo modelo tecnológico hegemônico que é, em nível mundial, a base de sustentação do agronegócio.". No pensamento capitalista o lucro é o objetivo central e "é encarado independentemente dos impactos sociais, políticos, ambientais e alimentares que ele possa provocar [...] o modo capitalista de agricultura tem a mais crescente concentração de terras como resultado do privilegiamento da produção em larga escala" (CARVALHO e COSTA, 2014, p.29), para maximização da produção e a diversificação nas formas de exploração de trabalho.

Buscando resistir às pressões do pensamento dominante, as famílias do modo camponês de agricultura, afirmando seus valores, buscam autonomia de capital e inserção no mercado de acordo com os problemas que emergem e buscam resolver através da máxima produção possível por quantidade de produto, sem deteriorar sua qualidade; produção diversificada e intensiva por unidade de área explorada, alicerçada na centralidade do trabalho e "o ciclo de reprodução é baseado em recursos produzidos e reproduzidos durante ciclos anteriores" (PLOEG, 2008, p.60-61 apud CARVALHO e COSTA, 2012, p.30)
A partir da década de 1950 surge um novo termo de desígnio ao segmento de agricultores no Brasil concomitante à adesão das técnicas da revolução verde: a Agricultura Familiar. Tendo múltiplas conotações, segundo Neves, a institucionalização do termo legitimamente teve como objetivos oficializar a distinção entre a Agricultura Familiar e a agricultura do modelo hegemônico capitalista do agronegócio; e estabelecer critérios para o enquadramento legal dos produtores rurais com certas características que os classificavam como agricultores familiares (2012, p.36). O referente termo, como designação distintiva de projetos societários, buscou o deslocamento social dos camponeses secularmente marginalizados pela concentração de investimentos no agronegócio e a mudança de quadros institucionais para eles (op cit, 2012, p.38).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Ainda que o Pronaf tenha permitido que os agricultores familiares obtivessem benefícios governamentais e que o termo tenha o intuito de resistência política à concentração de meios de produção e à deterioração das formas de inserção do trabalho assalariado na agroindústria, Carvalho e Costa (2012, p.31)Eles evidenciam o pífio enfrentamento em ações políticas do termo legislativamente defronte ao agronegócio, principal entrave para a ampliação de subsídios e do seguimento dos agricultores (familiares, camponeses e agroecológicos) e da conservação dos biomas. Em contraponto ao isto, a Agricultura Camponesa, em termos práticos, se mantém resistente à modernização desenfreada e exploratória dos recursos, construindo suas estratégias de reprodução social sobre a produção de alimentos para si e para o abastecimento da sociedade. Segundo os mesmos autores, a construção da identidade social camponesa prevê a construção da sua autonomia como sujeito social e para a sua prática social como classe, no âmbito das lutas de resistência social contra a sua exploração pelas frações dos capitais e defende e afirma a sua cultura. (op cit, p.33).

É importante atrelarmos os conceitos da Agricultura Familiar e a Camponesa para retratarmos à realidade dos pequenos agricultores no Brasil, visto que o Decreto nº 1.946, estabelece o compromisso do governo em subsidiar projetos voltados aos agricultores familiares e a lei nº Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que garantem de fato os direitos desse perfil de agricultores a serem providos por essas políticas públicas. Portanto, a agregação do termo à luta campesina é necessária para se utilizar do programa como dívida do Estado com esse segmento de trabalhadores rurais, embora o principal objetivo do programa fosse o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelos produtores familiares integrando-os ao agronegócio (OLIVEIRA, 2011, p.47), porém, na concepção da agricultura camponesa são integradas às suas demandas na luta campesina.

A Agroecologia surge como componente de reivindicação de modelo de agricultura alternativa. Segundo o agrônomo Miguel Altieri (2004, p.23), "trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo", objetivando trabalhar com sistemas agrícolas complexos em que as interações ecológicas e sinergismos criam a fertilidade do solo, a produtividade e a produção das culturas (ALTIERI, 1987, apud ibid). De acordo com o autor, esse estudo surge como uma disciplina que disponibiliza princípios básicos ecológicos sobre o estudo, projeto e manejo dos agroecossistemas para sua produtividade e conservação dos recursos naturais, sendo eles culturalmente adaptados e economicamente viáveis. Ele defende que "[...]a Agroecologia enfatiza as inter-relações entre seus componentes [dos agroecossistemas] e a dinâmica complexa dos processos ecológicos" (ALTIERI, 2012, p.105).

O agrônomo salienta a importância do conhecimento camponês sobre os ecossistemas, o qual gera estratégias produtivas de uso de solo, dentro de

ISBN **978-65-990229-0-6**

limites ecológicos e técnicos, e com isso a autossuficiência alimentar de determinadas comunidades da região (TOLEDO et al, 1975, apud ALTIERI, 2004, p.26). Para ele, "a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais" (op cit, p.26), logo, a cultura está diretamente ligada aos modos de produção de alimentos sustentáveis, destacando a preservação cultural de povos e agriculturas tradicionais que mantém relações simbióticas com a natureza, mostrando o vínculo estabelecido entre eles por gerações e como isso beneficia no cuidar da terra. A agricultura tradicional emerge da autoconfiança criativa, do conhecimento empírico e dos recursos locais disponíveis, reproduzindo, desse modo, sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis. (RICHARDS, 1985, apud ibid, 2004, p.29).

Os agrossistemas tradicionais alimentam o mundo e conservam a ecologia, pelos sistemas indígenas de conhecimento. Os argumentos da Via Campesina de soberania nas produções agrícolas e alimentar teve visibilidade do Hemisfério Norte e apoio de fundações e consumidores para pressionar o público mais rico, dependentes do abastecimento de alimentos oriundos de países do Sul. Como patrimônio ecológico da humanidade e recurso valioso para a sobrevivência do planeta, o agrônomo explica que as pequenas propriedades agrícolas diversificadas e sob manejo agroecológico que prevalecem no Sul (África, Ásia e América Latina) são a única forma viável de agricultura que alimentará o mundo sob o cenário ecológico e econômico que se apresenta (op cit, p. 367).

A preocupação de Altieri (2012, p.371)sobre a fixidez dos pequenos produtores no campo é significativa visto os problemas na composição das cidades brasileiras, em que a maior parte da população reside em áreas urbanas na Região Sudeste à procura de emprego e melhores condições de vida, fruto cotidianamente na expropriação das terras rurais e da disponibilidade dos recursos de apoio financeiro. Entretanto esse movimento migratório potencializa as problemáticas urbanas, confluindo com as disparidades socioeconômicas e regionais e a progressiva finitude dos recursos naturais.

O autor estabelece que o conhecimento dos agricultores sobre o manejo dos ambientes físicos de alta riqueza permite que os agricultores gerem rendimentos sustentáveis que satisfaçam suas necessidades de abastecimento, usando terras de baixa qualidade, poucos insumos e externos, utilizando-se de materiais genéticos locais, e enfrentando variações climáticas. Para isso é preciso manter bancos de material genético isolados da contaminação de genética de transgênicos, como forma de preservação desse material genético crioulos (op cit, p.373-375).

A prática Agroecológica Camponesa-Familiar no Brasil ganhou visibilidade e adesão, em produção e consumo, nos últimos anos, relacionado ao levantamento de pautas sobre uma agricultura ecologicamente sustentável e que respeite as relações humanas e de trabalho. Nela são encontradas pequenas propriedades de agricultura tradicional e, algumas com assistência técnica de

ISBN **978-65-990229-0-6**

manejo sustentável, populações de famílias tradicionais e povos tradicionais, geograficamente dispersos sobre o território brasileiro, se encontrando nas suas características fundantes de uso e cuidado da terra, presentes nas dinâmicas de rurais, urbanas e periurbanas (periferias urbanas), reproduzindo seus saberes e conhecimentos pelos espaços que percorrem.

OS ESPAÇOS DAS FEIRAS

O espaço geográfico, segundo Milton Santos(2011, p.63), através de seus sistemas de fixos e fluxos, ao passo que os sistemas de objetos se adequam às ações, os sistemas de ações criam objetos novos ou se realizam sobre os preexistentes e, desse modo, o espaço se transforma e dinamiza, ou seja, a interação desses sistemas produz e reproduz constantemente o espaço. Consentindo com Santos, Gomes (2015, p.20) afirma que a concepção de espaço geográfico é mais do que simples ideia de extensão ou suporte pois "a disposição física dos objetos interage com as práticas sociais", ou seja, a disposição física das coisas e dos fenômenos influem nas ações sociais, produzindo dada ordem espacial. Para o autor "o espaço é simultaneamente o substrato no qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas sociais existam e o quadro que as delimita e dá sentido" (Gomes, 2015, p.21).

Tais práticas sociais, se enquadram à perspectiva das práticas espaciais que, segundo Corrêa, são "[...] um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais" (2012, p.35), as quais resultam da consciência de diferenciação espacial do sujeito ancorado em padrões culturais. Estas práticas "[...]são meios mais efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução."(op cit, p.35). Ao mesmo tempo em que estas práticas são resultados da consciência da diferenciação espacial são, também, elementos os quais "a diferenciação espacial é valorizada, parcial ou totalmente desfeita e refeita ou permanece em sua essência por um período mais ou menos longo" (CORRÊA, 2012, p.35). Estas práticas espaciais, provenientes da integração dos sistemas de objetos e sistemas de ações, fixos e fluxos, vão produzir e reproduzir os espaços, renomeados de acordo com os objetivos dos usos destes.

A definição de espaço público, como conceito condutor da discussão sobre as feiras e sua relação com estes espaços, em suas discussões conceituais sobre possuem questões centrais de discussão sobre sua origem e aspectos diferenciadores de outros espaços. De acordo com Gomes(2015, p.23), "os locais públicos são sempre objeto de uma explícita legislação que dispõe sobre as condições de acesso, o qual é, desse modo, normatizado e nunca indiscriminado", ou seja, não seria a forma de acesso a esses locais que delimitaria o direito público ou privado das instituições nem a oposição privado-pago x

ISBN **978-65-990229-0-6**

gratuidade-público. Neste sentido, o autor compreende um espaço como público a partir da dimensão política que este possui em essência, em que se tornam lugares de encontros para o diálogo como exprime no seguinte trecho

Os espaços públicos são, nesse sentido, lugares onde o problema são assinalados e significados em um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social. [...]o espaço público é o lugar onde se institui um debate, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento. (Gomes, 2015, p.24-25)

A relação física do espaço, concreto e material contribui para o conceito estipulado, pois Gomes (2015, p.25) reitera que "[...] a palavra pública são influenciadas pela localização que, as modifica ou orienta e, ao mesmo tempo, essa palavra e o diálogo contribuem para modificar também a significação dos lugares". Nestes lugares, onde "compõe-se imagens, conferem-se valores aos elementos são geradas reações e conflitos", e a comunicação presente produzem o que ele denomina como cena pública, uma espécie de resumo da diversidade socioespacial da população (op cit, p.26). O autor sustenta que as instituições representativas que compõem a vida pública são a presença de debates e temas, os quais repercutem e legitimam a vida pública como reflexo desse diálogo cotidiano ao designar que "em suma, as manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços, capazes, portanto, de unir uma dimensão física de copresença a uma dimensão mais abstrata de comunicação social" (GOMES, 2015, pp.26-27). Os comportamentos nestes espaços devem ser neutros às diferenças, seguindo um código de respeito mútuo e, desse modo, os diferentes grupos sociais devem se submeter à coabitação (ibid, p.28).

Seguindo esta compreensão, Massey (2009, p. 217-218) entende todos os espaços como regulados socialmente, por regras explícitas ou por regulações competitivas que existem na ausência de controles explícitos (coletivos? públicos? democráticos? autocráticos?). Entretanto, a concepção das relações respeitosas romantiza a produção do espaço público. De acordo com a mesma autora, a tendência à romantização do espaço como vazio que permite a livre e igual expressão não leva em consideração a necessidade de teorizar o espaço e lugar como produto de relações sociais conflitivas e desiguais de acesso e permanência, sendo necessária a instituição destes como espaços públicos democráticos (os espaços de lugares) como exigência de análise minuciosa das relações sociais que os constroem e ratifica que o que caracteriza o espaço como público é a negociação deste e ser cercado de relações sociais desiguais (MASSEY, 2009, p.218).

A compreensão dos comportamentos nos espaços públicos corrobora com a concepção do espaço como sistema de objetos e sistema de ações

ISBN **978-65-990229-0-6**

afirmados anteriormente, onde o espaço físico e a disposição de seus objetos presentes moldam as ações neste, e estas ações modificam também a disposição destes. O que entra em voga nessa discussão é a negociação1 requerida por essas eventualidades/ lugares, onde a variabilidade destes lugares se evidencia, o que implicará também natureza da negociação interna que demandam (MASSEY, 2009, p.219).

Esta negociação do espaço público é explicitada na fala da agricultora J, 62 anos

A praça é muito visada para a comercialização, então teve um tempo que nós fomos retirados daqui. Quando o prefeito Bornier [em 2013, mandato de 2013-2017] entrou no mandato ele logo vetou a nossa feira. Foi muita luta para continuar. Nos organizamos para retomar a feira aqui. E teve vez que colocaram a gente para vender nos shoppings mas lá não tem movimento, não vão pra lá procurando comprar essas coisas. (Feira da Roça, 24 de abril de 2019)

O jogo das relações sociais desiguais, mantém nesse espaço público, Praça Rui Barbosa, onde a Feira da Roça no Centro de Nova Iguaçu a tensão permanente não apenas pelas condutas reguladoras de permanência nele, mas de direito de uso e permanência da atividade. Essa organização relatada pela agricultora J, reflexo da disputa conceituada anteriormente, são o que Massey (2009, pp.219-220) alega ao debater a negociação e contestação cotidianas do lugar que, para a construção da coletividade, não é exigida a contestação coletiva consciente, pois estas são formadas, também, através das 'identidades' que as constituem as quais, as mesmas, são continuamente moldadas. Ou seja, a individualidade destes agricultores não precisou ser posta em segundo plano pois são o que constituem suas lutas cotidianas.

Ao abordar essas disputas e negociações cotidianas, é preciso enfatizar as desigualdades de decisões neste processo de retomada do espaço da Feira da Roça para o sustento dos agricultores. De acordo com a análise de Gomes, a sociedade é constituída por pessoas em posições desiguais, sendo elas produto diferentes interesses, prioridades e mesmo de escolhas irreversíveis e afirma "tratar essas pessoas como iguais é, nesse sentido, tratá-las com injustiça[...] O importante é manter a igualdade de princípios, não de resultados." (2015, p.33). A decisão tomada verticalmente pela prefeitura de Nova Iguaçu não houve igualdade nas decisões visto a insatisfação dos sujeitos e sujeitas dependentes deste espaço para as vendas. Desse modo, o espaço público, não é um lugar ou terreno celebração da isonomia da cidadania, "mas o lugar da exclusão, onde determinados grupos são expostos e vistos como não cidadãos ou como subcidadãos" (MITCHELL, 1995, apud GOMES, 2015, p.33).

A abordagem do caráter do espaço público das feiras agroecológicas é embasada sobre as análises empíricas e coleta de dados através de entrevistas com

[1] "'Negociação' aqui quer dizer o uso dos meios através dos quais o ajustamento, de qualquer forma sempre provisório, pode ou não ser alcançado." (MASSEY, 2009, p.219).

ISBN **978-65-990229-0-6**

os agricultores e agricultoras na Feira da Roça de Nova Iguaçu e na Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar, sobre sua percepção sobre estes espaços em que atuam das feiras.

Imagem 1: Primeira Feira de Agricultura Familiar do Instituto Multidisciplinar.

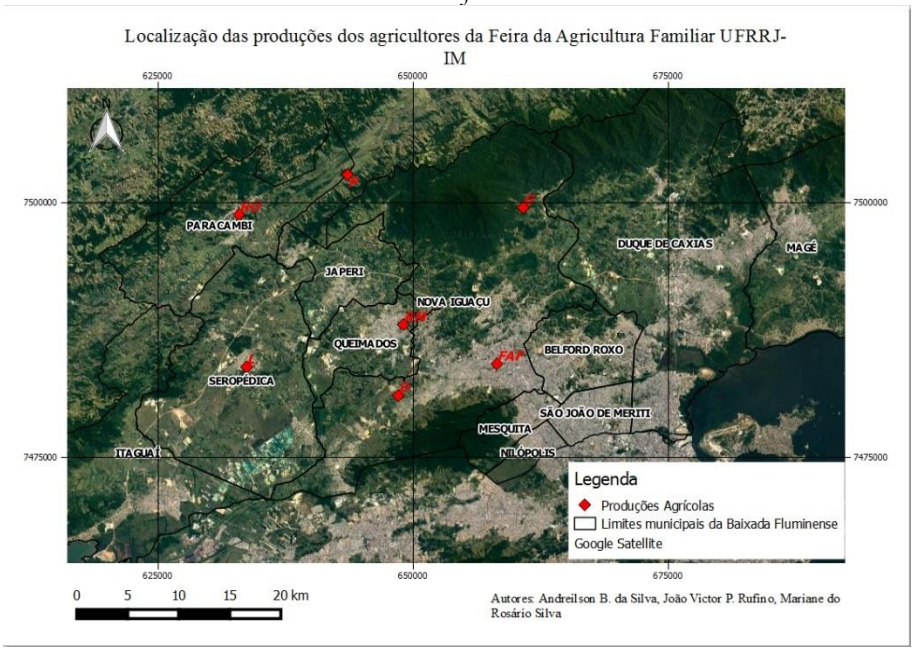


13/03/2018. Fonte: Gabriel Ferreira

A Feira de Agricultura Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é um projeto de Extensão, com apoio da EMATER-RIO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Rio de Janeiro) e da Prefeitura de Nova Iguaçu-RJ, implantado pela Universidade, sob coordenação da Professora Drª Anelise Dias do departamento de Agronomia. A Feira começou no Instituto Multidisciplinar (FAF UFRRJ-IM, Campus Nova Iguaçu-RJ), no dia treze de março de dois mil e dezoitos sob coordenação da professora Drª. Edileuza Dias de Queiroz, atualmente a feira está sob coordenação da residente do projeto em Agronomia da UFRRJ, Renata Bravin. Os agricultores que fazem parte da FAF são produtores de Nova Iguaçu e outros municípios da área da Baixada Fluminense, sendo pré-requisitos principais o uso das práticas da Agroecologia ou Orgânico, boas práticas de manipulação de alimentos, economia solidária e trabalhar com agricultura familiar. O projeto de Extensão na perspectiva Freiriana (1985) além de disponibilizar o espaço da Universidade e infraestrutura básica para a realização da feira realiza a troca de saberes entre os agricultores e os extensionistas através dos cursos de capacitação e visitas técnicas.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Imagem 2: mapa de localização das produções dos agricultores entrevistados e da FAF-UFRRJ-IM.



(03 de junho de 2019)

A ocupação democrática do espaço público da Universidade foi pontuada pelo agricultor RO, 49 anos, que explicitou a importância da feira neste espaço e o que isso representa na seguinte fala

Primeiro a gente tem que lembrar que aqui é uma Universidade Rural: temos que ocupar esse espaço, esse espaço é nosso. Aqui a gente mostra pros outros cursos que têm agricultura na cidade, a qualidade do produto pros nossos clientes. Além disso, a feira é onde a gente tira nosso sustento, levamos produtos de qualidade e conquistamos a credibilidade para os clientes. (Entrevista concedida na FAF, em 07 de maio de 2019)

A presença dos agricultores e agricultoras neste espaço representa o encontro dessas demandas na cidade, o que o autor Gomes (2015) pontua sobre a publicidade e a legitimação da demanda pelo fato de estar lá. O fato de eles ingressarem na Universidade Rural de formação do profissional do campo, porém não como alunos, e sim vendedores, mostra a ineficácia da Universidade em reparação dos direitos de inserção ao ensino superior desses sujeitos e sujeitas.

As dificuldades no campo rural na Baixada Fluminense ainda são latentes também em termos de acesso à assistência técnica, disputas territoriais e violência, em que o espaço rural, que assim como a cidade, é marcado pelos

ISBN **978-65-990229-0-6**

conflitos territoriais e de interesses e, através desse depoimento, desmistifica o ideal bucólico do campo e evidencia-se a violência presente.



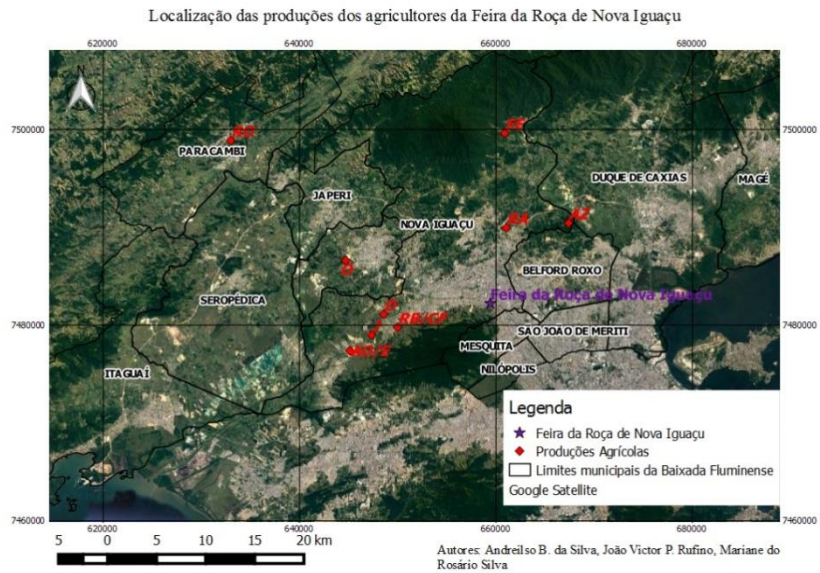
Imagem 3: Feira da Roça(29/05/2019). Fonte: Mariane do Rosário Silva.

A Feira da Roça de Nova Iguaçu iniciou no ano de 2006, operando na Praça Rui Barbosa no Centro comercial do município, constando atualmente o total de 18 barracas na feira, em que os agricultores são de Nova Iguaçu e de municípios vizinhos, oriundos da Baixada Fluminense também. A articulação da feira com os agricultores ocorreu através do processo de retomada da luta pela terra na região no processo de redemocratização brasileira (década de 1980) e instituições de apoio. A participação da Comissão da Pastoral da Terra - Regional Baixada Fluminense (CPT- RJ) no processo de organização dos agricultores dos municípios da Baixada Fluminense foi fundamental para a atual configuração e articulação da agricultura na área. De acordo com Soares e Amâncio (2016, pp.54-55), a CPT atuou nos processos de defesa e retomada de lutas pela terra das Ligas Campesinas da área desde a década de 1980 e foi responsável pela fundação da Escolinha de Agroecologia (EA), vinculada à Empresa de

ISBN **978-65-990229-0-6**

Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), a qual assumiu a coordenação técnico-pedagógica do curso em 2008.

Imagem 4: mapa de localização das produções dos agricultores entrevistados e da Feira da Roça de Nova Iguaçu. (04 de junho de 2019)



manejos de produção, política, mudas, família estão presentes com constância nestes espaços públicos. "A cidade é esse universo de trocas cotidianas em seus diferentes e variados espaços públicos" (GOMES, 2015, p.29). Assim como a agricultora RM, 57 anos, declara

> "É um caso de família, é excelente! Virou um relacionamento pessoal, de confiança. Tem gente que eu vendo há anos meu xarope porque confia nos meus produtos, que tomam desde criança. Isso acaba virando também uma divulgação. [...] Vender na Universidade representa muito para mim! Para mim, a Universidade é um espaço de conhecimento, onde eu posso passar os meus também para os mais jovens." (Feira da Agricultura Familiar UFRRJ-IM. Entrevista cedida no dia 7 de maio de 2019).

Entretanto, as feiras tornam-se lugares em que essas práticas cotidianas, a prática do lugar que Massey se refere, moldam nosso agir através desta "[...]

ISBN **978-65-990229-0-6**

negociação das trajetórias que se intersectam, lugar como uma arena onde a negociação nos é imposta" (2009, p.219), não apenas pelo pertencimento enraizado. Ou seja, estes sujeitos e sujeitas não estabeleceram esta relação com objetivo primeiro de fundar afetividade, tanto com as pessoas quanto com o espaço, a estipulação desses espaços públicos posteriormente como lugar ocorreu através do jogo de negociações impostas para estar neles e serem legitimados através deles cotidianas.

O DIÁLOGO DE SABERES NAS FEIRAS

O saber ambiental, oriundo da racionalidade ambiental, confronta a necessidade de transparência da linguagem da racionalidade científica, busca retomar seu sentido e surge nesta procura de "novos sentidos da civilização, novas compreensões teóricas e novas formas de apropriação do mundo" (LEFF, 2008, p.149). A partir disso, a sua construção teórica, em sua marginalidade científica, revela as verdades silenciadas, os saberes subjugados, as vozes caladas submetidos ao poder da ciência hegemônica e, assim, integra na sua constituição as sabedorias e práticas tradicionais de manejo de recursos naturais, ciências e técnicas que dão suporte à sustentabilidade (ibid, p.150).

A constituição do saber ambiental surge, além da compreensão teórica, jurídica e técnica, nos processos políticos culturais-sociais que impedem ou promovem a sua potencialidade através da relação sociedade-natureza (op cit, p.151). Na realidade em escala local, vemos o surgimento deste movimento no município de NI através dos relatos dos agricultores sobre as ocupações rurais pelos assentados e atuais agricultores, os quais fazem parte do movimento nacional da luta pelo acesso à terra no país, o MST, e que se utilizam da racionalidade ambiental contrária à mercadológica do agronegócio, preocupando-se com a preservação da natureza e humana, como afirma o agricultor RO, 49 anos, ao dizer sua motivação em ser agricultor : "É o amor pela natureza! Ter contato com ela! Preservar o pouco que resta não tem preço."

As práticas pedagógicas e os conteúdos curriculares também influem como aspectos para o surgimento da criticidade do saber ambiental, permitindo a reelaboração do saber, da sua transmissão e assimilação através de novas práticas de ensino (op cit, p.152) como são debatidas nas práticas e obras pedagógicas de Freire citadas anteriormente. Através destas reestruturações,

O saber ambiental coloca o problema da articulação das espacialidades e temporalidades de diferentes processos naturais e sociais: a harmonização e conflito entre os ciclos econômicos e ecológicos, entre a valorização econômica e os valores culturais; entre a maximização dos ganhos, dos tempos de regeneração dos recursos naturais e dos processos de inovação e assimilação tecnológica; entre os diferentes espaços ecológicos, geográficos, culturais políticos e econômicos onde se concretizam as ações da gestão ambiental. (Leff, 2008, p.152)

ISBN **978-65-990229-0-6**

Nessa perspectiva, vemos a essência da discussão teórica do conceito-chave da ciência geográfica, o espaço geográfico, também no saber ambiental. Este problema de articulação das espacialidades e temporalidades naturais e sociais são debatidos constantemente pela geografia como fundamento quanto entidade científica, através das discussões epistêmicas sobre o espaço e a sociedade, o tempo e o espaço e suas relações.

A prática de gestão ambiental local que Leff (ibid, p,153) discute, o que Corrêa (2012) apontou como práticas espaciais debatidos no anteriormente, integra um intercâmbio de saberes sobre o ambiente local e de sua cultura, técnicas tradicionais, ideologias, seu próprio saber ambiental e no próprio intercâmbio de saberes, de transferência e aplicação dos conhecimentos científicos, práticos e culturais. Esta gestão encaminha o que o mesmo aponta como estudo da cotidianidade e suas possíveis miscigenações de saberes e conhecimento (ibid, p.154), o que a geografia se propõe a fazer quanto ciência, assim com a presente pesquisa.

O saber ambiental é transmitido e formulado na concretude do espaço, através do diálogo instaurado no lugar em que os diferentes sujeitos e sujeitas se encontram. O presente subcapítulo apresentará o espaço público, denominado anteriormente como espaço de debate político, o qual as feiras agroecológicas escolhidas para análise da pesquisa se instauram, como fator impreterível para o intercâmbio de saberes, sendo estes em especial os saberes ambientais, tradicionais e político dos agricultores familiares-camponeses das feiras. As feiras escolhidas para análise e elaboração da pesquisa se enquadram nesta categoria de espaço público devido aos locais em que são instaladas, sendo a Feira da Roça de NI instalada na Praça Rui Barbosa, no centro comercial da cidade, e a FAF-UFRRJ/IM no hall do restaurante universitário, dentro de um instituto de educação federal; e pelos conflitos instaurados para sua presença neles.

A reprodução dos diálogos nessa pesquisa tem como pressuposto que somente o sujeito ou sujeita pode falar sobre sua realidade, sua práxis por ter domínio sobre as relações que os rodeia para se dialogar. De acordo com o Freire, "o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu" (op cit, 1987, p.78), ou seja, o diálogo só é possível ao encontrar primeiramente aqueles que foram negados de dizer a palavra, retomando esse direito e impedindo que essa desumanização continue (ibid, p.79). O autor afirma também em outra obra

> E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em "seres para outro"

ISBN **978-65-990229-0-6**

> por homens que são falsos "seres para si". O que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. (Freire, 1985, p.28)

Esta desumanização é recorrente nas práticas e saberes científicos, institucionais e governamentais, onde estes seres objetificados perdem sua essência enquanto ser em sua retratação e impedidos de pronunciar sua voz. O autor afirma que o pronunciar o mundo transforma o ser, o diálogo se instaura como caminho para significação do ser humano enquanto ser (FREIRE, 1987, p.79).

Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, citadas acima, não há lugar para o diálogo, o que constitui historicamente o camponês com consciência oprimida, sem experiência dialógica ou de participação nestas relações, apenas no dever de escutar e obedecer. Isso explica a atitude quase sempre desconfiada do camponês com quem se propõe a dialogar com eles, além da desconfiança em si mesmo enquanto o mito de sua ignorância absoluta introjetada, tornando a antidialogicidade como prática (op cit, 1985, p.32). Isto foi presenciado nos trabalhos de campo de coleta de dados nas feiras, pois alguns agricultores tiveram mais dificuldade para reconfortar-se com a conversa, como o agricultor E, o qual somente após certo tempo de diálogo se dispôs a falar mais sobre suas ideias.

A invasão cultural implícita nestas relações domina não apenas as coisas mas os sujeitos e sujeitas destas e suas posturas enquanto ao Mundo. Se fosse apenas sobre estas coisas, Freire (1985, p.33) afirma que não precisaria se falar em diálogo ou "[...]que falar precisamente porque as coisas entram no tempo através dos homens; deles recebem um significado-significante. As coisas não se comunicam, não contam sua história", é o legado do saber que reproduzido pela linguagem (e esta nas coisas) que se comunicam, através dos sistemas de objetos e ações do espaço geográfico (SANTOS, 2017).

As narrativas (citadas anteriormente) explicitam o viés da formação do saber político-ambiental através do diálogo instaurado nos espaços das feiras. Através dele é possível compreender a perspectiva política-ambiental nos processos de produção dos alimentos, todos os sabores e saberes relacionados através da cultura agrícola familiar-camponesa de escala local.Embora muitas explanações tenham saldo positivo sobre suas realidades, os relatos negativos também estão presentes no discurso dos agricultores e agricultoras. Os principais protestos destes, como foram abordados no segundo capítulo, são em relação à segurança e violência, logística de circuito de comercialização e, principalmente, acesso à assistência técnica no campo. Dos dezesseis agricultores entrevistados em ambas as feiras, catorze não receberam assistência técnica recentemente ou alguma vez na sua trajetória na agricultura.

Essa constatação afirma a ainda presente dificuldade de estabelecimento da dialogicidade entre estes agricultores e agricultoras e as instituições promotoras da assistência técnica rural e assistência política, não apenas do

ISBN **978-65-990229-0-6**

estabelecimento de invasão cultural extensionista, mas agora de cumprimento destas visitas. Essa crítica é estabelecida por eles sobre as empresas de assistência (como a EMATER, PESAGRO, as Universidades) e as instituições públicas como as prefeituras dos municípios da Baixada Fluminense onde produzem que não têm cumprido efetivamente seus deveres enquanto ao retorno dos conhecimentos adquiridos no primeiro e de gestão territorial destas prefeituras. Estas práticas precisam ser desconstruídas nestes âmbitos para a verdadeira união destes diferentes agentes das práticas agrícolas, espaciais, detentores dos saberes ambientais-políticos e tradicionais. Por isto, é impreterível se pensar em uma ação dialógica com esses agricultores. Eles não são seres inatos de conhecimentos e capacidade de tomar decisões. Pelo contrário, eles possuem saberes internalizados e enriquecidos no cotidiano do campo e das feiras, pelas práticas espaciais que estabelecem ao longo de suas vidas. Somente ele pode falar sobre suas experiências e vivências.

Os diálogos instaurados por meio da presença corpórea destes agricultores e agricultoras nos espaços públicos são o que os legitimam enquanto coletivo demandantes de políticas ambientais e de respeito ao seu trabalho, pois é explicitado através destes os seus saberes com os diferentes sujeitos e sujeitas que compõem e produzem dado espaço. Estes saberes são constituídos pela sua racionalidade ambiental-política, resultado das disputas e dos debates estabelecidos nos espaços públicos das feiras, construindo assim a prática e teoria agroecológica em escala local, em Nova Iguaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática Agroecológica Camponesa-Familiar no Brasil, debatido no presente estudo de caso da Feira da Roça de Nova Iguaçu, e a Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar, são propagadas através dos diálogos de saberes estabelecidos nos espaços públicos, produzindo-os através dos seus debates.

Como foi debatido defendido anteriormente, o espaço público se concebe por meio da problematização da vida em cena em um determinado terreno, reconhecido os conflitos sociais e surgido o soluções e compromissos para os problemas sociais (GOMES, 2015, pp. 24-25). Este é atravessado por regras, normas e regulações que instaura nele a constante tensão e disputa gerados pelas relações sociais conflitivas e desiguais de acesso e permanência (MASSEY, 2008, pp.217-218), sendo estas relações as práticas espaciais instituídas pelos diversos sujeitos e sujeitas que produzem e reproduzem o espaço sobre os sistemas de fixos e fluxos, de objetos e de ações que o compõe (CORRÊA, 2012; SANTOS, 2017).

As feiras são estabelecidas em pontos estratégicos da cidade, pensadas para dar visibilidade aos produtos dos agricultores familiares-camponeses, para além da comercialização, mas para a visibilidade desses sujeitos e sujeitas e de

ISBN **978-65-990229-0-6**

suas pautas representativas. Estes produtos são carregados neles os saberes e lutas sociais, ambientais e familiares representados nestas coisas em todo o processo de criação até aquele espaço. No momento em que os frequentadores produzem estes espaços ao se inserir, dialogar com os feirantes, comprar e consumir os produtos eles estão ingerem todos os saberes incutidos neste alimento e os legitimam, assim como as suas demandas sociais, políticas e ambientais dos agricultores e o exercício cidadania destes no espaço público.

Estas afirmações, oriundas das hipóteses e objetivos delimitados para a presente pesquisa, foram concluídas através da metodologia aplicada, a Metodologia da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2011), baseada na participação e cooperação entre a pesquisadora e os participantes representativos para a resolução de problemas instituídos. Desse modo, a aplicação desta metodologia, na presente pesquisa, somente é possível através do estabelecimento da relação horizontal, da dialogicidade (FREIRE, 1985) instaurada entre a presente pesquisadora e os agricultores.

Em vista disso, os objetivos, geral e específicos, foram alcançados e superados, visto que através das informações coletadas através da participação nestes espaços com estes agricultores e agricultoras foram constatados diversos problemas em ambas as feiras como pautas de assistência técnica, governamental e de logística na Baixada Fluminense. A dialogicidade entre estes agricultores e as diferentes instâncias governamentais precisa ser estabelecida horizontalmente, resolvendo os problemas de modo participativo e cooperativo. As potencialidades que os diálogos possuem podem estabelecer também os diferentes objetivos de pesquisas, como é pretendido pela pesquisadora em continuar as pesquisas destes diálogos como debates do movimento de soberania alimentar local.

Dessa forma, as feiras escolhidas se enquadram nesta categoria devido à disposição física dos seus objetos no espaço que irão, assim, moldar os sistemas de ações, os debates presentes. Entretanto, este debate somente é possível através da dialogicidade entre estes agricultores/agricultoras e seus frequentadores/extensionista e gestores territorias, tendo seus saberes tradicionais político-ambientais respeitados no diálogo (FREIRE, 1985; 1987; LEFF, 2008) estabelecido nestes espaços.A pesquisa buscou compreender as relações presentes em termos político-ambientais nestes espaços sob a visão da ciência geográfica que, de acordo com Gomes (2015, p.37), "para a geografia, o espaço público, nesse sentido, é sempre um objeto central na discussão do espaço e da política ou do espaço político, e a contribuição do geógrafo pode ser justamente a de unir nessa discussão a forma material à esfera abstrata da ação política". Desse modo, através dessas falas, aplicando a metodologia da Pesquisa-Ação (Thiollent, 2011), buscou evidenciar os diálogos dos agricultores e agricultoras/feirantes como legitimadores de seus saberes político-ambientais propagados por meio destas feiras, onde são evidenciadas as suas lutas e demandas mediante aos espaços públicos.

ISBN **978-65-990229-0-6**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4 ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004;

ANDRADE, Márcia Regina. Notas para discussão sobre o diálogo de saberes: experiências inovadoras no ensino de Ater. *2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural*. Santa Maria, 1º a 3 de dezembro de 2010, pp. 1-8;

BRASIL. *Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996*, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html >. Acesso em: 13 de dezembro de 2018;

BRASIL. *Lei 11.326, de 24 de julho de 2006*. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2018;

CARVALHO, Horácio Martins.; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete. et al (Org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.28-34;

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço:* um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia*: Conceitos e Temas. 2 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.15-48;

COSTA, Manoel Baltasar Batista. *Agroecologia no Brasil*: histórias, princípios e práticas. 1 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular. 2017;

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

_____. A dialogicidade - essência da educação como prática de liberdade. In:_____. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp.77-184.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Olhares geográficos*: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.19-41;

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete. et al (Org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 57-64;

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade*, poder. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.145-154;

ISBN **978-65-990229-0-6**

LITTLE, Paul Elliott. *Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil:* por uma antropologia da Territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290;
MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp. 213-231;
NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: CALDART, Roseli. Salete et al (Org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.34-41;
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os Agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In: BERNARDES, Julia Adão (Org.). *Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia*: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. 1 ed., Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, P. 47-64;
SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: Técnica, Razão e Emoção. 4 ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, pp.61-83;
SOARES, Suziane Hermes de Mendonça; AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. Laços, desafios agroecológicos e transformações em Nova Iguaçu (RJ): um breve estudo de caso. *Revista do Desenvolvimento Regional,* v. 13, n. 2, jul./dez. 2016;
THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE: O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE A DIVERSIDADE SEXUAL

Jaqueline de Melo Barros

INTRODUÇÃO

Problematizar o conceito de orientação sexual constitui-se numa árdua e porque não dizer polêmica tarefa, seja no âmbito da educação, seja no âmbito do Serviço Social, tendo em vista a complexidade das mediações que determinam tal conceito, tudo isso, na direção de compreender o terreno em que a temática se circunscreve, ainda mais em tempos de irracionalismo e agudização da intolerância e do preconceito.

Ao apontarmos os elementos para o necessário debate, a fim de contribuir na direção em que possamos assumir posições que assegurem e legitimem o processo de busca pela equidade social, livre de preconcepções e estigmas. Esse entendimento torna-se uma ferramenta poderosa contra as formas de preconceito que prejudicam a universalização de bens sociais, incentivando a compreensão e o respeito à diversidade e às diferenças.

Nesse sentido, esta discussão propõe-se promover a compreensão do pluralismo que estrutura a sociedade e fomenta o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, na direção da salvaguarda dos direitos mais essenciais ao ser social, na direção do combate no campo das ideias e na sua mediação com a realidade concreta.

Diante das especificidades da temática aqui apresentada, evidenciaremos como necessidade imperativa do Serviço Social sua atuação comprometida, em consonância ao Projeto Ético-Político, a partir da compreensão de tais especificidades de um determinado segmento social, que experimenta cotidianamente as desigualdades sociais, espaço em que se reproduzem as

ISBN **978-65-990229-0-6**

desigualdades sexuais, sociais, políticas e culturais, sob a égide da sociabilidade capitalista. Portanto, são elementos que envolvem a sociedade e que muitas vezes promove a segregação e a marginalização de diversos espaços sociais, multiplicando as esferas de miséria e exclusão em todas as esferas da vida social.

Sendo assim, exige-se que o profissional de Serviço Social sempre se respalde nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, para promover a defesa dos direitos humanos, da equidade, da justiça social, e de todo o processo de consolidação da cidadania e da democracia, como expressão de compromisso de classe assumido coletivamente. Associa-se aos elementos básicos de defesa da vida humana, o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação, fomentando o respeito à diversidade humana, além de uma orientação vinculada a uma nova ordem societária sem opressão e exploração de classe, gênero e/ou etnia.

Assim sendo, este artigo tem o intuito oferecer elementos para compreensão a respeito da orientação sexual, e ao perscrutar as mediações contidas em nossas reflexões, merece destaque a compreensão das determinações concretas da sociedade contemporânea nos campos da objetividade humana.

Os apontamentos seguintes têm como objetivo apresentar como o debate sobre a orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes, a partir da produção acadêmica do curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias, mediante analise dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Serviço Social (TCC), que possuem a orientação sexual como tema a e que foram defendidos desde o surgimento da instituição na Baixada Fluminense, datado de agosto de 1997.

A opção em problematizar essa temática deve-se primordialmente por acreditarmos que a mesma se constitui em elemento fundamental na formação profissional e concomitantemente, mostra-se como um desafio a ser desvelado pelo Serviço Social. Destacamos o espaço acadêmico como lócus privilegiado do debate sobre os princípios da profissão e a postura ética, tendo como base o Código de Ética de 1993 e ao nos debruçarmos sobre o debate sobre orientação sexual diante da ótica discente, propomo-nos contribuir para a formação acadêmica, visto que buscamos uma reflexão mais crítica. Questionando-nos primeiramente se o debate tem estado presente no processo formativo do assistente social, e quando sim, sob qual perspectiva?

ORIENTAÇÃO SEXUAL: UMA CATEGORIA INTERPRETATIVA

De acordo com FRANCO (2009:24), a sexualidade relaciona-se as "dimensões biológicas, psíquicas, sociais, afetivas, motoras que definiram ou definem culturalmente homens e mulheres como seres humanos distintos, diferenciados principalmente pela demarcação de gênero", relacionando-se diretamente com as relações sociais diferenciando os sujeitos de acordo com as suas particularidades.

ISBN **978-65-990229-0-6**

A orientação sexual expressa, em grande medida, as determinações inconscientes dos indivíduos. No entanto, pouco se percebe a conotação social que existe na sua construção, a qual envolve direcionamentos conscientes e que são definidos em termos estruturais e identificações sociais e políticas.

Sendo assim, partimos do entendimento de que orientação sexual consiste no resultado da construção de uma identidade com a qual se lidará, subjetivamente objetivamente e socialmente. Nessa perspectiva, ela é construída nos conflitos objetivo-subjetivos e sociais, produzidos nas relações cotidianas; tendo como base padrões culturais, relações de poder, ideias sociais, configurando-se, assim, como um fenômeno individual e perpassa a formação de identidades.

Ao relacionarmos a construção de identidade, BARROCO (2008:01) ressalta que:

> as identidades que unem determinados grupos sociais, diferenciando-os de outros não deveriam resultar em relações de exclusão, desigualdade, discriminações e preconceitos. Quando isso ocorre é porque suas diferenças não são aceitas socialmente e neste caso estamos entrando no campo das questões de ordem ética e política, espaço da luta pelo reconhecimento do direito à diferença, uma das dimensões dos direitos humanos.

Assim, a orientação sexual é constituída na relação do indivíduo com os padrões culturais de gênero, na sua relação com o seu próprio mundo e com os trajetos percorridos por cada um nas relações sociais (LAQUEUR, 2001).

De tal modo, refere-se à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico, "podemos afirmar que esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades)" (JESUS et al., 2006:46).

Analisar e compreender as relações sexuais e afetivas, como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais e transgênicos, supõe identificar aspectos da sociabilidade dos sistemas dominantes, principalmente, do modelo capitalista vigente. Modelos sociais que fomentam o sentimento de posse, de mercadoria, de individualismo e autoritarismo. Ao constatarmos um padrão heterossexual dominante, a opressão se manifestará a partir desse padrão, evidenciando formas de opressão das relações homossexuais, em relação às heterossexuais (TONET, 1999).

É na esfera pública, e também na vida privada, que as ideias dominantes liberais e capitalistas exercem de forma eficaz o seu poder e onde a distinção entre o público e o privado é um dos elementos ideológicos mais importantes utilizados por aqueles que dominam para impedir o surgimento da solidariedade entre os oprimidos e, nesta medida, impedem o desenvolvimento de uma consciência política (OLIVARES, 1989).

ISBN **978-65-990229-0-6**

Nessa perspectiva, restringir a sexualidade ao âmbito privado significa limitar o debate de elementos que são estruturantes para a vida social a questões de responsabilidade pessoal, contribuindo, assim, para formas incalculáveis de violência, dominação e opressão.

Por essa razão, concebemos a orientação sexual como produto resultante da construção da identidade do sujeito, constituídas por influências subjetivas e objetivas. Cabe-nos ressaltar que a orientação sexual se configura como um dos elementos que compõe a sexualidade, associada a outras dimensões que a compõe, a saber "o sexo biológico, homem e mulher; a identidade de gênero, masculino e feminino; e, por fim, o papel sexual-social, definido pelo papel do homem e da mulher na sociedade". (FRANCO, 2009:30), há de se respeitar sua identidade política, enquanto sujeito político e detentor de direitos.

Parafraseando com LAQUEUR (2001), a orientação sexual se estabelece na relação do sujeito com os padrões culturais de gênero, na sua relação com o seu próprio mundo e com os trajetos percorridos por cada um nas suas relações sociais.

Logo, a discussão em torno da orientação sexual, torna-se reducionista ao restringi-la a homossexualidade e/ou heterossexualidade, pois não se limita a atração com o mesmo sexo, ou sexo oposto, e sim uma expressão natural inerente a sexualidade humana, a qual engendra a questão da afetividade. Noutras palavras,

> As práticas afetivo-sexuais *em si* possuem uma dimensão, essencialmente, privada. Cada indivíduo na sua singularidade é quem escolhe como vai expressar, sentir, orientar e responder seus desejos e necessidades sexuais.
> A prática afetivo-sexual *per si* supõe, também, a garantia de uma dimensão pública, coletiva com bases históricas e, em dizendo respeito ao ser humano interpela pela garantia de sua objetivação sem interdição de suas múltiplas expressões eróticas que sejam homossexuais, heterossexuais ou bissexuais. (MESQUITA, 2011 Apud CFESS, 2006:04).

Por essa razão, estabelece-se que a formação acadêmica seja capaz de incentivar o desenvolvimento de habilidades profissionais e a atuação profissional condizente com os princípios fundamentais, possibilitando assim, o rompimento com o conservadorismo ainda tão presente na sociedade e endógena a profissão.

DESAFIOS À MATERIALIZAÇÃO DO DEBATE

A complexidade da temática nos instiga investigar quais os desafios postos a profissão e como o mesmo se materializa, o que por sua vez fez com que nos debruçássemos sobre como o debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de Serviço Social Faculdade de

ISBN **978-65-990229-0-6**

Duque de Caxias, ressaltamos que a mesma iniciou sua primeira turma do Curso de Serviço Social em 22 de agosto de 1997, chamada neste período de Faculdade Santa Luzia[1], sendo considerada a primeira instituição a oferecer o curso de Serviço Social na Baixada Fluminense, completando esse ano 22 anos.

O universo desta pesquisa compreendeu todas as monografias elaboradas e defendidas no período de 2001 a 2018, perfazendo 17 anos. Verificamos que apenas quatro trabalhos discutiram a temática de orientação sexual, o que representa um percentual inferior a 1%. O número reduzido de trabalhos que abordaram a temática durante toda a existência do curso, suscita inúmeros questionamentos que possam justificar a ausência e/ou o desinteresse pelo debate.

Essa observação nos provoca as seguintes indagações*:* como esse debate vem sendo travado no universo acadêmico? Como é abordado? Sob qual perspectiva? Tais questionamentos nos remetem ao espaço que ocupam no processo de formação, seja nas disciplinas de formação básica, seja naquelas voltadas ao trabalho profissional. Ousamos ainda perguntar se a temática possui inserção em algum componente curricular ou se vem sendo "varrida para debaixo do tapete" ou sucumbida como tantas outras que tem sua abordagem justificada pelo viés da transversalidade. Ao contrário do que fora preconizado nas Diretrizes Curriculares no trato da questão social e suas particularidades, numa perspectiva crítica e dialética.

Por outro lado, há de se considerar como fator convergente nas justificativas dos trabalhos analisados o registro de interesse pelo tema, vincula-se a inclusão da disciplina denominada Gênero e Questão Social, a partir da reforma curricular realizada e implementada no segundo semestre de 2011, visto que todos associaram esse "despertar" no momento em que a temática veio à tona, pois segundo relatos, pois até então não recebia a devida atenção ou não havia sido abordada.

A referida revisão curricular buscou contemplar a orientação dos projetos de pesquisa mediante a inclusão das linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social, sendo possível assim, vincular essa produção a linha de pesquisa sobre *Gênero, Sexualidade e Raça*[2]*,* a qual:

> Realiza estudos sobre a análise epistemológica, empírica, teórica e metodológica sobre a concepção social de gênero, sexualidade e raça, visando uma análise sobre gênero, sexualidade e raça como

[1] Em 2007, a Faculdade Santa Luzia passou a compor ao Sistema Flama de Ensino e a partir da Portaria nº 843, de 14/11/2008, passou a denominar-se Faculdade Flama. Em 2012, a Faculdade Flama passou a integrar ao grupo UNIESP, e de acordo com a Portaria 477 de 19/09/2013, a instituição passou a ser chamada de Faculdade de Duque de Caxias.

[2] As áreas de concentração e linhas de pesquisa são definidas no Projeto Pedagógico do Curso, a citar: 1- Formação profissional, processo de trabalho e Serviço Social, 2- Políticas de seguridade social, Políticas setoriais, questão social e Movimentos Sociais e 3-Gênero, Sexualidade e Raça.

ISBN **978-65-990229-0-6**

> categorias importantes nas análises sobre movimentos sociais e políticas sociais; violência urbana; preconceito; processos identitários, assim como estudos sobre a promoção dos Direitos Humanos na sociedade capitalista contemporânea. (FDC, 2011: 21)

Ao verificarmos o recorte utilizado pelos autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, observamos o destaque pelos estudos relacionados a questão de direitos, conforme demostrado na tabela abaixo:

Tabela 1: Distribuição de TCC - Ano de defesa e enfoque

Ano de Defesa	Quantidade	Recorte
2012	01	Direitos
2013	01	Direitos
2015	01 01	Direitos Rede de Atendimento

A) Sob a ótica dos Direitos

Ao analisarmos os trabalhos discutidos sob a ótica dos direitos, consideramos os principais direitos apontados pelo público LGBT como foco de sua luta: o reconhecimento da união estável; a inserção do parceiro como dependente para empréstimos, seguros de saúde; inclusão dos programas do Estado vinculados à família, reconhecimento da guarda dos filhos do parceiro, licença-maternidade para o nascimento para o filho da parceira; direito à herança; visita íntima na prisão, dentre outros. (CFESS, 2006).

Constatamos que NOVAES (2012), FARIAS (2013) e SILVA (2015) realizaram essa discussão, a partir de enfoques distintos, o reconhecimento da união homoafetiva; a relação da homossexualidade e direitos humanos; e a participação de homossexuais no processo de adoção, respectivamente.

NOVAES (2012) teve como objeto de pesquisa a legalização da união homoafetiva, enquanto uma das conquistas do movimento LGBT. Para desenvolvimento do trabalho o mesmo realizou o resgate da trajetória de luta contra a discriminação aos Gays, Lésbicas, bissexuais, transexuais e transgênicos, desde de sua gênese até sua chegada ao Brasil nos anos de 1970. Reforça ainda a relevância do movimento enquanto instrumento de luta e seus "pressupostos emancipatórios, que apontam para uma nova correlação de força sociopolítica dos sujeitos envolvidos". (GOHN, 2005:32).

Enfatiza que embora sua luta não esteja diretamente vinculada a luta de classes, o movimento tem como principal característica a luta pelo reconhecimento das diferenças, a defesa pela liberdade e dos direitos, os quais os

ISBN **978-65-990229-0-6**

homossexuais são privados, e o respeito pela "pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis" (SADER: 1988:55). Discorre sobre a luta no processo de politização do movimento, ao mesmo tempo que tece críticas pela predominância de homossexuais masculinos e a invisibilidade dos homossexuais femininos.

O estudo realizado por FARIAS (2013) centrou suas analises apoiadas numa revisão de literatura, relacionando direitos humanos e cidadania homossexual, a partir da compreensão dos marcos no processo de construção da cidadania. E para isso, percorre a história dos direitos humanos no mundo, apoiado inicialmente no tripé da Revolução Francesa de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em dezembro de 1948 e posteriormente na "Declaração de Durban", que possui como princípios a igualdade entre os sujeitos e a não discriminação visando à materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Aponta a estrutura heteronormativa estabelecida na sociedade brasileira tem alijado os homossexuais de qualquer tipo de direito, inclusive os direitos humanos, uma vez que estes são impedidos através da violência, de expressar sua própria identidade sexual, não só nos lugares públicos, mas também nos espaços privados, onde essa violência é praticada por aqueles que esperavam receber proteção e afeto.

De forma breve sinaliza as privações que estes sujeitos possuem, conceitua homofobia e finaliza traçando um paralelo desses direitos no Brasil e os desafios presentes no exercício profissional postos ao Serviço Social.

Já a proposta inicial de SILVA (2015) consistia em realizar uma reflexão sobre preconceito vivido pela população LGBT ao participarem do processo de adoção, o que incluía uma pesquisa de campo, realizando entrevistas aos usuários do grupo Grupo Arco-Íris, no Rio de Janeiro que passaram por essa experiência. Entretanto, devido as dificuldades encontradas para realização da pesquisa de campo, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica.

Anterior a discussão de adoção, traz à tona o debate sobre os novos arranjos familiares e a relevância desse grupo no processo de formação dos sujeitos. Subsidia a discussão dos novos arranjos familiares trazendo-a numa perspectiva de totalidade abordada pelo Serviço Social juntamente com as legislações que concebem a família como "núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero". NOB/SUAS (2005:90).

Ao tratar do tema adoção, registrou-se uma discussão sobre a adoção, enquanto processo de construção de uma "nova família", destacando seu papel na formação dos sujeitos, enquanto primeiro grupo de formação. Polemiza ao

ISBN **978-65-990229-0-6**

constatar que se esbarra primordialmente na questão moral e não legal, pois embora não haja nenhuma restrição legal para participação do processo de adoção, tendo em vista a inexistência de menção a orientação sexual do adotando, ainda é considerada polêmica perpassando o viés do preconceito.

B) Rede de atendimento

Dentre os trabalhos analisados, apenas um discorre sobre o viés da rede de atendimento e o estudo realizado por BREIJÃO (2015) traz primeiramente a reflexão os inúmeros casos de intolerância, discriminação, preconceito e violência contra a população LGBT, e por meio de um estudo bibliográfico, traça a trajetória desse histórico de violência, apontando a perseguição sofrida por décadas como forma de chamar atenção sobre a necessidade desta rede.

Além dos diversos casos de violência, chama atenção para chamada violência silenciosa, exercida por quem tem o poder do mando (a família) e que é invisível aos olhos da sociedade, ela denomina-se violência intrafamiliar e/ou doméstica, onde a vítima sofre calada. A chamada violência velada é muitas vezes praticada por membros das próprias famílias, dentro do espaço privado de pertencimento (lar) que não desperta a atenção porque geralmente não é revelada, mas que infelizmente possui efeitos devastadores.

De acordo com DAY (2003) entende-se por violência intrafamiliar:

> Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (DAY et al. apud BREIJÃO, 2015:31).

Privilegia o universo da pesquisa, composto por dez jovens, justamente por se tratar de indivíduos que estão em formação e que, portanto, estão propensos a vivenciar inúmeras experiências, inclusive as que envolvem a descoberta da sexualidade. Considera as inúmeras dificuldades enfrentadas quando suas famílias descobrem sua homossexualidade, associadas a falta de informação ou preconceito, impedindo de receber o acolhimento necessário.

A pesquisa aponta os números casos em que o conhecimento da família vem seguido por agressões, marcando um quadro de violência física, verbal, psicológica e até patrimonial, quando os pais destroem os meios de comunicação desses jovens, culpabilizando às redes sociais, ou quando afastam os jovens do seu grupo de amigos, por entender que esses podem ter influenciado seus filhos a tendências homossexuais (BREIJÃO, 2015).

As falas dos sujeitos associam a homossexualidade a algum tipo de punição parte das famílias, como por exemplo: o corte de mesadas, o afastamento do seu convívio social com amigos, além da busca pela "cura", seja com a

ISBN **978-65-990229-0-6**

inserção numa igreja a fim "reverter o pecado" ou os submetem a tratamento médicos intuito de eliminar essa sexualidade transgressora. Chama-nos atenção a justificativa da violência exercida por essas famílias, os quais tornam-se algozes de seus entes para impedi-los de "experimentar" qualquer tipo de violência nas ruas por conta de sua orientação sexual.

Como forma de enfrentamento a violência sofrida por esse segmento, BREIJÃO (2015) apresenta a rede de atendimento, serviços desenvolvidos da Baixada Fluminense, incluindo ações do Programa Rio sem Homofobia na região, o Centro de Cidadania LGBT – Baixada I e detalha o trabalho realizado Grupo Pluralidade e Diversidade, localizado emDuque de Caxias, o qual possui um trabalho de acolhimento da população LGBT, visando o acesso aos direitos violados desses sujeitos.

Encerra seu estudo, trazendo um alerta da necessidade de um trabalho amplo, pela via da educação como instrumento de enfrentamento da violência, objetivando desconstruir pré-conceitos, desenvolvendo ações afirmativas que valorizem a importância do respeito à diversidade e a liberdade.

Formação Acadêmica e Orientação Sexual: Conjunto disjuntos?

A formação acadêmica versa sobre a preparação do desenvolvimento de habilidades e competências capazes de proporcionar ao discente contribuir com o processo de ruptura com o conservadorismo presente na sociedade e para isso (GENTILLI, 1999) sugere que a formação invista em práticas pedagógicas que possibilitem a construção da democracia em nossa sociedade, estando assim capacitado para intervir junto aos limites presentes no exercício profissional.

Não podemos desvincular a formação ao projeto societário almejado pela categoria, que se mantem a luta por uma outra sociedade, sem quaisquer relações de dominação e/ou exploração, mantendo seu posicionamento a favor da classe trabalhadora. Logo, a compreensão da dinâmica da sociedade torna-se um desafio cotidiano enfrentado por esse profissional afim de apreender as transformações ocorridas na sociedade, as quais intensificam as desigualdades sociais, bem como a exclusão social dos sujeitos. Buscando contribuir no fortalecimento na luta dos usuários por seus direitos.

Destarte, um dos primeiros condicionantes da formação acadêmica em Serviço Social requer a retomada do debate iniciado pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, no que tange a composição dos núcleos fundamentais, enquanto eixos articuladores, os quais "desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas" (ABEPSS,1996: 63) e como conectá-los ao debate sobre orientação sexual.

O núcleo referente aos Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social "implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação". (MEC/CNE, 2002:2), diante disso, o profissional apreende o

ISBN **978-65-990229-0-6**

concreto vivido, reconhecendo o sujeito como ser social, respeitando suas particularidades, ao mesmo tempo que corrobora na luta das classes socialmente discriminadas.

Enquanto o núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira compreender a dialética do modo de produção capitalista e suas relações entre Estado, sociedade civil e classe trabalhadora, bem como as manifestações diversas e a luta pela efetivação de direitos.

Por fim, o núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional supõe uma "capacitação crítico-analítico que possibilite a construção de seus objetivos de ação, em suas particularidades sócio institucionais para a elaboração criativa das estratégias de intervenção comprometida com as proposições ético-políticas do projeto profissional" (ABEPSS, 1996:13). Desse modo, o discente prepara-se para intervir subsidiado pelos conhecimentos da tríade profissional: os fundamentos teóricos-metodológicos, ético-político e técnico-operativos, intervindo de forma comprometida contribuindo para o protagonismo dos sujeitos coletivos.

Mediante a apresentação, mesmo que sucinta dos núcleos de formação, é possível trazer a transversalidade das temáticas, seja nas disciplinas básicas, seja por meio de oficinas, debates, fóruns de discussão, atividades complementares, campos de estágios, dentre outras estratégias capazes de operacionalizar a atuação do assistente social.

Podemos citar como exemplo a imposição da padronização do conceito de família, que estabelece valores morais e sociais, desconsiderando os novos arranjos familiares formados e ao contrário, os exclui a partir de uma lógica conservadora, prevalecendo o modelo de família nuclear. Por essa razão, a formação precisa aprofundar o debate sobre as particularidades dos sujeitos para que esse profissional seja capaz de lidar com a dinâmica e complexa sociedade apoiado sempre numa conduta ética.

Apesar dos avanços pertinentes a incorporação dos temas transversais, seja na criação do GTP (Grupos Temáticos de Pesquisa) intitulado "Serviço Social e Relações de Opressão/Exploração de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade", e posteriormente, em dezembro de 2014, sugere-se a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.

Se por um lado essa sugestão traz consigo o peso da obrigatoriedade presente nas Leis 10. 639/03 e 11645/2008, no que se refere as relações étnico raciais nos currículos, em contrapartida a discussão sobre orientação não possui nenhuma exigência legal, mantendo-a num patamar de menor relevância nas estruturas curriculares.

Diante do exposto, independente da exigência legal, a diversidade sexual pode ter subsidiada pelo compromisso dos profissionais preconizados nos princípios fundamentais, em especial por considerarmos o reconhecimento da

ISBN **978-65-990229-0-6**

liberdade como valor ético central o assistente social precisa compreender que a orientação sexual do usuário não é produto de uma escolha e sim resultantes de inúmeros determinantes. Da mesma forma que a defesa intransigente exige desse profissional um posicionamento pautado nos direitos humanos, noutras palavras não se limita uma intervenção mecânica, tecnicista, ou contrário pressupõe o rompimento com a lógica dominante.

Bem como, lutar pela ampliação e consolidação da cidadania, significa a busca pelo aprofundamento dos direitos civis, sociais e políticos, com vias ao empoderamento do sujeito coletivo e sua inserção nos espaços de controle social.

Outrossim, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, vincula-se a materialização do projeto ético político profissional, bem como o compromisso grupos socialmente discriminados, além de incentivar a articulação aos movimentos sociais que partilhem da luta por uma nova ordem societária, sem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, geração e condição física.

Ao sinalizarmos a necessidade do constante aprimoramento intelectual, nos confrontamos com o desafio da qualificação permanente na direção das lutas defendidas pela categoria, haja vista a necessidade de fundamentação para manter um posionamento político capaz de atuar frente às relações de poder, a exemplo da campanha "O Amor Fala Todas As Línguas - Assistente Social Na Luta Contra O Preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual", a qual teve como diretriz "contribuir com a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica da categoria profissional se posicionar e apoiar reivindicações e lutas pelo direito que tem os indivíduos de decidir sobre sua afetividade e sexualidade". (CFESS, 2006:06).

A campanha foi amplamente divulgada envolvendo as entidades representativas da categoria, tendo como materialização desta luta a aprovação da aprovada a Resolução 489 de 2006. O que nos remete ao seguinte questionamento: até que ponto a formação discute tal resolução e qual o impacto desse desconhecimento?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO A SER PERCORRIDO

O caminho traçado durante o processo de construção deste artigo percorreu por "curvas sinuosas", pois se por um lado, consideramos a abrangência da temática, por outro, esbarramos com um número reduzido de produções dos discentes de Serviço Social, além de nos depararmos com justificativa de irrelevância do debate. Entretanto, a suposta explicação trazia consigo o desconhecimento da temática e/ou uma visão limitada e porque não dizer equivocada.

A partir dos estudo realizado pautado na produção de conhecimento buscamos respostas à nossa indagação inicial para sabermos como debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de

ISBN **978-65-990229-0-6**

Serviço Social Faculdade de Duque de Caxias, evidenciou uma perspectiva conservadora no processo de formação, lacunas significativas e equívocos conceituais, evidenciando assim a ausência da transversalidade dos componentes curriculares.

A partir do recorte realizado e análise dessa produção, verificamos como entraves a ausência relação desta discussão fundamentada nos princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais:

> Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS: 1993).

É notória a inexistência da relação da temática ao exercício profissional, pois ainda que o Serviço Social tenha uma formação de caráter generalista, pressupõe que este desenvolva habilidades para intervir junto as múltiplas expressões da questão social e para tal a mesma precisa ser discutida de forma crítica, impedindo a reprodução da lógica conservadora estabelecida pela ideologia dominante.

Outra questão a ser destacada, consiste na supressão dos aspectos jurídico-políticos do Serviço Social, articulado com a vivência prática-objetiva**.** em particular por tratar-se de um dos componentes que possibilitam a materialização do Projeto Ético-Político da profissão, seja no aspecto estritamente profissional, construído e legitimado pela categoria prioritariamente pelo Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, seja nas demais legislações que "compõe o cotidiano profissional de tal forma que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos através das políticas sociais que executamos e/ou planejamos". (REIS, 2006: 419), a exemplo da discussão sobre a diversidade sexual e a luta contra o preconceito materializado na Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual.

A campanha intitulada "O Amor Fala Todas As Línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual", originária durante o XXXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2006 realizando uma parceria com Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual - DIVAS. Esta campanha teve sua gênese diante do debate da heteronormatividade e de seus impactos nas relações sociais resultando na "materialização de diferentes modalidades de preconceito e,

ISBN **978-65-990229-0-6**

consequentemente, na imposição e naturalização da invisibilidade das práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo". (CFESS, 2006:5); como desdobramento a Resolução 489/06, a qual veta quaisquer condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional; e a utilização do nome social à Assistente Social travesti e ao/à transexual na cédula de identidade profissional desde 2011.

Faz-se necessário priorizar a discussão de temas transversais, ainda que esse continue sendo um dos entraves contidos no processo formativo, embora esteja preconizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS desde 1996.

Diante deste exposto, podemos considerar as lacunas existentes na formação acadêmica proporcionando aos discentes do curso de Serviço Social, um olhar enviesado ao que tange a transversalidade dos componentes curriculares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social*. 1996.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social*: Fundamentos Ontológicos. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Ministério de desenvolvimento social e combate à fome*. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (2005).

BREIJÃO, Marta Cardoso. *Expressões da luta pelos direitos do homossexual.*TCC. Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias. RJ. 2015.

CFESS. Projeto da Campanha *O Amor Fala Todas As Línguas* - Assistente Social Na Luta Contra *O Preconceito*: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual". Brasília, 2006.

CFESS. Resolução. Nº 594, de 21 de janeiro de 2011.

FARIAS, Wanderléa Izidoro. *Direitos humanos e cidadania homossexual.*TCC. Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias. RJ. 2013.

FDC. Faculdade de Duque de Caxias. *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro. 2011.

FRANCO, N. *A diversidade entra na escola***:** Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. 241 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GENTILLI, R. *Desafios ao Novo Currículo de Serviço Social***.** Serviço Social e Realidade**,** Franca, v. 8, n. 1, p.9-30, 01 jan 1999. Semestral.

GOHN, M. da G. *O Protagonismo da Sociedade Civil:* Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

JESUS, Beto de et. al. *Diversidade Sexual na Escola*: uma metodologia de trabalho com a dolescentes e jovens. São Paulo: Ecos, Corsa, 2006.

ISBN **978-65-990229-0-6**

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo***:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
MESQUITA, Marylucia. Orientação sexual: experiência privada, opressão privada e pública - um desafio para os direitos humanos IN Cdrom 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS):
NOVAES, Edwirges Rodrigues Jardim. *Reconhecimento da união homoafetiva*: os Caminhos traçados até a conquista desse direito. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Faculdade Flama. Duque de Caxias/RJ. 2015.
OLIVARES, Rosa. *Por uma abordagem revolucionária da questão sexual.* In: Cadernos Democracia Socialista. Volume VIII. São Paulo: APARTE, 1989.
TONET, Ivo. *Educação e Concepções de Sociedade.*Revista Universidade e Sociedade. Volume 9, nº19. Brasília, 1999.
SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SILVA, Elizabeth Alves da. *Adoção nos novos arranjos familiares*. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias. RJ. 2015.

ISBN **978-65-990229-0-6**

ISBN **978-65-990229-0-6**

SOBRE OS AUTORES

André Santos da Rocha.

Doutor em Geografia pela UFRJ, Mestre em Geografia pela UFF e especialista e políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro pela UERJ. É professor do Departamento de Geografia da UFRRJ atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Membro comitê editorial da Revista Continentes e da Revista Pilares da História, e atua com pesquisas sobre a Baixada Fluminense; E-mail: asrgeo@gmail.com/asrgeo@ufrrj.br

Beatriz Rodrigues Moreira

Graduanda em Produção Cultural, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Atuou, entre 2017 e 2018, como pesquisadora voluntária no projeto de pesquisa "Espaços comerciais de artesanato: as dinâmicas cultural e turística na territorialização dos espaços citadinos", sob orientação da Profa. Gabriela Ribeiro. Atualmente, é produtora cultural pelo coletivo de cinema BaixadaCine. E-mail: rodriguesbeatrix@gmail.com

Clézio dos Santos

Bacharel e licenciado em Geografia (FFLCH/USP), mestre em Geografia Humana (FFLCH/USP), mestre em Geociências (IGE/UNICAMP), doutor em Ciências - Ensino de História de Ciências da Terra (IGE/UNICAMP) e Pós-doutor em Geografia (FFyL/UBA). Professor Adjunto IV de Ensino de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ). Área de interesse: Ensino de Geografia, Formação de professores, Cartografia Escolar. E-mail:cleziogeo@yahoo.com.br

ISBN **978-65-990229-0-6**

Enderson Albuquerque

Doutor em Geografia (2019), Mestre em Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico (2016) e Especialista em Políticas territoriais no estado do Rio de Janeiro (2012) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Planejamento Urbano e Educação Ambiental pela Faculdades Integradas Simonsen (2011) e graduado em geografia pela Unisuam (2005). Professor das redes públicas municipais de Mesquita e do Rio de Janeiro. E-mail: endersonalbuquerque@yahoo.com.br

Everaldo Lisboa

Doutor em geografia (UERJ - 2016), mestre em geografia (UERJ 2008), especialização em sociologia urbana (UERJ - 2002) e graduado em geografia (UERJ 1995). Professor da UNIREDENTOR, da rede estadual de ensino e da rede privada colégio geração 2000. E-mail: everaldogeo@hotmail.com

Gabriela Sousa Ribeiro

Doutora em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ (2016), Mestre em Design pelo PPGDesign/UFPE(2008) e Bacharel em Desenho Industrial pela UFMA (2006). Professora e pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Líder do grupo de pesquisa Território, Cultura e Identidade, certificado pelo IFRJ/CNPq. E-mail: gabrielasousaribeiro@gmail.com ; gabriela.ribeiro@ifrj.edu.br

Heitor Soares de Farias.

Doutor em Geografia (UFF-2012), Mestre em Geografia (UFRJ-2007), Graduado em Geografia, Licenciado e Bacharel (UFRJ-2004). Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da UFRRJ. Pesquisador do Grupo de Estudos em Climatologia e Planejamento Ambiental – CLIP do Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada – LiGA.

ISBN **978-65-990229-0-6**

Jaqueline de Melo Barros

Doutoranda em Serviço Social pela PUC-RJ. Mestre em Serviço Social (PUC-RJ-2005). Graduada em Serviço Social pela UFF (2002). Coordenadora e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Redentor - Paraíba do Sul-RJ. Membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica da Faculdade de Duque de Caxias. E-mail: profa.jaqueline.barros@gmail.com

Leandro Dias de Oliveira

Graduado (UERJ-FFP, 2001), Mestre (UERJ, 2006) e Doutor (UNICAMP, 2011) em Geografia e Pós-Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ, 2019). Professor Associado do Departamento de Geografia da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus-sede, e docente dos quadros permanentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais (PPGIHD-UFRRJ). E-mail: ldiasufrrj@gmail.com

Manoel Ricardo Simões

Doutor em Geografia pela UFF, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e licenciado e bacharel em Geografia pela UFF. Professor Titular aposentado do IFRJ, Editor chefe da Editora Entorno, pesquisador e autor de diversos livros sobre a Baixada Fluminense, entre eles A Cidade Estilhaçada e Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense. E-mail: manoel.simoes@ifrj.edu.br

Marcio Rufino Silva

Graduado em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela USP e Mestre e Doutor em Geografia Humana (PPGH-USP). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador Permanente e atual Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRRJ. Pesquisador Associado do Programa de Pós-graduação em

ISBN **978-65-990229-0-6**

Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da mesma universidade. Desenvolve pesquisas na área de Geografia Humana, com especialidade em Geografia Urbana. E-mail: marciorufis@gmail.com

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

Doutoranda em História pelo (PPHPBC) - CPDOC/FGV. Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – IM – Campus Nova Iguaçu. Tem especial interesse pelas discussões acerca da Baixada Fluminense e do Município de Nova Iguaçu, mas especificamente sobre os processos históricos que envolvam instituições culturais, intelectuais e imprensa na metade do século XX. E-mail: marialuciabsa@gmail.com

Mariane do Rosário Silva

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ), Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/Instituto Multidisciplinar - 2019). Integrante voluntária do Projeto de Extensão Universitária da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ - Instituto Multidisciplinar. E-mail: Marianerosario19@gmail.com

Maurilio Lima Botelho

Doutor pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Mestre pelo mesmo programa. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Associado do Curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ-Campus Seropédica). E-mail: mauriliolimabotelho@gmail.com

Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Mestrando do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, professor da rede estadual

ISBN **978-65-990229-0-6**

do Rio de Janeiro e da rede municipal de Japeri. Contato: miguelpinho13@gmail.com

Priscilla Abrantes da Silva

Mestre em Geografia (UFRRJ-2019). Especialista em Educação Básica com ênfase em Geografia escolar (UFRJ - 2018). Graduada em Geografia (FEBF-2015). Educadora popular no Pré-vestibular Comunitário São Mateus(Educafro). E-mail: taniaamaroalmeida@gmail.com

Tania Amaro

Doutora em Humanidades, Culturas e Artes (Unigranrio-2017). Mestre em Letras e Ciências Humanas (Unigranrio-2012). Graduada em História (1988) e Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela UERJ (1995). Professora da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Integra o Conselho Editorial da Revista Pilares da História. E-mail: taniaamaroalmeida@gmail.com

Ticiana Santa Rita

Doutoranda do programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz, mestre em História das Ciências e da Saúde pelo mesmo programa (2018). E-mail: ticianasantarita@gmail.com.

ISBN **978-65-990229-0-6**

André Santos da Rocha
Beatriz Rodrigues Moreira
Clézio dos Santos
Enderson Albuquerque
Everaldo Lisboa
Gabriela Sousa Ribeiro
Heitor Soares de Farias
Jaqueline de Melo Barros
Leandro Dias de Oliveira
Manoel Ricardo Simões
Marcio Rufino Silva
Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre
Mariane do Rosário Silva
Maurilio Lima Botelho
Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho
Priscilla Abrantes da Silva
Tania Amaro
Ticiana Santa Rita

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS INSTITUTO HISTÓRICO Vereador Thomé Siqueira Barreto
10 ANOS LAGEP-UFRRJ Laboratório de Geografia Econômica e Política
PPGGEO-UFRRJ Pós-Graduação em Geografia
CAPES
UFRRJ